



GABRIELA SALOMÃO ALVES PINHO

Por que “essas mulheres” têm tantos filhos?

Um estudo sobre mulher, maternidade e pobreza

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio.

Orientadora: Junia de Vilhena

**Rio de Janeiro
Setembro de 2010.**



Gabriela Salomão Alves Pinho

**Por que “essas mulheres” têm tantos filhos?
Um estudo sobre mulher, maternidade e pobreza**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Junia de Vilhena

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Maria Inês G. de F. Bittencourt

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Anna Paula Uziel

Instituto de Psicologia – UERJ

Profa. Ana Cleide Guedes Moreira

Depto de Psicologia Social e Escolar – UFPA

Prof. Edson Luiz Andre de Souza

Instituto de Psicologia – UFRGS

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /20 .

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Gabriela Salomão Alves Pinho

Graduou-se em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001. Concluiu o mestrado em Psicologia Social na mesma instituição em 2005. Professora universitária desde 2006, inicialmente na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e atualmente no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Desde 2006 atua como psicóloga da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, na Rede de Proteção ao Educando (RPE) e posteriormente no Programa Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares do Município do Rio de Janeiro (PROINAPE).

Ficha Catalográfica

Pinho, Gabriela Salomão Alves

Por que “essas mulheres” têm tantos filhos? : um estudo sobre mulher, maternidade e pobreza / Gabriela Salomão Alves Pinho ; orientadora: Junia de Vilhena. – 2010.

172 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2010.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Mulheres. 3. Maternidade. 4. Pobreza. 5. Cidade. 6. Vulnerabilidade social. I. Vilhena, Junia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Dedico este trabalho à minha avó Eunice Salomão.

“Saudade é dor que dói demais.”

Agradecimentos

À minha mãe, Leila, por estar sempre presente, pela torcida constante, pela alegria em cada vitória, pelo amor incondicional, pela educação e formação ao longo dos anos e pela batalha do dia a dia.

Ao meu pai, Celso, pelo seu alto astral inabalável, pelo senso de humor apurado e pela leveza que contagia quem está ao seu redor, sem dúvida, grandes ensinamentos.

Aos meus irmãos Vinicius (Tota) e Celsinho, por me ensinarem e me fazerem respeitar outras maneiras de levar a vida, pela cumplicidade construída.

Aos meus avós, Jorge, Neide e Paulo, por serem presenças tão fundamentais na minha vida, pelo privilégio de ainda tê-los ao meu lado.

A toda a minha família, em especial à Tia Mama, Aninha (e Popó), Pepê (e Vaninha) e Tia Léia (e Cia.). Dividir todos os momentos com vocês me torna muito mais feliz! Vocês são todos, muito especiais!

À minha sobrinha Maria Eduarda, por encher meu coração de alegria e orgulho, pelos seus olhinhos brilhando e pelo seu nariz arrebitado.

Ao Rodrigo, pelo amor construído, pelo respeito e pela admiração. Por me “aturar” trabalhando em dois lugares e fazendo doutorado, pelas nossas viagens e por ter sido efetivado de Gatinho da Mangueira para Gatinho da Minha Vida.

Às minhas queridas amigas conquistadas no Colégio Pedro II: Danielle, Vanessa e Roberta e agora aos seus filhotes (Breno, João Pedro e Milena – que está chegando). Por tantos momentos inesquecíveis, pelo carinho e companheirismo sempre presentes.

Aos meus grandes amigos: Deda e Angolano, Ana Paula, Beto e Joana, Luciana, Patrícia, Helen, Andrea e aos amigos mais recentes Bia Rizzo e Rafael. Cada um a seu modo, por estarem sempre por perto, por dividirem tristezas e alegrias, por fazerem a vida ficar bem mais gostosa. Pelas conversas sérias e pelos inúmeros momentos de descontração. Vamos comemorar, vocês são o máximo!

Para os maiores presentes que recebi na vida, os meus afilhados: Gabriela e Leleco, Nina, Pedro e João. Por trazerem alegria sempre!

À querida amiga Ana Jacó, por despertar em mim a curiosidade para a vida acadêmica e pelos anos de orientação dedicada. A todo o pessoal do Núcleo Clio- Psyché, por fazer parte do processo do qual essa tese é um dos resultados, pelos grupos de estudos, pelos congressos, pelas histórias divididas na Uerj.

À toda a equipe da Fundação Xuxa Meneghel, em especial a Patrícia Viana Campos, excelente assistente social, que embarcou comigo na viagem que deu início a este trabalho.

Aos colegas do NIAP (Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: Mércia, Helen (pelas andanças durante todo o ano de 2009 em Guaratiba), Andréa, Guilherme, Ana Cristina, Valéria, Teresa Cristina, Ângela e Kátia. Pelo trabalho que vem sendo construído conjuntamente, pelos desafios impostos no dia a dia.

Às colegas da Prograd/IFRJ: Mônica, Beth, Priscila, Janaína e Luana pela troca constante, pela aprendizagem diária e pela amizade conquistada.

Aos alunos da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), pelas inquietações trazidas a cada aula, por tornar a minha vida profissional bem mais instigante.

Às professoras Maria Inês Bittencourt e Anna Paula Uziel, pela conversa imprescindível no exame de qualificação.

À amiga Maria Helena Zamora, pelo grande aprendizado ao longo do estágio em docência, pelo posicionamento profissional, por encontrar formas de escapes.

À minha querida orientadora Junia de Vilhena, pelo carinho ao longo desses quase quatro anos, pelas suas excelentes produções acadêmicas (tão próximas ao meu tema), pela descontração durante as conversas sobre a tese (e por algumas broncas também), pelas deliciosas orientações na sua casa (regadas a pró-seco). Obrigada por tudo, você foi fundamental!

A todos os colegas do grupo de pesquisa da Junia, especialmente Claudia Corbisier (minha amiguinha de turma), pelas ricas discussões dos trabalhos, pela força ao longo da confecção dessa tese.

A todas as mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba (e aos seus filhos), por confiarem suas histórias de vida, matéria mais preciosa para o meu aprendizado pessoal e profissional, por me trazerem tantas inquietações.

Resumo

Pinho, Gabriela Salomão Alves; Vilhena, Junia (Orientadora). **Por que “essas mulheres” têm tantos filhos? – Um estudo sobre mulher, maternidade e pobreza.** Rio de Janeiro, 2010. 172 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese tem como proposta articular alguns desdobramentos da minha atuação profissional com mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, com a questão da maternidade num cenário marcado pela pobreza e exclusão. Considerando que os contextos social e cultural definem diferentes hábitos e costumes, a questão que se coloca é dar visibilidade às mulheres a partir das categorias pelas quais são socialmente construídas as identidades femininas e as vivências de maternidade das moradoras das favelas de Pedra de Guaratiba. Buscamos investigá-la a partir do olhar das próprias mulheres, e de suas significações a respeito dessas experiências. Para analisar a função da maternidade, fez-se necessário problematizarmos temas relacionais, como: migração, tentativas de aborto, violência doméstica, uso de álcool/drogas, vulnerabilidade social, conjugalidades, contraceptivos e planejamento familiar e as interferências sobre novas formas de relacionamentos, reconhecimentos sociais e de atuação em seu cotidiano. Objetiva-se uma reflexão sobre o lugar da maternidade no processo de subjetivação dessas mulheres, tentando uma abordagem menos homogênea da questão e procurando observar como se insere nos projetos de vida, para, como possibilidade futura, servir de embasamento para a gestão de políticas públicas mais efetivas para a categoria trabalhada.

Palavras-chave

Mulheres; maternidade; pobreza; cidade; vulnerabilidade social.

Abstract

Pinho, Gabriela Salomão Alves; Vilhena, Junia (Advisor). **Why do "these women" have so many children? - An investigation on women, maternity and poverty.** Rio de Janeiro, 2010. 172 p. Doctoral Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This present thesis has the proposed intent to articulate some of the development of my professional work with women living in Pedra de Guaratiba, located in the western district of Rio de Janeiro, about the issue of motherhood in a scenario tainted by poverty and exclusion. Considering the fact that social and cultural contexts define different habits and customs, the question that arises is to give visibility to women from the categories for which they are socially constructed identities and women's experiences of maternity residents of the slums of Pedra de Guaratiba. We sought to investigate it from the women's self point of views, and their meanings about these experiences. To analyze the function of motherhood, it was necessary to discuss subjects related, such as migration, attempted abortion, domestic violence, alcohol / drugs, social vulnerability, conjugalities, contraceptives, family planning and the interference on new forms of relationships, recognition and social activities in their daily lives. It aims to reflect on the place of motherhood in these women's subjective process, trying a less homogeneous approach of the issue while seeking to observe how they place themselves in the projects of life, in order to, as a possibility in the future, serve as the basis for a more effective public policy management to the category under development.

Keyword

Women; motherhood; poverty; city; social vulnerability.

Sumário

1. Introdução	12
2. Viver na Grande Cidade	23
2.2 “Diga-me onde moras e te direi quem és”: discutindo a exclusão social	28
2.3 Favelização do Rio de Janeiro: alterações do espaço urbano	38
2.4 Guaratiba: um pouco de história...	48
2.5 Duas vezes exclusão: favelado num bairro “onde ser considerado carioca é um privilégio”	52
3 “Me mostra e me ensina o que é ser feminina”: Interfaces entre mulher e maternidade	60
3.1 História(s) da(s) Mulher(es)	60
3.2 “Brasil, mostra a tua cara”: considerações sobre mulher e pobreza	75
3.3 “Por que tantos filhos?”: maternidade nas classes populares	86
4 “Inauguro linhagens, fundo reinos”: Conhecendo as mulheres de perto	98
4.1 A questão metodológica: é interessante ter a clareza dos limites da escritura	98
4.2 Reflexões sobre o campo	101
4.3 Conversas e entrevistas: a entrada no campo e o que elas têm a dizer	102
4.3.1 A Maternidade: “A vida é muito difícil, mas eu amo muito meus filhos.”	111
4.3.2 Aparente passividade frente à vida: “Foi se passando os anos, eu tendo filho, eu tendo filho...”	122
4.3.3 Desigualdade de gênero / Violência doméstica / Uso abusivo de álcool e outras drogas: “Eu só tinha relação com ele porque era obrigada.”	123
4.3.4 Vida de Migrante e a Rede Social com a Família: “Você precisa sustentar as crianças, aqui não tem emprego, por que não vai pro Rio de Janeiro?”	132
4.3.5 Vulnerabilidade Social / Baixa Escolaridade / Precariedade da Vida Profissional / Diminuição da Sociabilidade: “Os vizinhos que me acolheram. Eu grávida, ia comer na casa deles.”	135
4.3.6 Pobreza e suas Relações com a Violência da(na) Cidade: “Aí sumiram com ele, até hoje não sei o que fizeram.”	140
4.3.7 Precariedade na Relação com a Mãe: “Eu me sinto abandonada”	142

4.3.8 Religiosidade: “Tô procurando a Igreja, tô indo com muita fé em Deus, Ele pode tudo.”	145
4.3.9 Conjugalidade(s): “Se eu engravidasse ele ia ficar comigo”	147
4.3.10 Contraceptivos e Planejamento Familiar: “Aí eu bebia num dia e no outro eu não bebia (a pílula anticoncepcional), entendeu?”	151
5 Considerações Finais	155
6 Referências Bibliográficas	160

“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta,
anunciou: vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.”

Com licença poética - Adélia Prado

1 Introdução

“Toda a escrita, querendo ou não, é política. A escrita é a continuação da política por outros meios.” (Philippe Sollers)

Início com o título da minha tese, frase que permeia o imaginário de nossa sociedade e que, certamente merece reflexão. Quem são "essas mulheres"? Por que têm tantos filhos? Esse é o questionamento que embasa esse estudo e que de certa maneira foi trilhando o caminho percorrido ao longo deste trabalho.

Era mês de abril de 2004, iniciava-se uma nova empreitada profissional, a inserção como psicóloga numa ONG (Fundação Xuxa Meneghel) em Pedra de Guaratiba, zona oeste de nossa cidade, e com isso a necessidade de uma maior intimidade com a Psicologia Social e Comunitária. Após três anos de trabalho como psicóloga do NEPAD/UERJ (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), lidando cotidianamente com o sofrimento de pessoas com histórico de uso abusivo de drogas e seus familiares, considerava estar fortalecida para encarar, através da minha prática profissional, o ser humano com suas mazelas e misérias. No entanto, a cada novo dia de trabalho, percebia-me profundamente afetada pelas questões trazidas pelas famílias atendidas na instituição. Por acreditar sempre na produção de formas de resistências e escapes, a criatividade na construção de ações que pudessem embasar esse objetivo era o que guiava a minha atuação.

Dessa forma, o Projeto “Coisas de Mulher”, elaborado e implementado por mim juntamente com a assistente social da instituição, era uma dessas ações. Tal projeto foi pensado a partir de um recadastramento com todas as famílias atendidas pela ONG, realizado em 2005. Os dados oferecidos por este recadastramento demonstraram o quadro de vulnerabilidade em que viviam as famílias locais. Para fazer parte deste projeto foram selecionadas mulheres, mães de crianças regularmente matriculadas na ONG, com quatro ou mais filhos, que viviam em precária situação socioeconômica, diagnosticadas pelas situações de: desemprego e/ou subemprego, moradia em péssimas condições, situações de violência em suas diferentes modalidades (estrutural, física, psicológica, sexual e negligência), falta de perspectiva, aceitação e passividade frente às condições de vida e baixa escolaridade (muitas até mesmo analfabetas, que assinavam somente o próprio nome).

O grande número de filhos era uma situação bastante comum entre as mulheres atendidas, em sua maioria mulheres que tiveram a primeira gravidez ainda na adolescência e continuaram a ter filhos das diferentes relações que estabeleceram. É

comum um tempo extremamente curto entre uma gravidez e outra, o que resulta em quase um filho por ano. A título de ilustração, ao longo do grupo, uma das participantes ficou grávida de seu 13º filho. Não demonstrava inquietude com essa nova gravidez, apesar de tê-la escondido até os 6 meses. Quando contou para o grupo, o fez em tom comemorativo. Teve a criança em casa e o marido ajudou no parto, na fala dos outros irmãos: “com a tesoura que corta frango”. Mãe e filha passaram bem e em pouco tempo a bebê já fora nos visitar gorducha e com bochechas rosadas.

Embora o projeto tenha iniciado com 30 participantes, ao longo de 2006 participaram do grupo 20 mulheres. As desistências ocorreram por motivos de incompatibilidade de horários do grupo e o trabalho, ou por não conseguirem a inclusão na dinâmica e no processo de construção coletiva proposta pelo grupo.

O principal objetivo do grupo era contribuir para que essas mulheres se apropriassem de suas decisões e projetos de vida com mais autonomia, além de fomentar o desenvolvimento de laços sociais e redes, como alternativa para a situação de solidão, provocando assim possibilidades de enfrentamento. Interessante notar que apesar da grande quantidade de filhos, a maioria das mulheres se queixava da solidão e da ausência de laços afetivos. Lembro bem que em várias ocasiões, e com mulheres diferentes, quando as cumprimentava com um beijo no rosto e um abraço, ficavam emocionadas e relatavam a escassez de carinho e contato físico com outras pessoas, muitas remetiam ao relacionamento com as próprias mães, em grande parte já falecidas. É preciso pontuar que eram poucos os relatos de rede dentro das relações familiares. Exatamente um dos pontos a serem abordados na pesquisa de campo: que tipo de troca essas mulheres experimentam dentro da própria família.

As temáticas a serem trabalhadas durante os encontros foram elaboradas pelo próprio grupo, como forma de dar voz a essas mulheres e estimular a possível ressignificação do posicionamento frente à família, o companheiro, os filhos, à comunidade e situações de trabalho.

Ao longo dos encontros, que aconteceram entre fevereiro e outubro de 2006, realizados semanalmente, sempre às sextas-feiras, de 08:00 h às 10:30 h, três temáticas foram priorizadas pelas mulheres: maternidade e a relação com os filhos, questões relacionadas ao direito da mulher e geração de renda. Observamos que a solicitação do grupo refletia justamente a vivência marcada por diversas formas de violência.

Por um lado, conseguíamos vislumbrar alguns resultados positivos do Grupo "Coisas de Mulher", como a aproximação do grupo com as iniciativas da comunidade e a possibilidade do trabalho remunerado, já que quatro mulheres se inscreveram para oportunidades de cursos remunerados de jardinagem, 70% do grupo se candidatara para o trabalho com fungicultura, uma possibilidade trazida pela EMBRAPA e várias delas se

cadastraram como revendedoras da Natura¹. Com isso, fica claro o impacto da televisão, em especial da novela das oito, como produtora de valores e iniciativas. A novela passada na época na Rede Globo trazia constantes propagandas da Natura, e algumas personagens vislumbravam essa atividade como forma de ascensão social e salário próprio. O retorno de algumas mulheres à sala de aula, com o Pró Jovem², também foi um dado bastante comemorado pelo grupo. Além disso, a formação de uma rede de apoio entre as mulheres participantes do grupo, ao verificar semelhanças entre suas histórias. Após a convivência no grupo, as mulheres começaram a marcar encontros nas próprias casas, ora para comemorar os aniversários do mês, ora para conhecerem o kit novo da Natura, as reuniões foram se tornando mais frequentes. Faziam bolo, salgados, levavam refrigerante e cerveja. E, principalmente, formavam uma rede de apoio, sentida na alegria com que vinham contar o último encontro, as conversas, as brincadeiras e as fotos tiradas nesse momento raro de descontração.

Por outro lado, sempre que recebíamos a notícia de uma nova gravidez no grupo (e não foram poucas), gerava um grande desconforto em mim, psicóloga, e na assistente social. Era como se não tivéssemos alcançado os nossos objetivos, como se o grupo não estivesse trazendo benefícios para essas mulheres, já que na nossa concepção, uma nova gravidez naquela realidade de vida não podia ser escolha. Não era isso o que esperávamos delas. E foi a partir daí que resolvi pensar um pouco mais sobre esse grande incômodo.

Meu trabalho na ONG durou até 2007, quando fui chamada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para compor seu quadro, num novo projeto que estava se iniciando, a Rede de Proteção ao Educando. Na divisão de territórios, permaneci na mesma região que trabalhava, ficando responsável pelas escolas municipais de Guaratiba (Barra, Pedra, Ilha e Jardim Maravilha). Dessa forma, continuei em contato com muitas famílias já atendidas, só aumentou a abrangência territorial de minha atuação.

A necessidade de aprofundar o olhar sobre essas mulheres veio da convivência diária com elas, que mesmo com um tempo mais longo, continuava me impactando. A visita domiciliar a Mariane³ se deu por solicitação da escola, que nos comunicou que seus filhos não estavam frequentando e até já perderam a vaga. Além disso, a escola recebeu um telefonema anônimo com a denúncia de que uma das filhas estaria sendo abusada sexualmente pelo pai. Foi com grande dificuldade que conseguimos chegar de carro a Itapuca, uma favela localizada em Barra de Guaratiba, bem perto dos restaurantes

1 Empresa de cosméticos que possui revendedoras domiciliares sem nenhum vínculo empregatício. Bastante difundida entre a classe média, com larga publicação nas redes televisivas e nas revistas direcionadas ao público feminino.

² Programa do Governo Federal, que visa o aumento da escolaridade de jovens e adultos.

³ É importante salientar que todos os nomes utilizados ao longo desses relatos são fictícios, para garantir o sigilo dos atendimentos.

mais famosos da região. A rua que dá acesso à grande miséria com que iríamos nos deparar fica atrás do Restaurante Tia Penha, local muito freqüentado durante os finais de semana e conhecido em toda a cidade. Ficamos surpresas com a quantidade de barracos que iam aparecendo, muitos ainda feitos de tábuas de madeira, outros só no tijolo. Muitas crianças brincavam e corriam pelas ruas sem asfalto e com grande esgoto a céu aberto. Quando encontramos Mariane, numa quinta-feira, às 11 horas da manhã, fomos recebidas por ela ainda de pijama. Mariane tem 30 anos e 7 filhos. O mais velho estava com 14 anos e o mais novo com 2 anos (esse ainda não foi registrado). São cinco meninos e duas meninas. O marido Joelson é pai de todas as crianças, o que se configura uma exceção para os costumes locais. Mariane não soube dizer quantos anos o marido tem, “*mas acho que é uns 40 e pouco*”, relatou que o casal está junto há dez anos, sem se dar conta de que o filho mais velho já está com 14 anos. Nos conta que nunca trabalhou fora, e não pareceu fazer disso uma questão, assim como a evasão das crianças da escola. Joelson também estava em casa, mas não veio falar conosco. Segundo Mariane, o marido está desempregado, “*fazendo uns bicos no mangue*”. A família não recebe Bolsa Família, pois não possui a documentação necessária para solicitar o benefício. Quando perguntei se estava grávida, Mariane conta que tem DIU. A resposta me permitiu sair da casa com uma ponta de alento.

Outras crianças se aproximaram, algumas na mesma situação dos filhos de Mariane, em idade escolar, porém fora da escola. Dois irmãos gêmeos estavam pelados, brincando com um bambu, as peles tomadas por micoses e perebas. Quando perguntamos suas idades, as crianças só sabiam repetir seus apelidos. Um dos meninos demonstrava visível comprometimento mental. Quando perguntamos sobre a mãe, uma vizinha nos informou que ela foi para a maternidade, pois sua filha “*ia ganhar neném*”. Uma irmã mais velha apareceu, explicou que os meninos estavam pelados, pois arrancam a roupa e jogam no mato. Quando perguntamos quantos irmãos são, ela não soube responder, “*perai... são muitos (e começa a contar), só de pequeno são sete.*” Retornamos da visita bastante mobilizadas. Crianças peladas, quase sem linguagem. Com que infância estamos nos deparando? E de que forma podem essas mulheres exercer suas maternidades? Qual a função da maternidade para elas?

Chegamos à casa de Ana Maria também através da escola, que solicitou nossa intervenção, pois as crianças sofrem maus tratos. Quando chegamos, Ana Maria estava com a filha mais nova, Julia (3 anos), e dois cachorros. Luiz Carlos (6 anos) e Luciana (8 anos) estavam na ONG que freqüentam à tarde. Quando perguntamos para Ana Maria sobre sua idade, não conseguiu nos responder: “*tem lá no registro, quer ver? Eu tirei o registro (fala com satisfação).*” Tem cara de nova, aparenta ter por volta de vinte e cinco anos, e um quadro psiquiátrico que nunca foi sequer avaliado. No local onde mora, tem o

Programa Saúde da Família (PSF), e Ana nos contou que a médica (generalista) lhe passou um remédio para o nervoso e medicou também Luis Carlos. O filho apresentava alguns sintomas semelhantes aos da mãe, supostamente um quadro de psicose infantil, que merecia uma avaliação mais aprofundada. Logicamente, Ana não soube dizer quais eram os medicamentos, mas prontamente foi pegar as caixas dos remédios. Ana foi medicada com Lexotan e a criança com Passiflorine. É “casada” com um senhor bem mais velho, por volta dos sessenta anos, com quem teve esses três filhos. O marido bebe com muita frequência, e quando bebe, agride fisicamente Ana Maria e os filhos. “*Da última vez, ele deu com o soquete da cozinha nas minhas costas e nas crianças.*” Ana Maria tem um filho mais velho (que ela não sabe dizer a idade), mas que já é adolescente, e foi criado pela sua mãe. Nos chamou para conhecer toda a casa, e demonstrou satisfação em mostrar como os R\$200,00⁴ mensais dados à família pela ONG estão sendo aplicados. No caso específico dessa família, por causa de uma dinâmica familiar que não tem suporte para administrar a verba, o dinheiro fica com a assistente social da instituição, que libera a partir dos pedidos de Ana Maria. A família comprou uma mesa para a sala e um som (ambos das Casas Bahia). Parte do dinheiro é gasto com os medicamentos receitados pelo PSF. Ana também nos mostrou a máquina de lavar que seu marido comprou, “*com dinheiro do trabalho dele*”. Quando perguntamos em que seu marido trabalha, Ana só conseguiu nos dizer: “*eu sei que ele trabalha longe*”. Perguntamos porque Julia está em casa, já que poderia ter sido matriculada na creche. “*O pai não deixou*”. A menina estava com muito piolho e coçava a cabeça sem parar. Conversamos com Ana sobre uma avaliação no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e as possibilidades de manter um tratamento, “*se ele (o marido) me levar, eu vou...*” Conversamos também sobre a possibilidade da laqueadura, Ana falou que não quer, tem medo e não tem com quem deixar os filhos. Mas mostrou uma cartela de pílula anticoncepcional, e disse estar tomando todo dia.

Mara tem 46 anos e teve 10 filhos, um morreu ainda na maternidade. Todos são do mesmo pai, José Henrique. Estão juntos há 29 anos. Quando perguntei sobre o primeiro filho e a idade em que foi mãe pela primeira vez: “*Meu primeiro filho é de 1982. Eu não me lembro quantos anos eu tinha.*” Quando ia falando sobre os outros filhos, teve dificuldade em lembrar de todos. Esqueceu de falar de Caio (9 anos), quando perguntei sobre o menino (velho conhecido meu, pois criança levada a escola manda pro

4 A ONG referida é o Núcleo de Cidadania – Movimento Fé e Amor, patrocinada pelos padres jesuítas. Atende 108 crianças entre 6 e 13 anos, em oficinas sócio-educativas, no contra-turno da escola. Quarenta famílias recebem uma ajuda mensal de R\$ 200,00, e os gastos devem ser comprovados por notas a cada mês.

psicólogo), Mara afirmou: *“Ah, ele é o perigoso.”* Mara não trabalha fora, *“de vez em quando eu faço uma capininha”* e José Henrique também vive de biscates. A família recebe R\$ 122,00 mensais do Bolsa Família, e ainda ganha cestas básicas dos vizinhos. Me contou, feliz, como tem usado o dinheiro: *“Tirei uma geladeira das Casas Bahia.”* José Henrique faz uso abusivo de álcool e quando bebe é muito violento, Mara também faz uso abusivo de álcool. Era freqüente o relato da escola que muitas vezes de manhã ela já chegava lá com cheiro forte de cachaça. As crianças também contavam com freqüência sobre os episódios de violência doméstica. Durante a conversa comigo, Mara não quis aprofundar sobre esses assuntos. Sobre José Henrique: *“Ele bebia muito, parou de beber cachaça, agora é só cerveja.”* Sobre seu próprio uso relatou: *“Lá uma vez ou outra que eu tomo um copo de cerveja numa festa.”* Sobre as brigas entre o casal: *“Não chega a ter pancadaria não.”* No entanto, se queixou do marido e dos relacionamentos extra-conjugais deste. *“O tempo vai amostrando a realidade pra gente. Ele é muito agitado. Ele acha que eu não tenho que sair. Só ele que vai. Se eu for para a festa, ele começa a brigar. Ele acha que eu vou beber e namorar. Eu quero é me divertir e conversar. Agora ele pode ir pros forrós, né?!”* e concluiu: *“Já gostei mais dele, hoje não gosto mais... O tempo vai passando...”* A família mora numa casa só no tijolo, com três cômodos: sala/cozinha; quarto e banheiro. Perguntei, brincando, como conseguiram fazer tanto filho, fazendo uma referência à vida sexual do casal: *“A gente dava o jeito, né?! Esperava as crianças dormir.”* Sobre o local de moradia, Mara considerou seu maior problema: *“Eu queria comprar uma coisa independente de parente. São quatro casas no mesmo quintal, dois cunhados, a sogra e o meu barraco. E isso não dá certo.”* Vale ressaltar que isso não dá certo na opinião de Mara, mas já dura 30 anos. Quando conversamos sobre os finais de semana e os momentos de lazer, Mara demonstrou não entender muito bem sobre o que estava falando, e depois afirmou: *“É muito difícil sair com a família. A Pedra (de Guaratiba) tá muito poluída com esses troços de fumo.”* Durante toda a conversa, Mara mostrou a forma confusa com que desempenha o papel de mãe, não sabe quase nada sobre os filhos, o que gostam de fazer, como vão na escola etc. Porém, tem uma fala que merece destaque: *“Às vezes eu tenho até vergonha de vir à escola. As crianças aprontam e eu fico chateada.”* Mara veio para a entrevista muito suja e mal cheirosa, não tem quase nenhum dente na boca e coçou a cabeça durante toda nossa conversa. No final da entrevista, me perguntou se tenho filhos, disse que ainda não, e ela finalizou o encontro: *“Mas Deus vai te ajudar.”*

Muitas vezes, vivenciando a realidade das famílias pobres em nossa cidade, e todas as problemáticas oriundas desse quadro social de extrema privação, lembro da frase de uma fonoaudióloga que trabalhava comigo na ONG, durante um dia de visitas domiciliares: *“Essa gente vive de teimosa.”* Dessa forma me identifiquei completamente

com o questionamento de Lopes (2002): “*Que projeto de felicidade e de vida os sujeitos das áreas de concentração de pobreza têm?*” (p. 166). Durante algumas visitas domiciliares, mais de uma vez, me deparei com o caminhão das Casas Bahia, freqüentemente com grande dificuldade de entrar e fazer manobras nos becos das favelas de Pedra de Guaratiba, virava motivo de aplausos a cada nova entrega que fazia. Ora era a geladeira, ora o armário de cozinha, ora a máquina de lavar “tanquinho”. Nessas ocasiões, uma música sempre me vinha à cabeça: “*A minha felicidade é um crediário nas Casas Bahia*”, dos Mamonas Assassinas.

A inquietação que impulsiona o desenvolvimento desse trabalho vem da necessidade de compreender a(s) mulher(es) a partir das transformações que caracterizam a vida social e a cultural na contemporaneidade. O objetivo é abordar os valores e as identidades que as mulheres constroem a partir das vivências e suas relações com a territorialidade, focando, especialmente a relação dessas mulheres com a maternidade. Mulheres que lidam com a violência como acontecimento cotidiano, naturalizando-a em seu convívio familiar e social. Mulheres com vidas marcadas pela fome e a miséria, que aprendem, desde cedo, a criar estratégias para sobreviver num mundo hostil e excludente, a vida na cidade grande. E, nem por isso, em face de todas essas dificuldades e hostilidades de meio de vida, desistem da maternidade. E principalmente, não trazem uma nova gravidez nem sequer como uma questão.

Quem são essas mulheres? O que significa ser mulher nesse espaço urbano? Como podemos situá-las no espaço contemporâneo? Que lugares e papéis sociais elas passam a ocupar? É necessária uma reflexão acerca das diferentes dimensões da vida dessa mulher. O que pode dar suporte a essa existência?

Entendendo o lugar como agenciador de subjetividades, no segundo capítulo, intitulado “*Viver na Cidade Grande*”, percorremos o caminho da urbanização e da construção da cidade contemporânea, a emergência de um novo modo de vida e todos os desdobramentos que com isso se configuram, para isso dialogamos com Sennett (1998), Arendt (1958) e Costa (1997) entre outros. Abordamos a demarcação entre espaços público e privado, analisando também a predominância de interesses privados, trazendo o afrouxamento dos laços sociais, a indiferença e o isolamento, além de “desterritorializações”, “desenraizamentos” e superficialidade diante de uma quantidade exacerbada de estímulos, como nos trouxeram Simmel (1967), Lasch (1986), Bauman (1999, 2001) e Costa (2000). Ou como nos aponta Lopes (2002), considerando a indiferença que marca nossa época, regulamentando distâncias e padronizando afetos, agindo como um “filtro protetor”, como amortecedores, enfim como mediadores ao meio externo: “*Eram pessoas, mas viraram massas.*”

Problematizamos, embasados por autores, como Martins (1997), Fontes (2005), Bauman (2005), Perlman (2003), o conceito de exclusão social, apontando primordialmente qual(is) o(s) confronto(s) que orienta(m) a dinâmica da cidade. Como se constitui a subjetividade daqueles que aprendem a lidar com a exclusão ou com a iminência desta? O que significa transformar homens em refugos da sociedade, como denominou Bauman (2003)? Dessa forma, entramos na discussão sobre a favelização da cidade do Rio de Janeiro e as conseqüentes alterações dos espaços, a partir da historicização do modelo urbanístico da nossa cidade (Zaluar e Alvito, 1998); (Josephson e Jacó-Vilela, 2005), pensamos sobre as práticas sociais que aumentam a distância imaginária entre os habitantes da favela e "do asfalto", e a cristalização de um olhar que historicamente sempre viu os primeiros como integrantes de uma classe perigosa, como salientou Coimbra (2001) e Vergne (2002). Como esses espaços dialogam na vida cotidiana? Alegando-se razões de segurança, o espaço público é privatizado, restringindo nossa circulação pela cidade, como analisa Vilhena (1999, 2002, 2003, 2004, 2005).

Abordamos mais especificamente Pedra de Guaratiba, contextualizando historicamente a formação desse bairro e sua atual realidade social e econômica, ressaltando que está passando por significativas transformações espaciais, ambientais e sócio-culturais nas últimas décadas.

“Há uma explosão demográfica crescente a cada dia, efetivada principalmente por ocupações irregulares. (...) o local está sofrendo o impacto de um processo acelerado de urbanização desordenado, que está causando o seu esgotamento e modificando as antigas formas de convivência entre o ser humano e seu meio.” (Pimentel, 2003, s/p.).

Decidimos delimitar um espaço específico, pois acreditamos que as diferentes formas de constituição das favelas, e em que território urbano ficam localizadas influencia de diversas formas a vida de seus moradores, guardando certas especificidades dentro da semelhança que cerca aqueles que são denominados de favelados. Dessa forma, concordamos com Vilhena quando afirma que *“produto e produtor de identidades, o território compõe o ‘ser’ de cada grupo social.”* (2003, p. 77).

No próximo capítulo *"Me mostra e me ensina o que é ser feminina: interfaces ente mulher e maternidade"*, construímos algumas histórias possíveis das mulheres na nossa sociedade. Passamos pela Revolução Industrial e a entrada das mulheres nas fábricas, e também pela inserção das mulheres nos serviços domésticos, como criadas, babás, cozinheiras, professoras e amas de leite. Chegamos à exaltação da maternidade e à intensificação da relação entre mãe e filhos (Ariès, 1978; Costa, 1979). Abordamos também a consolidação da entrada da mulher no mercado de trabalho, os movimentos sociais e a profusão de publicações direcionadas para o público feminino (Oliveira, 2004;

Sant'Anna, 1995). Escolhemos privilegiar as diferentes classes sociais, à medida que grande parte do material que trata sobre o tema, como de costume, enfoca exclusivamente a história dos vencedores, ou seja, a referência de mulher é a da classe alta ou da classe média. Percebemos com isso, que mais uma vez a mulher pobre mantinha-se calada e até mesmo invisível. Como produzir uma história em que caibam essas mulheres? Como representá-las? Não seria mais justo falar em mulheres, respeitando a diversidade? De quem estamos falando? Quais as representações de maternidade vão sendo produzidas e veiculadas? Que identidades maternas são assim construídas? Utilizamos algumas autoras, como Sarlo (2000), Del Priore (2001), Sant'Anna (2001) e Moraes (2002) para trabalhar a mulher na pós-modernidade, num mundo onde o que predomina é a “escassez de sentidos”, caracterizado por uma nação fraturada e empobrecida e pelo consumo desenfreado de objetos, não é de se estranhar a grande dominação da mídia e da publicidade, que nos bombardeia com imagens de eterna juventude, e a cobrança por mulheres jovens, belas e sadias.

No subcapítulo “*Brasil, mostra a tua cara: considerações sobre mulher e pobreza*”, dialogamos com Salem (1981), Sarti (2004) e (Sawaia, 1996) para problematizar as questões relacionadas aos relacionamentos conjugais, à maternidade e à dificuldade da manutenção de vínculos empregatícios e às formas de vida estabelecidas por essas mulheres. Utilizamos relatórios da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para embasar estatisticamente os temas debatidos, bem como as questões relacionadas à violência doméstica e suas diversas interfaces. Oliveira (2005), Soares (1999) e Aquino (2009) foram algumas das autoras que nos deram embasamento para propor essa discussão. Trabalhamos a aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/06) e os impactos trazidos na vida das mulheres pesquisadas.

Para terminar, o subcapítulo “*Por que tantos filhos?: maternidade nas classes populares*”, traz à tona uma discussão muito em voga atualmente, jornais de grande circulação destacam com frequência o aumento da fertilidade nas favelas, bem como a maior taxa de natalidade entre adolescentes nas camadas populares. Pensando a maternidade enquanto fenômeno social e conseqüentemente como uma construção sócio-histórica, Costa et alli (2006), Martins (2008), Gontijo e Medeiros (2004) entre outros problematizam as formas de intervenção tecno-política sobre o comportamento reprodutivo da classe pobre, num contexto sociopolítico de perda dos suportes coletivos e da incapacidade do Estado para administrar a questão social. Dessa forma, procuramos dar um outro lugar à maternidade e à escolha de ser mãe, como poderemos observar ao longo do último capítulo.

Finalizamos o trabalho com o capítulo que vai trazer a pesquisa de campo: “*Inauguro Linhagens, Fundo Reinos: conhecendo as mulheres de perto*”. Realizamos

uma discussão acerca da questão metodológica e dos limites da escritura, utilizando especialmente a teoria de Bakhtin (2003). Através de entrevistas semi-estruturadas e observação participante (como visitas domiciliares, conversas nos horários de entrada e saída da escola, passeios no Ônibus da Liberdade entre outros), pretendemos dar voz às mulheres a partir das categorias pelas quais são socialmente construídas as identidades femininas e as vivências da maternidade das mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba. É importante ressaltar que as categorias de análise foram construídas a partir da fala das entrevistadas, pois o primordial foi deixar emergir o que elas têm a dizer, o que caracteriza uma grande inter-relação entre essas categorias. Foram entrevistadas 14 mulheres, parte das entrevistas foi realizada em um Ciep municipal de Pedra de Guaratiba, uma das escolas em que trabalho, e parte na Fundação Xuxa Meneghel. Todas as entrevistas foram gravadas mediante o prévio consentimento das entrevistadas, e tiveram como base um roteiro a ser abordado, levantado a partir de literatura especializada e das inquietações presentes na entrevistadora acerca da problemática central da pesquisa. O roteiro constava dos seguintes tópicos: *o lugar da maternidade em sua vida; primeira gravidez e número de filhos; naturalidade e a cidade do Rio de Janeiro; concepção de família e relacionamento com os parceiros; rede social e comunidade; escolarização e inserção no mercado de trabalho; a vida em Guaratiba.*

Entre as entrevistadas, oito mulheres nasceram no Rio de Janeiro, uma é natural de São Paulo, e temos ainda imigrantes da Bahia, João Pessoa, Maceió, Ceará e Recife. Percebemos logo a forte representatividade da região Nordeste de nosso país, bem característico do território estudado, como nos aponta Zamora (1992, 1999).

A mais nova entrevistada é Pâmela, de apenas de 16 anos, e a mais velha, é Maria Regina, com 39 anos. O número de filhos variou entre 1 e 10. Já em relação à escolaridade, apenas uma das catorze entrevistadas conseguiu alcançar o ensino médio e ainda assim, parou no primeiro ano. Todas as outras permaneceram no ensino fundamental, sendo que Elenira, Édila, Marilane e Josiane estudaram apenas até a segunda série do ensino fundamental. Um outro fator pertinente a todas as entrevistadas é que tiveram a primeira gravidez ainda na adolescência ou bem jovens. Ana Paula foi a que engravidou mais cedo, aos 15 anos e Maria Regina foi a que demorou mais a ter o primeiro filho, aos 20 anos.

A partir das entrevistas, construímos as seguintes categorias de análise: 1) A Maternidade - que se subdividiu em: a) A primeira gravidez; b) Os outros (muitos) filhos e a função da maternidade; c) As tentativas de aborto; d) Quando o marido quer o filho... Elas cedem; e) Filho para preencher um vazio; f) Gravidez e violência doméstica; g) A perda de um filho; h) O que é a maternidade? - Inseguranças e contradições ; 2) Aparente passividade frente à vida; 3) Desigualdade de gênero / Violência doméstica / Uso abusivo

de álcool e outras drogas; 4) Vida de Migrante e a Rede Social com a Família; 5) Vulnerabilidade Social / Baixa Escolaridade / Precariedade da Vida Profissional / Diminuição da Sociabilidade; 6) Pobreza e suas Relações com a Violência da(na) Cidade; 7) Precariedade na Relação com a Mãe; 8) Religiosidade; 9) Conjugalidade(s) e 10) Contraceptivos e Planejamento Familiar. Estabelecemos um diálogo com Uziel e Santana (2008), Bohn (2004), Burgos (2008), Vilhena (2004, 2005, 2006, 2007 e 2009), Bruschini (2008) entre outros para sustentar nossa problematização e trazer nossas considerações sobre os temas abordados no presente trabalho.

Nas Considerações Finais objetivo apresentar, de forma resumida, as conclusões mais relevantes do trabalho, além de propor possíveis desdobramentos da pesquisa.

2 Viver na Cidade Grande

*“São 200, são 300
as favelas cariocas?
Tempo gasto em contá-las
é tempo de outras surgirem.
800 mil favelados
ou já passa de um milhão?
Enquanto se contam, ama-se
em barraco a céu aberto,
novos seres se encomendam
ou nascem à revelia.”*

(Carlos Drummond de Andrade.
Favelário nacional, 1984)

2.1 Entre “desenraizamentos” e superficialidades: transformações nos vínculos sociais

“O mundo explodiu lá fora A vida não é mais como devia ser O futuro é aqui e agora” (Charlie Brown Jr.)

A formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista veio modificar as relações que o indivíduo tinha com os âmbitos público e privado, inclusive contribuindo para constituição deste novo modo de subjetivação, o indivíduo como instância separada da sociedade. No século XVIII existia uma clara divisão entre a vida pública e a vida privada na Europa. Sennett (1998) considera que as exigências de civilidade, características do comportamento público, se opunham às exigências da natureza, referentes à família. Criavam-se novas modalidades de discurso e até mesmo de vestuário para que essa fronteira fosse bem demarcada. Nessa época, à medida que as cidades cresciam, aumentavam os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar, como enormes parques urbanos e ruas destinadas ao passeio de pedestres como forma de lazer. Teatros, óperas e cafés começaram a fazer parte do roteiro do grande público, não ficando mais limitados à elite. Havia um equilíbrio entre as duas realidades, não se preferia uma em detrimento da outra. “Enquanto o homem se fazia em público, realizava sua natureza no domínio privado, sobretudo em suas experiências dentro da família.” (Sennett, 1998, p.24).

Se no Iluminismo do século XVIII as tensões entre as exigências de civilidade e os direitos da natureza estavam presentes, no início do século XIX, com a ascensão de um

capitalismo industrial, ocorre uma mudança fundamental nas idéias de público e privado. Aos poucos, a luta pela ordem pública na cidade foi se desgastando, as pessoas passaram a se proteger contra ela. Dessa forma, a família passa a ser vista como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado que o domínio público. A visão intimista é impulsionada à medida que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. Hannah Arendt (1958) ressalta que com o surgimento da sociedade de massas, a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. A vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a diferença se reduziu às questões privadas do indivíduo. A autora aponta ainda, que a chamada conduta social passa a ser promovida a modelo de todas as áreas da vida.

Ocorre uma mudança na organização do espaço urbano, começa-se a pensar o domínio público como desprovido de sentido. O espaço público se tornou uma derivação do movimento, destina-se à passagem, não mais à permanência. Sennett (1998) faz uma observação sobre o automóvel particular e o seu uso nas grandes cidades. Não se usa o automóvel para fazer turismo, para ver a cidade, ao contrário, o carro dá liberdade de movimentos, pode-se viajar sem ser interrompido por paradas obrigatórias como nos ônibus e metrô, ou seja, nos transportes coletivos. Às ruas da cidade cabe permitir a movimentação, se há algum impedimento como sinais e contramão, os motoristas já ficam nervosos. O mais grave disso tudo é que assim como as pessoas se isolam no automóvel particular, “o indivíduo condominizado não se direciona para o espaço público – praças, ruas, vizinhos, uma vez que se encontra assentado em solitárias formas de convivência.” (Vilhena, 2009, p. 106). Tudo o que as envolve perde qualquer significado, restando apenas o meio para chegar a um fim. A autora questiona então, “o que é que o laço social vem disponibilizando ao sujeito contemporâneo.” Nesse sentido de isolamento social, acabamos perdendo nossa visibilidade para os outros (Sennett, 1998). Nas palavras do próprio autor:

Atualmente, experimentamos uma facilidade de movimentação desconhecida de qualquer civilização urbana anterior à nossa, e no entanto a movimentação se tornou a atividade diária mais carregada de ansiedade. A ansiedade provém do fato de que consideramos a movimentação sem restrições do indivíduo como um direito absoluto. O automóvel particular é o instrumento lógico para o exercício desse direito, e o efeito que isso provoca no espaço público, especialmente no espaço da vida urbana, é que o espaço se torna sem sentido, até mesmo endoidecedor, a não ser que possa ser subordinado ao movimento livre. A tecnologia da movimentação moderna substitui o fato de estar na rua por um desejo de eliminar as coerções da geografia. (p. 28).

Ainda a este respeito, Bauman (2001) vai caracterizar os espaços públicos presentes na cidade grande. Ele aponta que o espaço urbano, árido, pouco hospitaleiro,

devassado, serve exclusivamente à passagem das pessoas, à sua exibição, mas não ao encontro. Outros espaços públicos são destinados ao consumo, como salas de espetáculos, shopping centers e restaurantes. O que vai predominar nesses ambientes é o contato com a mercadoria, e não com outras pessoas. Para o autor, as cidades são lugares cheios de desconhecidos que convivem com estreita proximidade, ao alcance dos olhos e das mãos, o que introduz um grau considerável de incerteza nas atividades cotidianas dos habitantes das cidades. Compartilhar o espaço da cidade com estrangeiros pode ser uma tarefa bastante incômoda, todavia, não há como evitarmos. Ainda nesse sentido, Vilhena (2009) analisa que sob a justificativa de uma política de segurança, estamos acabando com a vida da rua, com suas diferenças, seus cheiros, seus ruídos e seus “estranhos”. A criação dos shopping-centers seria a tentativa de duplicar a cidade, sem o que “desagradável” há nela, o diferente, uma vez que o diferente deve ser banido de sua convivência (Vilhena, 2009).

Uma outra categoria que Bauman expõe é a de não-lugar. Os não-lugares, que também são públicos, têm como característica uma padronização dos comportamentos, não deixando espaço para qualquer marca subjetiva. O que ocorre são rituais e regras de conduta. Nem mesmo a civilidade do sujeito precisa ser mobilizada, como se para estar nesses lugares, os sujeitos precisassem somente de um manual. Os sujeitos não se “revelam”. São os aeroportos, auto-estradas, quartos de hotéis. Para finalizar, Bauman considera os espaços vazios, vazios de significado, portanto não vistos, ignorados. Um exemplo são as sobras dos projetos arquitetônicos, e até áreas que estão povoadas, mas que não fazem parte do referencial, ou do “mapa mental” que os sujeitos têm da cidade (Simmel, 1967).

Quando falamos sobre o bairro de Pedra de Guaratiba, imediatamente a referência que vem às pessoas são os restaurantes ou as peixarias, não conseguem visualizar as favelas e ocupações desordenadas cada vez mais crescentes na região. No entanto, para se chegar a esses restaurantes, a passagem por esses espaços é obrigatória, mas não são vistos, já que o foco do passeio da família no final de semana ou do jantar entre amigos é outro. Já tão acostumados a procurar o bairro no momento de lazer, não conseguem dar conta da degradação e das condições miseráveis em que muita gente está vivendo, inclusive os garçons e a cozinheira do restaurante que freqüentam. Ou seja, esses espaços não fazem parte do “mapa mental” desses sujeitos. Vilhena (2003) aponta que a construção do “mapa mental” faz parte das estratégias de sobrevivência que os sujeitos vão traçando para viver na cidade grande. No exemplo acima, trata-se da “vida mental dos privilegiados”, reiterando uma prática de segregação daquilo que não desejo ver e aprofundando a incomunicabilidade entre os diferentes na vida da metrópole. (p. 06).

Esta linha de autores (Bauman, 2001; Costa, 1997; Sennett, 1998 e Lasch, 1986), ao falar de demarcação entre espaços público e privado, analisa também a predominância

que o universo privado assume na contemporaneidade.⁵ Dessa forma, Vilhena (2009) coloca que a privatização do espaço público esvazia o que de político há nele, exatamente o espaço aberto para discussões, ou seja, a polis. Costa (2000) acrescenta um ponto a mais nesta discussão, ao mostrar que a privacidade, percebida como sagrada, uma vez que se tornou um fator importante de resistência à opressão, é pouco a pouco, absorvida pela moral do consumo. O privado, o “íntimo”, passa a ser visto como algo que possui atrativos. O outro passa a se interessar pela privacidade alheia, e o que vale neste momento é a exposição de algo que se torna lucrativo e vendável.

O ‘cidadão’ se encolheu no ‘consumidor’ e, praticamente, reduziu sua liberdade de expressão à escolha dos bens e serviços que deseja possuir. O ‘sagrado’, depois de politicamente secularizado, foi economicamente rebaixado ao ‘pegue e pague’ do que é mais lucrativo. (Costa, 2000, s/p.).

O que ocorre em nossos dias é uma grande confusão entre vida pública e vida íntima. As pessoas tratam em termos pessoais os assuntos públicos, da mesma forma em que há uma exibição publicitária da privacidade. Se Foucault, em “Vigiar e Punir” (1978), falava da sociedade panóptica como estratégia de controle, o mundo pós-moderno e a total exibição da vida íntima geram também a produção, de maneira diferenciada, mas não menos controladora, de “corpos dóceis”, como nos mostra Bauman (1999). Nos dias de hoje, o sujeito é invadido pela sedução da sociedade de espetáculo, que produz modelos a serem seguidos e, sobretudo, consumidos.

Nudez, hábitos de higiene; atos e fantasias sexuais; ímpetos destrutivos; rituais de amor ou de elevação espiritual etc., foram, por dois ou três séculos, resguardados da luz do público. A sociedade de massas e a economia globalizada deram às costas a tudo isso. Na moral da publicidade, tudo o que é vendável deve ser visível. Ao se mostrar tudo a todos, contudo, nada mais resta de ‘íntimo’. A mais leiga da cultura já trocou o recato pela autoflagelação moral em público, transformando em assunto mundano o que era matéria de respeito e sigilo pessoais. (Costa, 2003, s/p.).

A cultura da confissão publicitária acaba produzindo um evitamento de sentimentos, já que, se é necessário mostrar o que se sente, uma boa saída é não sentir. Nesse caso, o retraimento do sentimento é uma forma de manter certa invulnerabilidade. Assim, superficializa-se as relações. A relação com o outro é posta em segundo plano, o próprio bem-estar passa a ser a finalidade última de nossa existência (Costa, 2000 e 1997; Sennett, 1998). Simmel (1902 [1967]) apontou a intensa quantidade de estímulos nervosos a que um homem está exposto na cidade grande. É por esse motivo que o

5 Um bom exemplo disto é o título do livro de Sennett (1998), “O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade”, que aponta muito bem as questões discutidas acima.

homem contemporâneo desenvolve uma espécie de “filtro sensorial” como meio de proteção a essa avalanche de invasões externas. Protegendo-se, o homem metropolitano está preservando sua vida subjetiva, e para isso se faz necessário uma grande parcela de racionalidade e um tamponamento da emoção.

Essa seria uma explicação para o comportamento do sujeito contemporâneo nos relacionamentos que estabelece, onde o que predomina é a superficialidade. Produz-se assim uma subjetividade deficiente no sentir e, conseqüentemente, a indiferença em relação ao outro e um isolamento em interesses privados. Ocorre então o distanciamento daquele que não mais reconheço como meu semelhante, e um desprezo pelo diferente, considerado como inferior (Vilhena, 2003; 2009). A intolerância ao outro pode ser entendida como um traço específico da violência moderna. Entretanto, sem a proteção que era oferecida pela rede de vínculos sociais, o indivíduo torna-se frágil e vulnerável (Bauman, 2006). Certos fatores que condicionam a pobreza impedem a produção de “ilusões” coletivas, de idealizações comuns, como as constantes migrações, remoções de área de risco e ocupações urbanas malsucedidas, que impõem um regular deslocamento territorial a comunidades inteiras. Lopes (2002) analisa que “essas constantes idas e vindas geram um descentramento comunitário (de base territorial) e impedem a formação de laços de sociabilidade mais duradouros ou consistentes num lugar.” (p. 165). Essa “desterritorialização” (Guattari & Rolnik, 1996), está deslocando sempre o sujeito de modos de fazer (trabalho), de temporalidades e de viver, familiares ao seu cotidiano. Lopes (2002) considera que as situações de exclusão produzem uma fragmentação das relações sociais, enquanto Passetti (2002) fala sobre a ausência de ideais nas zonas de confinamento.

A vida associativa, fundamental no direcionamento das demandas coletivas e de uma sociabilidade positiva, solidária e fraterna, acaba se desmantelando (Vilhena, 2009). Janice Perlman (2003) num estudo comparativo que fez nas favelas com um espaço de tempo de trinta anos, concluiu que nos dias de hoje existe consideravelmente menos “diversão” no espaço público, menos participação nas associações de moradores, e menos visitas entre amigos e parentes, e que com exceção das igrejas, a participação em qualquer tipo de organização declinou enormemente.

O que observamos é que o lugar para os afetos, as amizades, o respeito mútuo, a confiança, vai ficando cada vez mais restrito; a circulação entre os espaços cada vez mais circunscrita e as trocas entre os pares cada vez mais inexistentes. (Vilhena, 2009, p. 103).

2.2 “Diga-me onde moras e te direi quem és”⁶: discutindo a exclusão social

*“Lá não tem brisa
Não tem verde-azuis
Não tem frescura nem atrevimento
Lá não figura no mapa
No avesso da montanha, é labirinto
É contra-senha, é cara a tapa”
(Chico Buarque)*

É fácil visualizar o crescente processo de urbanização do nosso país. Se nos anos 30, nossa população compunha 30% de área urbana e 70% de área rural; nos anos 75, com o avanço do capitalismo e a Revolução Industrial, a realidade já se configurava de forma bastante diferenciada (50% urbana e 50% rural). A consequência desses fatores, é que no ano 2000, 80% da população brasileira ocupava as áreas urbanas e apenas 20% permanecia na zona rural. Fenômeno que Bauman (1999, 2003) denominou de desenraizamento. O crescimento das grandes cidades e o “esvaziamento” das regiões rurais teve como base constitutiva a formação de uma população livre, despossuída dos meios de produção para a própria subsistência, detentora apenas de sua força de trabalho, o que Marx (1968), denominou de expropriação dos trabalhadores diretos. Pacelli (1999) pondera que temos que pensar no migrante considerando seu confronto diante da duplicação espacial, o urbano e o rural, pois perde seu espaço mínimo de referência. Tivemos, com isso, um crescente assalariamento da mão-de-obra disponível, ao mesmo tempo em que as inovações tecnológicas eram introduzidas no mercado, gerando grande número de desemprego. A passagem da economia doméstica para a economia manufatureira, posteriormente para a fábrica e a indústria. Com isso, a proletarização do trabalhador sem qualificação e a migração rural para a cidade. Tal fenômeno é facilmente observado na cidade do Rio de Janeiro, as populações que ocupam as favelas em sua maioria são oriundas de regiões rurais de nosso país, inclusive tendo sido criada a Associação dos Nordestinos do Brasil.⁷ Esse processo de mercantilização da força de trabalho e a constante subordinação do trabalho ao capital, forçava para baixo o valor dos salários dos que estavam empregados, já que existia um grande contingente de mão-de-obra apta, à espera de uma oportunidade, o que Marx (1968) chamou de exército industrial de reserva. Nesse sentido, Pacelli (1999) questiona que destino está reservado aos deserdados da globalização. “Qual o lugar, numa cultura planetária, para os que não se inserem de algum modo nas expectativas e exigências ditadas pela lógica totalizante e

⁶ (Vilhena, 2003).

⁷ Ver reportagem do Jornal O Globo de 17 de abril de 2009, com entrevista do presidente da Associação, Rozemberg Alves do Nascimento.

imperativa do mercado (de bens, de serviços, de identidades, de itens culturais, de consumo?)" (p. 13).

Nos dias de hoje, o eixo de funcionamento da sociedade sai da fábrica e vai para o mercado, o que se faz presente não é mais a sociedade de produção, mas a sociedade de consumo e de circulação de mercadorias e serviços (Martins, 1997).

(...) ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma `formação social` que não comporta exterioridade (...) Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias `margens` (e portanto seus próprios `marginais`) e que, finalmente, somente conhece exclusão interna? (Balibar apud Fontes, 2005, p. 25).

Martins (1997) traz uma discussão acerca do conceito de exclusão, que considera impróprio e acaba distorcendo o problema que se pretende abordar. Afirma que a palavra exclusão indica uma dificuldade muito mais que uma certeza, e o modo como está sendo usada na contemporaneidade está a serviço da desmistificação da palavra pobre, à medida que também estamos questionando qual a nova concepção de pobreza e o que queremos dizer quando nos apropriamos dessa palavra. Fontes (2005), no mesmo sentido, salienta que o tema da exclusão, embora apareça veiculado nos meios de comunicação como uma nova questão, além de ter uma história atrás de si, pode se referir a fenômenos profundamente diversos. O que ocorre nos dias de hoje é um complexo processo social de redefinição de posições e localizações das pessoas no mundo do trabalho, ou seja, o problema está então, na inclusão (ou re-inclusão) (Martins, 1997). O autor trabalha ainda o conceito de inclusão precária e instável para designar aqueles que estão sendo brutalmente afetados pela nova desigualdade social e para os quais há apenas lugares residuais na nossa sociedade. Ou como diria Bauman (2005), o refúgio humano que as transformações econômicas vêm produzindo, pautadas num capitalismo que desenraíza e brutaliza todos nós. A noção do excluído não é uma noção do sujeito que se percebe como tal, é uma noção construída pelo indivíduo integrado para nomear o outro. É uma categoria abstrata porque está referenciada ao sujeito que está dentro do sistema. Todos somos iguais, mas vivemos em um mundo onde a desigualdade é fundamental. Fontes (2005) traz o conceito de inclusão forçada para falar de formas de discriminação e segregação includentes e da produção de uma superpopulação relativa, que sofre na crise contemporânea, "ligada ao sistema capitalista mas permanentemente mantida em suas margens, reconstituindo sem cessar um excedente de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho." (p. 23). Dessa forma, o que está em questão é justamente a inclusão, ou seja, a degradação dessa reinclusão, já que o tempo de procura por trabalho está cada vez mais longo, isso, quando se consegue uma nova ocupação. Estar

desempregado passou a ser um estado permanente e freqüente. “O período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório.” (Martins, 1997, p. 33). Podemos então pensar que a sociedade está produzindo uma massa de população sobrando (Bauman, 2005), e, portanto, que o capitalismo contemporâneo provoca transformações que indicam um recuo na dimensão inclusiva, uma vez que a exclusão social era vista anteriormente como uma forma passageira de um desequilíbrio ou como uma disfunção social. Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da desigualdade, há uma retração da própria inclusão no mercado. De acordo com Bauman (2006), as pessoas passam a ser vistas como não aptas para a integração e não é possível vislumbrar qualquer função que possam vir a desempenhar, como se fossem inassimiláveis para a constante roda viva. Acaba-se vivendo num beco sem saída, como se o destino fosse irrevogável.

A tendência, e o novo risco, é um alijamento do mercado tout court (o termo mais evidente e mais empregado é `os sem`, que já conta com equivalente em quase todas as línguas: sem-terra, sem-teto, sem-comida etc.). O risco atual é o da constituição de populações desnecessárias, inclusive para a regulação capitalista. (Fontes, 2005, p. 32).

Martins pondera ainda que essa reinclusão até pode se dá no plano econômico, quando a pessoa consegue um biscate para sobreviver, mas não se dá mais no plano social. Nesse sentido, Perlman (2003) pondera que o conceito de exclusão foi além do dualismo econômico e desemprego para uma questão de direitos e oportunidades de cidadania. Lopes (2002) afirma que os sujeitos excluídos se vêem em graus profundos de privação de capacidades. A sociabilidade fica, pois, prejudicada. O modo como são reincluídas compromete radicalmente a condição humana, já que ocorre uma desintegração moral e social. Martins também questiona de onde vem o dinheiro de algumas pessoas dessas comunidades, muitas vezes, de um poder paralelo próprio (tráfico de drogas e milícias), e outras vezes de um trabalho degradante do ponto de vista social, sem direitos e garantias mínimas. Incluídas economicamente, essas pessoas estariam criando um mundo à parte. “(...) está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos etc.”(Martins, 1997, pp. 35/36). As pessoas podem até ter dinheiro, mas continuam à margem, “são tratados como cidadãos de segunda categoria e sabem disso (...) estão separadas por estamentos, categorias sociais rígidas que não oferecem alternativas de saída. (...) Entre esses dois mundos abre-se uma fratura difícil de ultrapassar.” (op. cit.,

1997, p.36). Como se existisse uma não comunicação cada vez mais grave entre dois mundos diferentes, compostos por duas categorias de cidadãos.

A inexorabilidade da ordem de despejo e as perspectivas pouco animadoras de qualquer tentativa de recorrer da sentença são o que converte os atuais excluídos em classes perigosas. (...) (E o que gera) a dissipação gradual da esperança e o progressivo abandono da vontade de resistir. (Bauman, 2006, p. 19).

José de Souza Martins problematiza ainda o trabalho como ocupação que o sujeito tem e que gera renda, além de ser formador e produtor de subjetividade. Faz um contraponto ao sujeito que só depende do Estado de Bem-Estar Social. As políticas sociais compensatórias legitimam a “exclusão”? São formas de inclusões enganadoras? No mesmo sentido, Wacquant (2001) também aponta a exclusão como um conceito impreciso e, portanto, equivocado. De que exclusão se fala? A partir do conceito de “marginalidade avançada”, Passetti (2002) faz um contraponto entre uma anomia temporária e uma forma acabada de deslocamento, considerando que essas pessoas não são mais vistas pelo Estado como capazes de recuperação, e são encaradas como os principais inimigos sociais:

(...) vêem-se como algo à parte, pleiteando vida à parte, redimensionando a rotina das estigmatizações (...) se unificam na conformidade em habitar a periferia (...) confinadas em suas territorialidades, se separam e são repartidas ainda como virtuosas e viciadas, pertencentes a famílias estruturadas e desestruturadas, clamando mais segurança do Estado penalizador. (p.10).

Concordando com tantos outros autores, Denise Jordelet (2004) afirma que a noção de exclusão é polissêmica e pode ser oriunda de fenômenos muito variados. Ressalta que o estado estrutural da organização social vai promover um tipo específico de relação social, que deve ser contextualizado historicamente. Através da psicologia social, a autora tenta compreender de que maneira pessoas ou grupos que são objetos de uma distinção, são construídos como uma categoria à parte.

Nesse sentido, traz à tona a discussão muito presente na contemporaneidade, a avaliação depreciativa das pessoas que sofrem alguma forma de exclusão, como se a responsabilidade por tal fenômeno fosse individual, desconsiderando todos os fatores sociais, políticos e econômicos. Guareschi (2004) fala sobre uma “individualização do social e um endeusamento do individual” (p. 152). Quando as pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta, esquece-se de causalidades históricas e sociais, produzindo uma visão extremamente reducionista do ser humano.

Na legitimação da exclusão, é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado de marginalização, ou quase genocídio, de milhões. Essa vítima é o próprio excluído. (...) O ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído. (Guareschi, 2004, p. 154).

Utilizando o conceito criado por Bar-Tal (1989), Paugam analisa que:

Os estereótipos de deslegitimação visam a excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis, por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos. (2004, p. 64).

Considera que a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado, e está situada em um contexto econômico marcado por forte degradação do mercado de trabalho. No entanto, aponta sobre a heterogeneidade dos pobres, oriundos de diversas categorias sociais, mas ressalta que *“todos passam invariavelmente pelo processo de desqualificação social – que os empurra para a esfera da inatividade – e de dependência dos serviços sociais.”* (p. 67).

Problematiza sempre o conceito de desqualificação social:

“que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo” (p. 68).

A desqualificação social corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre (em função de sua dependência em relação aos serviços sociais) e o resto da sociedade. (p. 69).

Entende, pois, a pobreza como um processo e não como um estado perpétuo e imutável, e tem como objetivo definir sociologicamente a pobreza a partir da relação de assistência a que o indivíduo está submetido. Utiliza cinco elementos para definir essa relação. A estigmatização dos assistidos refere-se à desvalorização dos pobres e à situação de isolamento em que muitas vezes são obrigados a viver. Considera que a humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social. Analisa o modo específico de integração que caracteriza a situação dos “pobres”, já que existe de fato uma exclusão relativa, pois só com a multiplicação cada vez maior da pobreza, pode-se manter a interdependência entre as partes constitutivas desse conjunto da estrutura social. O terceiro elemento trata das possibilidades de reação, ou seja, os meios de resistência conservados pelos pobres, que muitas vezes, coletivamente ou individualmente preservam ou resgatam uma legitimidade cultural, podemos exemplificar com o envolvimento dos jovens com o movimento funk ou hip hop. Em

relação às mulheres estudadas ainda se coloca a questão se de fato existe meio de resistência.

Paugam reitera que a desqualificação social é uma relação de interdependência entre os “pobres” e o resto da sociedade, que gera uma angústia coletiva, já que um número crescente de indivíduos é considerado como pertencente à categoria de “pobres” ou de “excluídos”, como bem nos lembra Bauman, reforçando cada vez mais o refugio da sociedade. O autor também faz uma relação entre a precariedade da vida profissional e a diminuição da sociabilidade, alegando que o enfraquecimento dos vínculos sociais faz parte das primeiras fases da desqualificação social.

Um outro ponto abordado por Paugam, presente em nossos estudos é a dificuldade dos moradores das favelas ou zonas de periferia em dizer o local onde moram, já que constantemente são “igualados a pessoas cujo descrédito é do conhecimento de todos” (p.73).

Quando analisa as pessoas que se tornam dependentes dos benefícios sociais, como é o caso das mulheres pesquisadas, pondera que “o estatus de assistido permanece socialmente desvalorizado. Ele permite apenas evitar a extrema miséria.” (p. 76). Quando a miséria passa a ser sinônimo de dessocialização, já existem problemas em todos os setores da vida, caracterizando um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização.

Colocando em pauta um tema bastante pertinente para nossos estudos, o autor afirma que muitas vezes, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram no álcool ou nas drogas um meio de compensação para sua infelicidade. “Após terem interiorizado sua condição marginal passam a procurar, antes de tudo, satisfazer suas necessidades imediatas.” (p. 80).

Ao trazer a discussão sobre as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho na contemporaneidade, Guareschi (2004) fala sobre o conceito de automação, ou seja, as novas tecnologias criam instrumentos que substituem a mão-de-obra humana. “Com isso multidões de pessoas foram dispensadas de seus empregos, e as novas gerações nem chegam a conseguir um local de trabalho.” (p. 144).

As pessoas são excluídas do trabalho, excluídas da produção. Evidentemente, não estamos dizendo que o trabalho acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora. (...) A sociedade, em geral, e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho. É essa a novidade hoje. A isso se chama de exclusão (...) (Guareschi, 2004, p. 144).

O autor continua sua análise, apontando que as estratégias para criação e reprodução das relações de exclusão são muito diversas, mas sempre são caracterizadas por serem assimétricas, injustas e desiguais. Considera que um novo mandamento do neoliberalismo que deve ser instaurado entre as pessoas é a competitividade. E “a competitividade exige a exclusão.” (p. 146). Mediante a controversa afirmação do autor que “o desenvolvimento liberal quer transformar a todos em trabalhadores com carteira assinada, comprando em supermercados e consumindo nos shopping-centers.” (p. 153); não podemos deixar de lembrar que às custas de uma competição entre desiguais, que acaba por excluir os mais fracos e manter a dominação dos mais fortes.

As conseqüências do estabelecimento e do funcionamento dessa relação de competitividade é a exclusão não apenas de alguns, mas de milhões, ou bilhões, de seres humanos. Citando James Goldsmith:

(...) assim como na natureza existem os predadores, que eliminam os 'supérfluos', assim também no mundo econômico devem existir predadores que, através da competição vão eliminar os 'parasitas' da sociedade (os pobres e os desempregados, os excluídos). (p. 147).

Assistimos a um fenômeno global do crescimento da extrema pobreza. Castells refere-se ao “quarto mundo”, ou seja, o mundo dos excluídos, onde 60 % da população vive nos antigos “bolsões” de pobreza. Guareschi (2004) afirmando a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, questiona: “Que sobra de tudo isso? Uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis.” (p. 149).

Ao trazer a pobreza como dependência dos auxílios da assistência social, leva-nos a indagar se este tipo de benefício geraria a estigmatização e seria uma espiral de esvaziamento subjetivo. Para ele, o sujeito que está fora da produção, está em um estado de anomia, entende, pois, o trabalho como estruturante na vida do indivíduo. “Estar sem trabalho implica que o indivíduo deixou de ser imprescindível, até mesmo que tenha deixado para sempre de ser necessário, vendo-se desterrado para o depósito de lixo do progresso econômico (...) a um passo de cair no buraco negro dos desclassificados.” (Bauman, 2006, p. 20). Dando continuidade, Paugam (op. cit.) problematiza a relação entre os modos de resistência e a fase do processo de desqualificação social em que se encontram. Para tal determinação, considera três fases de relação com os serviços sociais: frágeis (quando é pontual), assistidos (já se torna uma relação regular) e marginais (com uma relação estrutural). O quinto elemento refere-se à definição das condições histórico-sociais do processo de desqualificação social.

É fato que tais auxílios levam recorrentemente a um esvaziamento político da população atendida. Contudo, há que se questionar se essas mulheres, objeto de nossa pesquisa, que não tiveram oportunidades de escolhas profissionais e, conseqüentemente,

não sentem prazer na vida do trabalho, ao optar pelo cuidado da casa e dos filhos ao invés de estarem nas casas das “madames”, têm suas vidas esvaziadas de sentido. O que significa para elas receber os R\$ 120,00 mensais do Bolsa Família? Muitas vezes significa não morrer de fome.

Ao apontar os contingentes populacionais desnecessários à vida social, e, portanto, “descartáveis”, Fontes (2005) enfatiza que o pertencimento social desse grupo encontra-se abalado, gerando uma crise identitária, “(...) que acentua não apenas as formas de segregação (espacial, cultural, étnica) ou as desigualdades econômicas, mas também um certo sentimento de vazio da existência – está em grande medida associada ao quase colapso de propostas alternativas de futuro.” (p. 41). Para Castells (2000), se nas cidades gregas os escravos e as mulheres eram tidos como não-cidadãos, pode-se afirmar que os não-cidadãos das cidades atuais são os pobres e “excluídos”. O autor afirma que a cidade pressupõe um sistema de classes sociais, um sistema político (para o funcionamento social), um sistema institucional de investimentos em cultura e técnica e um sistema de troca. A diferença é que as cidades gregas funcionavam como um núcleo de gestão para dar suporte ao campo, ao rural. Na Idade Medieval, as cidades já passam por uma transformação, pois começam a ter uma produção própria, a manufatura. Castells aponta que a diferenciação espacial das cidades começa nessa época. Com a industrialização há um grande aumento dessa espacialização. A cidade começa a ter áreas específicas para cada função, ou seja, regiões de produção diferenciadas.

O espaço está o tempo inteiro em relação com quem o ocupa. De acordo com Castells (2000), é a partir de uma relação entre o espaço físico e a sociedade (que dá movimento a este espaço) que se pode definir o que é urbano. O autor enfatiza que é somente a partir da década de 70 que se começa a pensar e a teorizar sobre a cidade urbana, contemporânea. Entende a cidade, pois, como a especialização dos espaços. Tal especialização acabou tendo como consequência uma grande dificuldade dos indivíduos em desenvolverem a noção de sua pertença ao mundo. A cidade não é abstrata, e sim um sistema de relações. Os moradores da cidade não dominam nem um pouco o que estão fazendo aqui. Quais são as consequências disso nas populações pobres? Vilhena (2003) aponta que os filhos desse social encontram-se perturbados à procura desesperada de uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento, de inclusão.

Vivendo em uma grande modernidade líquida (Bauman, 2001), o que reina nas relações interpessoais é o medo de ficar para trás, de perder o bonde da história, de se tornar supérfluo e conseqüentemente descartável. “Quando a competição substitui a solidariedade, as pessoas vêm-se abandonadas aos seus próprios recursos, dolorosamente escassos e manifestamente insuficientes.” (Bauman, 2006, p. 17).

Podemos observar uma onda de tolerância zero com os pobres, muitas vezes demarcando espaços e territórios de circulação⁸, para que não incomode com seu espetáculo de feiúra e miséria. “Não sendo possível ignorar a favela, aprendemos a temê-la e a rejeitar seus moradores, vistos como massa uniforme de um monstro subterrâneo, prestes a destruir nosso mundo ‘ordenado’ e ‘coerente’.” (Vilhena, 2003, p. 80). Assistimos a classe média legitimar a entrada truculenta das forças armadas nas favelas, deixando claro a distância cada vez maior entre os dois mundos, transformando as cidades contemporâneas em “campos de batalha” (Bauman, 2006).

Numa sociedade de soberania e disciplina, de investimento e extração de produtividade dos corpos, mecanização da vida e redução de contestação política, os espaços precisam ser localizados, as fronteiras demarcadas. Anormais, pessoas perigosas, classes nômades, mulheres, crianças, instintos, eles – os outros – precisam ser identificados, controlados, apaziguados, banidos, calados, desqualificados e às vezes mortos. (Passetti, 2002, p.08).

Esse é o confronto que orienta a dinâmica da cidade. Vilhena (2009) ressalta o fechamento paulatino dos espaços de convivência e faz uma brilhante relação entre a grande mudança na sociabilidade de nossas populações e o aumento de casos clínicos com o diagnóstico “pós-moderno” de síndrome do pânico, uma vez que a cidade tornou-se o lugar do perigo, das ameaças, de território conflagrado.

Blindamos nossos carros, gradeamos nossos prédios, cercamos nossas praças acreditando saber de onde vem o perigo. Fingimos também desconhecer que grades, cercas e muros não são objetos inertes e sim discursos que produzem respostas e agenciam subjetividades. (Vilhena, 2009, p. 102).

Entendendo o espaço urbano como vetor de sociabilidade, ao articularmos territorialidade e produção de subjetividade, especificamente nas favelas, Vilhena (2004) nos aponta que "falamos de uma subjetividade confinada em territórios marcados pela violência das desigualdades de oportunidades de vida, a qual fabrica e re-atualiza, cotidianamente, novas expressões" (p. 97), capaz de dar sentido a uma identidade, geralmente atravessada pelas significações imaginárias presentes na sociedade que os associam a marginais, delinqüentes e bandidos, uma vez que freqüentemente a diferença é patologizada e criminalizada. "Em tais situações, estes grupos podem ser descritos geográfica e psicologicamente como estando nos subúrbios da cidadania" (Vilhena, 2004, p. 105). Podemos observar dentre a mulheres do grupo trabalhado, a grande sensação de invisibilidade e a falta de iniciativa na cobrança de seus direitos. Mulheres essas que não se apropriaram da cidade em que vivem, não conseguem se locomover utilizando meios de transporte e, algumas vezes, não se deslocam para além do seu bairro. Como

⁸ Como exemplo recente, a nova polêmica da construção dos muros ao redor das favelas, que será abordado mais adiante.

finalização do Grupo "Coisas de Mulher" (citado na introdução deste trabalho), foi sugerido pelas próprias mulheres um passeio ao cinema, já que 90% delas nunca tinha ido a nenhum. O grupo escolheu assistir "Zuzu Angel", talvez pela ampla propaganda do filme veiculada na Rede Globo de Televisão, a mais vista por esse público. No dia do passeio, todas muito bem arrumadas, com suas roupas preferidas e maquiadas, demonstravam bastante ansiedade. Tudo parecia uma grande novidade, e pudemos constatar que algumas delas nem mesmo conheciam a Barra da Tijuca, bairro vizinho a Pedra de Guaratiba, onde ficava localizado o cinema que fomos. Algumas, nunca tinham visto a praia⁹, mesmo morando no Rio de Janeiro. Nesse sentido, Lopes (2002) analisa que “a segregação socioespacial inibe a elaboração de representações sobre as cidades.” (p. 166). E ainda, Pavez e Oliveira (2002) consideram que “a geografia da periferia da qual tanto se fala, mas pouco se conhece, retrata o confinamento que vem se impondo aos pobres (...)” (p. 84).

Coloca-se em questão a guetificação ou não da favela no cenário brasileiro, mais especificamente, carioca. Sabemos que algumas pessoas da favela freqüentam espaços de classe média, como a casa da patroa. Qual o sentido dessas vivências? Wacquant (2001) põe em dúvida conclusões apressadas sobre a “guetificação” das favelas. Entende a idéia de gueto como uma desconexão. O gueto está de fato apartado das condições gerais da sociedade. Está num espaço diferenciado. Não transita pela cidade, ficando absolutamente isolado do contexto da mesma. Em minhas andanças pelas favelas de Pedra de Guaratiba, a sensação que predomina é de um grande isolamento e de uma desvinculação quase total a um Rio de Janeiro tão distante. Tanto em quilometragem quanto em expectativa de vida, realidade social, forma de subsistência, moradias etc.

(...) os grupos sociais em processo de exclusão – e, aqui, a palavra adquire todo o seu sentido – não seriam absolutamente necessários para a sociedade. Teriam uma existência lateral, supérflua, na maior parte do tempo indiferente. Expulsos não apenas do mercado de trabalho e de seus direitos correlatos, estariam sendo paulatinamente alijados do próprio mercado. Tragicamente, porém, não dispõem mais dos meios para dele sair de forma voluntária. Acantonados em guetos ou, mais provavelmente, degradados para regiões das quais a acumulação capitalista se distancia sem permitir o estabelecimento de formas radicalmente diferentes de sobrevivência, perdem sentido e significado para o núcleo central do sistema. Tornam-se ‘objetos’ de um espetáculo dantesco, no qual o extermínio – por guerras, fome, epidemias, omissão – apresentado ao vivo nas telas de televisão à hora do jantar é-lhes ainda imputado como de sua própria responsabilidade. (Fontes, 2005, p. 49)

Ao se referir à classe pobre na atualidade, Martins (1997) define: “uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada.” (p. 37).

⁹ Se considerarmos que a “praia” de Pedra de Guaratiba se transformou num grande mangue.

2.3 Favelização do Rio de Janeiro: alterações do espaço urbano

*“Lá não tem claro-escuro
 A luz é dura
 A chapa é quente
 Que futuro tem
 Aquela gente toda
 Perdido em ti
 Eu ando em roda
 É pau, é pedra
 É fim de linha
 É lenha, é fogo, é foda”*
 (Chico Buarque)

Não é de hoje que a favela tem se constituído como lugar de segregação consentido pelo Estado, responsável por fomentar práticas sociais que aumentam a distância imaginária entre os habitantes da cidade grande. Os moradores "do asfalto" pouco conhecem dos favelados e seus modos de vida, mas temem seu perigo, enquanto os responsabilizam pela violência que toma conta da cidade, deixando-se impregnar pela cristalização de um olhar que historicamente sempre os excluiu.

(...) escutar a favela e construir narrativas sobre o que ela tem a dizer é uma forma de também refletir sobre nossas contradições (...) Nossas atitudes e práticas constroem esta sociedade, seja em nossa sala de jantar, seja dentro da sala de aula de uma universidade. (...) Ao morador da favela não é permitida uma voz que seja diferente daquela que desejamos escutar. É bastante comum que sua diferença seja patologizada e criminalizada. (Vergne, 2002, p. 4).

Entendemos que para nos possibilitar pensar os problemas atuais, se faz necessário usar a história para diagnosticar esse presente e com isso, produzir discontinuidades.

O desejo da construção de uma ordem ideal para a vida urbana e a cidade que estava nascendo, pretendia desde há muito tempo eliminar ou expulsar os males que os pobres e posteriormente favelados representavam para a cidade do Rio de Janeiro. Assim, o negro e pobre passaram a ser controlados e vigiados. A construção e remodelação dos espaços da cidade, com suas ruas e casas, tinham como princípio o controle dessas populações para evitar a desordem que parecia estar impregnada em suas peles. De acordo com Josephson e Jacó- Vilela (2005), a nobreza e a elite cariocas apontavam para a falta de ordem, limpeza, regularidade e vitalidade tanto da cidade quanto dos povos que por ela circulavam. “Era urgente `desodorizar` e reconstruir os espaços em consonância com os padrões de vigilância, limpeza e regularidades característicos das cidades modernas. Para tanto era preciso reenquadrar a sociedade e a cidade, redefinir suas

formas de sociabilidade e reinscrever a vida da população em um outro script.” (p. 107). O controle social visava inculcar na população um certo modelo de ordem e civilidade. E também naquela época, os elementos considerados perigosos, como as maltas de capoeira e os negros que se escondiam nos quilombos situados nos morros da cidade, eram “premiados” com as “Ceias de Camarão”¹⁰, já que para esses não havia a possibilidade de tornarem-se civilizados, pois já eram desordeiros por sua própria natureza.

Nesse sentido, policial dizia respeito a limpar a cidade, vigiar o comportamento das pessoas nos locais públicos de divertimento, definir horário de funcionamento das vendas, botequins e casas de jogos, controlar a sujeira das ruas e a mendicância e elaborar estatísticas de localização da população pobre e escrava. (Josephson e Jacó-Vilela, 2005, p.108).

Disseminava-se pela cidade o “medo branco”, medo das traições, roubos e assassinatos que os escravos podiam deflagrar contra seus senhores. Com isso, para por limite a esse “perigo constante”, e dar conta da complexidade urbana da época, autorizava-se acionar mecanismos jurídicos e policiais de vigilância e repressão. Da mesma forma que os médicos higienistas tomaram para si a responsabilidade sobre o corpo da cidade e da população. O Rio de Janeiro era avaliado como lugar perigoso porque por ele circulavam homens perigosos. Cidade esconderijo para negros fujões, cidade de capoeiras, de maltas de desvalidos que aguardavam para “dar o bote” sobre os homens de bem, produzindo um sentimento generalizado de insegurança. Qualquer semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência, Perlman (2003) em estudo realizado com os moradores pobres do Rio de Janeiro, conclui que de todos os estigmas enfrentados por eles, a cor da pele juntamente com morar em favela são os mais amplamente percebidos.

Cidade que se apresentava para o Império como anti- cidade, como aquilo que não deveria ser uma cidade, e seus maiores representantes eram os negros, principalmente pelo poder que tinham, presente no imaginário urbano, de contaminar a cidade e a sociedade. Metáfora do mal que variava em função das graduações de cor - negro, pardo, mulato ou moreno -, apontando para graus diversos de periculosidade. (Josephson e Jacó-Vilela, 2005, p.108).

Já no século XVIII pode-se observar a segregação da pobreza, época em que o Rio de Janeiro ainda era cidade colonial. Apesar de morarem em cortiços e de seu espaço na geografia urbana já estar sendo delimitado, os pobres ainda podiam participar da vida na cidade. No fim do século XIX, com graves epidemias de febre amarela e outras doenças, como cólera, as reformas urbanas passam a ter como foco o combate à pobreza, com a intervenção direta nos lares da classe pobre.

¹⁰ Sessões de chibatadas, na prisão do Calabouço, às quais os escravos envolvidos com a capoeiragem e a malandragem eram submetidos.

O modelo urbanístico do Rio de Janeiro, realizado por Pereira Passos no início do século XX, nascera com esse objetivo. Com a demolição dos cortiços em nome da higiene e combate às doenças, aumentava o número de habitantes negros e pobres que subiam os morros nos arredores do centro da cidade atrás de moradia. Nasce assim a favela carioca, desde sempre com um olhar de suspeição sobre a pobreza. Zaluar e Alvito (1998) relatam o surgimento da primeira favela. Soldados que haviam participado da Guerra de Canudos foram deixados no porto do Rio sem habitação, ocuparam então as áreas de um morro localizado na Gamboa, que viria a ser conhecido como Morro da Favela, por causa de suas semelhanças com o morro de mesmo nome e mesma vegetação em Canudos. Posteriormente, passa-se a chamar Morro da Providência, nosso velho conhecido¹¹.

A associação entre pobreza, criminalidade e doença era constante nos estudos científicos do início do século XX, embasando dessa forma a intervenção do Estado para a construção de um espaço ordenado e limpo. O então prefeito Pereira Passos (1904/1906) “varreu como lixo cerca de 20.000 moradores pobres” (Vergne, 2002) de cortiços do centro da cidade, com a justificativa da construção da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Aos pobres restava aumentar o contingente dos morros próximos. Médicos com projetos higienistas e forças policiais também invadiam as moradias mais pobres com o advento da propagação da saúde pública, já que a pobreza era vista como patológica e como possível fonte de pragas e vícios, e que, portanto, deveria ser tratada. Tais intervenções culminaram com a Revolta da Vacina, numa tentativa das classes populares de impedirem ou pelo menos frearem tais ações.

Desde então, a favela já despertava a atenção do governo, uma vez que a pobreza que subiu o morro manchava o paradigma da imagem ideal de beleza da Cidade Maravilhosa. A favela já aparecia nas crônicas dos jornais com a marca de ser portadora de uma violência quase incontrolável e seus moradores detentores de uma natureza torpe. A Revista Fon Fon, em 1925 já exprime sua preocupação com a “lepra dos casebres e a devastação dos matos (que) começa já a devastar todos quantos emolduram Copacabana e essa encantadora região da Lagoa Rodrigues de Freitas”, e prossegue: “O programa de

¹¹ Vale ressaltar que no dia da elaboração dessa parte do trabalho, os meios de comunicação não param de noticiar a morte de três jovens moradores do Morro da Providência, entregues por militares para a facção criminosa do Morro da Mineira. No ano de 2008, ainda é ratificada a mesma visão de segregação e esquecimento dessa parte da nossa sociedade, como se os moradores das áreas pobres valessem menos que os moradores da zona sul da cidade, e pudessem estar portanto submetidos a este tipo de barbárie.

defesa dos morros do Rio de Janeiro é tão imprescindível que sua execução é tarefa para cobrir de glória um prefeito que se dedica a tratar dela”¹².¹²

Os anos 30 começam com projetos de remoção das favelas para habitarem vilas operárias e parques proletários bem distantes do centro e do coração da cidade. É um período também de crescimento da produção acadêmica sobre as favelas, oferecendo diagnósticos e tratamentos. Os discursos eram sempre de culpabilização dos favelados, que apareciam como chagas e fonte de doenças.

Começaram a surgir outras formas de intervenção aos moradores das favelas, como a criação da Fundação Leão XIII, que atuou como antecipação a uma temida ligação de seus moradores com grupos comunistas (Vergne, 2002). Nos anos 50, o então bispo do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, implementou o projeto da Cruzada São Sebastião, iniciando assim a participação da Igreja junto à população favelada. Em pouco tempo, já no início dos anos 60, os favelados conseguem se organizar em associações de moradores e a brigar pelo direito de sua permanência dentro da cidade, resistindo às políticas de remoção (Zaluar e Alvito, 1998).

(...) foi a partir da favela (e da associação de moradores) que parcela importante dos segmentos subalternos de uma cidade como o Rio de Janeiro teve acesso aos bens públicos fundamentais, como água, luz e saneamento básico. Foi dela, também, que extraíram uma identidade coletiva para negociar no espaço público seu acesso a direitos sociais como saúde, educação e urbanização. (Burgos, 2002, p.25).

Vergne (2002) aponta que com a ditadura militar, todo o movimento comunitário é estrategicamente enfraquecido, gerando um esvaziamento político das favelas cariocas. O aparato clientelista dos anos da ditadura reforçaram formas de integração subalternizada dos pobres à cidade. “Ao invés de promoverem a solidarização dos destituídos, mais corroeram as suas bases de identificação e de organização em torno de projetos coletivos. Água, eletricidade, contenção do solo, tudo lhes seria concedido em troca de sua quietude e de sua despolitização.” (Carvalho, 2002, p. 09). Carlos Lacerda acabou com 27 favelas, entre elas a Favela do Esqueleto, com 3.900 moradores, onde hoje funciona a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1964, com o Castelo Branco então Presidente da República, foi desenvolvido o maior projeto de remoção de favelas até então ocorrido no Rio de Janeiro. Os moradores das favelas da Zona Sul foram levados para conjuntos habitacionais na Zona Oeste. Em poucos anos, esses conjuntos acabaram se transformando em novas favelas, como bem podemos ver no filme “Cidade de Deus”. Longe do trabalho era difícil conseguir emprego e manter a casa, os imóveis foram se

¹² Ver reportagem de Nelito Fernandes publicada na Revista Época de 18 de Maio de 2009, p. 54.

degradando, ligações clandestinas de água e luz foram feitas e logo a favela estava montada novamente.

A década de 80 chega, e com ela, a entrada do tráfico de cocaína, motivada por fatores econômicos internacionais, nos morros cariocas. É o momento em que aparecem as grandes organizações criminais ligadas ao tráfico de drogas. Logo em seguida, Leonel Brizola é eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo sua base de votos entre a população pobre da cidade. Brizola propaga o discurso em defesa dos direitos humanos para moradores de favelas e lança o programa “Cada família, um lote” para regularização fundiária de áreas de favela. Passa a ser bombardeado pela mídia, e denominado como o defensor “dos direitos humanos para bandidos” (Vergne, 2002). O jornalista Roberto Marinho, justificando sua oposição a Brizola, afirma: “Ele transformou a Cidade Maravilhosa num pátio de mendigos e marginais. Passei a considerar o sr. Brizola perigoso e lutei, realmente usei todas as minhas possibilidades para derrotá-lo nas eleições.” (Herz apud Vergne, 2002, p. 25).

No final da década de 80, influenciado pelo animado horizonte democrático que então se delineava, Carvalho (2002) afirma que se iniciou uma reflexão acerca da intensa fragmentação que caracterizava a cidade do Rio de Janeiro, formada por “pequenas repúblicas” (termo criado por José Murilo de Carvalho e utilizado pela autora), que possuíam uma dinâmica própria e eram comandadas pelos chefes locais, com a submissão das suas populações aos rígidos imperativos da sobrevivência. Essa ausência de liberdade era o que caracterizava um “verdadeiro abismo que se abria entre a polis e o seu entorno social, a cidadania e as cidadelas.” (p.08).

(...) os segmentos mais pobres da sociedade desconheciam o ‘valor de uso’ da lei, experimentando, além das carências materiais, um verdadeiro exílio em relação ao mundo dos direitos e uma indiferença justificável para com os deveres cidadãos que lhes eram exigidos. (Carvalho, 2002, p. 08).

Os anos 90 se iniciaram como conseqüência das práticas construídas ao longo da década anterior, e o discurso da “guerra contra o crime”, visando somente a população pobre da cidade, culminou na Operação Rio, com a participação das forças armadas para o combate da criminalidade na cidade (Coimbra, 2001). A prática de tortura foi amplamente aplicada aos moradores detidos nas favelas. Eram comuns práticas de espancamentos, choques e execuções. A mídia obviamente silenciava tais acontecimentos, e com isso, a classe média apoiava em larga escala a continuidade das ações das forças militares. Proliferavam nessa época, o número de chacinas com grande número de vítimas (Coimbra, 2001).

A Operação Rio e todas as práticas vigentes até os dias de hoje, apontam para o caráter de controle das populações pobres, da mesma maneira que já ocorria no longínquo

século XVIII. Wacquant (2001) nos mostra como o Estado “situa estes locais como regiões- problema, áreas proibidas, circuitos selvagens, territórios de abandono a serem evitados e temidos por se fazer crer serem locais de vícios, de violência, excesso de crime e desintegração social. Ali está uma população vista como exótica, improdutiva e brutal.” (p. 13).

O estigma da marginalidade e da criminalidade atribuído aos moradores de favela desde o início do século XX ainda se faz presente hoje, somado a um poderoso complicador: o tráfico de drogas, e mais recentemente, à milícia. E as políticas públicas continuam a reforçar esse sistema perverso, que resultou na caracterização da favela como “desertos morais, culturais e comunitários, acossadas pelo medo e pelo fatalismo que se desenvolveu em decorrência do seu retraimento político.” (Carvalho, 2002, p. 10). Ou ainda, como nos trouxe Perlman (2003), “feridas cancerígenas no belo corpo da cidade” (p. 06).

Passeti (2002) coloca em discussão a atualização dos campos de concentração e de extermínio nas periferias, mais uma vez embasado pela penalização da miséria, vista como uma peste, que deve ficar aprisionada para curar o corpo social pelo isolamento ou pela extinção. Isto porque, conforme apontam Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), a imagem socialmente difundida a respeito das favelas as apresenta como lugar de privação, território definido pela falta.

Seus habitantes são descritos como pobremente educados, preguiçosos, alcoólatras, promíscuos e principalmente perigosos. Eles são pobres ‘porque eles não se empenham o suficiente para achar trabalho’ e seus filhos morrem porque escolheram ‘o caminho fácil’, isto é, a carreira do crime. (p. 33).

Como nos aponta Vergne (2002), o último projeto de grande porte que incluía a construção de novas residências para abrigar ex-favelados do Rio, foi realizado em 2002 pelo então governador Anthony Garotinho. O Conjunto Habitacional Nova Sepetiba, com 20 mil casas, fica a uma hora e meia (de carro) do centro da cidade. O local é tão isolado, que o ponto de ônibus fica a um quilômetro de distância, considerando o preço da passagem para locais com mais ofertas de trabalho (como o Centro e a Zona Sul) e a precariedade dos transportes coletivos naquela região, essas são algumas das dificuldades que a população enfrenta para conseguir um emprego.

A população da favela sempre acompanhou o percurso da classe média. Vilhena (2009) aponta que há um “elevado percentual de aglomerados de exclusão no núcleo urbano”. De acordo com Burgos (2002), cerca de 2 milhões de habitantes da cidade do Rio de Janeiro vivem nesses territórios informais, o que equivale a 1/3 da sua população. Isso é característica do Rio de Janeiro, favelas embutidas nas classes superiores, no entanto é bastante clara a elitização e o auto-isolamento dessas classes, quando o convívio

com as classes inferiores é demarcado por posições sociais muito rígidas. Dessa forma, podemos considerar que o Rio é uma cidade muito peculiar, apesar da grande proximidade física, ocorre a manutenção da enorme separação social.

A proximidade amplia a visibilidade da violência que, através dos meios de comunicação de massa, torna indistintos trabalhadores pobres e bandidos, policiais sérios e corruptos. Tornam, também, mais visível os guetos que vão sendo construídos para diferentes estratos sociais. Para a favela – muros. Para as ruas, guaritas, cercas, grades e seguranças. (Vilhena, 2009, p. 103).

Burgos (2002) considera que a condição habitacional talvez seja a barreira mais importante para o exercício da cidadania por parte das grandes massas. O curioso é que mesmo com as precárias condições de moradia, a escassez do mercado imobiliário da cidade informal mantém o negócio superaquecido, e o custo econômico, social e político muito altos. O preço cobrado em aluguéis não se diferencia tanto dos bairros localizados em áreas menos valorizadas da cidade, como os subúrbios. Além disso, a construção de quitinetes e de “puxadinhos” virou um negócio lucrativo. Podemos ver reportagens sobre a verticalização das favelas, e até mesmo a demolição de um “minhocão” na Rocinha, construído por um comerciante do “asfalto”, caracterizando a especulação imobiliária presente nas favelas. Valladares (2001) salienta que ao lado do mercado imobiliário “floresce um enorme mercado de serviços que se moderniza para atender a uma população cada vez mais heterogênea e consumidora”. (s/p.). Além de exigente, que bombardeada pela mídia, busca serviços e bens de consumo que caracterizam um certo status. Passeando pelas favelas de Pedra de Guaratiba, podemos ver placas anunciando uma imensidão de serviços: manicure, pedicure, limpeza de pele, chapinha, pet shop, enfeites para festas infantis, explicadora, foram os que mais me chamaram a atenção. Quanto ao sonho de consumo, em pesquisa realizada pela ONG durante o ano de 2006, as mulheres elegeram a máquina de lavar (tanquinho), o celular que tira foto e o armário de cozinha das Casas Bahia como os objetos que mais desejavam comprar (ou ganhar). Já no ano de 2009, realizando um grupo focal com essas mulheres, citei a pesquisa e os objetos desejados (três anos antes), e elas me apontaram que a pesquisa já estava defasada, pois agora também desejam um computador.

De acordo com a Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2003, aproximadamente quatro milhões de pessoas viviam em favelas ou outras habitações irregulares. Considerando que o maior crescimento das favelas ocorreu na década de 1950, no período de pós-guerra, quando iniciou a migração urbana e durante a década de 60, de onde estão vindo hoje os novos moradores de favelas? Perlman (2003) ressalta que atualmente o crescimento das favelas não está mais concentrado na região central da cidade, muito pelo contrário. No período de 1980 a

1992, o número de favelas aumentou em 108% na zona oeste. Considera ainda três pontos: crescimento das favelas por causa da reprodução natural, uma vez que a taxa de natalidade entre os moradores de favelas é maior do que entre o restante da população do Rio de Janeiro; a imigração de fora da cidade para as favelas e o empobrecimento e a conseqüente favelização de parte da população da cidade que não pode mais se manter no mercado formal de habitação.

Recentemente também pudemos acompanhar na mídia a grande polêmica que girou em torno da construção de muros como alternativa para conter a expansão de 11 favelas do Rio (todas localizadas em áreas privilegiadas da cidade) e proteger a Mata Atlântica. Sobre o muramento/enclausuramento das favelas, apareceram várias opiniões. Representantes de cerca de cem “comunidades” do Rio consideraram a proposta um tipo de segregação, apesar de afirmarem serem a favor de outras medidas para impedir o crescimento desordenado das favelas.¹³ No mesmo debate, Luiz Fernando Janot¹⁴ pondera que medidas como a construção de muros acabam gerando “espaços restritivos de convivência entre os próprios habitantes (da cidade)”.¹⁵ Considera ainda que não é a construção indiscriminada de muros que irá reverter questões estruturais que existem por trás da expansão das favelas. Dentro da mesma reportagem, o governador Sérgio Cabral afirma que é uma “bobagem” a tese de que o muro segrega a cidade. Já o colunista do mesmo jornal, Zuenir Ventura, sugere que o muro de concreto seja substituído por uma cerca natural feita com sansão do campo,¹⁶ proposta acolhida pelo subsecretário de Meio Ambiente. Em meio a informações desencontradas, até mesmo o escritor português José Saramago se sentiu à vontade para opinar e comparou o muro nas favelas ao de Berlim. Já o jornal espanhol El País publicou que o muro ficará na frente das favelas para impedir que as áreas pobres sejam vistas por moradores de bairros nobres e por turistas.

A Revista Época¹⁷ também veiculou reportagem sobre o tema, intitulada “Por que elas não param de crescer?”, e para iniciar a discussão, declara que a cada quatro anos, o Rio de Janeiro ganha em favelas o equivalente ao bairro de Ipanema. E que em 2004 as favelas ocupavam uma área de 42,2 milhões de m², e em 2008 a área passou para 45,9 milhões, ou seja, 4 mil campos de futebol. Declara ainda que a cada ano as favelas “engolem” 1% das reservas de vegetação da cidade. De acordo com a Revista, o crescimento das favelas no Rio está na contramão do que vem ocorrendo em outras

¹³ Ver reportagem veiculada pelo Jornal O Globo em 17 de Abril de 2009.

¹⁴ Arquiteto-urbanista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009, p. 07.

¹⁶ De acordo com a bióloga Iara Hupsel, do Jardim Botânico, o sansão do campo é uma leguminosa que cresce rapidamente e precisa de poucos cuidados para ser mantida, possui galhos muito duros e vários espinhos. (Ver Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009).

¹⁷ De 18 de Maio de 2009.

capitais como São Paulo e Belo Horizonte que parecem estar lidando melhor com a questão.¹⁸

De acordo com o antropólogo Gilberto Velho, toda a discussão promovida tem sido um exagero, “está se radicalizando um pouco. (...) É claro que o muro isoladamente, aparecendo como solução, é no mínimo um equívoco. O que não quer dizer que, em alguns casos, barreiras não possam ser usadas para proteger a Mata Atlântica ou as pessoas que moram no lugar. O importante é manter o diálogo com os moradores.”¹⁹ Salienta ainda que a política de habitação deve ser séria, contínua e tem que privilegiar o transporte de massa. O prefeito da cidade, Eduardo Paes, em entrevista à Revista Veja, declara que estigmatizar a remoção das favelas é uma irresponsabilidade. Afirma que não existe um plano de sair removendo as favelas, mas há situações em que a política de remoção pode e deve ser discutida.

Existem hoje 1.000 favelas na cidade. A grande maioria delas é muito pequena e, nesse universo, há, sim, casos em que a remoção é uma solução. Sempre que ela for possível, as pessoas sairão ganhando em matéria de moradia. E também a cidade, porque impedirá que aquela favela cresça até chegar a uma dimensão impossível de administrar. (Revista Veja, 20 de Maio de 2009, p. 20).

Ainda nesta série de reportagens sobre o crescimento acelerado das favelas, o território de onde estamos falando recebeu lugar de destaque, a favela Piraquê foi matéria de capa do Jornal O Globo de 24 de maio de 2009. Dentre as favelas com ecolimites²⁰, foi a quarta que mais cresceu entre os anos de 2004 e 2008. Na reportagem, um dado chama a atenção, das cem favelas que mais cresceram na cidade durante o período, 67 estão situadas na Zona Oeste.

Podemos observar a falta de desejo dos moradores de saírem das favelas que estão integradas com a cidade (como por exemplo a Rocinha). O mesmo não acontece nas favelas da periferia (Pedra de Guaratiba). Pela dificuldade em arrumar emprego por causa da distância e da precariedade dos transportes coletivos, e ainda mais, pela quase impossibilidade de se apropriarem da cidade em que vivem, as pessoas que conseguem ter a mínima dimensão da situação em que se encontram, vislumbram uma mudança para favelas "mais perto do centro da cidade".

A favela hoje ainda é grande receptáculo de imigrantes, ainda é lugar de acolhimento, por mais que seja maior a volta para o Nordeste/Norte do que a migração

¹⁸ Segundo a Revista Época, em Minas, um programa já removeu 2 mil pessoas de áreas de risco e está urbanizando seis conjuntos de favelas. Em São Paulo, um projeto que oferece ao morador opções como R\$8 mil para a compra de uma casa em outra região conseguiu remover boa parte de favelas de áreas centrais da cidade.

¹⁹ Jornal O Globo, 17 de Abril de 2009, p. 12.

²⁰ Pilastras de concreto instaladas pela prefeitura no início da década, com o intuito de proteger a mata de novas construções.

para o Rio de Janeiro. Ou seja, a favela ainda representa o lugar da esperança do nordestino, da busca por solução. O alto índice de migrantes das regiões Norte e Nordeste nas favelas é analisado por Zamora (1992), que estudou vivências formadoras da identidade do migrante nordestino na cidade do Rio de Janeiro. Com uma leitura crítica das regiões Norte/Nordeste como o sertão estéril, país dos sitiados pela fome, a autora afirma que os nordestinos têm que vender barato seu suor e muitas vezes a sua vida, para sair de um lugar que “reduz com a mesma indiferença, homem e cana a bagaço. Nação mangue, dos híbridos homens-caranguejos”. Muitas vezes, a coragem de partir vem junto com a escolha pela sobrevivência, uma possibilidade que é aberta com a chegada na cidade grande. No entanto, deixam para trás a terra natal, o lugar onde se sentem estimados e respeitados, mas que não dá condição nenhuma de sair da pobreza e da privação. Zamora (op. cit.) relata que, muitas vezes, chegam ao Rio de Janeiro e o trabalho que os espera é a construção civil, o que, se por um lado confere ao migrante identidade e realização, por outro, o expõe, a todo momento, à falta de segurança, à má remuneração e à insatisfação, características de vínculos de trabalhos tênues, sem garantias, que os obrigam a viver sempre em busca do próximo “biscate”, características estas da proletarização do trabalhador. Ocorre um grande estranhamento pela vivência em um meio desconhecido, o urbano, o que por vezes gera uma relação bastante ambígua com a metrópole, como já nos apontou Pacelli Ferreira (1999). O sentimento que predomina é o de serem mais um nesta cidade grande, tornam-se o migrante anônimo em busca de sobrevivência e dignidade (Zamora, 1992). Nesse contexto em que o mundo se fragmenta, o indivíduo também se autonomiza, a princípio, não existem mais pessoas presas às amarras do mudo feudal, mas sim, indivíduos “livres e iguais” (Dumont, 1985). Durante algum tempo, o migrante, excluído de qualquer relação de pertencimento, ainda se programa para juntar dinheiro e voltar para a cidade natal. Com o tempo, como vimos nas entrevistas realizadas, tanto pela solidão imposta pela nova vivência quanto pela dificuldade em se manter no Rio de Janeiro e ainda sustentar a família que lá ficou, acaba trazendo todos para cá, e o sonho de voltar para a “terrinha” vai ficando adormecido. Trad (2003), aponta que o processo de adaptação do imigrante passa por uma complexa integração entre estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas do velho e do novo contextos, gerando uma profunda reorganização subjetiva. Os imigrantes são expostos a transformações ambientais na nova comunidade, e eles tentam gradualmente entender e incorporar. Essa nova sociedade passa a ser vista como um desafio que precisa coragem para enfrentar.

Ainda de acordo com Zamora, observamos, assim, que a causa da migração é exclusivamente econômica e social. A relação que estabelecem com a “Cidade Maravilhosa” é extremamente contraditória, se é lugar de trabalho e ganho certos, além

de recursos, como escola e hospitais, é também, o lugar agitado, de assaltos e criminalidade. Vivem em um grande desamparo, e como diz Garcia Jr. (In Zamora, 1992), ainda têm que viver no “subconsumo do subconsumo”. Com o contato com outras organizações sociais e uma mudança radical de todo o universo da cultura, passam a pertencer a uma sociedade de consumo muito mais feroz e avassaladora, que rapidamente lhe nomeia de “paraíba”, com toda a carga pejorativa que este termo pode carregar, além de lhe reservar o trabalho duro de “peão”.

O fracasso brasileiro, em especial o fracasso carioca para incorporar a pobreza em sua urbanização, gera nesses “invasores” o sentimento de não-pertencimento, de não-filiação, ocupando um lugar em uma pólis que o rejeitou (Vilhena, 2005). Em sua análise, Brum (2007) enfatiza como os favelados são vitais para o funcionamento da economia da cidade, além de servirem como oferta de mão de obra barata, constituem, cada vez mais, um mercado consumidor que está em franca expansão. Discorda do termo “cidade partida”, pois relativiza que as favelas não são um mundo à parte e que os favelados não são “excluídos”, e sim “incorporados (ao Estado, à economia, à cidade) de maneira subordinada, desigual e principalmente, ‘controlada’”. Dessa forma, os favelados são aproveitados pelo sistema de diversas maneiras, “poupa-se de críticas o sistema que gera a desigualdade, responsabilizando os que mais sofrem com ela”. Utilizando termos como “cidadãos de segunda-classe” ou “proto-cidadãos”, reitera que a permanente luta dos favelados é para terem acesso à cidade. Burgos (2002) aponta que a distância entre o Estado e os segmentos populares se dá por causa da “desigualdade que separa os cidadãos da cidade formal dos proto-cidadãos da cidade informal.” (p. 82). No mesmo sentido, Carvalho (2002) ressalta que a consistente capacidade de dissolvência social vem da cisão dos cidadãos cariocas entre aqueles que conhecem a liberdade e os que só conhecem o terror. Castells (2000) traz o conceito de não-cidadãos das cidades atuais (em oposição aos não cidadãos das cidades gregas), para definir os pobres e os excluídos, ao mesmo tempo em que afirma que o poder dos não-cidadãos é um poder que não está na letra da lei, mas é um poder real, da luta do dia a dia. Burgos (2002) contraria tais apontamentos ao considerar que apesar de existir uma nítida fronteira entre a cidade formal e a informal, os moradores da favela estão integrados à cidade formal, tanto econômica, quanto cultural e politicamente. O autor ressalta ainda que os moradores da favela não constituem uma tribo à parte, que possui uma cultura própria, as características que singularizam a favela estão muito mais no território do que no indivíduo que o habita. Mais uma vez concordando com os argumentos trazidos por Vilhena (2005), considero o território como agenciador de subjetividades, não podendo separar um do outro.

Considerando a polaridade entre a cidade e aqueles que não têm acesso a ela, ou como chamou Carvalho (2002), “cidade escassa” e os moradores das favelas como

pertencentes à patologia social, reféns de uma sociedade que os aliena do sistema produtivo, como aponta Vilhena, ou como bem afirmou Passeti (2002): “sob condição de uma imobilidade social institucionalizada”, como descrever a vida das mulheres “faveladas”, sem reduzi-las a qualquer dessas perspectivas?

2.4 Guaratiba: um pouco de história...²¹

“Olhar o mar... Só de longe

Areia nem pensa!

Só tem lama suja pra pisar.”

(Dioneas C. da Cruz – turma 701 /2003)²² 22

Inicialmente chamada de “Guratiba-Aitinga” ou “Aratuquacima”, palavras indígenas usadas pelos tupinambás que habitavam o nosso litoral à época do descobrimento, o nome Guaratiba significa abundância de guarás (aves pernaltas ou garças). A região de Guaratiba está localizada numa planície, Baixada de Sepetiba – entre o Maciço da Pedra Branca e a Baía de Sepetiba. Possui uma área territorial de 15.173 hectares, e é um dos bairros mais extensos da cidade do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da Barra da Tijuca (17.567 ha); Campo Grande (17.167 ha) e Santa Cruz (16.373 ha).²³

Guaratiba foi fundada no dia 05 de março de 1579, pelo português Manoel Velloso Espinha. De acordo com o historiador Rivadávia Pinto²⁴ (também morador do bairro), Manoel Velloso Espinha veio ao Brasil com Estácio de Sá²⁵, a pedido de Mem de Sá²⁶, para lutar contra a Confederação dos Tamoios²⁷. Velloso Espinha também era amigo de Padre José de Anchieta²⁸ e de Padre Manuel da Nóbrega.²⁹ Recebeu da Coroa Portuguesa a doação de uma sesmaria (medida de terras com que o rei de Portugal agraciava os seus

²¹ Para maiores detalhes e aprofundamento da história relatada nesse sub capítulo, ver Armazém de Dados do Município do Rio de Janeiro. Site: www.portalgeo.rio.rj.gov.br

²² Trecho da poesia intitulada “Pedra de Guaratiba” – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

²³ Dados colhidos no site www.guaratibario.com.br

²⁴ Ver site www.portalguaratiba.com.br

²⁵ Militar português, fundador da cidade do Rio de Janeiro e primeiro governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro.

²⁶ Administrador colonial português, foi nomeado como terceiro governador-geral do Brasil, de 1558 a 1572. Os 14 anos de seu governo se caracterizaram por realizações importantes, tais como a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (segunda a ser criada no Brasil), em 1º de março de 1565, por seu sobrinho Estácio de Sá.

²⁷ Revolta liderada pela nação indígena Tupinambá.

²⁸ Padre jesuíta espanhol, um dos fundadores de São Paulo. Veio ao Brasil por convite de Padre Manuel da Nóbrega, para compor o grupo de evangelização.

²⁹ Sacerdote jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica à América.

colonos mais fiéis), no lugar onde hoje é Guaratiba. Manoel Velloso Espinha era casado com Jerônima Cubas³⁰, com quem teve dois filhos, Jerônimo Velloso Cubas e Manoel Velloso Espinha Filho. Com a morte de Manoel Velloso Espinha, seus dois filhos Jerônimo e Manoel herdaram as terras de Guaratiba. Através de mútuo consentimento resolveram dividir entre eles as terras herdadas do pai, ficando Jerônimo com a parte norte e Manoel com a parte Leste, tendo o rio Piraquê como marco divisório.

Jerônimo Velloso Cubas, não tendo herdeiros, pela lei foi forçado a doar sua parte à província Carmelitana Fluminense, uma congregação religiosa de frades da Ordem do Carmo. A congregação carmelitana de posse religiosa das terras, fez construir diversas benfeitorias entre as quais, igreja, noviciato e um engenho. Em 1629 foi construída em Guaratiba a terceira igreja mais antiga da cidade do Rio de Janeiro, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro³¹, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 21 de julho de 1938. Existe uma lenda que cerca a construção dessa igreja. Dizem que uma índia cega caminhava em companhia de Jerônimo Velloso e sua esposa Beatriz Álvares Gaga, quando se separou deles e foi para a beira mar. Ali, diz ter visto a aparição de Nossa Senhora. Disse ela que se Jerônimo e sua esposa construíssem uma igreja em homenagem a Santa, a índia ficaria totalmente curada. Segundo a lenda, foi exatamente o que aconteceu.

Não resta a menor dúvida de que começou a partir dessa época a ocupação das terras de Guaratiba, pelo homem branco, e a formação de seu povo, somado aos indígenas que já ocupavam aquela região.

No engenho construído pela Ordem do Carmo, havia uma grande produção de açúcar, rapadura e um vasto canavial, proporcionando dessa forma um rápido desenvolvimento à região, em cuja área surgiu a Fazenda da Pedra, região hoje denominada Pedra de Guaratiba, atualmente grande produtora de pescado.

Com as expedições corsárias de Jean François Duclerc³², de 1710 e 1711, contra o Brasil dos portugueses, novamente Guaratiba aparece figurando na história do Brasil. Quando a tropa de Duclerc foi surpreendida pelo fogo intenso na Fortaleza de Santa Cruz em 16 de agosto de 1710, e seguia em direção à Ilha Grande, conseguiu atingir, no dia 11 de setembro a enseada de Guaratiba, com mais de 800 homens. A estratégia era marchar através do interior e pelo mato e surpreender a sede do governo. Transpuseram a Grota Funda e embrenharam-se nas matas, enfrentando os obstáculos naturais até Jacarepaguá. A partir daí, rumaram através da Floresta da Tijuca, em direção à cidade, acampando uma

³⁰ Filha de Brás Cubas, fidalgo e explorador português, fundador da vila (hoje cidade) de Santos.

³¹ A igreja mais antiga da cidade do Rio de Janeiro é a Igreja de Bonsucesso, localizada próxima à Santa Casa da Misericórdia, após essa foi construída a Igreja de Santa Luzia.

³² Corsário francês que conseguiu convencer o Rei Luis XVI a autorizar uma nova tentativa de tomada do Rio de Janeiro.

semana depois na fazenda dos jesuítas, o Engenho Pequeno dos Frades atual Engenho Velho), parte do bairro da Tijuca. Durante a marcha, muitos soldados enfrentaram problemas como doenças, acidentes e picadas de cobras. Muitos ficaram debilitados pelo caminho e morreram.

Naquela época, Guaratiba já possuía engenhos, onde se produzia açúcar bruto, aguardente, melado e rapadura. A caça e a pesca eram abundantes e colhia-se muitas frutas. A capela do Sítio Santo Antônio da Bica (hoje Sítio Roberto Burle Marx) já existia, desde 1690, construída pelo Capitão- Mor Belchior da Fonseca Dórea³³.

Após o ciclo do açúcar e aguardentes em seus engenhos, surgiu a cultura do café, e a fazenda do Engenho Novo, de Pedro Dauvereau, foi a primeira fazenda carioca a usar maquinaria moderna importada.

A partir do ano de 1750, Dom Fradique de Quevedo Rondon na época donatário das terras, doou parte delas à matriz de São Salvador do Mundo. A Freguesia de Guaratiba foi criada em 1755, com terras desmembradas da Freguesia de Irajá, por iniciativa de Dom José de Barros Alarcão. Nessa época, Guaratiba já se encontrava dividida entre vários herdeiros e cada comunidade foi dando ao seu lugarejo nomes comuns ao convívio diário. Daí a diferenciação entre Barra de Guaratiba (porque tem a foz do rio que desemboca no oceano), Ilha de Guaratiba (em decorrência do nome de seu então maior proprietário, um Sr. William - o "Wilha de Guaratiba", na linguagem do povo da região) e Pedra de Guaratiba (porque sua população se formou muito próxima a uma pedreira).

O Porto Mar de Guaratiba, na barra de mesmo nome, exportava a produção agrícola da Freguesia, com acesso a embarcações de pequeno porte. Na Restinga da Marambaia, as terras de Maria Isabel Breves foram vendidas a uma Companhia de Melhoramentos e negociadas, em 1897, ao Banco da República e à Fazenda Federal, em 1905. Lá, o Exército instalou um polígono de tiro, tornando, toda a restinga, área militar.

No Governo Washington Luís, o prefeito Antonio Prado Junior levou a Guaratiba, sua primeira estrada moderna, a da Grota Funda, com sinuosas curvas, que dava acesso à baixada de Jacarepaguá. Na década de 1970, foi construída a estrada Rio- Santos, atual Avenida das Américas, cruzando a extensa Baixada de Sepetiba. Existiu ainda uma linha de bondes ligando Campo Grande ao largo da Ilha de Guaratiba.

A denominação, delimitação e codificação do bairro foram estabelecidas pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981.

³³ Hoje nome de uma das principais ruas do bairro.

2.5 Duas vezes exclusão: favelado num bairro “onde ser considerado carioca é um privilégio”³⁴

“Que tristeza me dá!!

Pelas ruas de pedra, eu a vagar...

E ao caminhar, encontro

O abandono que aqui está

Que tristeza me dá!!”

(Natalice G. Nogueira – turma 802 /2003)³⁵

Brum (2007) pondera que apesar da heterogeneidade econômica que pode existir dentro de uma mesma favela, “a homogeneidade das múltiplas práticas e vivência cotidiana num mesmo local cria e renova os seus símbolos de identidade”.

Decidimos delimitar um espaço específico, pois acreditamos que as diferentes formas de constituição das favelas, e em que território urbano ficam localizadas influencia de diversas formas a vida de seus moradores, guardando certas especificidades dentro da semelhança que cerca aqueles que são denominados de favelados. De acordo com essa lógica, Brum (2007) aponta que “(...) existem favelas e favelas, e mesmo dentro de cada uma as variações entre suas partes, áreas, sub-áreas, microáreas, é enorme”. Apesar da cidade do Rio de Janeiro ter uma topografia cercada de morros, o que impediu e limitou a segregação, o espaço de onde estamos falando, fica na periferia. Guaratiba, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, está situado entre Santa Cruz e Recreio, dividida em três grandes localidades: Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Pedra de Guaratiba. De acordo com dados do Instituto Pereira Passos, existem 48 favelas no território de Guaratiba, e a população residente destas favelas quase quadruplicou em dez anos. Se em 1991 havia 1.462 moradores, no ano 2000, sua população já era de 4.314. As taxas de crescimento mais elevadas ocorreram nos setores subnormais³⁶ das zonas periféricas, como Guaratiba, escassamente povoada até a década de 80. De acordo com Cezar (2002) é ali que se concentram hoje os maiores bolsões de pobreza da cidade, e dados confirmam que nessa região a população “favelada” dobra a cada três anos. E ressalta ainda que na zona oeste o IBGE deve ter muito mais dificuldades em distinguir setores normais de

³⁴ Consideração de um professor da rede municipal de ensino, ao se referir ironicamente ao bairro, pelas características rurais e pela grande distância do centro da cidade e da “civilização”.

³⁵ Trecho da poesia intitulada “Bairro Triste” – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

³⁶ De acordo com Instituto Pereira Passos: grupos de mais de 50 unidades habitacionais dispostas de modo “desordenado e denso”, sobre solo que pertence a terceiros, e “carente de serviços públicos essenciais”.

subnormais, já que o padrão de ocupação do solo é composto por uma sucessão de conjuntos habitacionais, loteamentos, parcelamentos irregulares e invasões.

Pedra de Guaratiba está localizada a 60 quilômetros do Centro do Rio de Janeiro, com uma população estimada de aproximadamente 9.600 habitantes³⁷ e ocupando o 1180 (entre os 1260) lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁸ do estado do Rio de Janeiro. Além disso, outro fator relevante é a constatação de que 17,5% da população tem entre 0 e 10 anos³⁹, o que caracteriza uma alta taxa de natalidade e, portanto, um grande número de crianças por família. A formação deste bairro ocorreu num ambiente com características rurais, pautadas numa tradição rural e pesqueira. Ignorado pelos investimentos públicos por décadas, o bairro sofreu forte “decadência” com a invasão desordenada. As tecnologias de sobrevivência tradicionais – pesca artesanal, horticultura e criação de animais – equilibravam de alguma forma a falta de benefícios, de infraestrutura e os raros equipamentos coletivos. No entanto, um crescimento populacional de 35% ao ano trouxe profundas mudanças no perfil do bairro.

Pedra de Guaratiba está situada ao longo da faixa litorânea, com acesso à Baía de Sepetiba, e pode ser dividida em nove subáreas, que refletem diferentes histórias de ocupação: Centro (que comporta a Praça do Rodo), Piraquê, Vila Mar, Catruz, Cabuís, Capoeira Grande, Cinco Marias, Praia da Brisa e Jardim Guaratiba (também conhecida como Reta de Santa Cruz ou Favela da Foice). O entorno geográfico desta região é composto por manguezais, terras férteis e fundo de baía, o que facilitou o desenvolvimento da atividade da pesca por longos anos. Até os dias de hoje é bastante comum ver cavalos e bois cruzando a estrada⁴⁰ e redes de pescas esticadas na praça.

A presença histórica de artistas é uma de suas grandes marcas. Pedra de Guaratiba reserva a presença de músicos e artistas plásticos que escolheram este lugar para morar e/ou construir seus ateliês. Sua relação com a religião também é bastante forte, preservam-se os festejos tradicionais do padroeiro do bairro, São Pedro, que ocorre anualmente com procissão marítima envolvendo toda comunidade.

O bairro destaca-se na área gastronômica, onde estão localizados vários restaurantes que comercializam frutos do mar. Sua principal atividade econômica

³⁷ Segundo informações contidas no Armazém de Dados do site da Prefeitura do Rio de Janeiro (Instituto Municipal Pereira Passos). Dados do ano de 2000.

³⁸ Elaborado a partir de dados sobre a renda, a escolaridade e a expectativa de vida de uma população.

³⁹ Em contraposição, no bairro de Copacabana essa população fica em 7,8%, e em Ipanema, 9%. Ambos bairros da zona sul do Rio de Janeiro. Segundo informações contidas no Armazém de Dados do site da Prefeitura do Rio de Janeiro (Instituto Municipal Pereira Passos). Dados do ano de 2000.

⁴⁰ Lembro-me de um fato que me chamou muita atenção. Estava acompanhando uma família ao posto de saúde local, quando me deparei com uma carroça, que estaciona na porta do posto, entre dois automóveis, e a família desce para ser atendida.

desenvolveu-se no setor terciário e no turismo, embora este último venha sofrendo quedas nos últimos anos em decorrência da poluição das praias da região e da violência que se instaurou no bairro.

No que se refere à educação, a área pertence à 10ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Município do Rio de Janeiro e conta com 5 creches⁴¹, distribuídas entre municipais e comunitárias, 10 escolas municipais e 1 Ginásio Público com o ensino médio. Nos deparamos a todo momento no bairro com a dificuldade em arrumar vagas nas escolas públicas. Crianças do ensino fundamental têm que estudar longe de casa, e algumas vezes se faz necessário pegar duas linhas do Ônibus da Liberdade⁴² para chegar até a escola. A 10ª CRE já admite que a população está “inchada” e a rede municipal não comporta mais toda a demanda. Adolescentes do ensino médio encontram ainda mais dificuldade, e há registros de que precisam estudar em bairros muito distantes, como Jardim Botânico e às vezes até outra cidade, como Nova Iguaçu. Na área da saúde há 1 posto de saúde e um pólo do Programa Saúde da Família. Não existe nesta região um hospital público, as famílias são obrigadas a procurar os hospitais de Campo Grande, Santa Cruz ou Barra da Tijuca quando precisam de um atendimento médico especializado.⁴³

De acordo com dados do Instituto Pereira Passos, os indicadores de vulnerabilidade de Pedra de Guaratiba são alarmantes, quase 20% das mulheres grávidas ainda são adolescentes, caracterizando um alto índice de maternidade precoce. Uma das conseqüências desse indicador, é que quase metade dos domicílios do bairro é chefiado por mulheres.⁴⁴ A taxa de mortalidade infantil (em 2006) foi de cerca de 32%, índice considerado altíssimo já que estamos falando de um bairro da cidade do Rio de Janeiro. 2% das crianças do bairro trabalham fora. E muitas delas ainda estão fora da escola: entre 4 e 5 anos são 47%; entre 5 e 6 anos são 25,17%, refletindo a insuficiência de vagas oferecidas para a educação infantil. Já entre 7 e 14 anos, 4,75% não estudam, o que contraria todas as estatísticas divulgadas pelas políticas públicas, que garantem que 100% das crianças freqüentam escolas, e nós estamos falando da realidade de uma grande

⁴¹ Hoje, somente 10,6% das crianças de 0 a 3 anos freqüentam as creches e 65,6% das crianças de 4 a 6 anos freqüentam as pré-escolas. Censo 2004/2004, IPEA.

⁴² Iniciativa do poder público, que disponibiliza transporte para as crianças chegarem às escolas em bairros caracterizados pelo difícil acesso.

⁴³ Vale ressaltar a fragilidade da rede de saúde na zona oeste, há cerca de dois anos, uma adolescente atendida na ONG em que eu trabalhava, foi ter neném no Hospital Pedro II, em Santa Cruz, os elevadores estavam quebrados e a paciente teve que subir 11 andares de escada. No meio do caminho, seu filho nasceu, literalmente de cabeça na escada. O acontecido foi noticiado nos jornais, sem maiores conseqüências para a rede de saúde. Quanto ao bebê, ficou alguns dias no CTI e passa bem.

⁴⁴ Os homens são responsáveis por 1.975 domicílios, enquanto as mulheres são responsáveis por 930.

metrópole como o Rio. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 22,12% estão fora das salas de aula, fora os que nunca chegaram à escola, muitos nessa idade já evadiram. Alguns pela falta de vagas disponíveis na região, outros pela necessidade de estarem inseridos no mercado informal de trabalho e complementarem a renda familiar. Em Pedra de Guaratiba, 3,10% da população com mais de 15 anos ainda é analfabeta e 16,61% dos chefes de família estudaram menos de 4 anos, o que podemos presenciar no contato com as famílias atendidas. Outro dado relevante, é que 6% da população do bairro é formada por imigrantes, só ficando atrás da Zona Portuária, Centro, Santa Teresa, Maré, Rocinha e Barra da Tijuca. Se considerarmos a defasagem da realização do levantamento dessa pesquisa e a voracidade com que ocorre o crescimento das favelas na região, poderíamos supor que este índice é, na realidade, bem maior.

Hoje, Pedra de Guaratiba é composta por famílias que vieram principalmente do Norte e Nordeste do nosso país, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Na atividade profissional diária na região, nos deparamos com algumas colocações que ilustram bem essa realidade. Durante uma tarde em que saímos para realizar visitas domiciliares a algumas famílias, o motorista da instituição, ao entrar na favela do Piraquê, ironiza: “Quando a gente entra aqui parece até que está na Paraíba, olha a cabeça deles...” A fala angustiada da diretora de uma escola da rede municipal de educação, que ficou com uma média baixa no IDEB⁴⁵, justifica que o problema de sua escola é a alta rotatividade da comunidade: “Olha, se vocês passarem uma semana aqui vão ter a impressão que a Paraíba é aqui do lado, pois uma hora eles pedem pra trancar matrícula porque vão voltar pra terrinha, daqui a pouco já estão aqui de novo pedindo vaga porque já voltaram pro Rio de Janeiro.” Passando um dia no bairro é fácil perceber a identidade territorial com base na cultura nordestina, como os forrós e a barraca vendendo vários tipos de carne no meio da rua. O bairro também recebe pessoas de outros estados da região Sudeste, como Minas Gerais e até de outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas, geralmente relacionadas à busca de locais menos violentos e com menor custo de moradia. Outro fator relevante no perfil da população de Pedra de Guaratiba é a instabilidade ocupacional. De maneira geral esta população está vinculada ao mercado informal da economia, mercado este onde não há regulação do trabalho ou direitos trabalhistas. O que está em jogo neste tipo de relação trabalhista é a sobrevivência de muitos em nossa sociedade, evidenciando uma massa de reserva que não apresenta chances de (re)ingresso no mercado formal.

É muito significativo o isolamento social, a ausência quase total de serviços urbanos e o aumento do poder exercido pela rede criada pelos poderes paralelos. Pavez &

⁴⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Oliveira (2002) estão descrevendo a realidade de uma favela de São Paulo, mas muito se assemelha à vida dos pobres em Pedra de Guaratiba, caracterizando a grande fragilidade que marca suas vivências.

(...) as casas vão mudando de aparência, a vegetação perde a cor, há muitas pessoas nas ruas, não há trabalho, não há lazer (...) Confinadas em verdadeira concentração de pequenos guetos (...) O ócio é a principal ocupação (...) A população mora em lugares de altíssima concentração, em ruas desenhadas por ela mesma, com a numeração das casas aparentemente ao gosto de cada um, sem obedecer a qualquer lógica (...) (p. 83).

A violência, uma outra face do esquecimento e do abandono, já se faz presente no dia a dia das famílias. Vale destacar que a violência que os atinge no cotidiano não se reduz às dificuldades para sobreviver, mas a violência de “mil faces: do governo, do patrão, da polícia, dos bandidos, dos vizinhos.” (Sawaia apud Yazbeck, 1990). Além desses tipos de violências, a população de Pedra de Guaratiba vem, nos últimos anos, convivendo com o tráfico de drogas, e, recentemente, com as milícias que estão obtendo cada vez mais espaço na comunidade. Consideramos o tráfico e a milícia como “duas faces da mesma moeda”, que imprimem formas bem parecidas de manutenção de uma ordem criada por eles e de formas clientelistas de intermediação de interesses, o que traz como consequência uma comunicação assimétrica entre a comunidade e a cidade. Gerando assim uma força coercitiva, que confunde respeito com medo e atua como instância de mediação e arbitragem, e se posiciona como instância moral.

Esse território habitacional (favela) costuma abrigar poderosos mecanismos de controle social, que, embora constituam, em muitos casos, cidadelas que protegem parcialmente seus moradores da insegurança social e da escassez absoluta, trazem consigo mecanismos de regulação da participação política, que contribuem para mantê-los afastados da polis. (Burgos, 2002, p. 22).

Os segmentos mais frágeis de nossa sociedade parecem abrir mão da liberdade em favor de alguma forma de proteção. Isso fica claro em discursos de parte da população de uma favela específica de Pedra de Guaratiba, Jardim Guaratiba, mais conhecida como Favela da Foice, e que até uns três anos atrás era comandada por uma facção do tráfico bem conhecida na cidade. E atualmente é gerenciada por milicianos. Ironicamente podemos ouvir de alguns moradores que hoje tudo está tranqüilo e não tem mais violência, ao mesmo tempo em que nos contam que as crianças e os adolescentes não podem mais ficar na rua até tarde, porque tem sinal de recolher. “E eles já avisaram, se não obedecer...” Com certeza essa não é a mesma opinião de um das mães entrevistadas ao longo dessa pesquisa, e que uma semana após a entrevista, teve seu filho mais velho assassinado pelos milicianos, assim como tantas outras mães da Favela da Foice. Burgos (2002) salienta ainda que essa forma de “controle social tende a reduzir o contato dos

moradores das favelas com o mundo dos direitos, expondo-os a autoridades locais pré-jurídicas (...)” (p. 29).

Uma outra característica preocupante que vem ocorrendo é a enorme influência exercida pelo tráfico de drogas ou milicianos no perfil do voto dos moradores. Nas últimas eleições, observamos candidatos que representavam uma ou outra facção criminosa, e muitos deles tendo sido eleitos. Considerando a realidade de Pedra de Guaratiba, na época da eleição, na localidade Jardim Guaratiba (ou Favela da Foice), policiais juntamente com emissoras de televisão invadiram a “associação de moradores” e encontraram material de campanha de um candidato da região, que posteriormente foi o vereador mais votado de um partido considerado de “esquerda” e que sempre primou pela ética.

A expansão da milícia na região tem efeitos cada vez mais graves. Como citado acima, além de ocuparem cargos políticos, também estão representados em diferentes segmentos das instituições públicas de nossa cidade, como o Conselho Tutelar. Na fala de uma promotora da infância atuante na zona oeste, a grande diferença entre os traficantes e os milicianos, é que no primeiro caso nossos inimigos estão localizados. Já os milicianos têm o nosso telefone celular e sentam à mesma mesa durante uma reunião de trabalho. Um outro episódio também merece ser registrado. É prática da região que durante os finais de semana sejam montados pequenos parques de diversão para a comunidade pobre levar (e pagar) para que os filhos tenham um pouco de lazer. Um grupo de milicianos, durante um final de semana montou um parque desses no pátio/quintal de uma escola municipal. Quando chegou segunda-feira e as aulas foram reiniciadas, o parque continuava montado. A diretora então pediu para que desocupassem o espaço, já que não podia receber as crianças com um parque no pátio da escola. Para resolver a situação, milicianos mandaram construir um portão entre o parque e a grade da escola (entrada dos alunos), se apropriando de um espaço público. O caso chegou à Coordenadoria Regional de Educação, que marcou uma reunião com o grupo para solucionar o problema. Os milicianos chegaram para a reunião na sala da Coordenadora, e antes da conversa começar, colocaram sobre a mesa uma granada. O problema estava resolvido, e a escola ficou sem parte do terreno. Pensar que o poder público perdeu a sua força nos leva a uma armadilha complicada, pois as pessoas que cometem atos arbitrários e fazem a sua própria lei, na maioria das vezes, quando falamos de milicianos, são representantes desse poder. Que entram pela porta da frente da escola, sentam na sala da diretora, se apresentam como “*milícia renovada*” e garantem segurança e tranquilidade, submetendo os moradores das favelas a uma “*cidade sem lei*”, ou nas palavras de José Murilo de Carvalho, a “*pequenas repúblicas*”, que constroem a sua “*moralidade local*”.

Assim como o tráfico de drogas se aproveitou da população mais frágil, comprando remédios e oferecendo cestas básicas, ou até mesmo pagando o enterro quando algum de seus “meninos” morria, as milícias também têm promovido ações assistencialistas. De acordo com Burgos (2002), “isso confere prestígio e legitimidade ao exercício da autoridade, criando laços de lealdade que podem ser mobilizados para os mais diversos fins.” (p. 50). O que podemos observar é a construção de uma cidadania tutelada, e sua característica mais marcante é a alienação. Ou como muito bem nos diz Baiarl & Almendra (2002), “a lei do silêncio não é só uma instituição combinada, mas, principalmente, um desenvolvimento natural e instintivo de defesa, frente às faltas de alternativas reais e concretas no âmbito estatal e coletivo” (p. 64), apontando que como o Estado não está assumindo a liderança da reação, não dá parâmetros nem segurança.

Da mesma forma que se apropriam de espaços, também se apropriam de pessoas, e a fala de uma adolescente de 14 anos traz a dimensão de uma realidade que choca e nos coloca diante de uma impotência avassaladora: “*Aí tia, a polícia falou que buceta foi feita pra dar.*” (sic). Burgos (2002) consegue traduzir bem o que se passa quando aborda “sua (da milícia) potencial capacidade coercitiva, que não dispensa o medo como elemento estabilizador.” (p. 59).

No ano de 2003, a Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, localizada em Pedra de Guaratiba, promoveu o IV Festival de Poesias, com a temática “Um Olhar sobre Pedra de Guaratiba”. Podemos observar que nas produções dos adolescentes, estão ilustradas problemáticas enfrentadas pelo bairro hoje, abordadas acima, como veremos a seguir: “Lugar de um povo humilde / Que tira o sustento do mar / Mar que apesar de poluído / Ainda me deixa distraído / E até mesmo admirado / Vendo no reflexo das águas / Garças num lindo bailado.”⁴⁶ “É triste de ver / meu bairro sofrer / o extremo desrespeito e o descaso / Talvez não haja jeito / Quem o conheceu / há um tempo atrás / vê que hoje é um bairro / que já não tem paz.”⁴⁷ Nas produções desses adolescentes também aparecem as qualidades do bairro, caracterizando a contradição em que vivem seus moradores: “Aqui tem tudo de bom / Tem peixe, siri e camarão / Tem festa, que é pura animação / Vem gente de todos os lados / Campo Grande, Sepetiba e Cesarão (...) Se você nunca veio aqui / Então venha, que vai gostar / Dessa Pedra de Guaratiba / Que jamais esquecerá.”⁴⁸ Também podemos observar a fala daqueles que vieram de outras regiões do

⁴⁶ Trecho da poesia intitulada “Lembranças”, de autoria de Virgínia P. de Oliveira (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

⁴⁷ Trecho da poesia intitulada “Lamento de um pescador”, de autoria de Josemar da S. Monteiro (turma 801) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

⁴⁸ Trecho da poesia intitulada “A Pedra Encantadora”, de autoria de André Luiz V. da Conceição (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

estado e já declaram arrebatamento pelo novo bairro: “Vivia na Baixada a procura / De um lugar para morar / Conhecendo Guaratiba / Fui logo me apaixonar.”⁴⁹

Esse capítulo foi a base necessária para localizarmos de que lugar estamos falando.

Como o foco de nosso trabalho é a constituição da mulher nesses espaços, construiremos a história da mulher na sociedade de tal modo que essa contextualização possibilite a discussão da questão da maternidade nas favelas da periferia, como Pedra de Guaratiba, que é a proposta do capítulo que se segue.

⁴⁹ Trecho da poesia intitulada “Morar em Guaratiba”, de autoria de Simone S. da Silva (turma 802) – IV Festival de Poesias da Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes, 2003.

3 "Me mostra e me ensina o que é ser feminina": Interfaces entre mulher e maternidade

"Ninguém nasce mulher, torna-se mulher."

(Simone de Beauvoir)

3.1 História(s) da(s) Mulher(es)

"Pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência e consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas."

(Marquês de Maricá)

Com a introdução das máquinas no processo de produção de mercadorias, uma mudança profunda afetou paulatinamente todas as formas de vida em sociedade. O capitalismo não se caracteriza apenas por uma determinada maneira de organizar a economia; trata-se também de um modelo de sociedade em que o capital é a base organizativa das mais variadas relações entre os indivíduos e os diferenciados grupos sociais. Até a Revolução Industrial, a maneira mais comum das pessoas conseguirem viver era através da agricultura, da fabricação de objetos manufaturados e em parte, através do comércio desses bens. As máquinas e as fábricas transformaram as relações entre as pessoas e, também, entre as pessoas e os bens.

(...) com a Revolução Industrial uma nova relação surgiu: algumas pessoas passaram a ser os donos do capital, isto é, das máquinas e das fábricas. Proclamou-se, então, a 'liberdade' do trabalhador: o que o proprietário contratava não eram mais as pessoas, como na escravatura e no feudalismo, mas era o 'trabalho' das pessoas. (...) A essa relação se costuma chamar de dominação. (...) quase como uma consequência disso, as que possuíam os meios de produção passaram a explorar a mão-de-obra do trabalhador: a isso se costuma chamar de exploração. Essas duas relações, dominação e exploração (...) definem o modo de produção capitalista (...) (Guareschi, 2004, p. 143).

A tendência inexorável do capital é transformar tudo em mercadoria. Com o aperfeiçoamento das máquinas e a conseqüente simplificação do trabalho industrial, as mulheres e as crianças passaram a complementar os homens operários recebendo, contudo, um salário inferior e sendo exploradas com mais facilidade. De qualquer forma, puseram-se em movimento uma série de transformações que afetaram profundamente a condição social da mulher, principalmente, ou mais evidentemente, a partir da segunda

metade do século XIX. Desde então podemos dizer que o seu trabalho começou a ser valorizado como um instrumento efetivo de mobilidade social e como uma solução para ajudar a família em sua difícil situação econômica. Além do setor têxtil, que empregava a maioria das mulheres operárias, a presença da mão-de-obra feminina também foi marcante nas fábricas de calçados, na indústria de papel e na fabricação de ladrilhos e telhas na indústria européia.

Além disso, durante o século XIX o serviço doméstico conheceu o auge de sua história, possibilitado pelo crescimento das cidades e a consolidação da burguesia como classe hegemônica na sociedade capitalista. Para a burguesia européia, dispor de um serviço doméstico numeroso e eficiente era um sinal de distinção e de uma posição econômica sólida. Havia uma grande quantidade de especialidades dentro dessa ocupação que eram efetuadas pelas mulheres: criadas, babás, cozinheiras, professoras etc.

As amas-de-leite também conheceram grande expansão no século XIX, porém em condições distintas daquelas encontradas na fase pré-industrial. As famílias burguesas abrigavam-nas em suas próprias casas, de tal modo que este tipo de trabalhadora acabou constituindo uma nova especialidade dentro do serviço doméstico. Assim, podia-se controlar de maneira mais direta os progressos na criação dos filhos. Muitas vezes, as amas-de-leite urbanas viam-se obrigadas a abandonar seus próprios filhos. No final do século XIX, contudo, a demanda de amas-de-leite caiu drasticamente. A difusão das mamadeiras e a repulsa geral quanto à utilização de amas-de-leite em detrimento do leite materno indicavam que essa atividade estava fadada a desaparecer (Ariès, 1978).

A partir desse momento começa a se impor o novo conceito: a exaltação da maternidade. A mãe não será unicamente, como em séculos passados, a progenitora, mas aquela que cria, educa e se responsabiliza por todos os cuidados da criança. Intensifica-se a relação entre a mulher e seus filhos, como nos mostra Costa (1979).

Outro fenômeno que derivou do crescimento das cidades e da industrialização foi o aumento da prostituição feminina. As prostitutas eram recrutadas entre as jovens operárias que não podiam resistir à miséria de seus salários. Não só os baixos salários, mas o fato de estarem “na rua” sugeria que fossem mais disponíveis, e por isso, eram mais pressionadas. Foi somente no século XX que ocorreu uma transformação decisiva nas mentalidades acerca do “feminino”. As guerras mundiais provocaram a incorporação maciça das mulheres ao trabalho industrial, os avanços técnicos liberaram as mulheres de algumas tarefas domésticas. Somado-se à participação feminina nas reivindicações por igualdades entre os gêneros, temos os pontos decisivos para a consolidação da mudança da mulher em nossa sociedade ocidental.

Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, se deu a primeira incorporação em massa das mulheres ao trabalho industrial, quando foram mobilizadas

para ocuparem os lugares deixados pelos homens. Em toda a Europa, a porcentagem de mulheres que assumiram o posto dos homens foi enorme, e vale salientar que a presença delas foi marcante principalmente nas indústrias de armamento. Em um período trágico como a guerra, a participação efetiva das mulheres lhes rendeu, além de muita responsabilidade - afinal assumiram espaços e tarefas impensáveis até aqueles dias -, muitos ganhos, sem dúvida. Começaram a se fazer presentes em ações reivindicativas, reclamavam aumento de salários e protestavam pelo aumento dos preços de produtos alimentícios e de primeira necessidade. Ou seja, abria-se um caminho pelo qual, com o passar do tempo, tornou-se impossível voltar atrás. Vale lembrar que a vida profissional feminina somou-se a todos os afazeres domésticos. Em algumas fábricas, foram construídas creches para solucionar a questão do cuidado com os filhos das trabalhadoras. Em outros casos, as mulheres mais velhas da família responsabilizavam-se pelas crianças enquanto as mais jovens estavam no trabalho.

Um outro fator ajudou nessa modificação da mão-de-obra. Os empresários dos mais variados ramos industriais viam no trabalho feminino características que lhes interessavam. Além de serem ligeiras e ágeis, os baixos salários que se pagavam às mulheres eram mais um atrativo. Oliveira (2004) aponta que a continuidade do pertencimento ao espaço privado se restringia basicamente às mulheres de classe alta, que não necessitavam trabalhar para o seu sustento. Muitas mulheres das classes menos

favorecidas circulavam pelas ruas, andavam nos bondes ao se dirigirem aos seus locais de trabalho – que poderia ser o serviço em telégrafos, em uma casa de família, uma loja de confecção etc. –, o que as colocava sob suspeita de exercício de alguma atividade “indigna”, ou seja, a prostituição, deixando-as, assim, vulneráveis às investidas mais precisas dos homens, o que acabava por afetar sua reputação e sua honra. Mais um motivo para as mulheres das camadas dominantes manterem-se restritas ao espaço privado.

Com a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939, o esquema que havia funcionado vinte anos antes volta a se repetir. Nesse período surge uma nova concepção: o trabalho dignifica a mulher. Com a repercussão dessa idéia, as mulheres da classe média começam a aspirar um trabalho mais qualificado e melhor remunerado. É importante ressaltar que, mesmo quando o acesso às escolas superiores foi conquistado, ainda predominavam os valores do sistema patriarcal, que consideravam que a instrução feminina deveria ser concedida em doses mínimas. Assim sendo, as mulheres continuavam a lutar pela igualdade dos programas de ensino, inspirados em princípios discriminatórios, tendentes a perpetuar a escravidão da mulher e a reforçar o domínio masculino.

O ensino foi a primeira profissão moderna aberta às mulheres, que nele se tornaram numericamente dominantes. A presença feminina começou pela escola infantil e atingiu

até mesmo as instituições universitárias mais sofisticadas de todo o mundo. Bauer (2001) conta que a professora do fim do século XIX era uma figura de mulher corajosa, que rompeu com a tradição. Participava de lutas sociais e colocava-se ao lado do proletariado. A típica professora desse período era anarquista ou socialista, participava de congressos e encontros e era a favor da emancipação da mulher. As professoras primárias foram as primeiras a reivindicar igualdade salarial e igual dignidade no trabalho.

Um outro ofício tipicamente feminino era o de enfermeira. Esta profissão nasceu na segunda metade do século XIX, quando jovens religiosas se ofereceram para trabalhar nos hospitais, substituindo as freiras que já cuidavam dos pacientes hospitalizados.

Com a invenção da máquina de escrever e do telefone, cria-se também duas novas profissões reconhecidamente relacionadas ao sexo feminino: datilógrafa e telefonista.

As mulheres da classe média vão progressivamente dedicando-se às profissões liberais. A medicina, a engenharia, a advocacia, o jornalismo começam a contar com a presença crescente de mulheres. Contudo, mesmo com todo este avanço, as mulheres continuavam a ocupar as categorias inferiores, os trabalhos mais rotineiros e mal remunerados.

As trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira, enfrentavam longas jornadas de trabalho, baixos salários, maus-tratos dos patrões, além de assédio sexual. De acordo com Rago (1997), as mulheres brasileiras, trabalhadoras do início do século XX eram vistas pelos jornalistas como frágeis e infelizes, como perigosas e “indesejáveis” pelos patrões, como passivas e inconscientes para os militares e políticos e, para os médicos e juristas, eram perdidas e “degeneradas”. A autora ressalta, no entanto, que poucos documentos foram escritos por mulheres trabalhadoras daquela época, para que pudéssemos obter com clareza de que maneira elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho. A maior parte da documentação existente foi redigida por médicos higienistas, policiais e industriais. Assim sendo, lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual.

De acordo com Sant’Anna (1995), entre os anos 1900 e 1930, as publicidades direcionadas para o público feminino já começam a ganhar espaço. Jornais e revistas publicam remédios para a beleza da mulher, no entanto, seu alcance é restrito às mulheres da elite das grandes cidades. No “consultório da mulher”, da Revista da Semana, enfatiza-se as sensações agradáveis proporcionadas pelos remédios de beleza. São considerados eficazes na cura dos mais diversos males: “inflamações do couro cabeludo”, “peito caído”, “estômagos sujos”, “gazes fétidos”, “manchas”, “azedumes”, “catarros no útero”, “constipações”, “comichões”, “vermelhidões”, “anemia do rosto” (p.123). Também é recomendado às mulheres, “fingir” ser bela, “fingir” ter porte de rainha, cintura fina e voz

aveludada perante o homem amado. Para as mulheres que não eram mais virgens, também era recomendado que fingissem ainda o serem. Durante a noite de núpcias, a não-virgem deve oferecer uma certa resistência ao noivo ao se despir e ao abrir as pernas, não se esquecendo de gritar no momento em que se daria a defloração. (Camacho apud Sant`Anna, 1995).

Entretanto, equilibrando-se entre as demandas dos tradicionalistas e dos vanguardistas, as mulheres nas décadas de 1910 e 1920, conseguiram se organizar fundando organizações, partidos, fundações e institutos cujo propósito era defender os seus direitos e exigir modificações políticas e sociais, relata Oliveira (2004). A autora continua analisando esse período, e considera que um movimento de grande importância para o Brasil – talvez o mais importante e conhecido no período das décadas de 1920 e 1930 – foi o liderado pela bióloga Bertha Lutz que, em 1918, fundou a “Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher”. Esta liga lutava pelo direito de voto da mulher e era comum apresentar reivindicações na imprensa. Mais tarde, precisamente em 1922, com o crescimento da Liga através da adesão de mulheres de vários estados brasileiros – em sua maioria mulheres de classe média e que tinham conhecimento dos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos –, a organização passou a se chamar “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (FBPF).

Com os avanços políticos e sociais das mulheres, na década de 20, o Estado brasileiro passou a defender a formulação e execução de políticas públicas de proteção à maternidade e à infância, como ressalta Martins (2008). Há que se destacar a produção do saber especializado na maternidade e na infância, em particular a Puericultura, cujos defensores vinham, desde o final do século XIX, acusando o descaso das autoridades públicas com a infância e a maternidade pobres e as altas taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil. No entanto, esse movimento não retrata “uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal.” (Martins, 2008, s/p.). A autora sinaliza ainda que os livros escritos para a educação das mães eram manuais, ou seja, ensinavam de forma simplificada os conhecimentos atualizados da puericultura e da pediatria, mas seu objetivo principal era ensinar as práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças, transformando ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação de um mingau ou sopinha em tarefas complexas, desdobradas em múltiplos movimentos e informações. Estes manuais não só ensinavam a cuidar de bebês e crianças pequenas, mas estabeleciam uma dicotomia entre o autor e a leitora, perceptível não só pelo tom imperativo e a voz ativa do médico-autor, mas pela construção discursiva da mãe leitora, passiva e paciente, aluna ideal para a recepção dos saberes especializados e autorizados dos médicos puericultores.

Formuladores das leis e das políticas públicas tinham uma visão instrumental das mulheres, afinal era delas que as crianças nasciam e nascem, portanto, para ter sucesso na tarefa patriótica de salvar e preservar as crianças, era necessário olhar para as mães, protegê-las também. O problema é que ao olharem para as mães pobres os médicos, principalmente, não viam indivíduos marcados pela miséria, pelo abandono ou pelo estigma de uma gravidez fora do casamento, mas criaturas toscas, ignorantes, culpadas pela sua condição e de seus filhos. (Martins, op. cit., s/p.).

Nos anos 50, a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar faziam parte da “essência” feminina. Não havia possibilidade de contestação, o casamento era a “porta de entrada” para a realização feminina, e era almejado por todas as jovens solteiras. Bassanezi (1997) aborda a influência das revistas femininas na realidade das mulheres de classe média. “Jornal das Moças”, “Querida”, “Vida Doméstica”, “Você” e as seções para mulher de “O Cruzeiro”, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes em sua época. O modelo de família era branca, de classe média, nuclear, hierárquica e com papéis bem definidos. Assim, à mulher cabia ser a companheira dócil e prestativa do marido, ser mãe promotora de proles saudáveis e “civilizadas”.

Fazia-se a diferenciação entre moça de família e moça leviana. De acordo ainda com Bassanezi (1997), as primeiras eram aquelas que se portavam corretamente, com gestos contidos, conservando sua inocência sexual, a virgindade vista como um selo de garantia de honra, não casar significando fracassar socialmente. De preferência não utilizavam bebidas alcoólicas, conversas ou piadas picantes eram impróprias, e deveriam impor respeito aos avanços masculinos. Seus desejos femininos não deveriam importar, o que valia eram as aparências e as regras. A honra desta mulher deveria ser defendida de todo e qualquer mal que pudesse acometê-la, para assim ela assumir de forma triunfal o seu verdadeiro papel na sociedade. Também eram valorizadas e buscadas na mulher características como a graciosidade, a meiguice, a delicadeza, o recato etc. Estas características serviriam como critério explícito, calcado no corpo, de distinção social e certificação de sua respeitabilidade enquanto moça de família (Oliveira, 2004). Vemos, então, o delineamento do campo onde se institui o que chamamos “papel tradicional da mulher”, ou seja, uma mulher que domina o espaço privado e dele não deve sair por dois motivos: o primeiro se refere à sua fragilidade física e moral e conseqüente possibilidade de “contaminação” por tudo o que existe de pior na sociedade; o segundo, a sua função de mantenedora da família, centro da civilização. Já as mulheres levianas permitiam intimidade física com homens, beijos ousados, abraços intensos e outras formas de manifestar a sexualidade. Serviam para namorar, mas não para casar. Essa garota fácil era também chamada de namoradeira, vassourinha ou maçaneta (que passa de mão em mão).

De acordo com Oliveira (2004), as estratégias de distinção social centravam-se não apenas na forma do corpo ou na graciosidade do comportamento, mas também os cuidados com a estética e com a moda assumem um papel decisivo neste momento. A boa aparência, além de facilitar o despertar do interesse masculino, garantindo maiores possibilidades de casamento, também auxiliam na distinção social, pois só as moças mais abastadas poderiam adquirir certos cosméticos e certas roupas que, em sua maioria, seguiam modelos franceses. Com o aprofundamento da crença no valor da educação como formadora do “novo homem” e da “nova mulher”, no momento em que essas mulheres se transformam em educadoras profissionais, transmitindo saberes legítimos na sociedade, podem começar a circular livremente pelas ruas, a obter dinheiro próprio e a produzir novos espaços legítimos de saber. De acordo com Bauer (2001), a identidade profissional de educadoras possibilitou uma transformação no comportamento das mulheres, que conquistaram sua emancipação. Aos poucos, iam ocupando todos os espaços de trabalho nas cidades, como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas, em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos, além daquelas que circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas. Como aponta Rago (1997), conquistavam enfim o espaço público. As idas aos festejos religiosos, que ocorriam durante todo o ano, se acentuaram, inclusive esses se configurando como espaços para enlances amorosos; também os namoros em locais públicos se tornam mais freqüentes, os pais acabam permitindo que suas filhas puras e ingênuas passem pelas ruas e praças de seu bairro acompanhadas por seus namorados; a ida a cinemas e bailes (quando há dinheiro) é permitida, além do aumento da freqüência feminina em festas como o carnaval. Com isso, a imagem da nação ancorada na honra dessas mulheres começa a se abalar (Oliveira, 2004).

O mundo passava por momentos difíceis, os anos 50 foram de muita discussão, muita contestação e alguns projetos. Tempos de crise e reorganização: palco ideal para mudanças. As duas Grandes Guerras Mundiais decepcionaram aqueles que, imbuídos do ideal de progresso contínuo e inexorável da sociedade, formado sobretudo no século XIX, tiveram que se deparar com os horrores e as atrocidades cometidas em nome do poder. A desorganização criada afetou significativamente todas as esferas da vida humana, e em todo o mundo, colocando em dúvida a capacidade das nações viverem em harmonia. A política, a ciência, a economia, as artes e todo o campo intelectual, em suma, a razão, supostamente considerados as ferramentas para a liberdade e o desenvolvimento, foram obrigados a reconhecer erros e pensar saídas e mudanças para a sociedade.

Esse panorama aparentemente turbulento, amorfo e estéril, no entanto, constituiu-se num campo fértil e frutífero no que tange à confecção de novas idéias e à reordenação das sociedades, o que pode ser confirmado pela observação de alguns fatores: a divisão

do mundo em dois grandes blocos antagônicos, o capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o socialista, representado pela já extinta União Soviética, dando início a Guerra Fria; a criação da ONU, órgão multilateral responsável por zelar pela paz e pela segurança mundiais; a condenação do nazismo e das teorias racistas etc. Simultaneamente à crise era elaborada necessariamente uma crítica. Crítica e crise da sociedade em geral, dos valores liberais por séculos construídos a duras penas e então responsáveis pela sustentação teórica do mundo, principalmente aquele pensado sob a inspiração capitalista. A democracia, a liberdade, a igualdade, a moral, a religião, a ciência e o Estado laico e de direito, são alvos de contestação e de novas formulações, a um só tempo.

O terreno fica fértil para uma série de movimentos sociais questionadores do sistema. É nesse contexto que as mulheres trazem à tona todas as contradições por elas vivenciadas e questionam as raízes de uma sociedade falsamente baseada em princípios igualitários. Em seu texto, Oliveira (2004) aponta que o que se apresentava como desejo libertador para as mulheres era a possibilidade de transitarem pelas cidades e usufruírem os mesmos prazeres e direitos que os homens, isto é, elas queriam ir aos bailes, aos cinemas, ler livros considerados “imorais” para mulheres, poder votar e trabalhar sob as mesmas condições dos homens. Não podemos dizer, no entanto, que as reivindicações feministas atingiam a população feminina como um todo. Como bem descreve Oliveira (2004), as mulheres de classe baixa já usufruíam certa autonomia, pelo menos financeira. Porém, aparentemente de forma contraditória, consideravam-se mais próximas das classes abastadas quando submetidas ao papel e aos ideais tradicionais da mulher na sociedade, não se importando, se fosse o caso, de abandonarem seu emprego caso houvesse a exigência do marido de se dedicar ao lar. Dessa forma:

As lutas em que se engajavam as mulheres das diversas camadas sociais também eram diferenciadas. Enquanto as mulheres de classe média e alta buscavam os seus direitos de cidadã, representados pelo direito de voto, as mulheres trabalhadoras lutavam por melhores condições de trabalho, não necessariamente ancoradas em um ideal de igualdade entre os sexos, mas, sim, muitas vezes baseadas nas idéias da fragilidade natural feminina, buscando proteção de sua integridade física na realização de sua atividade profissional. (Oliveira, 2004, p. 15).

Mesmo com todos os avanços, até a década de 60 do século XX muitos ainda eram os preconceitos vigentes. A mulher era feita para o casamento e a maternidade, não deveria fumar em público, nem freqüentar bares ou boates desacompanhada de presença masculina. Assuntos políticos também ficavam restritos a redutos masculinos. A opinião pública em relação às mulheres versava sobre a “despoetização” do papel feminino na sociedade, sobre os efeitos que tal liberdade poderia causar sobre a ordem vigente. A

moda e os novos hábitos pervertiam a feminilidade, entendida como comportamento passivo, delicado e voltado para o lar, como analisa Oliveira (2004).

Já na década de 60, ocorre uma das transformações mais importantes na vida da mulher, com a entrada em cena da pílula anticoncepcional. A opção de ser mãe poderia ser livremente escolhida e assumida pelas mulheres. As taxas de natalidade diminuíram, como conseqüência o tamanho das famílias foi se reduzindo. Nas décadas que se seguiram, o silêncio mantido sobre o prazer sexual feminino foi rompido, e até mesmo revistas e programas televisivos passaram a abordar o tema. Fazer sexo deixou de ser uma questão moral, mas, sim, de bem-estar e prazer. Além disso, com o avanço da tecnologia e da sociedade de consumo, muitos produtos que a mulher precisava preparar em casa, passam a ser encontrados no mercado e a preço acessível, junto com os eletrodomésticos, como aspirador de pó, lavadora de roupa, geladeira, que vão facilitando o serviço doméstico.

A percepção da identidade feminina mudou muito, tanto pela atuação de movimentos sociais feministas quanto pelo aumento da escolaridade. Se, até o final da década de 50, as mulheres acreditavam que seu papel era dentro do espaço doméstico, elas passaram a perceber que uma atuação fora desse espaço também é importante para a sua realização. (Bruschini, 2008, p. 8)

A relação da mulher com o trabalho também sofre grande transformação, o trabalho feminino começa a ser percebido não apenas como um luxo ou como uma extensão do trabalho doméstico, tal como era visto o trabalho das educadoras na década de 1920, por exemplo. O aumento da mão de obra feminina, a partir da década de 1960, engloba interesses financeiros maiores, tanto para as organizações que as empregavam como para a manutenção da família, especificamente a família de classe média, pois a situação da mulher no campo ou na classe baixa era um pouco diferente (Oliveira, 2004). A mulher de classe média entra em cena com o objetivo de manter o status da família, atendendo às novas e crescentes necessidades da sociedade de consumo. O trabalho da mulher contribuía tanto para o amadurecimento desta, como para um aprofundamento da relação marido/mulher e maior desenvolvimento e autonomia dos filhos. Como relata Bauer (2001, pp. 136/137):

(...) em 1962, o Código Civil eliminava, enfim, o princípio segundo o qual a mulher, ao contrair matrimônio, abria mão, por assim dizer, do direito de decidir sobre alguns aspectos fundamentais de sua condição de cidadão, como firmar contrato de trabalho sem autorização do marido, dispor de conta ou poupança bancária, opinar na fixação do domicílio, viajar para o exterior (...) o crescimento vertiginoso de matrículas femininas na universidade denunciava a queda de um reduto tradicional do patriarcado brasileiro: no mercado de trabalho não apenas se ampliava a presença feminina como também aumentava sua participação em áreas não-convencionais dos diferentes setores de produção.

Foi também a partir dessa época (1960) que ocorreu a consolidação de inúmeros avanços culturais e sociais da mulher, como a criação dos primeiros Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, o ingresso das mulheres nas Forças Armadas, na Academia Brasileira de Letras e no Poder Judiciário, redutos até então tipicamente masculinos.

Ainda assim, apesar das conquistas e da participação cada vez maior nas decisões sociais, nas agendas política e econômica, persistia uma série de preconceitos e estereótipos em relação às mulheres. Visões biologizantes ainda as colocavam como inferiores, relacionando instabilidades hormonais, sentimentalismos e um comportamento dócil em contraponto à postura masculina, como apontam Bruschini et ali (2008).

O início do feminismo brasileiro nos anos 70, foi marcado pela contestação à ordem política instituída no país desde o golpe militar de 1964. Tal movimento social marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Provocou transformações e rearranjos nas instituições sociais e políticas, assim como mexeu com hábitos e costumes cotidianos, ao ampliar o espaço de atuação pública da mulher, gerando repercussões em toda a sociedade brasileira. Representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres (Sarti, 2004).

A ONU declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, facilitando a construção de um cenário que vai dar visibilidade ao movimento feminista, oficializando o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. O objetivo principal era discutir a condição da mulher na sociedade e tentar eliminar as discriminações. Os grupos feministas inicialmente liderados por mulheres de camadas médias, intelectualizadas, articulam-se às organizações de bairro, reivindicando melhorias da infra-estrutura urbana básica, como água, luz, esgoto e asfalto. Dessa forma, pode mover politicamente as classes mais baixas a partir de uma identificação ao papel tradicional e social da mulher.

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava 'movimento de mulheres', expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses. (...) Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres (...) (Sarti, 2004, s/p.).

Definitivamente as mulheres conquistaram a autonomia profissional, a presença feminina afirmou-se com grande clareza no mercado de trabalho. Se em 1970 o índice de mulheres na população economicamente ativa era 26,3%, em 1980 esse número crescia para 47,6%.⁵⁰ Contudo, a dupla jornada de trabalho é um tema bastante pertinente em nossos dias, como nos sugere Del Priore (2001): a partilha das tarefas domésticas ainda é

⁵⁰ Dados contidos IN SENAI/RJ. Cidadania e ética; habilidades de gestão. Rio de Janeiro: GEP/DIPRE, 1999.

uma utopia, as mulheres consagram-se três vezes mais que seus companheiros às atividades domésticas. A autora chama a atenção para o fato da mulher ser obrigada a utilizar estratégias complicadas da “dobradinha infernal”. Considera grande a carga mental constituída pelo acúmulo das atividades profissionais, o trabalho doméstico e a educação dos filhos. No mesmo sentido, Neri (2008) aponta que como a gerência do espaço familiar não foi assumida pelo masculino:

(...) assistimos à emergência de um discurso conservador de volta ao passado (nostalgia do tempo em que as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhos), acompanhado de um movimento de incitação ao retorno da mulher ao espaço doméstico, tal como expresso pelo papa na sua última visita ao Brasil, conclamando o Estado a implementar políticas públicas de incentivo à volta das mulheres ao lar. (p. 06).

Nos anos 1980, com a consolidação do movimento de mulheres no Brasil como força política e social, as mulheres passam a ser tema não só do mercado editorial, como também de pesquisas acadêmicas. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e passa a ser visto como problema de saúde pública (Sarti, 2004). Como consequência dessas conquistas, há uma significativa alteração na Constituição Federal de 1988, que é a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal, e com isso, uma grande modificação da condição da mulher.

Para a mulher solteira, todas essas transformações também foram de grande impacto. Tradicionalmente, uma mulher que não se casasse se tornaria uma “tia” ou “solteirona”, com todo significado pejorativo que tais palavras carregavam. As mulheres solteiras eram consideradas incompletas, mulheres que não realizaram a suprema tarefa feminina, representando um “peso morto” para as famílias. A sua única saída era cuidar dos filhos de outras mulheres, vivendo dos resquícios deixados pelas mulheres completas, casadas e com filhos. Com o advento dos ideais feministas que viam no trabalho uma forma de crescimento, amadurecimento e satisfação pessoal para a mulher, as “solteironas” acabam adquirindo um meio de realização que não passa pela constituição de uma família. Os valores mudam, e uma mulher realizada profissional e economicamente pode conquistar uma vida feliz. (Oliveira, 2004, p. 24).

As mulheres que trabalham fora conquistam também o aumento de suas relações sociais e passam a conhecer várias pessoas diferentes. A autora considera que este fato pode possibilitar uma futura escolha mais madura de um parceiro – ou a sua não escolha.

Já para as mulheres de classe baixa, a situação é completamente diferente. Para estas o trabalho não representa a possibilidade de liberdade, independência e escolha. Muito pelo contrário, é o tipo de trabalho que mais aprisiona do que liberta. O trabalho é um imperativo e nem sempre é o desejado. Em sua maioria são submetidas a péssimas

condições de trabalho, além de estarem constantemente sujeitas às investidas “amorosas” de seus patrões.

Marques (2008) ressalta que ainda hoje podemos ver na mídia uma série de reportagens que apontam desvantagens da natureza biológica da mulher, e reforçam a ideia de que é mais frágil e sujeita a enfermidades. Do mesmo modo que os comerciais de produtos de limpeza, possuem invariavelmente um apelo ao público feminino, deixando claro qual o lugar que ainda se espera que a mulher ocupe. Ou seja, o antigo papel da mulher ainda circula e permanece no imaginário social. Mesmo assim, o sentido primordial do movimento feminista é uma nova referência de ser mulher.

Nesse período, todas essas mudanças de comportamento, pensamento, sentimento e posicionamento social da mulher passam a ser representadas e observadas nos programas televisivos. Nas novelas, as mulheres ganham novos papéis, justamente para ilustrar essa nova subjetividade. Começam a ser veiculados também programas televisivos direcionados para o público feminino. São estas as expressões da nova imagem da mulher. O período que se segue é muito marcante neste ponto, as mulheres conseguem ganhar algumas batalhas, reivindicam e questionam publicamente o seu papel social, e deixam como marca um importante avanço na vida cotidiana da mulher do século XX. No entanto, já no século XXI muitas conquistas ainda se fazem necessárias.

Em que pese os avanços do feminismo na conquista do espaço público, a condição feminina é ainda de extrema vulnerabilidade no que diz respeito à exclusão social, à divisão do trabalho, assim como à violência sexual. Essa discriminação ocorre em escala mundial, mas adquire feições dramáticas nos países do terceiro mundo, como o Brasil. (Neri, 2008, p. 07).

Sarti (2004) enfatiza que as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos, portanto, só podemos pensar o feminismo, dentro do contexto que lhe dá significado. A charge abaixo⁵¹ ilustra muito bem o discurso vigente sobre a transformação da mulher. Aparentemente remetidos a um termo de conhecimento consensual, somos levados a admitir que o conceito “mulher” compreendido na charge possui mais de um sentido, capaz de distinguir a empregada da “madame”. Faz, assim, com que sejamos obrigados a pensarmos não na “mulher”, mas em “mulheres”, e questionarmos de que mulher estamos falando.



51

Considerando as mulheres como as principais personagens das mudanças estruturais em nossa sociedade, podemos observar com grande clareza que as revoluções femininas do século XX apontam para conquistas, mas também para armadilhas. A chamada nova ética para a mulher “pós-moderna” aponta para uma série de transformações que geram exigências que vêm a se somar às já incontáveis cobranças relacionadas ao sexo feminino. Ou seja, essa geração de mulheres pode ser vista como uma geração intermediária, uma geração que muitas vezes acaba sendo esmagada pelas novas cobranças relacionadas ao novo papel social da mulher.

Muitas autoras, como Sarlo (2000), Del Priore (2001), Sant’Anna (2001) e Moraes (2002) trabalham muito bem a questão da “pós-modernidade”. Num mundo onde se pode facilmente diagnosticar uma imensa “escassez de sentidos”, caracterizado por uma nação fraturada e empobrecida e pelo consumo desenfreado de objetos, não é de se estranhar a grande dominação da mídia e da publicidade, que nos bombardeia com imagens de eterna juventude, e a cobrança por mulheres jovens, belas e sadias. Da mesma forma, o envelhecimento, principalmente o feminino, é encarado em nossa sociedade como sinônimo de perda. No mesmo sentido, a mídia estabelece a perpetuação do poder masculino, observando que a imagem da mulher “madura” é absolutamente negativa se

⁵¹ Charge de Hubert Carvalho Aranha datada de 1982, extraída do livro “Cidadania e Ética: habilidades de gestão”, uma publicação do Senai-RJ.

comparada à imagem masculina na mesma faixa etária, como se o glamour da mulher estivesse somente restrito à sua juventude.

A partir deste entendimento, as autoras apontam que as mulheres sonham com objetos que transformarão seus corpos, como uma ficção consoladora – adiar a velhice o máximo possível. Assim, próteses, substâncias sintéticas, suportes artificiais, entram no corpo durante intervenções que o modificam segundo as regras de um design perfeito. Não há limites para a mulher continuar magra, turbinada e vitaminada; vemos a identidade corporal feminina sendo condicionada não pelas conquistas da mulher no mundo público e privado, mas por mecanismos de ajustes obrigatórios. Assim, os corpos revelam o tipo de identidade que está sendo construída. Se nos anos 50 as revistas femininas ensinavam como a mulher deveria se comportar para “arranjar” um bom casamento, as revistas atuais utilizam argumentos publicitários, produtos de beleza e a medicina vulgarizada como mecanismos de controle do corpo feminino. Nossa sociedade fragmentou o corpo feminino, regulando seus usos, normas e funções. Como consequência desse culto exagerado ao corpo, o tormento da mulher atual é a balança e o espelho, fontes inesgotáveis de ansiedade e frustração.

Dentro deste imperativo da performance e da eficácia, os instrumentos e serviços criados para aumentar a saúde e embelezar as aparências desencadeiam o surgimento de dispositivos em relação ao funcionamento corporal, que simplesmente não existiam em outras épocas, como regimes e cirurgias plásticas. A atual valorização do corpo humano e o exacerbado “culto ao corpo”, apontam as características da sociedade contemporânea: silhuetas sempre de passagem, indivíduos reduzidos a turistas, consumidores vorazes de novidades, organismos liberados de seu patrimônio cultural e genético, incessantemente ameaçados pelo risco do descarte e do isolamento (Sant’Anna, 2001). A febre da velocidade cria liberdades novas, mas fabrica agonias singulares como o culto à velocidade e desvalorização da vida conduzida com vagar, passo a passo. Assim, ocorre uma diversidade imensa de aparelhos, serviços, publicações, roupas e medicamentos destinados ao aumento da sedução física e do prazer. Ao mesmo tempo, cria-se um grande horror à ociosidade, à doença, à feiúra e à velhice. O corpo eficaz é belo, jovem, saudável e milimetricamente calculado.⁵²

As autoras citadas acima fazem um paralelo interessante entre as cidades e o corpo de seus moradores. Existe uma relação intensa entre os corpos e o espaço urbano, como se o modo de vida da cidade afetasse a construção dos corpos e vice versa. Analisando

⁵² Devemos apontar ainda que o controle exacerbado não diz respeito só ao corpo, ou à beleza estética, nos dias de hoje torna-se extremamente importante o controle do humor e das emoções.

um pouco os espaços urbanos característicos da contemporaneidade, podemos observar o boom dos shoppings, com sua proposta espacial ditada pela estética do mercado, mantendo uma relação de total indiferença com a cidade que está à sua volta, esquecendo-se daquilo que o rodeia, um local onde a história está ausente, justamente porque etiquetas e marcas constituem sua paisagem. Sarlo (2000) afirma ainda que os shoppings podem ser vistos como monumentos de um novo civismo, local de exposição de todos os objetos sonhados, na medida em que sonhamos com as coisas que estão no mercado. Os espaços contemporâneos podem ser vistos como “megaparaísos do consumo”, onde os apelos são claramente dirigidos à beleza e à saúde. A relação com o corpo e o investimento estético ultrapassam as barreiras sociais, e podemos observar nos dias de hoje, mulheres da classe baixa com produtos Natura e Boticário, empresas com forte apelo na mídia televisiva.

Levi Strauss (1982) enfatizava que o corpo é um símbolo da sociedade. Assim, podemos pensar o mundo e suas vinculações sociais a partir da análise de seus corpos. Um corpo, que pertence, ao mesmo tempo ao indivíduo e à sociedade. Corpos modelados e programados a partir da abrupta imposição da norma presente na atualidade. Normas estas que acabam por gerar uma homogeneização cultural e a valorização do presente imediato e das performances individuais, trazendo como consequência o extremo individualismo.

(...) Corpo enquanto representação, suporte de símbolos culturalmente produzidos e historicamente contextualizados. (...) É a partir de nosso corpo que agimos, que nos relacionamos com o mundo à nossa volta e conosco mesmos. Falar do corpo, portanto, é falar do sujeito. Falar da estética do corpo é falar de estética do sujeito e da sociedade. (Novaes, 2006, pp. 15/16).

Nesse sentido, se historicamente a imagem da mulher estava relacionada à maternidade, na contemporaneidade, até a relação com a fertilidade passou a ocupar um outro lugar. O preço para ser magra, jovem e bonita, inclui em alguns casos o medo do que a gravidez pode trazer de "estrago". (Novaes, 2006). Ganhar peso, ficar com estrias ou com o peito caído, e assim, fugir do padrão estético normatizado, mesmo que por um curto período de tempo, pode ser bastante difícil para a mulher, como já nos apontam Brazão e Novaes (2010). Aqui cabe relativizar a forma como as mulheres pobres lidam com o corpo atravessado pela maternidade, já que continuam engravidando inúmeras vezes. Se na cultura atual, um dos maiores símbolos de inserção é ter o corpo da moda, e este passou a ser visto como passaporte para a felicidade, e a beleza se tornou um dever moral, quais os mecanismos estão sendo utilizados pelas mulheres pobres como forma de inclusão e construção de identidade? Como é construído o valor social da sua relação com o corpo/maternidade?

3.2 “Brasil, mostra a tua cara”: considerações sobre mulher e pobreza

“Quem mora na favela não pode ter sonho.”

(Edna Ezequiel, mãe de Alana, 12 anos, morta por uma bala perdida no Morro dos Macacos - favela do Rio de Janeiro)

De acordo com dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)⁵³, a pobreza, em nosso país, tem sexo. A velha divisão sexual do trabalho se reestrutura e reforça a feminilização da pobreza, dos 1,3 bilhões de pessoas em condições de pobreza em todo o mundo, 70% são mulheres, segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU). Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a população feminina ocupada está concentrada nas classes mais baixas. A proporção de homens com rendimentos de até 2 salários mínimos é de 55,1%, enquanto entre as mulheres, esta proporção alcança 71,3%. No entanto, quando se considera a classe de rendimentos superiores a 5 salários mínimos, a situação se inverte completamente. 15,5% dos homens têm rendimentos nessa faixa, e apenas 9,2% das mulheres. Podemos observar então, que a distribuição de renda ainda está subordinada à lógica hierarquizada de gênero.

Em todo o Brasil, no campo e na cidade, cresce cada vez mais o número de lares sustentados exclusivamente por mulheres. Elas, no entanto, continuam ganhando menos que os homens e enfrentando quase sempre sozinhas o desafio de conciliar maternidade, emprego e atividades domésticas. Segundo o IBGE, 28,8% das famílias brasileiras eram “chefiadas” em 2003 por pessoas do sexo feminino, índice que cresceu 23% nos últimos dez anos. Além disso, em pesquisa intitulada “Perfil das Mães Brasileiras”, a Fundação Getúlio Vargas (2005) identifica que o número de mães solteiras aumentou. Hoje, corresponde a 16% das mulheres grávidas enquanto que em 1970, por exemplo, representava apenas 2,7%.

O aumento da responsabilidade financeira das mulheres, no entanto, ainda contrasta com os grandes problemas enfrentados por elas no mercado de trabalho. Soma-se a isso uma carência de serviços públicos como creches, restaurantes e lavanderias comunitárias, além de uma cultura machista que ainda atribui à mulher toda a responsabilidade pela vida familiar e doméstica, dificultando seu crescimento profissional. Dessa forma, desenvolve-se em silêncio um fenômeno econômico e social

⁵³ Órgão com status de Ministério, vinculado diretamente à Presidência da República, criado em 2003.

que é encarado, no Brasil e em nível internacional, como um dos principais desafios deste milênio para os formuladores de políticas públicas: a feminização da pobreza.

Contrariando o que ocorre na maioria dos países, a mulher brasileira possui, de maneira geral, nível de escolaridade superior ao do homem. Uma radiografia das estatísticas sobre o mercado de trabalho, no entanto, mostra que tal vantagem não corresponde a maior valorização dentro do mundo profissional. Muito pelo contrário: atualmente, o rendimento médio das mulheres ocupadas no Brasil, segundo o IBGE, não chega a 70% dos ganhos masculinos. Além disso, são elas as mais atingidas pelo desemprego e as que mais se concentram em empregos precários e no mercado informal.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coloca em análise a concentração da mão-de-obra feminina em determinados guetos profissionais, como as atividades de costura ou relacionadas ao cuidado de crianças e doentes, o que também colabora para a construção desse quadro negativo. Em geral, as mulheres tendem a ocupar espaços de trabalho pouco valorizados socialmente (recepção, telefonia, secretariado) ou cuja importância não se traduz em boas remunerações, a exemplo das professoras de educação básica. A Secretaria problematiza ainda que o mais significativo desses guetos é, de longe, o emprego doméstico. A categoria conta, atualmente, com cerca de 6 milhões de integrantes, quase 20% da ocupação feminina em todo o país, conforme afirma Bruschini (2008). Sua importância dentro do universo trabalhista da mulher, no entanto, contrasta com a baixa remuneração e as precárias condições laborais e de proteção social enfrentadas pelas profissionais. Para a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, esse tipo de emprego ainda guarda resquícios da relação casa-grande e senzala. "Cerca de 80% das empregadas domésticas trabalham sem carteira assinada, e boa parte delas ganha salários absurdamente menores do que o mínimo garantido pela Constituição", denuncia. Tais dados podem ser ilustrados nas relações trabalhistas trazidas pelas mulheres entrevistadas para a nossa pesquisa.

Outra faceta do preconceito sofrido pelas mulheres no mercado de trabalho, é que nos dias de hoje, diversas empresas ainda exigem exame de gravidez ou atestado de esterilização para contratar mulheres, prática expressamente proibida pela legislação. Além disso, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres relata também o constante desrespeito a garantias como o auxílio-creche e a licença-maternidade.

Apontamos acima problemáticas referentes à inserção da mulher no trabalho nas cidades, mas o quadro de empobrecimento das mulheres também vem atingindo a vida de milhões de trabalhadoras rurais. A questão do acesso à terra, principal fonte de conflitos sociais no campo, é caracterizada pela exclusão ainda maior no caso da mulher. A ausência de documentação, um problema crônico no mundo rural brasileiro, atinge com

especial ênfase as mulheres, fato que colabora para a invisibilidade das funções femininas e dificulta o acesso a benefícios como a aposentadoria rural, garantida a todos os que provem ter trabalhado 180 meses no campo.

A discussão proposta por Tânia Salem (1981), em seu texto “Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos” tem como objetivo descortinar, com base nos depoimentos das mulheres entrevistadas, como era pensada e construída a identidade feminina nos estratos sociais mais baixos e construir o desenho de sua identidade social. Para tanto, utilizou a técnica da história de vida e fez sua pesquisa de campo com 17 mulheres moradoras da favela da Rocinha. Salienta que o pano de fundo de seu trabalho são as condições miseráveis vivenciadas por todas elas e a pequena margem de controle que essas mulheres afirmam ter sobre sua existência. No mesmo caminho, Bader Sawaia (1996) se propõe a discutir a “Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora”. Tal pesquisa tinha como objetivo analisar o processo de consciência das mulheres que viviam em condições subumanas e sofriam o desprezo público, para isso a autora realizou sua pesquisa de campo em uma favela da cidade de São Paulo.

Bourdieu (1992) se apropria do conceito de habitus para afirmar que o sujeito reproduz as estruturas externas das quais é, em última instância, o produto. Daí é constituída sua consciência social, ou seja, representações, auto-imagem e os recursos que aciona para explicá-las, que são alimentados por experiências socialmente demarcadas. As mulheres trabalhadas por Salem (1981) sofrem uma dupla determinação de opressão e subordinação, de classe e gênero. As ordens pública e privada ainda são vistas como específicas nas relações de gênero, como se o homem fosse feito para o público, o trabalho, a cerveja ou a cachaça com os amigos, os forrós nos finais de semana e a mulher para a vida no lar e o cuidado dos filhos. Como se os homens, e somente eles, fossem sujeitos de sua existência e portadores de vontade própria. Já a mulher se percebe, segundo Salem, vivendo em um “cativeiro”, como objeto da vontade dos outros, impossibilitada de agir livremente. Sawaia (1996) afirma que a imagem mais usada é a da prisão, cujas grades são as relações que compõem o cotidiano das pessoas que a representam, logo, as mulheres são atingidas tanto na sua integridade física quanto psíquica. Dessa forma, a família ainda é a esfera prioritária de identificação feminina.

(...) o locus no qual sua identidade é gerada, construída e referida. Tal fenômeno se expressa, inclusive, no fato de a mulher só conseguir se definir na ou através da família – seja como filha, esposa ou mãe. (...) a inserção da mulher no mundo está sempre intermediada por figuras familiares – pai, marido ou filhos. (Salem, 1981, pp. 60 e 62).

Sarti (2004) aponta que para as mulheres pobres, a questão ontológica de ser mulher se funda no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistente como uma

realidade autônoma, com significação em si. A família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo. Há que se pensar "(...) *a família como uma referência simbólica fundamental para a população pobre, que ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo (...)*" (Sarti, 2004, p. 13). Essa mulher se vê submetida aos pais, ao marido e também aos filhos. Seja pela vigilância ou pela perda de autonomia em virtude da responsabilidade na criação dos filhos, essa mulher vivencia um menor controle pessoal sobre sua vida e constrói sua identidade ligada e até mesmo confundida com a desses outros personagens, conforme salienta Salem. Podemos, dessa maneira, problematizar a gravidez precoce nas classes mais pobres e o grande número de filhos entre essas mulheres. Como se a maternidade lhes garantisse uma identidade. Recentemente ouvi dois relatos de duas adolescentes (14 e 15 anos, respectivamente) moradoras de uma favela em Pedra de Guaratiba, que pode ser entendido através desse viés. “*Engravidei porque é melhor apanhar de marido do que de padrasto.*” e “*Se eu não quisesse engravidar, tinha usado camisinha, né tia?!*” A fala dessas duas jovens mulheres reflete um posicionamento claro ao abordarem o tema da gravidez na adolescência, como se fosse, de fato, um projeto de vida, ou pelo menos, uma decisão frente à total falta de escolhas. Caracterizando, pois, uma ideologia da abnegação e do despojamento da própria vida em prol dos outros, paralelamente a sucessivas experiências de abandono que acompanham sua trajetória de vida. É comum considerarem o convívio com os pais como um privilégio de poucos, já que a separação precoce da família de origem por causa da falta de condições para o sustento de todos os filhos é recorrente, gerando, um grande fracionamento do grupo familiar e a desorganização do núcleo doméstico. (Salem, 1981).

Pode-se observar uma certa discriminação no mercado de trabalho sofrida por essas mulheres, e como conseqüência, uma acomodação à vida doméstica, já que “*arrumar emprego é bem mais fácil para os homens*”. Assim, pela dificuldade encontrada em dominar o universo extradoméstico, a mulher da classe pobre fica dependendo financeiramente desse homem, que “*pelo menos traz comida pra casa*”, culminando na pequena margem de controle dessa mulher por si mesma e numa conseqüente pobreza em suas vivências. Cada vez que o mercado de trabalho nega a inserção dessa mulher, leva-a de volta ao lar, reiterando a demarcação da fronteira entre masculino e feminino e reforçando o enclausuramento e o isolamento social da mulher favelada. Para manter a reprodução social, as atribuições continuam sendo determinadas a partir de uma diferenciação de gênero. Já que ao homem cabe a exterioridade e o social, o espaço doméstico, interno, privado continua sendo direcionado ao feminino. “Assim, de um lado, o marido provedor, de outro, as tarefas de cuidar (do marido, dos filhos, do lar), a

contracepção, a gravidez e a amamentação como responsabilidades femininas.” (Costa *et alli*, 2006, p. 374).

Essas mulheres, pela falta de outras formas de vivência, tendem, portanto, como enfatiza Salem, a privatizar as relações públicas, particularizando os vínculos com as patroas, médicos, assistentes sociais e psicólogas. As personagens extrafamiliares são convertidas em figuras de amparo e proteção. As relações se dão forma assimétrica, já que nem mesmo uma consulta no posto de saúde é entendida como um direito, os profissionais passam a ser vistos como caridosos e que estariam lhes prestando uma benesse.

Em suma, quando essa mulheres se defrontam com o espaço da cidadania, este é, invariavelmente, retraduzido para termos privados, domésticos e personalizados. (Salem, 1981, p. 64).

Um outro fator que impossibilita, ou ao menos dificulta a permanência dessas mulheres em uma atividade remunerada é a conjugação entre excesso de trabalho e continuar sem poder “ter as coisas”. Não há correspondência entre maximização dos esforços e os resultados decorrentes. Como provoca Sawaia (1996), um trabalho que deixa um gosto amargo na boca, ainda que estafante, redundando em nada para elas ou pra seus filhos. Ou seja, um trabalho sem sentido, que não cumpre sua função nem de evitar a fome. Existe uma grande desvalorização da mão de obra oferecida por elas, especialmente nas periferias da cidade. Em Pedra de Guaratiba, hoje, ainda podemos ouvir relatos de mulheres que recebem R\$ 20,00⁵⁴ por um dia de faxina, quando na zona sul da cidade, a diária não sai por menos de R\$ 60,00. “Isso evidencia, em última instância, que as coisas escapam às possibilidades de seu controle e que, portanto, o produto da ação individual é, em grande medida, ‘exterior’ a ela”. (Salem, 1981, p. 65). Temos que ressaltar que as mulheres mais jovens demonstram um horizonte de vida mais amplo, mais adaptado à vida na cidade grande, enquanto as mulheres mais velhas ainda parecem lidar com o mundo embasadas por uma cultura construída na zona rural, com uma visão patriarcal.

Ao mesmo tempo em que os favelados tendem a se perceber como um todo homogêneo e indiferenciado, em contraposição aos “ricos que moram no asfalto”, ou “aqueles que moram nas casas boas do bairro”, existem critérios de diferenciação dentro do grupo de favelados. Num meio efetivamente caracterizado pela miséria e pela sujeira, alguns se esforçam para demonstrar um padrão de vida e de dignidade para contrabalançar com a pobreza em que estão imersos, afirma Salem (1981). Esse apontamento me remete imediatamente a uma das mulheres entrevistadas por mim,

⁵⁴ O salário mínimo para empregadas domésticas, no Rio de Janeiro, desde Janeiro de 2010 é de R\$ 581,88.

Mônica, que apesar de morar num barraco de madeira, era todo pintado de rosa, com muitos tapetes cobrindo o chão de terra. De acordo com as autoras trabalhadas, para essas mulheres, a pobreza em que estão inseridas, muitas vezes é percebida como barreira quase intransponível que deve ser enfrentada em uma sociedade rigidamente estratificada.

Outro ponto abordado por Salem foram os saldos positivos advindos da migração, já que todas as mulheres estudadas pela autora eram naturais de outros estados, em sua grande maioria de área rurais, que vieram “tentar a sorte” no Rio de Janeiro. Na pesquisa de Salem, o tempo de moradia no Rio variava entre a seis meses e 37 anos, mas todas conseguiam perceber um maior padrão de consumo e a maior escolarização dos filhos. Tais fatos eram percebidos como um antídoto contra a desesperança, num cotidiano marcado por uma luta permanente e a grande exigüidade de recursos disponíveis. Percebemos histórias de precárias condições de existência devido à carência material a níveis insuportáveis. Nos relatos dessas mulheres, é evidente o discurso de que não tiveram infância, ou tiveram uma infância marcada por fome e espancamentos, grande miséria e trabalho pesado, somado ao pouco ou nenhum acesso ao estudo. Dessa forma podemos entender porque a adolescência não tem qualquer existência em seu universo, não promove nenhum corte significativo na vida (Salem, 1981). Vale notar que todas deixam claro que só puderam obter essa perspectiva ao virem para o Rio de Janeiro, como se nas regiões mais pobres do nosso país, não fosse valorizado o estudo para o público feminino, e como se a falta desse não tivesse grandes interferências na vida prática.

Desde pequenas, essas mulheres sofrem a falta de amparo externo real (falta de controle absoluto sobre o que ocorre) e a falta de amparo subjetivo (falta de recursos emocionais para agir). (Sawaia, 1996, p. 158).

A divisão do trabalho parece ser menos rígido na zona rural, homens e mulheres e até crianças cortam cana, trabalham no bambuzal ou na carvoaria e catam caranguejos. No entanto, quando os assuntos são as tarefas domésticas e o cuidado dos irmãos menores, não há dúvida de quem é a responsabilidade de exercê-las, sempre cabe exclusivamente às mulheres.

O casamento passa a ser visto então como se fosse a única possibilidade de “melhorar de vida”. Já que para as mulheres solteiras, os pais ou patrões costumam se apropriar de seu trabalho.

O anseio mais recorrentemente expresso diz respeito a diminuir a intensidade do trabalho ou, em termos ideais, restringir-se ao trabalho na esfera doméstica. Visto sob outro ângulo, isso reporta à aspiração de trabalhar para si, isto é, de poder controlar tanto o ritmo quanto o produto de seu trabalho. (Salem, 1981, p. 73).

Nesse sentido, o casamento pode ser visto como uma estratégia, mais ou menos consciente com o objetivo de obter um maior controle sobre sua existência, como se

alcançasse o status de uma “libertação”. “Ser dona do próprio nariz”, e ainda alcançar a estabilidade das relações afetivas parece nesse momento e nessas circunstâncias de vida bastante sedutor. Já que cuidava dos irmãos mais novos, a maternidade também possibilita a essa mulher deixar o papel materno que lhe foi delegado, e assumi-lo como definitivamente seu. Obviamente, acontecerá com o marido a reprodução das relações vivenciadas até então, e cabe a ele o papel de fazer a interação entre a mulher e o mundo. Assim como a mulher responsabiliza o homem por todos os infortúnios que lhe acontecem. A relação homem/mulher nas classes mais pobres, mais parece tutelar/tutelado. Até mesmo o corpo dessa mulher passa a ser propriedade do marido, e as relações sexuais uma obrigação da vida de casada. (Salem, 1981). A mulher, na grande maioria dos casos, fica restrita à vida do lar e se isenta de responsabilidades no que tange ao fracasso do mundo externo, como se fosse somente obrigação do marido arrumar emprego e trazer dinheiro para as compras. Por sua vez, neste grande círculo vicioso, existe uma grande resistência e em alguns casos, até mesmo a proibição por parte do marido para que a mulher exerça uma atividade remunerada. Geralmente, essas mulheres não costumam tomar decisões de romper um casamento. A união, muitas vezes insatisfatória, assegura de algum modo, sua subsistência e a de seus filhos. De acordo com análise de Salem (1981), quando acontece de serem abandonadas pelos maridos, o que é bem freqüente, declaram que se sentem no auge do desespero, como se não fosse possível sobreviver a esta situação, ou seja, do papel feminino exercer o de chefe de família. Esse posicionamento caracteriza uma falta de condições de uma sobrevivência independente, agravado pelo estado de apatia e o sentimento de total falta de controle sobre seu destino.

Adquiriram, nas relações sociais cotidianas, a certeza da impossibilidade de conquistar o objetivo desejado e desenvolveram a consciência de que nada podem fazer para melhorar seu estado. Desde cedo, aprenderam que lutar e enfrentar é um processo infrutífero e, as que ousaram, receberam como prêmio mais sofrimento. (Sawaia, 1996, p. 158).

Quase trinta anos depois da pesquisa realizada por Salem, podemos observar no trabalho de campo, que a dificuldade em romper com os relacionamentos amorosos ainda persiste. No entanto, não podemos deixar de considerar um aumento significativo de famílias, em todas as classes sociais, chefiadas por mulheres. Mesmo assim, ainda comportam-se como se o rumo de sua existência fosse exterior a ela. A consciência de que nada podem fazer para melhorar seu estado é a cristalização da angústia, gerando assim, um estado letárgico de apatia, que vai ocupando o lugar das emoções até anulá-las totalmente. (Sawaia, 1996, p. 159). Primo Levi (1988) traz à tona a figura dos "muçulmanos" dos campos de concentração nazistas, o que muito me lembrou algumas

mulheres com que me deparo no dia a dia do meu trabalho. "Tudo já lhe é tão indiferente, que não tenta fugir ao trabalho e às pancadas, nem procurar comida. Executa todas as ordens que recebe; é provável que, quando for enviado à morte, ele vá com essa mesma absoluta indiferença." (p. 42).Essa mulher ocupa um estado de tristeza passiva, que a impede de caminhar, agir, sair da inércia, ou até mesmo se perceber como tal. Sua auto-imagem é construída e apoiada na fragilidade, na passividade e na impotência. "Uma subjetividade desapaixonada, descompromissada com a vida, desimplicada com o mundo." (Vega apud Zamora, 2008, p. 112). O mundo é descrito a partir de uma perspectiva masculina (Bourdieu, 1999), portanto ainda não existe a equivalência entre os gêneros.

(a mulher) não se afirma como sujeito de sua existência, não realiza sua identidade como ser humano, não existe para si mas para e através dos outros. (...) Residiria aí a especificidade da condição feminina: de sua vocação adscrita de reprodutora decorreria sua dependência e subordinação ao homem no interior da família, correlatamente, sua ausência efetiva ou discriminação na esfera da produção e da vida pública. (Salem, 1981, p. 93).

É comum entre essas mulheres, rapidamente se dar a constituição de um novo vínculo marital, com mais filhos desse novo homem. Diferentemente das classes média e alta, existe enorme dificuldade por parte das mulheres pobres em recorrer ao direito para garantir a participação do ex-marido no sustento dos filhos. Raramente observamos a legalização de pensão alimentícia, cabe ao homem, portanto, decidir como e quando contribuir para a criação dos filhos. Como aponta Salem (1981), nesses casos, existem relatos de que quando um casamento fracassa, o filho acaba se tornando um “fardo” ou um “castigo” para essa mulher. Ou, num outro extremo, o filho, normalmente o mais velho, ocupa o lugar de homem da casa, e fica com ele a responsabilidade do sustento da mãe e dos irmãos mais novos, assim como este passa a ser o tutor da mãe e a definir o que esta deve ou não fazer. Facilmente essa mulher troca o homem a quem deve obediência. Observamos então, que a relação com o homem contamina a avaliação feminina da maternidade.

(...) sua identidade está inextricavelmente atada, confundida ou ainda anulada em favor dos filhos. (...) Mesmo as situações mais corriqueiras ilustram a imagem do que é, para essas mulheres, ser mãe. Quando elas compartilham o sustento da casa com o marido, a renda por elas auferida destina-se sempre aos filhos, sobretudo para roupas, calçados e material escolar. Não são infrequentes afirmações do tipo ‘meu marido nunca teve despesas com filho para nada, tudo é comigo’, seguidas por ‘com o dinheiro dele a gente faz as compras de comida e paga as prestações’. Ou seja, da mesma forma que ela se exime de qualquer responsabilidade frente ao mundo extradoméstico, ela tenderá a obscurecer, para si mesma e tanto quanto puder, a participação do homem na reprodução quotidiana da prole. (Salem, 1981, pp. 84 e 85).

Zamora (2008) questiona quais as possibilidades de resistência dos "corpos da vida de gado, como poderiam essas mulheres se deixarem atravessar por outras forças do mundo, agüentar as intensidades da vida e vibrar com elas, dar lugar às experimentações, sem produzir um corpo para a morte?" (p. 113).

A partir desse questionamento, tona-se necessária a problematização de outro fator bastante comum na vida das mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba. A forte presença da violência, em seus diferentes níveis. A privação social, que provoca uma experiência de exclusão e falta de garantias dos direitos mais fundamentais. E que muitas vezes, traz como conseqüência a convivência com outro tipo de ordem, imposta por traficantes ou milicinas, uma ordem que aliena, que impõe na prática o "manda quem pode e obedece quem tem juízo". E a violência doméstica, resultado de uma grande desigualdade entre os gêneros, ainda presente em nossos dias. Soares (1999), cita uma pesquisa realizada em 54 países pela Sociedade Mundial de Vitimologia da Holanda, com 138 mil habitantes, que traz como resultado o Brasil, o país que mais sofre com a violência doméstica. Aproximadamente 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência. No Censo realizado pelo IBGE no ano 2000, 11% das mulheres acima de 15 anos, ou seja, o equivalente a 6,8 milhões de mulheres afirmaram que foram espancadas pelo menos uma vez na vida.

Ainda de acordo com Soares (1999), há que se considerar que o estresse associado à pobreza gera tanto um quadro de violência quanto a alcoolização. O uso abusivo de álcool e outras drogas também atua como um facilitador para atitudes violentas, o que esclarece de certa forma o alto índice de violência doméstica presente nas mulheres pesquisadas por nós. Podemos observar nas classes mais pobres um outro agravante, a aceitação da legitimidade do comportamento violento como "natural" do sexo masculino e presente nas relações de gênero. Segundo registros da Coordenadoria Especial de Políticas para Igualdade de Gênero do Município do Rio de Janeiro, outro fator que ilustra tamanha desigualdade é que o estupro no casamento ou em relações estáveis foi rejeitado por muitas décadas, sob a alegação de que o homem estava autorizado a utilizar o corpo de sua mulher quando de seu desejo. Ainda hoje, esse discurso pode ser observado na fala de algumas de nossas entrevistadas.

Outro dado trazido pela Coordenadoria Especial de Políticas para Igualdade de Gênero do Município do Rio de Janeiro, afirma que o Banco Mundial (BID) revela em seus estudos que a violência intrafamiliar representa quase um ano perdido de vida saudável em cada cinco mulheres de 15 a 44 anos e ocupa peso similar à tuberculose, ao HIV, aos diversos tipos de câncer e às enfermidades cardiovasculares.

Quais são, então, as formas de enfrentamento construídas por essas mulheres? Se nos relatos de nossas entrevistadas houve uma grande incidência de mulheres vítimas de violência, algumas já demonstram se apropriar de algum tipo de respaldo oriundo de políticas públicas que visam o empoderamento da mulher e o combate à desigualdade entre os sexos.

Nos depoimentos colhidos por Oliveira (2005), a convivência cotidiana com os perigos do território parecia promover a construção de recursos de defesa para a administração dos riscos. Estar alerta, não manifestar confronto, obedecer às ordens dos traficantes, separar-se do companheiro traficante após um sinal de aumento de risco, conviver com as regras do tráfico e da criminalidade, em especial com as fugas após juramentos de morte e a submissão à violência doméstica foram circunstâncias trazidas como formas de lidar com os perigos daqueles ambientes. Dessa forma, os recursos construídos por elas denotam a grande vulnerabilidade em que se encontram as mulheres pobres em nosso país.

A aprovação da Lei 11.340/06, batizada de Lei Maria da Penha, representa um marco histórico para o estudo da violência contra a mulher. Passou a vigorar em 22 de Setembro de 2006 e foi criada com o objetivo de coibir todas as situações de violência cometidas contra a mulher, fundamentada pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.⁵⁵

Um outro ponto importante é que a Lei Maria da Penha lança à sociedade um novo conceito de família, à medida que também resguarda mulheres que vivem alguma forma de violência nos relacionamentos homoafetivos.

Conforme nos traz Aquino (2009), de acordo com uma pesquisa realizada pelo DataSenado, seis meses após a aprovação da Lei 11.340/06 (Maria da Penha), verificou-se que apenas 15% das entrevistadas declararam espontaneamente que já sofreram algum tipo de violência. O baixo índice dá-se pelo fato da resistência que as mulheres enfrentam para denunciar os seus agressores; até que se sintam encorajadas a denunciar, agem como se aceitassem os excessos e como se esses aparentassem um cunho natural nas relações domésticas, oriundas do papel da mulher na sociedade. Os baixos índices de denúncia demonstram a dificuldade da sociedade e do próprio Estado em lidar com essas questões que ainda estão muito ligadas ao ambiente privado. Faz-se necessário a quebra de

⁵⁵ Mesmo com todo o avanço no campo político, durante a finalização deste trabalho, uma das notícias que mereceu mais destaque em todo o território nacional, foi o desaparecimento de Eliza Samúdio, ex- namorada de um dos ídolos do futebol brasileiro. O goleiro Bruno, do Flamengo, é o principal suspeito da morte, com requintes de crueldade. Vale ressaltar que oito meses antes do ocorrido, Eliza deu queixa na Delegacia de Mulheres alegando agressões físicas e ameaça de morte.

paradigmas, para que a mulher sinta-se incentivada a denunciar seu agressor. Para tanto, a intensificação da promoção de campanhas que divulguem os direitos das mulheres, tornar-se-ão fortes aliados para encorajamento às vítimas de abusos domésticos. Para corroborar com essa solução, a mesma pesquisa constatou que 76% das entrevistas consideraram que a mídia tem um papel fundamental para o combate à prática da violência contra a mulher. Não se pode, no entanto, concluir que o ato da denúncia torna-se o marco definitivo para o processo da violência. Pensando dessa forma, de acordo com Soares (1999), se estaria negando a existência do ciclo da violência:

(...) a violência tem seu ritmo próprio e, dentre os inúmeros motivos que levam uma queixante a retirar a queixa contra o acusado, figura em um particular: romper o ciclo da violência é um processo prolongado e, por natureza, cheio de hesitações. (...) É ignorar a dinâmica das relações abusivas. É imaginar que, para a vítima, seu casamento, sua família e sua história tenham o mesmo significado de um assalto sofrido na esquina por um ladrão qualquer. (p. 224).

Ainda de acordo com Soares, os números de denúncia não são as únicas barreiras que se tem que enfrentar para aprofundarem-se verdadeiramente os índices da violência doméstica contra a mulher. A precariedade nas condições de funcionamento vislumbrada nas Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) faz com que insiram algumas frustrações quanto aos serviços prestados às vítimas. É importante ressaltar que as DEAMs foram criadas, na década de 80, com o intuito de fornecer às mulheres vítimas de violência um atendimento digno e respeitoso, raramente encontrados nas delegacias tradicionais, e que no ano de 2010, já temos 320 DEAMs em todo o território nacional. Nesses ambientes, as mulheres encontrariam, não apenas um tratamento melhor, mas um atendimento especializado, que deveria proporcionar um espaço humanizado e acolhedor para as vítimas dos abusos intra-familiares.

A Lei Maria da Penha traz em seu conteúdo uma série de medidas protetivas que tem por finalidade absoluta assegurar à mulher o direito a uma vida sem violência. Essas medidas são imediatas, cabendo à vítima, no momento em que realiza o registro do delito, que deixou de ser de menor potencial ofensivo, solicitar a adoção das medidas de proteção que sejam pertinentes ao caso concreto.

A nova legislação possibilitou ainda a criação de Juizados Especiais de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar e promoveu o incentivo à pesquisa e estudos com perspectivas de gênero, raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica. Trouxe, também, com a sua efetivação a garantia de um atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, humanizado, qualificado e que possibilite a retomada da cidadania e da dignidade, perdidas com os atos de violência, através do incentivo à criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar de atendimento às vítimas e de educação e

reabilitação para os agressores, conforme registros da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Desde o ano de 2001, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro participa da campanha do 25 de Novembro, Dia Internacional do Não à Violência contra a Mulher, promovendo intensa mobilização nos órgãos públicos e junto à toda a sociedade civil para denunciar toda forma de violência contra a mulher e esclarecer sobre locais de assistência. Também no ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que instituiu 2004 como o Ano da Mulher no país, iniciativa que impulsionou diversas atividades destinadas a estabelecer condições de igualdade para a inserção feminina na sociedade.

Outro dado que revela a desigualdade entre os gêneros presente em nosso país, é que apesar da conquista de novos espaços políticos, as mulheres são minoria em todos os níveis de governo no Brasil. Nas eleições de 2002, apenas 8,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados foram preenchidas por mulheres. Segundo o relatório "A Democracia na América Latina", divulgado em 2004 pela Organização das Nações Unidas (ONU), num ranking de 18 nações da América Latina, o Brasil perde apenas para a Guatemala, cuja representação feminina foi de 8,2% nas eleições de 2003, e para Honduras, que em 2001 elegeu mulheres para 5,5% das cadeiras. São números sensivelmente menores que os de países como Suécia (45,3%) e Noruega (38,2%), considerados dos mais igualitários no que diz respeito a direitos e oportunidades entre os sexos.

3.3 “Por que tantos filhos?": maternidade nas classes populares

*“Quando, seu moço
Nasceu meu rebento
Não era o momento
Dele rebentar
Já foi nascendo
Com cara de fome
E eu não tinha nem nome
Prá lhe dar.”*
(Chico Buarque)

A importância da discussão desse tema foi apontada por Costa *et alli* (2006), alegando que no cenário mundial do século XXI, a propagação do tema da reprodução em

jornais de grande circulação, com manchetes que destacam o aumento de fertilidade na favela, bem como a maior taxa de natalidade entre adolescentes nas camadas populares, ilustrada por dados do IBGE, que comprovam que entre 1991 e 2000, no grupo de 10 a 14 anos aumentaram em 93,7% o número de gravidezes, ou seja, foram 20.632 crianças e adolescentes estreando na condição de mães. Entre as mães estreantes de todas as idades, prevalecem as que vivem em famílias pobres: 46,7% têm renda mensal familiar de no máximo três salários mínimos. Existem ainda 15,2% que não declararam qualquer rendimento da família. Entre as jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 41,5%, na década de 90. Do total de 1,3 milhão de mulheres que tiveram o primeiro filho em 2000, 38,6% tinham entre 10 e 19 anos. As mães adolescentes são em geral pobres, com baixa escolaridade e nem sempre contam com a presença do pai de seus bebês. De cada dez mulheres que tiveram o primeiro filho no ano 2000, quatro tinham menos de 20 anos de idade. A faixa etária com o maior número de mães de primeira viagem é de 15 a 19 anos - 476.871 jovens.

Tais fatos vêm gerando debates e tensões entre diferentes setores da sociedade. Todos nós lembramos da recente declaração de Sérgio Cabral Filho, Governador do Estado do Rio de Janeiro, sobre a necessidade da ligadura de trompas das mulheres moradoras da favela da Rocinha, como se tal território fosse “uma fábrica de fazer marginais”. Dessa forma, precisamos pensar a maternidade enquanto fenômeno social e consequentemente como uma construção sócio-histórica.

Afirmativas como a feita pelo nosso Governador, trazem para análise uma questão bastante pertinente, a recorrência da naturalização como base do processo de medicalização do corpo feminino. A partir da década de 80, pesquisadores começaram a relacionar as dificuldades de acesso e de utilização de métodos contraceptivos, especialmente em áreas mais pobres, sendo supridas pela esterilização. Esses estudos mostraram que o uso de métodos contraceptivos reflete desigualdades sociais e sexuais. Costa et alli (2006) ressaltaram que a esterilização cirúrgica é o procedimento de controle de fecundidade que mais vem sendo utilizado no Brasil. Da mesma forma que ocorre a naturalização da gravidez e da maternidade, como se fossem questões arraigadas à condição feminina, a ligadura de trompas também está se cristalizando como uma etapa da vida das mulheres pobres. A história da maternidade, contada por Martins (2008), nos faz entender a construção das políticas públicas brasileiras a partir do determinismo naturalista e a normatização médica que construíram, com seus métodos e teorias, um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica.

Esta experiência tão des-historicizada, tão associada ideologicamente a uma essência natural do feminino, é significadamente politicamente pelos saberes que a definem e normatizam, pela política do Estado que a re-significa no interior de uma série de discursos. (Martins, 2008, s/p.).

O risco social, discurso normativo predominante na saúde pública, traz implícito uma interpretação de que a gravidez nas mulheres das classes populares resultaria da precariedade e da falta de acesso aos serviços de saúde. Gontijo e Medeiros (2004) entendem que essa forma de posicionamento embasa um reforço à marginalidade. Mitjavila (2002) também faz uma análise sobre a emergência e o desenvolvimento de um novo padrão de medicalização da maternidade, e aborda a questão através de cinco eixos: a construção de novos discursos médico-sanitários em torno da maternidade, baseada na lógica do risco; o ressurgimento de fundamentos eugênicos para embasar o controle da natalidade entre as mulheres dos setores em situação de pobreza nos contextos urbanos; a introdução de discursos sobre desigualdades baseadas nas relações sociais de gênero para a aplicação das novas tecnologias medicalizadoras; a atribuição das causas da morbimortalidade infantil aos próprios atributos morais e comportamentos das mulheres pobres em idade reprodutiva; a divulgação de princípios básicos de categorização social do que é considerado um exercício normal da maternidade, fazendo lembrar a atuação dos puericulturistas na década de 20 do século passado.

(Está ocorrendo a) formação de uma cultura na qual esta cirurgia passa a ser vista como fenômeno corriqueiro da vida reprodutiva. A esterilização, então, instala-se definitivamente como momento natural, ponto de chegada da experiência reprodutiva feminina. (Costa et alli, 2006, p. 373).

Considerando as formas de intervenção tecno-política sobre o comportamento reprodutivo da classe pobre, num contexto sociopolítico de perda dos suportes coletivos e da incapacidade do Estado para administrar a questão social, observamos os agentes de saúde, muitas vezes, tomarem para si a responsabilidade de determinar a adequação do número de filhos da mulher pertencente às classes populares, reduzindo ao mínimo possível os nascimentos. Mitjavila (2002) problematiza que tais práticas vêm respaldadas por discursos que concebem a própria mulher como fonte de perigos ou ameaças, no sentido de contribuir para a reprodução "ampliada" da pobreza, e identificam na "cultura da pobreza" a falta de conhecimentos, atitudes e comportamentos que se consideram necessários para a proteção das crianças perante os perigos para a saúde e a conservação da vida. Em contrapartida, os mesmos dispositivos de saúde que impõem, de certa forma, a ligadura de trompas, lida de forma extremamente precária quando o assunto é o aborto. Guareschi et alli (2007) apontam que a internação de mulheres por curetagem pós-

aborto induzido equivale a 46% das internações maternas⁵⁶. Mas, apesar dos índices tão elevados, o aborto ainda é um tema de difícil visibilidade em nosso país. De acordo com as autoras acima citadas, por volta dos anos 60, começou uma preocupação da sociedade jurídica na elaboração de leis contra as práticas abortivas. A emancipação feminina e todos os movimentos sociais possibilitaram que a discussão sobre o aborto⁵⁷ se tornasse pública, no entanto, em virtude da Ditadura Militar, na década de 70, no Brasil, esse assunto foi silenciado. Somente com a transição para a democracia, o aborto e a sexualidade voltam a ser prioridade na agenda feminista. Ainda assim, por muita resistência da Igreja Católica, permanece sendo um tema bastante espinhoso. É por isso que, conforme relatam Guareschi et alli (2007), na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública. Pudemos ilustrar esse dado com as 14 mulheres entrevistadas para nossa pesquisa e a repetição de histórias de abortos ou tentativas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a média é de um abortamento inseguro⁵⁸ para cada sete nascidos vivos. Na América Latina e Caribe há mais do que um abortamento inseguro para cada três nascidos vivos. No Brasil, o abortamento inseguro representa a quarta causa de mortalidade maternal e a segunda causa de internação obstétrica.

Apesar de proibido em nosso país, o aborto é amplamente praticado. Se as mulheres da classe média e alta quando resolvem interromper uma gravidez não desejada, recorrem a clínicas que cobram preços muito altos por essa prática, com as mulheres pobres a situação parece ser bem mais complicada. Muitas vezes, observamos danos à saúde da mulher e em casos mais extremos, até mesmo a morte como consequência de tentativas de aborto. Tal fato é demonstrado pelo número de internações no Sistema Único de Saúde para procedimentos cirúrgicos pós-abortamento. *“A prática do aborto inseguro, especialmente, evidencia as diferenças socioeconômicas, culturais e regionais diante da mesma ilegalidade do aborto.”* (Adesse et alli, 2008, s/p.). Conforme declaração do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas, a tipificação do aborto como delito não desestimula a mulher de se submeter ao aborto. Pelo contrário, incentiva as práticas de risco. Adesse et alli (2008) citam a pesquisa de Singh e Wulf, sobre a prática do aborto em seis países da América Latina

⁵⁶ Considera-se internação materna todo e qualquer motivo que leve a mulher a buscar auxílio médico a partir da vigésima semana de gestação e que exija hospitalização.

⁵⁷ No Brasil, a partir de 1890, introduziu-se a punição em caso de prática de aborto sendo considerado crime pelo Código Penal -, com ressalvas aos casos de estupro ou quando não houvesse outro meio de salvar a vida da gestante, casos em que se permite o procedimento.

⁵⁸ Segundo a Organização Mundial de Saúde, um abortamento inseguro é um procedimento para terminar uma gravidez indesejada realizada por pessoas sem as devidas habilidades ou em um ambiente sem os mínimos padrões médicos, ou ambos.

(Brasil, Colômbia, Chile, República Dominicana, México e Peru), onde relacionam algumas destas práticas de maior risco: trauma voluntário (quedas, socos, atividades físicas excessivas etc.), substâncias cáusticas inseridas na vagina (cloro, cal, sais de potássio), objetos inseridos no útero (cateter, objetos pontiagudos como arame, agulhas de tecer, cabides).

Segundo estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), anualmente 22% das gestações (mais de 46 milhões) são interrompidas com abortos induzidos. Isso equivale a 6.850 abortos ao dia e 5 abortos por minuto, só em nosso país.

A cobertura insuficiente de medidas anticoncepcionais resulta em gravidezes indesejadas, levando mais de um milhão de mulheres por ano a se envolver em situação de abortamento inseguro no Brasil, com complicações graves como hemorragias, infecções, perfuração uterina, esterilidade e muitas vezes terminando em morte materna. (Adesse e Levin, 2008, s/p.).

Como apontam os estudos de Guareschi et alli (2007) e Adesse e Levin (2008), grande parte dos sistemas de saúde nos países em desenvolvimento, independentemente de sua política em relação ao aborto inseguro, não planeja sistematicamente nem fornece atenção médica de emergência de maneira eficaz a mulheres que sofrem de complicações relacionadas ao aborto. Como resultado, o tratamento freqüentemente é postergado e ineficaz, com graves conseqüências e riscos à saúde da mulher. No entanto, os estudos sobre a magnitude do aborto têm sido obstaculizados por preconceitos políticos, religiosos e jurídicos em relação ao aborto, que certamente não contribuem para melhorar a atenção médico-hospitalar necessária à população feminina, além de dificultar o conhecimento do problema, salientam os autores acima citados.

Silva (2008) ressalta que os dados demonstram que a criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez não planejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres mais pobres a riscos para sua vida e saúde. São as mulheres pobres, da classe trabalhadora, as maiores vítimas da criminalização do aborto. São elas que morrem ao não ter dinheiro para pagar por um aborto em clínicas clandestinas caríssimas e acabam por realizar abortos em situações desumanas. E são estas mulheres que, quando obrigadas a levar adiante uma gravidez não planejada, são alijadas do mercado de trabalho, alimentando uma situação de dependência econômica perante os homens. Ou, como reforçam Adesse e Levin (2008), do ponto de vista da saúde pública e da justiça social, fica claro que a criminalização do abortamento não só dificulta o conhecimento do problema, como aumenta os riscos do abortamento inseguro, penalizando mais severamente a população tornada mais

vulnerável por viver em regiões menos desenvolvidas ou por pertencer a grupos populacionais submetidos a condições socioeconômicas desfavoráveis.

Alguns autores, como Nader et alli (2008); Guareschi et alli (2007) e Heilborn (2006) têm nos revelado que a relação com o parceiro é um dos pontos principais que vai determinar as práticas abortivas. “*Que fatores, entre aquelas mulheres de mesma classe social e mesma faixa etária, determinavam a escolha entre levar uma gestação a termo ou interrompê-la?*” (Nader et alli, 2008, p. 700). De acordo com esse estudo, 52,4% das mulheres que optaram pelo aborto, não mantinham qualquer tipo de relacionamento afetivo com o pai da criança, 62% dessas mulheres trabalham fora. De todas as mulheres entrevistadas para a pesquisa de Nader et alli (2008), menos da metade diz conhecer o Programa de Planejamento Familiar do Município. Todas as mulheres que optaram por interromper a gravidez, afirmaram que não haviam planejado esse filho. Grande parte das mulheres relatou não utilizar métodos contraceptivos. No grupo de mulheres que tiveram abortamento provocado, os principais motivos foram: não ter relação sexual com frequência (40%) e efeitos colaterais indesejáveis (20%). Dentre as mulheres que afirmavam tomar contraceptivos e ainda assim terem engravidado, as respostas mais frequentes foram esquecimento do uso da pílula e uso inadequado do preservativo. Da mesma forma que Heilborn (2008), Nader et alli (2008) também apontam a necessidade de refletir sobre a participação do homem nas questões ligadas à saúde sexual e reprodutiva e sobre a importância da paternidade responsável, além de “*discutir ações voltadas para a conscientização e responsabilidade masculina em relação ao planejamento da família.*” (p. 705).

Com essa pesquisa, pretendemos fazer emergir outros sentidos que escapem da normatividade com que é vista a gravidez nas classes pobres, fomentando novos discursos na busca por uma compreensão do significado da maternidade / gravidezes para essas mulheres. É nesse sentido que devemos ficar atentas ao que elas nos dizem, como as duas adolescentes acima citadas, que de uma certa forma, afirmam terem escolhido a gravidez. A falta de informações sobre métodos anticoncepcionais nem sempre configura a principal causa da gravidez. “Se eu não quisesse ficar grávida usava camisinha, né tia”, já me lembrava uma delas. A busca por auto-estima num universo em que não há perspectiva de crescimento profissional ou intelectual (escola) (Costa et alli, 2006), a necessidade de ocupar um lugar, construir uma identidade ou de acabar com a solidão e a falta de carinho são alguns dos fatores que devemos considerar. Nesse mesmo sentido, Gontijo e Medeiros (ano), citando Oliveira (1999 e 2002) sugerem que para adolescentes pobres, provenientes em geral de núcleos familiares patriarcais, pouco provedoras de cuidado, proteção e carinho, a maternidade não era significada como algo precoce, mas sim como mais uma etapa natural do

processo de desenvolvimento, uma vez que o social provê pouco alimento psíquico, as respostas da “natureza” podem ser fontes procuradas até como defesas, perante condições de esvaziamento. (Paim, 1998) reforça ainda que nos grupos populares a identidade feminina completa está muito vinculada ao desempenho do papel de mãe e de esposa. Martins (2008) embasada pela historiadora francesa Françoise Thebaud (1986), afirma que a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade. A manutenção e perpetuação da representação da gravidez e maternidade como algo inerente à natureza feminina perpetua e aprofunda desigualdades de gênero. Costa et alli (2006) acrescentam a legitimação também, e sobretudo, da desigualdade de classe, uma vez que, especialmente nas camadas populares, o desejo de ser mãe usualmente configura-se como projeto de vida, perceptível no aumento de gravidez na adolescência, o que fica claro em nossa pesquisa de campo. Não podemos deixar de ressaltar que por trás dessas escolhas, vislumbramos muitas vezes adolescentes em risco e abandono social, tal qual suas famílias, esquecidas e negligenciadas pelos programas das diferentes políticas públicas. As próprias adolescentes pesquisadas por Oliveira (2005) relacionam os riscos psicossociais, como prostituição, surto psiquiátrico, violência, delinquência e tráfico, aos prejuízos na inserção familiar, com situações de abandono, precariedade e turbulência, além de associarem os perigos relacionados ao ambiente em que elas moravam, em sua maioria, bairros muito pobres, com a escolha por uma gravidez ainda muito jovem. Um contexto de oportunidades restritas, poucas opções de vida e marcado por interrupções na trajetória escolar (Gontijo e Medeiros, 2004), de fato, trazem como consequência freqüente a gravidez em mulheres bem jovens, de acordo com o padrão imposto pela classe média.

Pode-se dizer que a realização de tarefas domésticas pelas meninas inicia-se muito cedo nas camadas populares, sendo parte do processo de socialização para a maternidade. Desse modo, a maternidade se apresenta não apenas como destino, mas talvez como único projeto possível de reconhecimento social para jovens mulheres cujos eventuais projetos educacionais e profissionais dificilmente poderão se concretizar. Há que se ter em mente sempre o contexto de profunda desigualdade de classe que o país apresenta. (Heilborn, 2006, s/p.)

Há que se desconstruir também verdades veiculadas pela grande mídia, que acabam virando jargões, como a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar. Uziel e Santana (2008) e Heilborn (2006), comentando os resultados de sua pesquisa, “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil”, contrariam a idéia comum de ser a gravidez a grande causa para a evasão escolar por parte das jovens. Os dados da pesquisa de Heilborn (2006) apontam que 40,2% das adolescentes que tiveram filho, já estavam fora da escola. Fatores como defasagem

idade/série, interrupções e descontinuidades no processo de escolarização, falta de interesse pelo que a escola tem a oferecer são muito mais pertinentes quando falamos de abandono escolar.

O estudo realizado por Scappaticci (2006) traz uma outra reflexão, a hipótese da maternidade em adolescentes em situação de rua como um fator algumas vezes construído com a função de dar sentido a uma existência cujos vínculos significativos foram pobremente investidos. Ao longo de sua pesquisa de campo, comprovou que a maior parte das adolescentes cresceu em contextos de pobreza chefiados pela mãe, e tiveram uma vida familiar marcada por instabilidade, abandono e conflitos. Se durante as entrevistas, retratam o relacionamento com a mãe permeado por rejeição e conflito, na maioria dos casos, a relação com o pai é hostil e ausente. Dessa forma, a autora caracteriza a rua como um lugar onde tudo é possível, onde drogas e sexo são utilizados sem muito cuidado, mas que, apesar de receberem a notícia da gravidez com surpresa e rejeição, as adolescentes acabam se preservando mais com o decorrer da gravidez. Um outro ponto observado pela autora é que grande parte dos relacionamentos com o parceiro foram ocasionais e por pouco tempo, fato também observado por nós durante nosso trabalho de campo.

Outros fatores foram abordados na discussão sobre gravidez e adolescência, em especial, nas classes pobres. Uma das possibilidades é entender a maternidade enquanto forma de ascensão social como um “passaporte” para a vida adulta, e como reforço pra ser alguém na vida com vistas a garantir a estima de outras pessoas e um futuro melhor para e através do filho, analisam Gontijo e Medeiros (2004), a partir de pesquisas realizadas por (Favéro, 1997; Pantoja, 2003; Wagner et alli, 1998). Os autores sugerem também que a gravidez pode agir como um fator de proteção para a depressão em adolescentes, pontuando que algumas adolescentes têm descrito sentimentos de importância, de serem especiais, durante a gravidez. Podemos verificar esse tipo de declaração dentre algumas mulheres de nossa pesquisa, que afirmaram que se não tivessem filhos, talvez não “estivessem mais aqui.” Do mesmo modo, a gravidez na adolescência também pode ser associada à diminuição do uso de álcool, cigarro, maconha e crack, assim como o cuidado com os filhos aparentemente pode trazer benefícios psicossociais, especialmente relacionados à convivência e escape dos riscos graves do mundo do tráfico, do abuso de drogas e da criminalidade. Ou seja, a gravidez acaba desempenhando um papel de prevenção a riscos sociais, como se as mulheres grávidas e/ou com filhos pequenos estivessem mais resguardadas desse tipo de exposição. Oliveira (2005) também traz a mesma análise, como se o tempo dedicado ao filho, retirasse as adolescentes mães, em graus e formas diferentes, dos espaços de "zoar", gerando uma situação de certa proteção a essa mulher, pelo distanciamento dos riscos

desses espaços. Para Gontijo e Medeiros (2004), *“a gravidez encontra sua razão de ser em uma estratégia de afirmação (...) Não tendo outra expectativa de vida, estas adolescentes fazem do ser mãe seu projeto de vida.”* (p. 397). Ou, nas palavras de Oliveira (2005), ao se referir às adolescentes de sua pesquisa: *“Com percepções fragmentadas e um pouco confusas acerca do cotidiano, elas descreviam a vida quase como um destino, do qual a primeira gravidez transformava-se em epicentro.”* (s/p.).

Diante desse quadro, se faz imprescindível entender de que maneira as políticas públicas afetam essas mulheres. Em se tratando de escolas públicas, destinadas às jovens que estamos estudando, a pergunta que muitas vezes me persegue é: “quem cabe dentro da escola?”, o que essas escolas têm a oferecer, considerando as enormes desigualdades sociais do nosso país? As dificuldades de acesso aos dispositivos de Saúde se configuram como mais um problema, como apontado por elas próprias. Para iniciar essa discussão, faz-se necessário problematizar as definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos. Enfim, os dispositivos disciplinares que normatizaram a família nuclear burguesa.

(...) no atendimento a famílias, como romper esses modelos sociais internalizados e como escutar os discursos das próprias famílias entre si, nessa permanente tensão entre a singularidade de cada um e as referências sociais das quais não podemos escapar? (Sarti, 2004, p. 16).

Klein (2005), em seu artigo "A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola", inicia problematizando que o conceito de família, quando referido à classe pobre, aparece na grande maioria dos textos, restrito à relação mulher-mãe e seus filhos. Há que se considerar o grande número de famílias monoparentais dentro desse contexto, mas à medida que os próprios documentos oficiais, norteadores de políticas públicas desconsideram ou ignoram o papel do homem/pai na criação e educação dos filhos, acabam por legitimar uma responsabilidade unicamente feminina nesse processo. A autora critica a forma como essa política pública imprime o lugar da mãe dentro da estrutura familiar, indicando e definindo quais os comportamentos "naturais" para o bom desenvolvimento das crianças. Como se tais ensinamentos legitimassem o que é ser mãe em nossos dias. Quais as representações de maternidade vão sendo produzidas e veiculadas? Que identidades maternas são assim construídas? Os discursos e diferentes saberes sobre maternidade e o que é ser mãe, não param de proliferar na nossa cultura. Pretende-se naturalizar verdades que re/posicionam as mulheres como mães, a partir de imperativos que a colocam no lugar de "provedora do núcleo familiar", obrigando-a a assumir um papel ativo na educação de seus filhos. Ou seja, volta a equação mulher igual a mãe, ostensivamente questionada pelo feminismo na década de 70. Todo esse aparato,

acaba por responsabilizar a mulher e seu posicionamento na superação da pobreza, como se o esforço feminino no trabalho e a boa educação dos filhos pudessem reverter uma situação sócio-econômica há muito tempo cristalizada.

As representações que significam e inscrevem a maternidade no corpo (e na 'alma!') da mulher, em diferentes espaços e tempos, são, ao mesmo tempo, incapazes de fixar nele, de uma vez para sempre, um conjunto verdadeiro, definido e homogêneo de marcas e sentidos. (...) É nesse sentido que discuto e problematizo alguns significados, atributos, lugares sociais e circunstâncias que conferem à maternidade uma condição específica em nossa cultura. (Klein, 2005, s/p.).

A idealização da família e a construção de um saber acerca da mesma pode provocar no técnico/profissional/especialista uma dificuldade em escutar o que essa família tem a dizer sobre si mesma, negando-lhe um saber. *"Ao partir da 'ignorância' das classes pobres, o saber técnico é o que exclusivamente predomina, gerando uma desqualificação da família assistida quanto mais baixa estiver na hierarquia social, reproduzindo assim, os mecanismos que instituem a desigualdade social e mantém o controle sobre esta classe."* (Sarti, 2004, p. 25). Justamente o que observamos acontecer muitas vezes, na relação médico/paciente, onde os primeiros sabem o que é melhor para a pessoa que está atendendo. Romper com essa lógica é um desafio.

Ampliar o acesso aos meios para a regulação da fecundidade, e a informações sobre métodos disponíveis (Lei 9263/97 – Planejamento Familiar) seria o caminho para assegurar um dos elementos fundamentais do conceito de saúde reprodutiva: que as pessoas possam, de fato, decidir sobre quando e quantos filhos ter e regular sua fecundidade por meio de métodos anticoncepcionais em vez de esterilização. (Costa et alli, 2006, p.377).

Sobre Planejamento Familiar, o Ministério da Saúde (2004) declara algumas estratégias, como: garantir a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva; ampliar o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais; estimular a participação e inclusão de homens e adolescentes nas ações de Planejamento Familiar. Guareschi et alli (2007) afirmam que no ano de 2006, o Ministério da Saúde atendia somente a 30% da demanda do público-alvo no que diz respeito a distribuição de métodos anticoncepcionais, como pílulas, camisinhas, DIU e anticoncepcionais injetáveis.

Além do que já foi apontado pelos autores acima citados, precisamos também de uma articulação entre os diferentes setores, como Educação, Saúde, Assistência Social entre outros. A escola precisa tomar para si a responsabilidade de abordar o tema da sexualidade, mas não burocraticamente como tem sido as aulas de orientação sexual. A discussão precisa se dar num outro nível. Heilborn (2006) faz uma contraposição entre descrever o funcionamento dos órgãos genitais e conversar sobre as relações afetivas

entre os sexos, permeadas por assimetrias de gênero. *“É importante falar de gênero associado à sexualidade para facultar a conversa entre os parceiros – e a responsabilidade masculina – no tema da contracepção.”* (s/p.).

Como poderemos observar nos relatos das mulheres pesquisadas e até mesmo nas abordagens das políticas públicas, da mesma forma que o cuidado com os filhos, a responsabilidade pela escolha ou não da contracepção também se configura como obrigação exclusiva da mulher. Guareschi et alli (2007) problematizam que por mais que a política pública proponha estratégias que estimulem a participação dos homens no Planejamento Familiar, “tais propostas acabam por construir o ser mulher de uma determinada forma, tornando-a responsável pelo seu corpo e por tudo o que diz respeito a ele, nesse caso, a concepção ou não de um filho.” (p. 19). Na contramão do que vem sendo feito, ou seja, “apagar diferenças, tornando todas as mulheres iguais” (Guareschi et alli, 2007, p. 22), o que as autoras propõem é justamente a *“desnaturalização de um feminino essência (...) evitando-se, portanto, generalizações e conceitos pré-estabelecidos.”* (p. 22).

Somado a tudo isso, Oliveira (2005) traz uma reflexão fundamental, de que toda a problemática envolvendo mulheres das classes populares “deve ser tratada por políticas públicas que não apenas enfatizem a prevenção da contracepção e das DSTs (com informações sobre práticas sexuais consideradas seguras), mas que, sobremaneira, articulem seus modelos de intervenção com as condições desses ambientes marcados pela insegurança.” (s/p.). Insegurança essa, que pode ser contextualizada, de acordo com a própria autora, em uma quase ausência de pertinência a instituições escolares ou sociais (clubes, associações, igrejas). A carência e o empobrecimento de contatos e de amizade observados tanto por Oliveira (2005) quanto nas entrevistas realizadas para a nossa pesquisa, podem ter inúmeros fatores, como a saída da escola e conseqüentemente o pouco convívio com pessoas da mesma idade; descolamento de espaços de lazer (já que eles são praticamente inexistentes nos bairros pobres); o cuidado com a criança e com a casa, que acabam restringindo a saída. Após o nascimento de seus bebês, ocorre um cerceamento ainda maior dessas mulheres, contrariando muitas vezes a expectativa que criaram em torno da gravidez como um “passaporte” para a vida adulta e a liberdade. Cuidando das crianças em suas casas, fazem poucas e fracassadas tentativas de volta à escola, além de algumas tentativas esporádicas de inserção no mercado profissional. O que acarreta numa dependência financeira de suas famílias de origem ou de seus companheiros e das famílias deles. Que lugar essas jovens passam a ocupar? *“Após a procriação, uma adolescente pobre não é mais tratada como filha a ser educada, mas sim como mãe, que deve cuidar de seus filhos - um degrau de crescimento bastante grande para ser transposto.”* (Oliveira, 2005, s/p.) As adolescentes grávidas e mães

parecem prisioneiras das condições sócio-econômicas, com restrições e limites para ir e vir, para pertencer a outros e diversificados espaços, gerando um grande empobrecimento em suas vivências. Uma das características desse empobrecimento pode ser percebida por uma prática bastante impregnada, o “vício” em passar muitas horas na frente da televisão, *“um veículo poderoso na criação, manutenção e reprodução de modelos e ideais quase nunca possíveis de serem atingidos por essas adolescentes, ainda mais, sendo mães.”* (Oliveira, 2005, s/p.).

4 “Inauguro linhagens, fundo reinos”: Conhecendo as mulheres de perto

“Mulher é desdobrável.”
(Adélia Prado)

4.1 A questão metodológica: é interessante ter a clareza dos limites da escritura

“Uma voz nada determina, nada resolve.
Duas vozes são o mínimo de vida.”
(Bakhtin)

Entendendo que os contextos social e cultural definem diferentes hábitos e costumes, a questão que se coloca é como olhar para a vida cotidiana e como retratá-la. O olhar olha para quê? Como se registra o que olha? O objetivo é, seguindo os passos de Baudelaire, cronista da pobreza e da banalidade cotidiana, trazer à tona verdades da condição humana que são difíceis de enxergar. O corpo, o modo como se veste, o modo como se comporta, caracterizam o lugar social que se ocupa. Como traduzir a imagem dessas mulheres pesquisadas pela narrativa? De que forma poderei fazer o relato desse material? Que interpretações e que sentidos estão embutidos na imagem construída por mim? Rompendo definitivamente com a neutralidade do pesquisador, é fundamental dar visibilidade ao lugar social que aquele objeto de pesquisa ocupa. Essas são as práticas discursivas voltadas para o cotidiano. O que se deve apreender é quais são as leis que regem a maneira de ser de determinados grupos sociais. Existem leis próprias que servem para agrupar. O interessante é perceber o que é da natureza desse grupo social. Qual a mensagem que certa imagem colhida na pesquisa de campo traz? O que deflagra essa imagem? Qual o significado dela?

(...) dar voz e vez a muitos atores que não conseguem fazer ouvir seu clamor, manifestar seu pensamento, expressar sua opinião. São investigados aqui alguns aspectos mais específicos e práticos de materialização dessa relação, mostrando as conseqüências sociais e éticas que isso pode acarretar, obscurecendo facetas que constroem e legitimam situações questionáveis de nossa vida social. (Guareschi, 2004, p. 141).

Sarti (2004) afirma que o contexto do pesquisador explica a sua interpretação, as referências epistemológicas com as quais constrói sua análise, mas não necessariamente a

do pesquisado, quando forem distintas as referências de sentido de uma e da outra. Dessa forma, de que maneira podemos pensar o objeto de nossa pesquisa?

As ciências exatas são uma forma monológica de conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele, há a coisa muda. Qualquer objeto de conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (Bakhtin, 2003, p. 403).

De acordo com Bakhtin, a produção é sempre historicamente situada e se dá na relação com o outro. Por isso, é sempre política. No entanto, a questão da singularidade está presente o tempo todo na obra do autor, ele não dilui o sujeito no social. Privilegia a singularidade que perpassa qualquer ato humano. O sujeito não se perde nas classes estigmatizantes, nem tem uma singularidade absoluta.

Utilizando o conceito de dialogismo, de Bakhtin, podemos entender que a consciência sobre o sujeito se dá a partir da relação com o outro. O sujeito está sempre respondendo a uma demanda. O diálogo supõe o outro. Existe um compromisso entre o eu e o outro, e do outro, comigo. Nas pesquisas na área de ciências humanas, vamos mergulhar no texto do outro e construir um texto a partir do texto do outro.

Compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (no meu contexto, no contexto contemporâneo, no contexto futuro). Contextos presumidos do futuro: a sensação de que estou dando um novo passo (de que me movimente). Etapas da progressão dialógica da compreensão (...) O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados) (...) (Bakhtin, 2003, p. 404).

O autor desenvolve em sua obra os conceitos de gênero primário (linguagem na vida cotidiana; discurso vivo do homem na vida), e gênero secundário (mais sistematizado; elaboração do discurso da vida). É importante não entendê-los como hierarquizados. Ocorre uma interdependência entre os dois discursos. Ambos são movimentos da criação humana. O homem se cria na vida. O desafio é criar os critérios que vão se apropriar do discurso em movimento.

Outros dois conceitos desenvolvidos pelo autor são: enunciado (unidade sócio-verbal) em contraposição à sentença (unidade da língua). Bakhtin critica o foco do olhar sobre a sentença em detrimento do enunciado. Cria uma metodologia para estudar o enunciado (uso da língua). Ele entende o movimento do diálogo como a construção do sentido que é dado pelo entrevistador e o sujeito entrevistado. É uma produção mútua. O significado é dado no contexto. Na análise bakhtiniana, o discurso é produzido entre

pares. Não existe neutralidade. O entrevistador tem que estar dentro da cena. O autor cria estratégias para dar conta da implicação do pesquisador. Ele questiona a pretensão da verdade absoluta.

Pode-se dizer que Bakhtin é um teórico da cultura. Ele vê a questão da linguagem como intermediação entre o fazer e o agir humanos. Como esse homem se produz na cultura e é produto dessa cultura?

Numa entrevista não é só o sujeito que fala. Essa fala se dá na interação entre sujeito e entrevistador. O enunciado só pode ser visto dentro do acontecimento. Que tipo de escuta o pesquisador tem dos “seus sujeitos”? O discurso aparece a partir dos lugares sociais. Como dar sentido ao que o outro quer dizer? O discurso pede compreensão. Qual o sentido do que está sendo produzido? Bakhtin fala que só há compreensão quando há reciprocidade. Existe sempre uma intencionalidade no discurso. Bakhtin explora a linguagem como comunicação. Ele vê o receptor como ativo, há uma negociação entre falante e receptor. Falante e ouvinte produzem sentidos com relação ao que está sendo falado. Para Bakhtin, na entrevista, o entrevistador se situa como sujeito na produção do conhecimento. O sujeito fala a partir de um sistema e de outros discursos que o antecedem. Privilegia não só o que dizem, mas a produção de sentidos que acontece nas conversas.

(...) o papel do pesquisador ultrapassa os limites dos procedimentos de entrevista, criando um compromisso com o entrevistado (...) emerge uma concepção de subjetividade comum nos contatos com a pobreza: a subjetividade do ‘não-dito’, que é ‘dita’ por quem pesquisa. (Lopes, 2002, p.163).

O sujeito responde à demanda do olhar do outro, dialoga com o outro o tempo todo. De que lugar social, cultural e histórico o sujeito está falando? Na relação com o outro, o sujeito está sempre se modificando. Isso ocorre com o pesquisador durante o trabalho de campo. Dessa forma, Bakhtin considera três momentos diferentes de produção de conhecimento nas ciências humanas: a leitura teórica; o texto produzido no campo, com o seu objeto; quando o pesquisador se retira de cena e vai refletir acerca daquele campo.

Sobre a produção de sentido nas entrevistas, afirma que o tema da entrevista passa a ser o objeto de análise, e o modo como esse tema vai sendo construído entre o entrevistador e seu interlocutor.

Como a teoria de Bakhtin vai orientar o conhecimento no campo das ciências humanas? Certamente, não é com a exatidão. Sua proposta radicaliza a mudança de paradigmas das ciências humanas. Compreende a pesquisa como uma tentativa de tornar mais compreensível o que está na vida, poder representá-lo. O possível é como a teoria constrói o mundo. O real é o acontecimento. Não é uma verdade teórica que vai dar conta

do sujeito no mundo. As verdades teóricas são construções históricas, mas têm a pretensão de serem compreendidas universalmente.

Partindo do conceito de DIALOGISMO, consigo provocar uma nova reflexão acerca do meu objeto de pesquisa, entendendo que a palavra é neutra, quando vamos utilizá-la, damos uma dimensão moral a elas. Que vozes estão presentes nas falas das mulheres moradoras das favelas da zona oeste, mais especificamente Pedra de Guaratiba, quando travam uma conversa/entrevista com uma psicóloga/pesquisadora que se propõe a conhecer e estudar um novo espaço urbano e as pessoas que nele habitam? Ou, nas palavras de Lopes (2002):

(...) investigar e reconhecer as representações comuns, ou distintas, que os sujeitos pobres produzem de si, de suas comunidades e de suas cidades, analisando os condicionamentos sociais que se impõem sobre os mesmos e as mediações que se constroem nesse processo, como estratégias de sobrevivência. (p. 165).

4.2 Reflexões sobre o campo

"Todas as coisas do mundo conduzem a um encontro ou a um livro."
(Jorge Luis Borges)

Este tópico pretende dar voz às mulheres a partir das categorias pelas quais são socialmente construídas as identidades femininas e as vivências da maternidade das mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba, enfocando as representações subjetivas e os atravessamentos sociais aí presentes. Através de entrevistas e observação participante (como visitas domiciliares, conversas nos horários de entrada e saída da escola, passeios no Ônibus da Liberdade entre outros), o método de pesquisa qualitativa se configura como o mais adequado para alcançar os objetivos propostos. Construir o trabalho a partir de uma perspectiva histórico-crítica foi sempre o nosso objetivo.

Buscamos investigar a maternidade a partir do olhar das próprias mulheres, e de suas significações a respeito de suas experiências, visto que em pesquisa qualitativa, o objeto de estudo são as pessoas em sua fala, em seu comportamento, em seu *setting* natural. Problematizar e questionar o olhar da opressão sobre a sexta gravidez como sendo meu, e não delas (ou não necessariamente delas), a moralidade sobre a classe baixa e o poder do técnico/especialista. A gravidez é indesejada para quem? Não estamos aqui para fazer ortopedia social e esse é o desafio de trabalhar o outro radicalmente diferente de você. Não fazer do outro o espelho de si mesmo.

Minayo (2007) concebe a entrevista como um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais, posto que a fala é reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos, além de transmitir, através de um

porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. Utilizamos entrevistas semi-estruturadas, contemplando as histórias de vida de nossas entrevistadas. Dessa forma, ao entrevistar as mulheres de Pedra de Guaratiba, pretendi obter dados de um registro subjetivo, como suas atitudes, valores e opiniões.

Minayo (2007) afirma que através da fala do indivíduo podemos representar o grupo social em que ele está inserido, pois o comportamento obedece a modelos culturais internalizados, sem deixar de considerar as variações das expressões pessoais. Dessa forma, nossa tarefa como pesquisador é justamente realizar interpretações contextuais (social e historicamente) dos fenômenos humanos e sociais que escolhemos como objeto de nossa pesquisa (Nicolaci-da-Costa, 2006).

Considerando que a subjetividade do pesquisador está presente em todo o processo, desde a escolha do objeto, Minayo (2007) ressalta que é importante mantermos a crítica sobre as condições de compreensão do objeto e também dos procedimentos de análise do mesmo. A relação que o pesquisador vai estabelecer com o seu campo, guia toda a produção de conhecimento, e assim, torna-se fundamental uma rígida instrumentalização teórica e metodológica para a aproximação e a construção da realidade que queremos investigar.

4.3 Conversas e entrevistas: a entrada no campo e o que elas têm a dizer

*"Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável"*

(Versão - Chico Buarque e Ruy Guerra)

O contato com as primeiras três entrevistadas⁵⁹ se deu num clima bastante amistoso e descontraído, pois já havia estabelecido entre nós uma relação de confiança e um

⁵⁹ Que se deu durante a elaboração do trabalho para o exame de qualificação.

vínculo construído. Trabalhei durante três anos em uma ONG (Fundação Xuxa Meneghel) em Pedra de Guaratiba, e as famílias de duas entrevistadas participavam desse projeto. Eram constantes as visitas domiciliares e as entrevistas de acompanhamento das crianças, o que possibilitou uma grande aproximação com essas mulheres. No ano de 2006, fui convocada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para compor o quadro da Secretaria Municipal de Educação e implementar um novo projeto, a Rede de Proteção ao Educando. Na divisão do território, fiquei responsável pelas escolas municipais de Pedra de Guaratiba. Os filhos das três mulheres entrevistadas inicialmente estudam no mesmo Ciep, e por isso mantive o contato com as duas "velhas conhecidas" e pude estabelecer novo contato com a terceira entrevistada.

Num segundo momento das entrevistas⁶⁰, realizei todas na Fundação Xuxa Meneghel. Juntamente com a equipe técnica da instituição, convidamos as mulheres a participar da pesquisa. Algumas já estavam na ONG desde o período em que eu trabalhava lá⁶¹, outras, conheci no momento da entrevista.

Das catorze mulheres entrevistadas, nove eu já conhecia anteriormente, devido ao trabalho na ONG e/ou nas escolas municipais da região, e cinco eu conheci no momento da entrevista. As três primeiras entrevistadas, ainda na época da qualificação, foram escolhidas por mim, conforme as ia encontrando pelo Ciep. Quando me pegava pensando que podia dar uma boa conversa para a pesquisa, fazia o convite, e assim elas aceitaram participar. Vale lembrar que andava sempre com o gravador na bolsa, pois meu campo de análise é também campo de meu trabalho diário, e várias vezes, em outras circunstâncias, lamentei não estar com o gravador por perto, pois percebia muito material de pesquisa a cada nova conversa com algumas mães/mulheres. É importante apontar que muitos exemplos que apareceram ao longo dos capítulos teóricos antecedentes dessa tese, vem da minha convivência diária com elas, e das lembranças e vivências que não foram registradas pelo gravador, mas por minha memória. Ou seja, todo o material que temia ter se perdido, ia aparecendo à medida que ia escrevendo, já que esses encontros aguçavam ainda mais minha vontade de estudar o objeto escolhido. Na nova etapa do trabalho de campo, inicialmente, durante uma reunião com a equipe técnica da ONG, foram sugeridas algumas mulheres para a pesquisa. Quando elas iam argumentando os motivos das sugestões, fazendo um breve resumo da história de cada

⁶⁰ Após a qualificação e a retomada do trabalho de campo.

⁶¹ Na Fundação Xuxa Meneghel, as crianças entre 3 anos e 6 anos e 11 meses permanecem em horário integral, cursando a educação infantil e em seguida a classe de alfabetização. Entre 7 e 12 anos, elas freqüentam a ONG no contra-turno da escola, participando de oficinas culturais, artísticas e esportivas. Durante todo esse período, muitas atividades são propostas para as famílias. Dessa forma, mesmo após alguns anos, conhecia muitas mulheres / mães atendidas pela instituição.

uma, percebi que me interessava em conhecer todas, além das que eu já conhecia e estava com muita vontade de rever. Decidimos então agendar com oito mulheres. Como toda pesquisa tem suas intercorrências, na data marcada previamente, foi dado ponto facultativo no município do Rio, e conseqüentemente o Ônibus da Liberdade não funcionou.

O famoso ônibus foi iniciativa do antigo prefeito de nossa cidade para possibilitar a ida das crianças moradoras das áreas mais pobres e com dificuldade de transporte à escola. Desde a implementação dessa política pública, centenas de crianças de Guaratiba deixaram de andar quilômetros para chegar e sair da escola ou ficar à mercê da carona dos ônibus e vans. Dessa forma, imediatamente passou a ser carinhosamente chamado de Cenourinha, referência à cor que virou símbolo da antiga prefeitura. Atualmente os Cenourinhas estão virando Azulinhos. O que importa é que os moradores da região internalizaram o ex “Cenourinha” de tal forma, que hoje, nos dias que não tem o Ônibus da Liberdade, até mesmo o posto de saúde fica esvaziado. Assim, das oito mulheres agendadas, somente três apareceram, justamente as que moravam mais perto da instituição e não precisavam de transporte. Decidi então que iria para a ONG outros dias, sem nada marcado, e à medida que as encontrasse, faria o convite. E assim foi feito.

Quando explicava a elas sobre o tema da minha pesquisa, pude notar até mesmo um orgulho por terem sido lembradas e escolhidas por mim (ou pela equipe técnica atual) para contarem suas histórias. Uma das entrevistadas chegou a me perguntar: "Vai sair no jornal?" E outra, com receio do gravador: “Não vai pra Globo nem pra Record não, né?”

O grande desafio posto para mim quando da entrada em campo, foi me desprender de um conhecimento construído durante os seis anos em que trabalho naquela comunidade, estando em contato quase diário com essas mulheres, freqüentando suas casas e vendo de perto a realidade em que vivem, justamente o que havia fomentado minhas questões para o desenvolvimento da pesquisa. Queria, pois, me surpreender, poder olhar de outra forma, somar novidades a uma visão que já havia estabelecido. Minayo (2007), utilizando Bourdieu, traz o conceito de "ilusão da transparência", problematizando a crença de que o real se apresenta de forma nítida àquele que observa. "Portanto, analisar, compreender e interpretar um material qualitativo é, em primeiro lugar, proceder a uma superação da sociologia ingênua e do empirismo, visando a penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade" (p. 229).

Cada participante foi entrevistada pessoalmente por mim, e as catorze entrevistas que compõem esse trabalho foram realizadas, parte em um Ciep municipal de Pedra de Guaratiba, uma das escolas em que trabalho, e parte na Fundação Xuxa Meneghel. Todas as entrevistas, semi-estruturadas, foram gravadas mediante o prévio consentimento das entrevistadas, e tiveram como base um roteiro a ser abordado, levantado a partir de literatura especializada e das inquietações presentes na entrevistadora acerca da

problemática central da pesquisa. O roteiro constava dos seguintes tópicos: o lugar da maternidade em sua vida; primeira gravidez e número de filhos; naturalidade e a cidade do Rio de Janeiro; concepção de família e relacionamento com os parceiros; rede social e comunidade; escolarização e inserção no mercado de trabalho; a vida em Guaratiba. Vale ressaltar que, de acordo com Bakhtin (2003), nenhum dos elementos “faz sentido” separado da totalidade. Cada um está “em relação” a um outro. Assim, a entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, apesar do clima de intimidade e descontração que marcaram a nossa entrada em campo, como já nos apontava Cruz Neto (1994), se caracteriza como um meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Uma das modalidades da entrevista é a história de vida como estratégia de compreensão da realidade, “sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas (pela) pessoa (...)” (Cruz Neto, 1994, p. 58). Minayo (2004) aponta a história de vida tópica, contrapondo-se com a história de vida completa, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. Essa parece ser a forma que mais se aproxima do desenvolvimento do nosso trabalho de campo. Cruz Neto (1994) salienta ainda ser esse “*um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.*” (p. 59). Minayo salienta ainda que a história de vida pode mais do que qualquer técnica, exceto talvez a observação participante, dar sentido à noção de processo, já que nos fornece uma riqueza de detalhes cujo caráter só seríamos capazes de especular na ausência de uma técnica adequada. A observação participante, outra técnica utilizada na elaboração de nossa pesquisa, “*se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.*” (Cruz Neto, 1994, p.59). O autor reforça que nesse processo, o pesquisador, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto e a importância dessa técnica está no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real.

As dez categorias de análise a serem utilizadas surgiram da fala das próprias mulheres, e são elas: 4.3.1 - A Maternidade - que se subdividiu em: 4.3.1.a) – A primeira gravidez; 4.3.1.b)- Os outros (muitos) filhos e a função da maternidade; 4.3.1.c) - As tentativas de aborto; 4.3.1.d) - Quando o marido quer o filho... Elas cedem; 4.3.1.e) - Filho para preencher um vazio; 4.3.1.f) - Gravidez e violência doméstica; 4.3.1.g) - A perda de um filho, 4.3.1.h) - O que é a maternidade? - Inseguranças e contradições; 4.3.2

- Aparente passividade frente à vida; 4.3.3 - Desigualdade de gênero / Violência doméstica / Uso abusivo de álcool e outras drogas; 4.3.4 - Vida de Migrante e a Rede Social com a Família; 4.3.5 - Vulnerabilidade Social / Baixa Escolaridade / Precariedade da Vida Profissional / Diminuição da Sociabilidade; 4.3.6 - Pobreza e suas Relações com a Violência da(na) Cidade; 4.3.7 - Precariedade na Relação com a Mãe; 4.3.8 – Religiosidade; 4.3.9 - Conjugalidade(s) e 4.3.10 - Contraceptivos e Planejamento Familiar.

Vale ressaltar que apesar do consentimento das mulheres em participarem da pesquisa, os nomes das entrevistadas, assim como de seus filhos e maridos/parceiros, foram alterados para preservar a identidade dos mesmos.

Para início de conversa, vou fazer uma breve apresentação das mulheres entrevistadas:

Conhecia **Elenira** do grupo de mães que estava realizando no ano de 2008 no Ciep em que trabalho. Um dos seus filhos foi encaminhado pela professora para a psicologia, por causa dos freqüentes relatos de violência doméstica que o menino trazia. Elenira é natural do Ceará, mora no Rio de Janeiro há 12 anos, tem 33 anos. Teve 7 filhos, de dois relacionamentos diferentes. A primeira gravidez foi com 19 anos. O segundo filho morreu quando estava com 4 meses. O mais velho (Tarlan – 14 anos) mora no Ceará com a avó materna. Tem mais 5 filhos no Rio de Janeiro (Tamara - 8 anos, Tauan – 7 anos, João Tale – 4 anos, João Teverson – 2 anos, Tânia Mara – 1 ano). Estudou até a 2ª série do ensino fundamental, não trabalha fora.

Conhecia **Denise Lucia** há quatro anos. Uma das filhas é matriculada na ONG (Fundação Xuxa Meneghel) em que eu trabalhava. Denise era uma mãe meio “encrenqueira”, brigava por tudo e foi convidada por nós a participar do Grupo “Coisas de Mulher” (já mencionado anteriormente no trabalho). É articulada, tem opinião. Se arrumava toda para ir à ONG, chegou a colocar *mega hair* no cabelo até a cintura. As técnicas que fizeram visita domiciliar em sua casa, estranhavam todo o seu “embelezamento” devido às condições miseráveis em que vivia. Tem 36 anos e é natural do Rio de Janeiro, sempre morou na zona oeste (entre Campo Grande e Santa Cruz). Está grávida do 5o filho. A primeira gravidez foi com 19 anos. O filho mais velho, Marcos, está com 16 anos. De um outro relacionamento, teve mais três filhos Paula Brenda (10 anos), Letícia (8 anos); Paulo Vitor (6 anos) e o que está por vir. Todos os filhos moram com ela. Denise estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Até engravidar, estava trabalhando na Fazenda Modelo, “*capinando, roçando, plantando*”, mas foi mandada embora.

Teresa já era velha conhecida minha, pois seus filhos freqüentavam a Fundação Xuxa Meneghel e desde 2004 são constantes as intervenções junto a essa família. Lembro

que ficou conhecida pelos técnicos da ONG como “*Sim senhora, não senhora*”, tamanha a sua passividade frente aos fatos e às conversas propostas por algum de nós. Tal apelido se deu, pois essas eram as únicas palavras que conseguia dizer quando a convocávamos a se apropriar de alguma situação. Vivia em uma grande miséria, não trabalhava fora e não conseguia ter o menor controle sobre a vida dos filhos, nem certidão de nascimento as crianças tinham. Durante a entrevista apareceram muitos relatos sobre a vida de Teresa que eu desconhecia totalmente: “*tinha vergonha de contar isso antes*”. Uma semana depois, me procura novamente na escola bastante abalada, acabara de perder o filho mais velho, que fora assassinado pela milícia. Teresa tem 37 anos e é natural do Rio de Janeiro, sempre morou naquela área. Tem (tinha) 10 filhos (Johny – 19 anos (assassinado ao longo da pesquisa); Luana – 17 anos; Suellen – 16 anos; Jonatan – 14 anos; Luan e Ruan – gêmeos - 12 anos; Alberto – 9 anos; Vitória – 8 anos; Gabriel – 7 anos e Adriano – 6 anos). Todos do mesmo pai. A primeira gravidez foi aos 19 anos. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental, e hoje trabalha como diarista duas vezes por semana, em uma outra favela - Rio das Pedras.

Maria Regina também já me conhecia fazia um bom tempo. Durante meu trabalho na ONG, acompanhei sua família. É uma mulher bonita, bem vestida, loira, olhos claros, uma fala muito articulada. Realizou a entrevista toda com Noemia, sua filha caçula nos braços, ou no peito. Como resposta a um choramingo de Noemia, afirmou: “*Deixa eu botar o peito na boca dessa aqui.*” Está no terceiro casamento. Engravidou pela primeira vez aos 20 anos, na primeira relação sexual. Casou, teve dois filhos e ficou viúva. É época em que abandonou Recife (sua cidade natal) para vir para o Rio de Janeiro. “*Meu sonho era sair da minha cidade e conhecer outros lugares.*” Depois de seis meses no Rio, conheceu seu segundo marido. Com José teve mais três filhos. Com o aparecimento de episódios de violência doméstica, Maria Regina saiu de casa. Atualmente está casada de novo, com uma filha de oito meses. Tem 39 anos e 6 filhos, de três relacionamentos diferentes. Lucia já está casada, Diogo mora com o pai e os outros quatro filhos moram com ela. Atualmente Maria Regina trabalha como manicure num salão de Pedra de Guaratiba. (Lucia – 19 anos; Jonata – 18 anos; Diogo; Regiana; Ana Clara e Noemia – 8 meses).

Conheci **Carolina** no momento da entrevista. É uma moça bonita, e sua história surpreende, tamanho o sofrimento relatado. Carolina se casou quando tinha 16 anos, com um homem 15 anos mais velho (Fabiano). Relata que viveu uma vida de muito sofrimento. Ficou casada durante 22 anos. Afirma que casou cedo para sair de casa, pois foi muito humilhada pela madrasta durante toda a vida. Perdeu a mãe quando tinha 7 anos. Sempre ouviu o conselho do seu avô: “*Casa com uma pessoa mais velha que a sua vida melhora.*” Quando conheceu Fabiano não pensou duas vezes. Resolveu levar a irmã

de 11 anos para morar com ela, para tirar a criança das “garras” da madrasta. Com 13 anos, sua irmã ficou grávida de seu marido. Teve o primeiro filho aos 16 anos. Viveram todos na mesma casa por 20 anos. Atualmente Carolina está separada, vive escondida do ex-marido, que não pode saber seu paradeiro. O processo corre na justiça contra Fabiano. Tem 37 anos, é natural do Rio de Janeiro, estudou até a 8ª série do ensino fundamental e tem 8 filhos. Atualmente trabalha como empregada doméstica. (Fabiana - 20 anos; Fabio - 18 anos; Flavio - 17 anos; Francisco - 16 anos; Andréa - 13 anos; André - 12 anos; Maria Luiza - 8 anos e Maria Carolina - 5 anos).

Pâmela tem apenas 16 anos e ainda está matriculada na Fundação Xuxa Meneghel. Sua família é uma das mais conhecidas na ONG, não só pelo fato de frequentarem a instituição desde sua inauguração, como também pela violência doméstica perpetrada por sua mãe, Deosdete, em todos os 13 filhos (um falecido recentemente). Os dois mais velhos foram morar na rua. Todos os outros têm passagens por Abrigos devido aos maus tratos. Pâmela e o irmão falecido (Marco), também fugiram de casa e foram parar em um Abrigo na Baixada Fluminense, local onde conheceu seu “namorado”, pai de sua única filha, Ana Clara, de 8 meses. Todas as vezes em que nos encontrávamos na escola em que estuda, Pâmela me pedia para marcar um horário para ela conversar comigo, quando a conheci tinha apenas 10 anos e ainda hoje me chama de “tia”. No entanto, ao longo da entrevista, mostrou-se lacônica em todas as respostas. É natural do Rio de Janeiro e está cursando o último ano do ensino fundamental.

A família de **Janaína** também foi acompanhada por mim durante o período em que trabalhei na ONG. Dessa forma, a entrevista transcorreu com muita intimidade. Janaína é jovem, negra e espevitada. É uma mãe muito participativa na instituição. Criou um vínculo grande comigo, me liga nos aniversários ou sempre que deseja contar uma novidade. Teve a primeira gravidez aos 17 anos, afirma que foi planejada. Desse relacionamento teve mais um filho. Mas nesse caso a história foi outra. Sua terceira filha é fruto de um breve relacionamento. Janaína é natural de São Paulo e estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Tem 29 anos e 3 filhos: Karina (11 anos); João Pedro (9 anos) e Tatiana (3 anos). Atualmente está trabalhando num restaurante no Recreio.

Ana Paula tem cara de menina triste, seu corpo demonstra um envelhecimento proveniente da vida que leva. A entrevista rolou de forma descontraída, apesar dos momentos de intenso sofrimento pelas histórias relatadas. Também já nos conhecíamos há bastante tempo. Muitos foram os atendimentos durante meu trabalho na ONG a fim de empoderar Ana Paula para romper com o ciclo de violência doméstica a que se submetia, agravado ainda mais pelo uso abusivo de drogas de Paulão. Sua primeira gravidez foi aos 15 anos. Com Paulão teve 6 filhos, ao longo de um relacionamento que já dura 16 anos. Uma filha faleceu aos 3 anos, com aneurisma cerebral. Ana Paula é natural do Rio de

Janeiro e sempre morou na zona oeste da cidade. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Seus filhos: Tainá (12 anos); Tatiana (9 anos); Diogo (7 anos); Paulo Cesar (6 anos); Karina (5 anos). Não trabalha fora.

Quando **Maria das Graças** chegou para a entrevista, me surpreendi com sua jovialidade. Parece uma garotinha, é baixinha, tipo “*mignon*” e com cara de novinha. Quando iniciamos a conversa, me surpreendi ainda mais com a história de vida que carrega por trás dessa aparência. Começou a ter relações sexuais aos 12 anos, casou aos 14 e teve seu primeiro filho aos 17 anos. O relacionamento acabou quando “*ele começou a me sacanear.*” Époça em que Maria das Graças, pegando carona, aos 18 anos, com um filho de 9 meses no colo, veio parar no Rio de Janeiro. Passou pelo Conselho Tutelar e por um Abrigo até refazer sua vida. Estava morando em Ramos, quando conheceu seu novo namorado, pai de seu segundo filho. Refazendo mais uma vez a sua vida, “*ainda sofrendo a morte do pai do Caio*”, conheceu seu atual marido, pai de seus dois filhos mais novos. Maria das Graças tem 26 anos, é natural da Bahia e estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Seus filhos: Pedro (8 anos), Caio (5 anos), Jonatan (2 anos) e Marilliane (7 meses). Trabalha fazendo unha.

Estava curiosa para conhecer **Marcia**, pois ficou conhecida entre a equipe técnica da ONG, por ser aquela mãe que mora num barraco de madeira todo pintado de rosa, com o chão de terra batida coberto por tapetes. Realmente demonstra vaidade, tem o cabelo pintado de loiro e as unhas feitas com desenhos de flor. Demonstra também muita timidez, a entrevista foi rápida, e Marcia bastante econômica em suas respostas. Sua primeira gravidez aconteceu aos 17 anos, com um colega da escola, que já tinha 35 anos. Quando soube da gravidez, “*não assumiu e sumiu*”. Teve que largar o emprego de caixa de supermercado e continuar morando com a mãe e sua filha pequena. Quando voltou a trabalhar, em casa de família, conheceu seu marido, pai de seu segundo filho. Relata que essa gravidez foi planejada. Ao falar do fim desse relacionamento, fica nervosa, se certifica se eu realmente estou gravando, pergunto se prefere que eu desligue o gravador, e, com um riso envergonhado, conta: “*foi traição, da parte dele.*” Atualmente, Marcia está casada novamente, com o pai de seu terceiro filho. Tem 24 anos, é natural do Rio de Janeiro e estudou até o 1º ano do ensino médio. Além dos 3 filhos, ainda cria 1 sobrinha: Mariana (sobrinha – 9 anos), Maria Clara (6 anos), Jean (4 anos) e Manuel (8 meses). Não trabalha fora.

Eu também conhecia **Édila**, pois ainda trabalhando na ONG, participei do processo seletivo de seu filho para a nova turma da educação infantil. Na época, fiz visita à sua residência. Sempre demonstrou ser uma pessoa fechada, é na dela, não fica “de papo” no portão da instituição. E assim também foi a entrevista, com respostas curtas, e com grande dificuldade em deixar escapar seus sentimentos. Sua primeira gravidez foi aos 17

anos. Com seu primeiro marido, com quem permaneceu casada por sete anos, também teve seu segundo filho. Deixou os filhos em Minas Gerais com a avó paterna. Voltou para o Rio de Janeiro e casou de novo, com quem teve seu terceiro filho. O marido quis “*ir embora*”. Após a decepção com o fim desse relacionamento, viveu uma fase de “*muita bagunça e muito agito*”. Sua primeira filha mulher veio “*no meio da bagunça.*” Atualmente Édila está casada de novo, virou evangélica e teve mais um filho. Tem 32 anos, é natural do Rio de Janeiro e estudou até a 2ª série do ensino fundamental. Filhos: Luan (15 anos), Vitor (13 anos), João (6 anos), Joana (4 anos), Jeová (6 meses). Não trabalha fora.

Marilane é a típica mulher nordestina, com sotaque “arretado”. Baixinha, com a aparência característica da mulher imigrante, veio de Maceió para o Rio de Janeiro, para o marido “*tentar a vida*” aqui. Tinha na época 17 anos, aos 19 anos teve seu primeiro, dos 8 filhos. Está casada há 17 anos. Desde que se casou, parou de trabalhar. Tem 37 anos, mas parece ser bem mais velha. Estudou até a 2ª série do ensino fundamental. Dos oitos filhos que teve, uma morreu logo após o parto. Seus filhos: Jeferson (16 anos), Uélito (14 anos), Fabiana (12 anos), Jeane (10 anos), Joana (8 anos), Fábio (4 anos) e Lara (1 ano).

Logo no início da entrevista, me surpreendo com a resposta de **Josiane** ao perguntar sua idade. “*Eu não sei exatamente a minha data de nascimento. Porque eu fui registrada por uma ex patroa minha. Eu não conheço meu pai nem minha mãe. Aí fui registrada por uma outra pessoa. Inventaram uma data e me deram um nome, porque eu também não sei se o meu nome é esse.*” Percebi que tínhamos pela frente muita história pra contar. De acordo com sua certidão de nascimento inventada, Josiane tem hoje 28 anos. É natural de João Pessoa (Paraíba), e veio para o Rio de Janeiro porque “*achava que aqui a vida ia ser melhor.*” Ainda na Paraíba foi menina de rua, fugiu da casa de uma mulher que lhe pegou para criar, e lhe maltratava muito. Se tornou mãe pela primeira vez aos “19” anos. Com seu segundo marido, teve os outros três filhos. A bebê de 10 meses, Daniela, que estava no colo, e ora no peito de Josiane durante a entrevista, não foi registrada pelo pai. Josiane ainda estava grávida quando seu marido “desapareceu”. Provavelmente foi assassinado pela milícia local, devido aos constantes episódios de violência doméstica perpetrados por ele, além da suspeita de tentativa de abuso sexual à enteada. Josiane estudou até a 2ª série do ensino fundamental. Seus filhos: Joana (8 anos), Cleberson (6 anos), Tayane Vitória (2 anos) e Daniela (10 meses). Não trabalha fora.

Assim que **Luciana** chega para a entrevista, como não lhe vejo há um tempo, pergunto se está tudo bem e como andam as coisas. A primeira resposta que me dá é que está solteira. Começamos a conversar e logo se refere a seu primeiro marido como o “*finado pai da Letícia*”, demonstrando que estava “doida” para me contar esse episódio.

Um mês antes da entrevista, ele havia sido assassinado pela milícia. Luciana ficou com ele dois anos, engravidou de Letícia quando tinha 18 anos. A segunda filha é fruto de um namoro. Luciana casou de novo e teve seu primeiro filho homem, que como ela mesma define, foi fruto de uma “*rapidinha*”: “*Sabe aquela coisa de casal com casa cheia?*” Chora muito ao lembrar do fim desse relacionamento, por causa da traição do marido. E me lembra mais uma vez que está solteira desde a separação. “*São dois anos que eu não beijo. São dois anos que eu não faço nada daquilo.*” Luciana tem 28 anos, é natural do Rio de Janeiro e estudou até a 7^a série do ensino fundamental. Seus filhos: Letícia (9 anos), Taylane (7 anos) e Ian (5 anos). Não trabalha fora.

Entre as entrevistadas, oito mulheres nasceram no Rio de Janeiro, uma é natural de São Paulo, e temos ainda imigrantes da Bahia, João Pessoa, Maceió, Ceará e Recife. Percebemos logo a forte representatividade das regiões Norte e Nordeste de nosso país, bem característico do território estudado.

A mais nova entrevistada é Pâmela, de apenas de 16 anos, e a mais velha, é Maria Regina, com 39 anos. O número de filhos variou entre 1 e 10. Já em relação à escolaridade, apenas uma das catorze entrevistadas conseguiu alcançar o ensino médio e ainda assim, parou no primeiro ano. Todas as outras permaneceram no ensino fundamental, sendo que Elenira, Édila, Marilane e Josiane estudaram apenas até a segunda série do ensino fundamental.

Um outro fator pertinente a todas as entrevistadas é que tiveram a primeira gravidez ainda na adolescência. Ana Paula foi a que engravidou mais cedo, aos 15 anos e Maria Regina foi a que demorou mais a ter o primeiro filho, aos 20 anos. Uziel e Santana (2008) problematizam a relação de inadequação que em geral se estabelece entre “*ser mãe*” e “*ser adolescente*”. Apontam, que frequentemente, mães adolescentes acabam se tornando “*adolescentes esquecidas*” e tendo uma “*adolescência negada*”. “*A gravidez na adolescência vem se constituindo, nos últimos anos, como um fenômeno na sociedade brasileira, despertando discursos que variam desde um alarde, tratando a questão como problema de saúde pública, sobretudo se conjugada à pobreza, até a busca por uma compreensão do significado da gravidez para essas meninas.*” (p. 25).

4.3.1 A Maternidade: “A vida é muito difícil, mas eu amo muito meus filhos.”

Considerando que grande parte dos modos de subjetivação contemporâneos ainda é determinado pela identidade de gênero, a identidade de “mães” que essas mulheres assumem, parece atravessar quaisquer outras funções que desempenham ou

vivenciam, como veremos a seguir. No entanto, “apesar de a maternidade levar ao acompanhamento do desenvolvimento de um outro sujeito durante muitos anos, ela não aciona uma dimensão de futuro (para essas mulheres)”, como consideram Uziel e Santana (2008, p. 29), o que também podemos observar no nosso campo.

Dentre as 14 mulheres entrevistadas, a maioria afirmou que quis a gravidez do primeiro filho, mesmo ainda estando no período da adolescência. E pudemos observar em suas falas justificativas para esse desejo e conseqüentemente, essa escolha. Seja para sair da casa de pai e mãe, seja para prender o marido, ou ter uma criança só sua, já que tomava conta dos irmãos. Além disso, percebemos também como o filho chega para ocupar um vazio, preencher um lugar de companheiro de todas as horas, aplacar a solidão, como poderemos observar abaixo.

Ser mãe, para essas meninas, talvez seja uma das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo como sujeitos sociais. “(...) *Ser mãe, parece, então, um caminho inevitável. Caminho esse que irá lhes conferir um status e algumas prerrogativas, constituindo-se numa verdadeira estratégia de sobrevivência. Porém, ao mesmo tempo, elas são tomadas como desviantes em relação à idade que se espera que a maternidade ocorra.*” (Catharino e Giffin, 2002, s/p.) Dessa forma, é um engano assumir que toda gravidez de adolescente é indesejada. Muitas são sim, desejadas e planejadas, como veremos a seguir. “*Parece-nos que o advento da gravidez na adolescência se constitui, em muitos casos numa denúncia, num grito de socorro, que aponta para uma situação de abandono social.*” (op. cit., s/p.).

4.3.1 a) A primeira gravidez: “O primeiro filho, quem não quer?”

Analisando a gravidez na adolescência, Oliveira (2010) pondera a necessidade de desmistificar a idéia, que ainda persiste em algumas classes sociais, de que as adolescentes engravidam por falta de informação. Isso não significa que a gravidez tenha acontecido a partir de uma decisão consciente, “*as jovens deixaram a gravidez acontecer.*” (p. 65). Como já dissemos anteriormente, muitas vezes, a gravidez vem cumprir o destino e a função da mulher, já que falar em precocidade na gravidez quando se fala das classes pobres, é bastante questionável, e há que se considerar a heterogeneidade das situações e das escolhas que fizeram. Apesar das 14 mulheres entrevistadas terem engravidado ainda na adolescência ou bem jovens, trazem consigo histórias bem diferenciadas, mas todas, marcadas por valores culturais de seu meio.

Maria Regina perdeu a virgindade aos 20 anos, e logo na primeira relação sexual, ficou grávida. É categórica ao afirmar que não queria esse filho. *“Uma moça grávida sem casar era uma aberração para os pais.”*

Pâmela declara que sempre quis ser mãe, e que a idéia de engravidar foi sua. Mas conta que seu namorado estava sabendo dos seus planos. *“Nós quis.”*

Ana Paula engravidou pela primeira vez aos 15 anos. Apesar de manter relações sexuais, não se prevenia. *“Eu achava que não ia engravidar. (...) Eu comecei a sentir enjoô a café. Aí foi minha madrasta que suspeitou que eu tava grávida.”*

Maria das Graças, Márcia e Édilia engravidaram pela primeira vez aos 17 anos. *“Descuido, na verdade. (...) Esquecia de tomar o remédio.”*, esclarece uma delas. Para Márcia, *“acabou acontecendo (...) Eu tomei um susto, né? Porque eu era muito nova.”* Já Édila afirma, meio a contra-gosto, que quis a gravidez. *“Naquela época era assim, sair de casa de pai, de mãe...”*

Marilane engravidou pela primeira vez aos 19 anos, e afirma que o filho foi planejado, tanto por ela quanto por seu marido. Relata que a experiência de ser mãe pela primeira vez foi *“boa, muito boa”* e que sua vida mudou completamente.

Ao contar sobre sua primeira gravidez, Josiane relata: *“Foi assim sem eu esperar. Porque eu tomava comprimido, né? Quando eu fui ver já tava com seis meses. Não tinha barriga, não tinha nada.”*

Pergunto porque Luciana ficou grávida aos 18 anos. *“Sei lá... Porque eu quis. Porque eu quis mesmo. Os outros (filhos) são diferentes.”*

Catharino e Giffin (2002) ao analisarem a gravidez na adolescência apontam o discurso médico-psicológico, que com uma perspectiva normativa, utilizam a gravidez como “bode expiatório” para encobrir e justificar uma situação social que mantém à margem aqueles que já são historicamente excluídos, ou seja, mulheres e pobres. Defendem que a gravidez pode representar para essas meninas, uma tentativa de encontrar, mesmo com grande ônus, um lugar social e também a possibilidade de *“cuidar de si”* através do outro. *“(...) A ocorrência da gravidez na adolescência precoce não estaria se constituindo em um elemento de invenção de uma história de vida? Invenção esta, que no entanto não diz respeito a um projeto individual, mas a um projeto coletivo, pois que construído a partir dos significados sociais relativos à maternidade e das oportunidades materiais disponíveis em nossa sociedade.” (s/p).*

4.3.1 b) Os outros (muitos) filhos e a função da maternidade:

“Ai... tem horas que dá vontade de jogar tudo no rio. (Risos).”

Se os filhos não foram planejados ou desejados, podemos observar que, na maior parte dos casos, são totalmente aceitos. Precisamos, primeiramente, desconstruir a idéia de uma gravidez indesejada. O que seria isso? Sinônimo de uma gravidez não planejada? Uma gravidez fora do casamento pode ser considerada indesejada? De que casamento estamos falando? E uma gravidez entre adolescentes, é indesejada? Uma gravidez indesejada necessariamente implica em filho não desejado? Na prática, uma gravidez indesejada pode resultar em um aborto, ou, mais a frente, em filhos desejados. Estabelecer todas as relações é tarefa muito complexa, e partindo dessa complexidade é que deve ser vista. Como já mencionado anteriormente, a maternidade parece lhes garantir uma identidade. As mulheres adolescentes estudadas por Uziel e Santana (2008) também trazem a maternidade como escolha. “(...) *mesmo que o ato sexual não tenha sido planejado, nem a gravidez. A opção, como muitas delas entendem, veio após a constatação de que seriam mães. ‘Opção’ vira sinônimo de gostar do filho, de não tê-lo abandonado – mesmo quando foram feitas tentativas de aborto.*” (p.26).

Maria Regina comenta sobre os seis filhos. “*Aí foi quando nesses vacilos, eu fiquei. Eu não queria, mas se ficasse. (...) Isso foi mais falta de responsabilidade minha mesmo.*”

Maria das Graças fala sobre a gravidez do segundo filho, “*foi um acidente da camisinha que ficou lá dentro.*”

Para Édila, as gestações do terceiro e quarto filhos não foram planejadas. “*Foi erro no remédio, que eu não tomei. Aquela bagunça de remédio (...) A Joana já é de outra burrice.*”

No relato de Marilane, os outros sete filhos, ao contrário do primeiro, não foram planejados. “*O resto foi tudo o acaso, acidente mesmo.*” Marilane admite que tomava pílula sem muita regularidade e acabou engravidando. Outras vezes, quando estava sem tomar remédio, “*ia por aquele método de jogar fora, botar fora, não dava certo não, porque a primeira gotinha ficava lá e aí que causava a tal gravidez.*”

Josiane também afirma que os filhos não foram planejados. “*Nenhum dos cinco eu queria.*”

Para Carolina, apesar de admitir que os filhos não foram planejados, pelo, contrário, foram frutos de constantes abusos do marido, é enfática ao declarar que os filhos são tudo para ela. “*Os momentos felizes que eu tive, foi com eles (filhos). Eles são a alegria da minha vida hoje.*” E quando pergunto sobre os momentos felizes ao longo de sua vida, imediatamente remeta à maternidade. “*Só quando eu tive meus filhos. Quando eles mamavam no meu peito. (Chorando). Aí era muito bom (...). Cada um que vinha, eu fazia assim como se fosse o primeiro. Eu fazia aquele quarto bonitinho, recebia eles com todo carinho, todo amor, sabe?*”

As falas acima demonstram que com a falta de perspectivas, elas acabam engravidando e fazendo da gravidez em si e da criação dos filhos um projeto de vida.

4.3.1 c) As Tentativas de Aborto: “O que me davam eu tava tomando”

Um outro ponto que merece destaque é a repetição de histórias de tentativas de aborto ao longo da vida. Maria Regina, Janaína, Édila e Marilane tentaram interromper alguma gravidez, tomando remédios e tudo o mais que lhe indicavam. Essa realidade aponta para a necessidade da revisão das políticas públicas vigentes, não só pela dificuldade de trazer essas mulheres para o Planejamento Familiar no Posto de Saúde como para a discussão acerca da descriminalização do aborto e o impacto disto na vida principalmente da mulher pobre, que por não ter dinheiro para interromper uma gravidez indesejada numa clínica, coloca em risco sua saúde, e até mesmo a própria vida e a vida do bebê.

Contando sobre a quarta gravidez, Maria Regina relata: *“Aí eu tomei uns remédios malucos, mas não adiantou nada. Eu tomei uma garrafada que uma colega fez com umas ervas. Horrível.”* Já quando ficou grávida do quinto filho: *“Aí eu tentei de todos os meios pra tirar. Procurei uma clínica, só que na época achei muito caro, não tinha dinheiro. Tomei aqueles remédios, buchinha do Norte. Porque eu tava desesperada, eu não queria. (...) Aí eu tentei tudo, mas não consegui. Aí tive que segurar.”*

Janaína relata que quando descobriu que tava grávida do segundo filho, fruto de uma violência por parte do marido, foi a pior decepção de sua vida, e tentou de tudo para abortar a criança. *“Tomei seis injeções na veia, Gabi. (...) Ainda tomei um chá brabo do mato.”*

Édila também admite que tentou *“tirar o bebê”*, durante sua quarta gravidez: *“Tomei Citotec, duas vezes.”*

Marilane conta que também tentou interromper uma gravidez. *“Ah, eu tomei uns remédios fortes lá que gente mais velha do que eu me ensinava.”* Ainda assim, levou a gravidez até o final. *“Ela nasceu num dia e morreu no outro. (...) Eu não consegui tirar não, Deus que me tirou.”*

De acordo com dados da OMS, ocorre no Brasil uma média de 1 milhão de abortos clandestinos por ano. Fusco et alli (2008) afirmam que as mulheres em situação de pobreza recorrem ao abortamento clandestino como forma de “planejamento familiar”. Tal situação é agravada pela desigualdade social, desigualdade de gênero, racismo e migração, como podemos observar dentre as mulheres pesquisadas.

4.3.1 d) Quando o marido quer o filho... Elas cedem: “Ele vai ficar comigo. Ele vai ficar comigo. Não vai me abandonar. É isso...”

A desigualdade de gênero e a submissão que ainda acompanha a mulher em nossa sociedade esclarecem o comportamento das mulheres entrevistadas quando assumem que tiveram um filho para “prender” o companheiro, ou até mesmo, por imposição deste. Muitas vezes, como nos ressalta Knijnik (2009), ter um filho também pode estar à frente de um desejo de constituir uma família. Os relatos abaixo nos fazem refletir sobre a posição de subordinação que as mulheres, especialmente as pobres, se encontram mesmo nos dias de hoje.

Maria Regina conta que o ex-marido insistia pra que tentassem ter uma filha menina, e ela permanecia enfática: “*Não, eu não quero mais filhos não.*” Ainda assim tiveram mais dois filhos. “*Quando você tem mais pra fazer a vontade do homem, não fica tão prazeroso pra mãe*”.

No relato de Carolina também aparece a necessidade de atender ao desejo, e por vezes às ordens do marido: “*Aí ele me obrigava a ter filho.*”

Maria das Graças conta sobre a gravidez de seu terceiro filho. “*O Jonatan foi uma escolha minha pra poder fazer a laqueadura.*” Num outro momento da entrevista, cai em contradição e diz que engravidou do terceiro filho porque foi um pedido do atual marido. Márcia afirma que planejou a gravidez de seu terceiro filho, já que seu atual marido ainda não tinha filhos. “*Quis porque ele não tem.*”

Édila conta que o quinto filho, Jeová, foi planejado. “*Quis porque era uma coisa que ele (o marido) queria. Ele sonhava com esse filho.*”

Josiane lembra como aconteceu a gravidez do segundo filho. “*Ele (o marido) queria muito, só que eu falava pra ele que não, porque eu já tava com a Joana e ela era pequenininha. Aí eu engravidei e quando tava com quatro meses, ele foi morar com outra pessoa.*”

Durante a conversa com Ana Paula, conforme vamos falando da dificuldade financeira para criar os filhos, ela afirma. “*Agora ser mãe... Eu fico assim... Pôxa, eu podia ter evitado menos.*” Parece querer demonstrar que deveria ter tido menos filhos. Mas as palavras a traem. Também deixa escapar que a maternidade teve uma função específica, manter a relação com Paulão. “*Eu queria prender ele, Gabriela. Eu era apaixonada.*” Um pouco mais reflexiva, ela afirma: “*Eu não quis não (6 filhos). Só a primeira... E a segunda. (...) Mas os outros foi pra prender.*”

4.3.1 e) Filho para preencher um vazio: “Era a única coisa que eu tinha na minha vida.”

Mulheres marcadas por uma vivência tão despossuída acabam por encontrar na gravidez uma tentativa de preencher um vazio que é tão presente, como nos apontam Santos e Carvalho (2006). Schwengber (2007) questiona quais as ancoragens de ligação e vínculos que essas meninas têm com o mundo vivido. Transitoriedade nas configurações familiares, sistema educacional frágil, restrições no mercado de trabalho e acesso restrito aos bens de consumo, todos esses fatores parecem empurrar a adolescente pobre para um “pacto com a gravidez”. A maternidade inscreve essa mulher no mundo social, reiterando a construção de uma identidade de mãe.

Carolina me conta qual era seu sentimento a cada criança que nascia. *“De muito amor. (...) Porque na vida triste que eu vivia, a única coisa que me fazia feliz era meus filhos. Era só o que eu conseguia construir, era meu filhos. Então a maternidade para mim era tudo. (Chorando) Era uma coisa minha. Eu olhava meus filhos e falava: Você é meu. Eu não tenho mãe, eu não tenho pai, mas eu tenho vocês.”* Carolina nos deixa perceber que o nascimento dos filhos tinha uma função de preenchimento de um vazio de uma vida tão marcada pela infelicidade. *“Era uma coisa que ele não podia tirar de mim.”*

Ao longo da conversa com Pâmela vai ficando claro o motivo que a fez escolher ter um filho aos 16 anos. *“Pra ter o meu, tia. Para minha mãe parar de mandar eu tomar conta das crianças. Pra ver como era a vida da minha mãe. (...) Sempre achei legal tomar conta de fil... De criança. Então era bom eu ter o meu pra mim tomar conta.”*

Apesar de estar com apenas 17 anos, Janaína também planejou sua gravidez. Diz que queria ter um filho para preencher um vazio que sentia e *“acabar de vez com a solidão.”* É incisiva ao comentar a função dos filhos em sua vida. *“Eu penso, Gabi, que se eu não tivesse meus filhos hoje, eu acho que eu não estaria mais aqui. (Emocionada).”*

Denise Lucia reitera: *“Sou feliz porque eu tenho meus filhos. Se eu não tivesse meus filhos acho que não seria feliz. Tenho meus filhos que Deus deu.”*

Apesar de toda a dificuldade trazida por Ana Paula em exercer a maternidade e criar seus cinco filhos, consegue demonstrar a dimensão que eles têm em sua vida. *“Em alguns momentos eu tenho prazer em ser mãe. Porque o único que eu vou ter pro resto da minha vida vão ser eles, entendeu? E eu nunca vou fazer o que meu pai fez, abandonar. Nunca.”*

Na declaração de Maria das Graças também podemos observar essa função. *“Eu me acho muito feliz quando meus filhos dizem que me amam a todo momento.”* Assim como na fala de Márcia. *“Porque a gente passa por uns momentos ruins, bons, e eles*

estão sempre do lado, né? Não é que nem o marido, que a qualquer momento vai embora. Filho é pra sempre.”

Édila fala sobre o companheirismo que os filhos lhe trazem. *“Nas minhas horas assim... de tristeza, de vazio, se eu não estou conversando com Deus, eu estou conversando com eles.”*

Luciana também faz essa reflexão. *“Mas eu sou feliz porque que tenho eles. Acho que se eles me faltassem, eu ia ser a pessoa mais infeliz do mundo.”*

4.3.1 f) Gravidez e Violência Doméstica: “Eu fiquei mais indignada pelo fato conforme que ele foi gerado.”

Souto e Braga (2009) afirmam que a violência conjugal é uma violência de gênero, produzida nas relações sociais. Sabemos que a sociedade atribui papéis e direitos bem diferenciados à mulher e ao homem. *“Em consequência disso, a violência passa a ser considerada, muitas vezes, um ato normal ou natural, permanecendo invisível e inquestionável, convergindo para uma subvalorização do fenômeno e de seus efeitos.”* (p. 671). O lugar que a mulher ocupa nas relações conjugais e na família fala da subordinação da condição feminina, menosprezando a capacidade da mulher para autodeterminar-se sexual e socialmente, tornando-a mais vulnerável ao abuso físico emocional e sexual masculino. Com a naturalização dos episódios de violência, as mulheres permanecem nessas relações por longos períodos, o que *“fragilizam-nas e as tornam mais vulneráveis, pondo-as em menor condições de enfrentamento.”* (p. 671).

As histórias de vida de Teresa, Carolina, Josiane e Ana Paula são marcadas por muita violência sexual, ao logo de anos de relacionamento, em que se viam obrigadas a manterem relações sexuais e até mesmo a engravidarem. De acordo com as autoras citadas acima, as mulheres permanecem junto aos agressores pois se sentem incapazes de negociar mudanças e de enfrentar a situação, *“sentiam-se desvalorizadas, com uma autoimagem negativa e sentimentos de desamparo, inferioridade e insegurança.”* (p.671). A mulher assume, então, uma atitude de aceitação, e muitas vezes, se culpa pelo comportamento violento e agressivo do parceiro.

Janaina também traz a vivência desse tipo de violência, quando vamos falar sobre a segunda gravidez, fruto de um abuso do próprio marido, Janaína demonstra grande tristeza: *“Eu não gosto de falar da gravidez do João Pedro não, Gabi. Porque não foi uma coisa que eu planejei, não foi uma coisa que eu queria. (...) Se ele tivesse sido gerado de uma outra forma, não da forma que foi gerado, também teria sido diferente.”*

Ana Paula lembra ainda de uma outra faceta da violência, bastante comum na vida das mulheres que pesquisamos “*Eu fiquei com medo, assim, porque a família dele ficava falando que não era filho dele.*”

Os fatores socioeconômicos e culturais a que as pessoas mais pobres estão submetidas, agravados pela aglomeração espacial e pela falta de esperança, como nos apontam Souto e Braga (2009), expõem ainda mais essas mulheres a uma maior vulnerabilidade social. “*Além disso, homens que vivem em condições de pobreza podem tornar-se tensos e frustrados ou sentir que fracassaram ao descumprir o papel culturalmente definido para ele, qual seja, o de responsável pelo sustento da família.*” (p. 671)

4.3.1 g) A perda de um filho: “Ah, é um pedaço de você. Não tem como...”

A perda de um filho foi um outro ponto marcante nas histórias trazidas. Elenira, Ana Paula, Teresa e Marilane carregam essa experiência. Por motivo de doença, má formação genética ou a violência na cidade grande, essas quatro mulheres tiveram que lidar com a dor dessa perda. O filho de Elenira faleceu com apenas quatro meses, logo após mamar, teve um “*mal súbito*”. Quando tentaram socorrer, não dava mais tempo. A filha de Ana Paula teve aneurisma cerebral com três anos, e também não resistiu. Marilane se sente culpada pela morte da filha logo após o nascimento, pois fica a suspeita de ter sido consequência das inúmeras tentativas de interrupção da gravidez. Já Teresa perdeu o filho mais velho por causa da violência presente na nossa cidade, que estampa os jornais e noticiários de TV diariamente, comprovado estatisticamente pela morte prematura, por causas externas, de homens, negros, de 18 a 24 anos, moradores de favelas. Exatamente o perfil de Johny.

Uma das filhas de Ana Paula faleceu com 3 anos de idade, de aneurisma cerebral. “*Tipo assim, deu um choque na minha mente. Não consigo lembrar de lembranças nenhuma da minha filha. Só choro, sofro. Não consigo lembrar dela quando era bebê, nem das palavrinhas dela. Não consigo lembrar.*” Quando começa a me contar sobre o dia em que a criança passou mal, relata: “*Um belo dia...*” Rapidamente se conserta. “*Belo nada, um horror dia...*” E continua a história. Já se passaram alguns anos da perda da filha, e Ana Paula diz como se sente hoje. “*Uma saudade, né? Mas só que às vezes eu prefiro esquecer. Porque parece que não aconteceu nada, entendeu? (...) Preferia passar o que eu estou passando, mas com eles tudo junto.*” A perda da filha de forma inesperada trouxe uma mudança clara no

comportamento de Ana com as outras crianças. *“Eu tenho que sair correndo porque eu acho que eles mataram minha outra filha. Eu vivo assim (...) Ah, eu tenho medo dos meus filhos morrer. Eu não agüento mais outra não...”* E nem durante o sono ela consegue ter tranqüilidade, desde que perdeu a filha. *“Eu fico acordando as crianças. Eu acordo as crianças pra saber se eles estão bem.”*

Não podemos afirmar necessariamente que se os filhos de Elenira e Ana Paula tivessem sido atendidos com maior agilidade haveria reversibilidade do quadro, mas assim como nos casos de Marilane e Teresa, todas essas mortes, são de algum amaneira, atravessadas pela questão social.

4.3.1 h) O que é a maternidade? - Inseguranças e Contradições: “Ser mãe dói”

Oliveira (2010) traz a discussão acerca da “opção” pela maternidade em condições tão adversas, que pode ser compreendida, em alguns casos, pela tentativa de criar uma estrutura familiar estável, diferente da que teve, muitas vezes marcada por experiências conflituosas. O desejo da união conjugal e da maternidade, para algumas meninas, pode ser entendido *“como destino e continuidade do processo de tornar-se mulher (...) a transição para a vida adulta parece estar mais próxima dos modelos das famílias de origem.”* (p. 69).

Ana Paula tem cinco filhos, e aponta as inseguranças e contradições que a maternidade traz. *“Será que é certo o que eu estou fazendo com a minha filha? Às vezes no sistema nervoso eu fico falando, renegando ela.”* Quando ocorrem essas explosões, imediatamente vem a culpa. *“Aí depois eu vou lá, peço perdão, beijo e eles me perdoam.”* Ao longo da nossa conversa, Ana Paula repete várias vezes que não se considera uma boa mãe. Quando pergunto se ela sabe definir o que significa, na prática ser uma boa mãe, ela responde. *“É ter paciência pra conversar com teu filho. E eu não tenho um pingão de paciência. Eu não sei se é por causa da vida que eu tô levando. É muita... Às vezes eu tenho muita raiva deles.”*

Em alguns momentos de descontração, Ana Paula conseguiu flexibilizar toda a sua rigidez consigo própria ao se considerar uma péssima mãe e deixou aparecer momentos de alegria dividido com os filhos. *“Eles são muito agarrados comigo. Eles ri de tudo o que eu faço, eu sou muito brincalhona com eles, entendeu? Fica tudo cheio de criança no meu portão. Tem que ver, é a maior farrã.”* Mas logo retorna para seu relato de auto-punição, de desqualificação de si própria e da forma que exerce a maternidade. *“Não adianta eu dizer pra você que eu sou uma mãe santinha, que é mentira. Eu xingo o*

dia inteiro: 'Filha da puta, sai da rua, vão te meter a porrada aí.' (...) Porque eu não sou uma boa mãe."

Elenira relaciona sua felicidade aos filhos, e faz uma declaração cheia de contradições, como a própria maternidade. *"Sou feliz. Porque eu tenho meus filhos. Não são fáceis, são difíceis, são levados, mas são meus filhos. Não é muito bom, mas eu tenho eles do meu lado."* E resume a maternidade: *"Ser mãe é muito sofrido. Muito sofrido."*

Maria Regina também conclui: *"Eu acho que eu podia ser mais feliz. Se não tivesse tantos filhos. Eu seria mais liberada, teria mais tempo pra fazer outras coisas."*

Marilane e Janaína falam sobre a solidão presente no desempenho da função materna. Marilane desabafa: *"Tem que ser eu mesma a correr atrás. Eu mesma, sozinha. (...) Tem que correr atrás de tudo."* Já Janaína lembra da última passagem pela maternidade, quando foi ter a terceira filha, momento de muita solidão e angústia. *"Porque, pôxa, todo mundo lá, com os pais dos seus filhos, só eu... Gabriela, pra tu ter uma idéia, eu fiquei sozinha. Os três dias que eu passei na maternidade, ninguém foi me ver. (...) Todo mundo dormia e as minhas lágrimas descendo. Todo mundo lá com suas famílias, eu lá, sozinha."*

Pâmela tem dificuldade em declarar o que é ser mãe. *"Sei lá, tia. Normal. Nem parece muito. Ela fica mais com a minha mãe."* Embutido nesse discurso, vem logo uma reclamação. *"É, minha mãe nem deixa eu sair com ela (a filha). Fica de graça. Parece mais meu irmão (irmã)."* Se Pâmela encontrou dificuldade para definir a maternidade, rapidamente descreveu o amor que sente pela filha. *"Proteger, querer sempre o bem."*

Janaína demonstra o amadurecimento que vem com a experiência de ser mãe. *"Sabe... Apesar das dificuldades que a gente passa, ser mãe pra mim foi a melhor coisa, porque eu amadureci muito. Eu aprendi a lidar com as dificuldades, com as barreiras da vida, com as privações. (...) Acho que foi a melhor coisa que Deus pode ter me dado."*

Ana Paula, muito emocionada, define, a seu modo, a maternidade. *"Ser mãe? É dar muito amor, carinho pras crianças, né? (Chorando)."*

Para definir a maternidade, Maria das Graças faz uma comparação: *"Eu tento ser tudo o que minha mãe não foi pra mim."* E a seguir, complementa: *"(Risos) A Maria mãe é brigona. (...) Eu me defino uma onça, pra defender seus filhos. Como uma leoa tentando proteger seus pequeninos."*

Para Márcia, Josiane, Luciana e Marilane, ser mãe é *"tudo"*. Márcia continua sua reflexão. *"Um sorriso dele (filho) vale a pena tudo. (Risos) Eu sou feliz por ser mãe."* Josiane complementa: *"Ser mãe é isso, é não abrir mão dos filhos, não agredir, sempre estar conversando."* E Luciana vai além: *"Ser mãe é dar a vida pelo seu filho. (...) Eu*

acho que ser mãe é o melhor sentimento do mundo. Porque dá uma coisa no seu peito, dói.”

4.3.2 Aparente passividade frente à vida: “Foi se passando os anos, eu tendo filho, eu tendo filho...”

Ao longo das entrevistas, a questão da passividade dessas mulheres chamava a minha atenção a todo momento. Ou será que podemos entendê-la como uma falta de horizonte e de perspectiva por uma vida diferente? O fato é que tanto nas relações de conjugalidade quanto nas vivências da maternidade, o que mais aparecia era uma total falta de empoderamento das escolhas e decisões que a vida foi impondo.

A gravidez acontecia, e o casamento ou o "morar junto" também. Na fala dessas mulheres parece que os acontecimentos da vida são exteriores a elas. Como já nos apontava Salem (1981), as condições miseráveis vivenciadas por todas elas e a pequena margem de controle que essas mulheres afirmam ter sobre sua existência, faz com que elas se sintam vivendo em um “cativeiro”, como objeto da vontade dos outros, impossibilitadas de agir livremente. Esse posicionamento caracteriza uma falta de condições de uma sobrevivência independente, agravado pelo estado de apatia e o sentimento de total falta de controle sobre seu destino. Sawaia (1996) afirma que a imagem mais adequada para caracterizar essas existências é a da prisão, cujas grades são as relações que compõem o cotidiano das pessoas que a representam. Com isso, elas não conseguem se responsabilizar nem assumir posturas e posicionamentos. Caracteriza-se assim, uma ideologia da abnegação e do despojamento da própria vida em prol dos outros, o que acaba gerando uma grande pobreza em suas vivências.

Nesse sentido, Carolina resume suas 8 gravidezes: *“Foi passando o tempo, foi passando, foi passando... Nisso, eu engravidava.”*

Essa passividade pode ser vista na fala de Elenira ao contar sobre a gravidez de dois dos seus filhos: *“Eu não queria engravidar não, pensei até em tirar. Engravidei com três meses que conhecia o João. Foi jogo rápido, mas eu me arrependo (...) O outro filho veio de um namorico. Eu não queria engravidar. Mas quando falei pra ele que tava grávida, aí ele falou pra deixar.”* Aparece também na justificativa para a vinda dos outros filhos. *“Eu tomava remédio e me deu muita dor de estômago, aí tive que parar o remédio, e engravidei. E toda vez era assim.”*

Denise Lucia admite que não tomava nenhuma precaução, mas achava que não ia engravidar, e hoje já está no quinto filho. *“Eu não tomava nada, mas achava que não ia ficar grávida. Veio sem querer. Aconteceu.”*

De acordo com Zamora (2008), essa mulher ocupa um estado de tristeza passiva, que a impede de caminhar, agir, sair da inércia, ou até mesmo se perceber como tal. Sua auto-imagem é construída e apoiada na fragilidade, na passividade e na impotência.

Parece que Elenira só se deu conta de suas escolhas após já estar com sete filhos. *“Sei lá... sete (filhos) é muita dor de cabeça. Mas agora é tarde. Se fosse pra engravidar agora, eu não teria nenhum. Porque a barra é pesada.”*

Denise Lucia também demonstra apatia em sua fala: *“Camisinha eu não uso porque machuca, nem eu nem ele gostamos. Eu tomava pílula, mas quando acabava eu ficava com preguiça de ir buscar no posto.”*

Teresa afirma que dos dez filhos que teve, somente o primeiro foi planejado. *“Só o primeiro que eu queria, os outros não. Mas quando ia ver, já tava grávida de novo.”*

Durante nossa conversa, a fala de Maria Regina retrata bem isso. Ao se referir sobre a época em que engravidou, afirma: *“Eu não tinha muito o que fazer, eu não fazia nada. Eu morava com meus pais. Não estudava nem trabalhava, não fazia nada.”*

Apesar de tanta necessidade, a família de Ana Paula e Paulão não recebe Bolsa Família, até para sair da inércia e tirar um documento, é necessário um investimento emocional que muitas vezes Ana Paula não consegue ter. *“Meu CPF tinham roubado e eu não sabia mais o que fazer, aí fiquei só adiando, adiando. E acabou que eu não fiz, fiz só aquele dia (em que nos encontramos no CRAS)⁶². Eu precisei de R\$5,50 pra mim tirar, porque eu não tinha mesmo.”*

Marilane afirma que só queria o primeiro filho, as outras sete gravidezes simplesmente “vieram”. *“Ah, porque já que veio, né? Eu ia fazer o que? Eu ia tirar?”*

Se Marilane, Maria Regina, Denise Lucia, Teresa e Elenira demonstram essa passividade relacionada à maternidade e ao grande número de filhos, na fala de Ana Paula aparece uma dificuldade até mesmo para realizar o cadastramento para receber benefício do Governo. Já Josiane e Carolina deixam aparecer como essa passividade interfere no relacionamento com seus parceiros.

Josiane relata que sempre apanhou do marido e nunca denunciou. *“Mas por eu gostar dele, eu aceitava aquilo.”*

4.3.3 Desigualdade de gênero / Violência doméstica / Uso abusivo de álcool e outras drogas: “Eu só tinha relação com ele porque era obrigada.”

⁶² Centro de Referência da Assistência Social.

Já vimos no texto, que assim como as mulheres estudadas por Salem (1981), nossas mulheres também sofrem uma dupla determinação de opressão e subordinação, de classe e gênero. Como já nos apontava Bourdieu (1999), o mundo é descrito a partir de uma perspectiva masculina, e ainda não existe a equivalência entre os gêneros. Muitas vezes, pela dificuldade encontrada em dominar o universo extradoméstico, a mulher da classe pobre fica dependendo financeiramente desse homem e se acomodando à vida doméstica. Elenira,

Marilane, Édila, Marcia, Ana Paula, Luciana e Josiane não trabalham fora, Denise Lucia foi mandada embora do trabalho ao engravidar; Teresa trabalha como diarista duas vezes por semana; Maria Regina trabalha num salão como manicure nos finais de semana e feriados; Carolina trabalha como empregada doméstica; Pâmela é trocadora de van; Janaína está em experiência num restaurante e Maria das Graças trabalha fazendo unha. Das seis mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, somente Janaína tem a promessa de se passar pelo período de experiência terá sua carteira de trabalho assinada. Todas as outras cinco, trabalham sem nenhuma forma de registro ou vínculo. Cada vez que o mercado de trabalho nega a inserção dessa mulher, leva-a de volta ao lar, reiterando a demarcação da fronteira entre masculino e feminino e reforçando o enclausuramento e o isolamento social da mulher favelada, como já nos indicava Salem (1981). Bruschini (2008) aponta que *“apesar de todos os avanços, as velhas questões de desigualdade salarial e preconceito continuam muito atuais (...) as mulheres ganham menos que os homens em todas as atividades e em todos os setores.”* (p.08).

Esse isolamento a que a mulher fica submetida, muitas vezes acaba sendo responsável pela manutenção de alguns casamentos, mesmo que para isso, o preço seja alto demais. *“Quando ele chega bêbado, dá vontade de eu largar tudo e sair fora. Mas eu olho pra trás e penso: e as crianças? Eles não pediram pra vir pro mundo, então tenho que ver o lado deles.”* Elenira coloca a responsabilidade na subsistência das crianças para manter uma relação tão custosa, mas logo também se diz agradecida pelo que João lhe proporciona. *“Tem horas que me dá vontade de colocar ele pra fora, mas aí eu penso no que ele me deu e me dá.”*

Souto e Braga (2009) afirmam que as mulheres justificam a permanência nessas relações violentas, por medo e aprisionamento. *“O medo aparece como um modo de intimidá-las, de oprimi-las, e controlá-las. Parece contribuir para silenciarem o problema da violência conjugal. A relação violenta é também mantida, invisibilizada e silenciada por esses sentimentos (...)”* (p. 672). Com o tempo, o medo e o aprisionamento, levam ao isolamento, limitando possibilidades de ajuda, e tornando a mulher cada vez mais dependente do agressor. *“O medo da violência também alimenta o da repressão da liberdade.”* (p. 672).

Marilane relata, sem nenhum questionamento, que o marido a tirou do trabalho para poderem morar juntos. Já estão casados há 17 anos, e Marilane nunca mais trabalhou fora. Quando pergunto se ela aceitou essa imposição numa boa, demonstra que esse assunto não é uma questão para ela. Num outro momento da nossa conversa, traz em seu relato, mais uma vez, como a desigualdade de gênero está presente em sua casa. *“Porque tudo sou eu, porque apesar de não trabalhar fora, trabalho o dobro. Reunião sou eu, escola sou eu, médico sou eu. Tudo seu. O pai só arca com a responsabilidade dentro de casa, o resto sou eu. (Risos).”*

Salem (1981) traz um ponto importante ao abordar a relação entre a vivência com o marido e a reprodução das relações vivenciadas até então. Elenira se surpreende ao perceber a semelhança entre sua vida e a de sua mãe. Ambas se casaram com um alcoólatra e sofrem constante violência doméstica. *“Eu nunca pensei que eu ia passar a mesma coisa que minha mãe passou com meus irmãos. A mesma coisa que eu passo com o João Pedro, minha mãe passava. Meu pai é alcoólatra, bate nela. (...) Eu pensava: será que as coisas que a minha passava eu também vou passar? Dito e feito.”* Tem ainda a necessidade de justificar sua escolha, amenizando as atitudes do marido. *“O meu pai bate na minha mãe pra todo mundo ver. O João não, só me bate dentro de casa.”* Elenira traz em sua história um fator agravante. Passou a vida testemunhando atos de violência entre seus pais, o que aumentaria sua tolerância à violência de parceiros ao longo da vida (Menezes et alli, 2003).

Salem (1981) enfatiza ainda que a relação homem/mulher nas classes mais pobres, mais parece tutelar/tutelado. Até mesmo o corpo dessa mulher passa a ser propriedade do marido, e as relações sexuais uma obrigação da vida de casada, como podemos observar nos relatos de Teresa, Elenira, Janaína, Carolina, Ana Paula e Josiane. Dessa forma, dificilmente costumam tomar decisões de romper um casamento. A união, muitas vezes insatisfatória, assegura de algum modo, sua subsistência.

Elenira traz uma experiência de como na prática se reflete essa desigualdade de gênero. *“Depois que eu tive o segundo menino, ele começou com piranhagem com uma, piranhagem com outra. Tem três mulheres lá que têm filhos com ele, da mesma idade que os meus meninos, ao mesmo tempo. As três estavam grávidas juntas.”*

Na hora que se refere à vida sexual, Elenira relata que é ótima, a não ser que o marido tenha feito uso de álcool, mas mesmo nessas circunstâncias ela prefere se submeter às investidas de João, assim evita maiores problemas. *“É ótima, ele só é bruto quando ele bebe. Ele quer fazer à força, aí eu aceito, né?! Faço a vontade dele, fico quieta. Pra evitar problema dentro de casa. Nesse dia não é muito bom não.”*

Mesmo com todo o comportamento submisso, Elenira ainda ouve o marido duvidar da paternidade de seus filhos. *“Ele fala que as crianças são filhos dos outros, não são*

filhos dele. (...) Passamos problemas difíceis dentro de casa, de faltar as coisas, mas eu nunca cheguei ao ponto de trair ele.”

De forma semelhante, Teresa relata sua história. *“Ele nunca aceitou evitar filho. E também não registrou nenhum deles. Vivia falando que as crianças não eram filhas dele. Que eu saía com outros.... Meus filhos foram registrados muito tarde por causa disso. Eu ficava esperando, tentando convencer e nada.... Acabei registrando todos só no meu nome.”*

A desigualdade de gênero também aparece na história de vida de Denise Lucia, principalmente quando o assunto é a obrigação com os filhos. *“Eu que tive que criar sozinha mesmo. Eu fiquei com a criança sozinha no mundo. Ele saiu fora.”* Tal experiência a deixou resabiada com os homens, como se namoro passasse a ser sinônimo de problema. *“Eu não tive namorado não, eu não queria me envolver com mais ninguém, pra me entristecer, eu ficar mais triste....”*

Ao refletir sobre as conseqüências de uma gravidez inesperada para um casal bem jovem, Maria Regina aponta: *“Eu que saí perdendo. Porque a responsabilidade acaba sendo mais da mãe. Ele é financeiramente, a gente é todo o nosso psicológico.”* Maria Regina mudou de cidade, mudou de marido, mas sua concepção sobre a desigualdade de gênero e o papel da maternidade / paternidade, continua a mesma. *“E como eu sabia que a responsabilidade das crianças era minha, eu não queria mais. A responsabilidade já era grande demais.”* Como culturalmente as mulheres tomaram para si esse lugar e muitas vezes desempenham esse papel sem questionamentos, observamos algumas distorções sobre o que é ser pai, e qual o lugar do homem nessa história. Maria Regina, ao longo da entrevista, elogiou algumas vezes a postura de Carlos. *“Porque ele sempre foi um pai muito presente. A gente pode não ter dado certo, mas como pai... Não tenho o que reclamar.”* No entanto, quando pergunto se Carlos dá pensão alimentícia para os filhos, ela fala sem titubear: *“Não, só quando ele quer. Eu cobro, mas é uma briga toda vez que eu preciso.”*

Luciana, ao me contar que havia sido traída pelo ex-marido, questiona: *“Qual o homem que não trai? Mas ele podia arrumar coisa melhor, pôxa, uma mulher com três filhos.”* Pergunto se ela realmente acredita que não é possível um homem que não traia. Luciana volta atrás, mas continua dando seu recado. *“Acho que o que ama verdadeiramente não trai não. Porque o que ele vai pegar na rua, ele já tem em casa. E limpinho, saudável. E vai pegar na rua, pode pegar uma doença..”*

Denise Lucia parece concordar com os argumentos de Luciana e com a desconfiança em relação aos homens. *“Traziam problema, né?! Assim como o primeiro fez, os outros também podiam fazer. Eu fiquei com medo de homem. Já pensou, eu engravidar de novo...”*

Um outro ponto que merece destaque na análise das entrevistas é a forte presença da violência doméstica nas classes mais baixas. Dentre as quatorze mulheres entrevistadas, nove (Elenira, Teresa, Maria Regina, Carolina, Janaína, Ana Paula, Maria das Graças, Josiane e Luciana) já foram vítimas de alguma forma de violência física e por consequência, psicológica, por parte dos parceiros. Podemos observar também, que muitas vezes, a violência é aceita como fenômeno cultural, e ainda, como salienta Menezes et alli (2003), como forma de ação disciplinar exercida sobre as esposas. O resultado disso é que ocorre uma sub-notificação desses casos de violência. Nem Elenira, Teresa, Janaína, Josiane e Luciana deram queixa sobre as frequentes agressões físicas que sofreram. Carolina e Ana Paula precisaram viver durante muitos anos vítimas da violência dos maridos, até conseguirem tomar tal atitude. No caso de Maria das Graças, como a briga foi em público e terminou com ela própria dando uma facada no marido, ambos foram levados para a delegacia. Somente Maria Regina conseguiu prestar queixa após a primeira agressão. Os autores acima citados concluíram que os fatores mais fortemente associados à violência doméstica são consumo de álcool pelo parceiro, ausência de trabalho remunerado do parceiro, baixa escolaridade e história familiar de violência da mulher. A baixa escolaridade *"pode determinar dificuldades na relação interpessoal entre homens e mulheres e interferir na resolução de problemas cotidianos, gerando violência."* (Menezes et alli, 2003, p. 314). Quando a baixa escolaridade está relacionada à dificuldade de qualificação profissional do parceiro, os autores apontam que a incapacidade de condições mínimas de sobrevivência motivadas por salários inapropriados ou por desemprego, estabelece tensão, frustração e agressão, e pela diferença da força física, a mulher sofre as maiores consequências. O álcool entraria então como um fator que contribui para a conduta violenta, já que acentua o desequilíbrio de controle e poder exercidos pelo parceiro, conforme podemos ver nos episódios contados por várias de nossas mulheres, como veremos a seguir.

Maria Regina nos conta: *"Essa foi a primeira vez que ele veio pra cima de mim, prendeu meu braço na porta, me segurou e me machucou. Pegou uma faca, saiu correndo. Foi uma loucura. Aí no outro dia eu fui até à delegacia."* Logo no primeiro episódio de violência física, Maria Regina conseguiu tomar providências, ao contrário de várias outras mulheres. *"No dia seguinte fui na DEAM⁶³ de Campo Grande, prestei queixa dele. E ele não acreditava nas minhas atitudes. Ele ficou muito surpreso quando o delegado ligou pra ele."* Apesar da iniciativa de procurar a DEAM, Maria Regina considera que só foi positivo, porque Carlos percebeu *"do que ela era capaz"*, mas na

⁶³ Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

prática, “o processo não deu em nada.” O que possibilitou sucessivas ameaças de Carlos: “Se você for pra delegacia, quando você voltar.....”

Durante todo o seu relato, o que se faz mais presente é a violência a que Carolina é submetida no dia a dia, sem trégua. “Aí ele não deixou mais eu sair pra canto nenhum. Ele tinha arma em casa. Ele começou a me bater, em mim e na minha irmã.” Carolina continuou sendo mantida isolada do mundo por Fabiano. “Não deixava eu falar com ninguém.” Apesar de todo o sofrimento que passava, ainda foi fortemente julgada pela própria família. “Ah, ela tá com ele, então ela é pior do que ele.” Com o afastamento da família, somente o pai ainda se manteve presente. “Só que ninguém sabe o que se passa dentro de uma casa”, aponta Carolina francamente chateada com o posicionamento que seus parentes preferiram tomar. E dá prosseguimento a sua história. “Teve uma época, em que eu acordava e via ele fazendo sexo com minha irmã. Teve uma vez que eu acordei e vi ele fazendo sexo oral com ela.”

Ainda hoje Carolina diz se lembrar das “maldições de Fabiano. Se você for embora, ninguém vai te querer. (...) O Juiz não vai te dar a guarda dos filhos.”, e isso a deixa insegura e com medo de enfrentar a nova vida. “Eu ando com um medo dentro de mim, que eu pra mim eu não consigo nada.”

Os episódios de traição também foram frequentes. “Durante esse tempo ele me traiu muito, ele me traiu com a ex-mulher dele, ele me traiu com a mulher do irmão dele. Teve uma época que a minha vida tava tão triste, que eu pedi a Deus pra ele morrer, pra eu poder viver. Eu só ficava trancada em casa, eu pesava 40/41 quilos, de tão triste que eu ficava. Eu encontrei ele em cima da cama junto com ela (a cunhada).” No meio do seu relato, faz uma constatação: “Eu só sei que ele me traiu a vida toda, ele me traiu a vida toda, toda, toda...”

Da traição com a irmã de Carolina, nasceu uma menina, que hoje está com 17 anos. “Foi criada junto comigo. Criei ela com todo amor.” Por ironia do destino, Carolina e sua irmã ficaram grávidas ao mesmo tempo, e tiveram filhos juntas, uma num dia, outra no outro, na mesma maternidade. “Saímos do hospital, ele com os dois filhos. As médicas não entendiam quem era marido de quem. Ele ia visitar ela e depois ia visitar meu filho.”

Fabiano registrou todos os filhos, inclusive o que teve com a cunhada.

Na história de seu primeiro casamento, Janaína também traz o sofrimento oriundo da violência. “João Pedro foi gerado de um abuso. Aí ele falou que se eu saísse de dentro de casa ele me mataria e mataria a Karina também.” Conta sobre o episódio do abuso: “Ele já chegou à força, porque ele já sabia que eu não queria mais nada com ele. Aí chegou meio chapado assim, aí me pegou à força. Aí... Já era.”

Ana Paula já vive com Paulão há 16 anos, e muitos foram os episódios de violência vividos pelo casal. “É muita responsabilidade que sobra na minha cabeça. O meu

marido é dependente de droga, ele fuma maconha, não tá mais usando cocaína.” Sabe dizer os reflexos que isso traz para sua vida. *“Minha mente tá muito doente. Eu preciso de ajuda, Gabriela. (Chorando).”* Percebe que o marido não tem forças para largar as drogas, mas ao mesmo tempo, Ana Paula não consegue vislumbrar a possibilidade de viver longe dele. *“E ele também não pode sair de casa, porque, como é que a gente vai sobreviver?”* Lembra alguns momentos dolorosos que passou ao lado de Paulão. *“Ele já me bateu muito. Quantas vezes, eu grávida, ele dava siri pra mim comer.”* Depois de muito sofrimento, Ana Paula finalmente conseguiu tomar a iniciativa de denunciar o marido. Isso trouxe transformações claras na relação do casal. *“Depois que eu dei parte dele na delegacia, ele mudou. Ele tem medo, entendeu?”* Ela mesma reflete sobre isso. *“Tem dois anos que ele não me bate. É a Lei Maria da Penha. (Risos). (...) O oficial de justiça foi lá em casa, falou com ele. (...) Não me bate mais não, ele ri e tudo: ‘Que mané Maria da Penha... Eu pego Maria da Penha, você e todo mundo.’ (Risos). Mas não encosta.”*

Maria das Graças também traz episódios de violência em seu relato. *“Ele (o marido) começou a me sacanear. (...) E aí saímos na porrada e tudo mais.”* Conta o desentendimento que culminou com a separação do casal. *“Eu tinha encontrado ele no bar bebendo com uma mulher. A mulher tava quase no colo dele, aí eu parti pra cima dos dois. Aí eu passei a mão num facão, ele tinha me dado um soco e eu meti o facão nele. Pegou na cabeça, ele tomou 17 pontos. Mas está vivo. E aí fomos parar na delegacia, todos os dois.”*

Josiane conta que seu segundo marido lhe batia muito e tentou abusar sexualmente da enteada, na época com 8 anos. *“Ela falou que tava dormindo, ele levantou o lençol, e na hora que ele ia abaixando a roupa dela, ela se assustou e acordou. Se ela falasse alguma coisa comigo ele ia me matar e ela não ia me ver mais. Aí ela veio me falar isso aqui. Quando os ‘meninos’⁶⁴ foram lá conversar com ela.”*

Durante a gravidez do terceiro filho, Josiane também foi espancada pelo marido. *“Tive ela com seis meses, porque ele me deu uma surra porque eu tava grávida. Ela ficou internada cinco meses na UTI, lá no (hospital) Leila Diniz. Ele me deu uma surra porque eu peguei ele com outra pessoa.”* Na gravidez do quarto filho, a história se repetiu. *“Ele me espancou na hora que soube da gravidez, porque a minha menstruação tava atrasada, e eu fiz o teste no Posto e a moça falou que era mioma. Quando eu fiz a ultrassom, deu que eu tava grávida de seis meses já.”* Ao falar sobre o relacionamento dos dois, afirma que a violência sempre esteve presente, até nas relações sexuais.

⁶⁴ Todas as vezes em que Josiane precisa fazer referência à milícia em seus relatos, chama-os metaforicamente de “meninos”.

“Quando ele queria alguma coisa comigo, ele amarrava meus braços e botava arma na minha cabeça.” Pergunto se as crianças presenciavam toda essa violência. *“As crianças viam. Tanto que quando o Cleberson ia pra creche lá em Rio das Pedras, ele chegava e contava pra diretora.”* Ao fazer uma retrospectiva de sua vida, Josiane conclui que está melhor desde que ele sumiu. *“Pelo menos agora eu durmo em paz, acordo em paz. Não acordo mais com arma embaixo do travesseiro, não apanho mais. Meus filhos também não precisam mais ficar me vendo apanhando, de manhã, de tarde e de noite.”* Quando pergunto novamente porque se submeteu a tanta opressão durante tanto tempo, Josiane relata: *“Por medo dele fazer alguma coisa com os meus filhos. Ele falava pra mim que seu eu contasse pra alguém, ele ia matar meus filhos.”*

Luciana também viveu com o primeiro marido algumas situações de violência. *“Olha, ele tentou (bater). Mas ele viu que se ele me batesse, ele ia apanhar dobrado. Eu não tenho medo de homem.”*

No relato de Teresa também podemos perceber várias facetas da violência e da desigualdade de gênero. *“Sofri muito com ele, que já era envolvido com drogas e eu não sabia, só fui saber quando ele foi preso. Durante todo o tempo que ficamos juntos, ele foi pra cadeia e saiu várias vezes. Mesmo quando não estava preso, não assumia nada comigo. Nunca foi meu marido. Sempre teve outras mulheres. (...) Alguns dos meus filhos foram feitos na prisão. Era horrível, ele me obrigava a transar quase na frente dos outros, botava só um pano pra dividir.”* Se Teresa era submetida à violência nos momentos em que o marido encontrava-se na prisão, tais atitudes se mantinham quando ele estava em casa, com um agravante, a presença dos filhos. *“Ele bebia muito e se drogava também, me batia, xingava, botava medo nas crianças. (...) Eu tinha que transar à força. Quando ele estava drogado era muito ruim, com violência, com força. E eu nem reagia, sempre fazia o que ele queria. Mas mesmo assim era com brutalidade.”*

Uma das facetas da desigualdade de gênero que ficou muito presente nos relatos das mulheres entrevistadas foi a traição por parte do marido. Elenira, Luciana, Carolina, Marcia, Josiane, Édila, Denise Lucia e Teresa passaram por esta situação. Algumas se submeteram a essa experiência durante anos, outras ainda se submetem, todas, sem exceção, falaram da dificuldade em colocar um ponto final na relação mesmo com todo o sofrimento oriundo da traição conjugal.

Aquino (2009), ao refletir a respeito da posição que a mulher ocupa no campo das relações, seja no trabalho, no lar, bem como seu papel na procriação e enquanto sujeito de vontades, a naturalidade que é dada à ordem social vela e oprime a mulher, colocando-a insistentemente no lugar da submissão. Além disso, não há novidade no discurso de que as mulheres que sofrem de violência das mais diversas maneiras são rotuladas e estigmatizadas. O entendimento discriminador é que estar nestas condições é uma

escolha pessoal, que se caso assim a mulher o desejasse poderia deixar de sofrer nas “mãos” do seu agressor. Certas expressões pejorativas como: “*apanha porque quer*” demonstra o “*machismo*” e a indiferença que se dá à violência doméstica. Nas palavras de Bourdieu:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (1999, pp. 7/8).

A dominação masculina é vista como um habitus aceito por todos os integrantes do campo social como algo natural, inclusive a mulher acaba reconhecendo essa superioridade, mas a entende como normal. Essa visão de normalidade que se organiza nas diferenças de gênero, masculino e feminino, instituindo o que cabe ao homem e aquilo que pertence à mulher, faz com que os dominados compactuem com essa sutil violência.

A história de Josiane trouxe à tona para nossa reflexão um tema bastante delicado, o abuso sexual infantil. Seu marido “tentou” abusar sexualmente da enteada, então com 8 anos. Casos como esse, muitas vezes permanecem velados no muro de silêncio que envolve toda a família, trazendo como consequência uma grande sub-notificação desse tipo de violência. Daí a necessidade de se apontar uma maior efetividade de políticas públicas, tanto no que diz respeito a campanhas para a população, quanto capacitações para profissionais que lidam cotidianamente com crianças, sejam nos dispositivos de Educação, da Saúde, Assistência Social ou Esporte e Lazer.

Observa-se que as condições sociais que reproduzem essas tendências fazem com que os dominados adotem o ponto de vista dos dominantes. Soares (1999) ressalta que a dominação só se perpetua através dessa cumplicidade e que as mulheres acabam sendo excluídas do sistema social. Mas também são reprodutores dessas exclusões sociais a própria família, a escola, a igreja, na divisão do trabalho, nas disposições ditas femininas e masculinas.

Além disso, culturalmente fomos instruídos a pensar que aquilo que acontece entre as quatro paredes do ambiente familiar não diz respeito à polícia, à justiça, aos vizinhos ou até mesmo a outros familiares. Muitas vezes acabamos naturalizando o ditado

“em briga de marido e mulher não se mete a colher”, sem nos dar conta que com essa postura estamos alimentando grandes barbáries que acontecem na vida privada.⁶⁵

A violência doméstica, que somente na última década passou a ser problematizada, começou a destacar-se entre os temas sociais de maior relevância, ampliando-se de tal maneira que já não se admite a prática de atitudes que até pouco tempo eram aceitas e toleradas pela sociedade.

O lar, o casal e a família deixam de funcionar como mônadas impenetráveis, como núcleos decisórios, auto-referidos e possuidores de direitos próprios, para se desmembrarem em novas unidades socialmente significativas (...) Mulheres, homens, crianças, idosos; pais, filhos, netos, avós, empregados, e no limite, até os animais da casa terão seus ‘direitos’ garantidos por uma lógica universalizante, que não se confunde com a lógica ou lógicas (muitas vezes obscuras e tirânicas) que regem os arranjos e dinâmicas familiares. Portanto, o mundo privado deixa de ser um assunto de interesse apenas dos integrantes da família, cabendo ao Estado interferir quando atos de violência são praticados. (Soares, 1999, p. 39).

O problema da violência, observado a partir das diferenças de gênero, já que a mulher é vítima majoritária de excessos praticados pelo sexo masculino, atravessa todas as dimensões da experiência feminina.

4.3.4 Vida de Migrante e a Rede Social com a Família: “Você precisa sustentar as crianças, aqui não tem emprego, por que não vai pro Rio de Janeiro?”

Salem (1981) salienta em seu estudo os saldos positivos advindos da migração, geralmente das regiões do Norte e Nordeste de nosso país para as regiões Sul e Sudeste. Dentre as quatorze mulheres entrevistadas, cinco são imigrantes das regiões Norte/ Nordeste do Brasil. Elenira veio do Ceará; Maria Regina de Recife; Maria das Graças é da Bahia; Josiane de João Pessoa e Marilane veio de Maceió. Todas elas buscavam oportunidades de progresso na Cidade Maravilhosa. Três delas relataram a separação dos filhos como uma necessidade que a vida lhes impôs. As pesquisas indicam que a mulher que migra encontra um contexto de mais sofrimento que o homem, principalmente pela ruptura da relação com os filhos que ficaram, como se ficasse uma ferida aberta da separação forçada. Silva (2002) relata que o migrante passa por uma busca incessante por fixação, já que sofre a alienação e deixa de reconhecer espaços

⁶⁵No momento da confecção desta pesquisa, foi noticiado pelos telejornais o episódio de um homem que matou com nove tiros a ex-mulher, no salão de cabeleireiro onde trabalhava. A vítima já havia registrado seis queixas na delegacia.

públicos como seus, evidenciando uma crise na própria concepção de cidade, pois *“rompe com os laços de tempo e de espaço com sua terra de origem, e não possui laços em sua terra de destino, desta forma não se encontra em lugar nenhum.”* (s/p.). Assim, o rompimento dos laços familiares, e a imposição de uma vida nômade, empobrecem sua vida social. *“O migrante sofre constantemente uma relação de opressão (...) Tem-se uma expropriação de sua vida pessoal, é arrancado de suas reações sociais, de seu meio social, de suas cumplicidades, de seu território.”* (s/p.).

Para vir para o Rio de Janeiro, Maria Regina precisou deixar seus dois filhos mais velhos, com os avós maternos, em Recife. “Um ano depois eu mandei buscar, porque minha filha chorava muito. E eu aqui também. Aí eu não agüentei, era um desespero todo dia.” Da mesma forma, Elenira também precisou deixar seu filho mais velho no Ceará com a avó, mas o desfecho da história foi diferente. Durante nossa conversa, Elenira demonstra muita tristeza ao lembrar que o filho não lhe chama de mãe e *“joga na sua cara que mãe é quem cria, e que sua mãe é a avó.”* Apesar dos vários convites de Elenira, o filho mais velho, hoje com 14 anos, sempre se recusou a vir para o Rio de Janeiro.

Édila foi morar em Minas Gerais com a família do marido, e com a separação do casal, voltou para o Rio, mas sem os filhos, que a essa altura já eram dois. *“Aí eu vim embora e deixei eles lá. Ficaram com a avó, com a mãe dele. É uma fase triste, né? E eu aprendi que tudo o que é muito triste a gente tem que deixar pra trás e renovar a vida.”*

Elenira, apesar de histórias de precárias condições de existência devido à carência material a níveis insuportáveis durante sua vida no Norte, demonstra o desejo de voltar “pra terrinha”. A violência da cidade grande é um dos pontos que motivam sua volta, além da saudade da família de origem. “Esses dias mesmo eu chorei de saudade da minha mãe. Faz dois domingos que eu ligo pra lá e não consigo falar.” Mesmo quando mais de um membro da família migra para a mesma cidade grande, as atribulações da vida cotidiana esgarçam os laços familiares. “Eu tenho cinco irmãos que moram no Rio das Pedras, mas tem mais de ano que não vejo. Quando rola tiroteio lá e a chapa esquenta, aí eles correm aqui pra casa.” Se por causa da violência, em alguns momentos os irmãos se juntam, essa violência também tem assustado muito Elenira. *“Tem horas que eu penso até em ir embora, é muito violento. Tiraram dois meninos de casa e mataram, eles tavam roubando. Aí eu fico meio chateada, eu tenho medo, tenho filhos. Tenho vontade de voltar pro Norte, mas o João fala que não vai voltar. Já tem 12 anos que eu tô longe de pai e mãe. Meus filhos nem conhecem o Ceará, só quando passa na televisão. Aí eles falam: mãe, a tua terrinha... Se eu chegar de novo no Ceará eu fico lá, não venho mais pra cá não.”*

A vinda de Maria Regina para o Rio de Janeiro foi motivada pela sua mãe. Como havia voltado para a casa dos pais com duas crianças pequenas, após ficar viúva, já que seu marido levou um tiro durante uma briga num baile de carnaval, Maria Regina ouviu os conselhos da mãe. Aproveitou que seu pai era muito apegado a sua filha, deixou as crianças lá e veio para o Rio de Janeiro. *“Meu sonho era sair da minha cidade e conhecer outros lugares. Aí eu aproveitei.”* No entanto, a chegada à Cidade Maravilhosa, não foi tão fácil. *“Foi um desespero quando cheguei.”*

Maria das Graças veio para o Rio de Janeiro assim que se separou, estava com 18 anos e um filho de nove meses. Explica sua escolha pela Cidade Maravilhosa. *“Eu tinha a ilusão do Rio de Janeiro porque meu tio morava aqui. (...) Que aqui eu ia poder viver com meu filho, que ninguém ia me perturbar, que o pai do Pedro não ia me encontrar. Porque ele dizia que ia me matar.”* Relata como foi o trajeto da Bahia até aqui. *“Eu vim de carona. Uma certa parte eu paguei a passagem, até a rodoviária de Salvador. Aí da rodoviária de Salvador eu fui pegando ônibus até uma outra parte, aí depois não tinha mais dinheiro, aí comecei a pedir carona. (...) Até que o rapaz de uma van me deixou aqui na rodoviária. (...) Aí eu fiquei na rodoviária, não sabia pra onde ir, não sabia o endereço do meu tio nem nada. Aí eu fui procurar o Conselho Tutelar.”*

Numa cidade grande como o Rio de Janeiro, Maria das Graças reencontrou seu tio por um acaso. *“Eu fui morar em Ramos e um dia eu fui com a minha amiga no Shopping Nova América, e por incrível que pareça, meu tio era maitre de um restaurante lá. (...) Eu não podia reconhecer meu tio porque quando ele saiu de lá ele tinha 16 anos. Nessa época já estava com 30 e poucos anos. (...) Eu tinha ligado pra minha mãe, tava falando com ela no telefone. Aí eu chamava: ‘Mainha’. Aí com esse negócio de ‘mainha, mainha’; aí ele me perguntou: ‘Você é de onde? Da Bahia? Que lugar da Bahia?’ Aí eu falei e ele disse que tinha parentes lá: ‘O falecido S. Merentino.’ Aí que falei: ‘S. Merentino é meu avô.’ Aí foi assim que começou. E daí a gente começou a ter contato.”*

Josiane estava com 19 anos quando resolveu vir de João Pessoa para o Rio de Janeiro. *“Eu achava que aqui a vida ia ser melhor. Que todo mundo que vinha pra cá se dava muito bem. Aí eu acabei vindo. Mas quando eu cheguei aqui não foi o que eu esperava.”*

Todas as mulheres entrevistadas que migraram de sua terra natal para o Rio de Janeiro, demonstram ter vivenciado algumas dificuldades, que entraram em choque com as expectativas trazidas na bagagem. No entanto, com exceção de Elenira, nenhuma outra faz menção de voltar para o Norte/Nordeste.

Como visto anteriormente, a favela hoje ainda é grande receptáculo de imigrantes, ainda é lugar de acolhimento, ou seja, a favela ainda representa o lugar da esperança do

nordestino, da busca por solução. Hoje, Pedra de Guaratiba é composta por famílias que vieram principalmente do Norte e Nordeste do nosso país, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

4.3.5 Vulnerabilidade Social / Baixa Escolaridade / Precariedade da Vida Profissional / Diminuição da Sociabilidade: “Os vizinhos que me acolheram. Eu grávida, ia comer na casa deles.”

Nos relatos das mulheres entrevistadas por Salem (1981), é evidente o discurso de que não tiveram infância, ou tiveram uma infância marcada por fome e espancamentos, grande miséria e trabalho pesado, somado ao pouco ou nenhum acesso ao estudo. Vale notar que todas deixam claro que só puderam obter essa perspectiva ao virem para o Rio de Janeiro, como se nas regiões mais pobres do nosso país, não fosse valorizado o estudo para o público feminino, e como se a falta desse não tivesse grandes interferências na vida prática. Podemos observar o mesmo entre as nossas mulheres, mesmo quase trinta anos depois, a realidade que encontramos foi a grande precariedade nos estudos. Elenira, Édila, Josiane e Marilane só estudaram até a 2ª série do ensino fundamental; Maria Regina estudou até a 3ª série; Denise Lúcia e Regina estudaram até a 4ª série; Luciana estudou até a 7ª série; Carolina, Janaína, Ana Paula, Maria das Graças estudaram até a 8ª série do ensino fundamental. Pamela também está no último ano do ensino fundamental, mas ainda mantém seus estudos. E a única que conseguiu alcançar o ensino médio foi Márcia, e assim mesmo parou no 1º ano. “(...) a falta de expectativas em relação ao futuro e a desilusão em relação à escola como acesso a uma vida melhor afastam essas meninas da vida escolar.”, analisam Uziel e Santana (2008, p. 32). Podemos delimitar a relação entre baixa escolaridade e reprodução da pobreza e da vulnerabilidade social em que se encontram.

Catharino e Giffin (2002) também analisam a ocorrência da gravidez como uma alternativa a um processo de escolarização que não atende às reais necessidades dos jovens. *“Os adolescentes das classes populares irão questionar sobre a utilidade do saber escolar, face à realidade por eles vivida. Haverá, então, uma desfetichização do saber escolar, decorrente da constatação de sua inocuidade como critério de empregabilidade, o que acaba por gerar a recusa à escola.”* (s/p.).

Nesse sentido, Barroso e Vilhena (2005) ressaltam que a proliferação de trabalhos precarizados são prioritariamente destinados às mulheres, o que configura numa divisão sexual do trabalho. *“Grande parte do contingente feminino inserido na produção distingue-se por tarefas repetitivas e de execução, ausência de conteúdo*

intelectual, baixa escolaridade, baixa qualificação (...)” (p. 21) As autoras apontam também que a exploração, a desqualificação e a negação do trabalho feminino são formas de violência presentes na relação entre mulher e trabalho.

Podemos observar nas falas de Elenira e Denise Lucia a vulnerabilidade social ilustrada pelas condições de moradia. “Tem um quarto, sala, cozinha e a varanda. A gente dorme na sala e as crianças no quarto.”, relata Elenira. Denise Lucia também fala como é a sua casa. *“Deus vai me ajudar e eu vou fazer outro cômodo. Eu moro num quarto, uma cozinha e o banheiro, só.”* E faz um comentário de como essas condições de moradia refletem nas atividades cotidianas, como a vida sexual do casal. *“Minha vida sexual é boa. Eu gosto, mas só que não tenho muita liberdade, né?! Porque só tem um cômodo na minha casa, aí tem que esperar todo mundo dormir. E fazer com muito cuidado pra ninguém escutar.”*

Uma das facetas mais fortes da reprodução da vulnerabilidade é a gravidez na adolescência. E a repetição desse modelo ao longo das gerações. Todas as mulheres entrevistadas tiveram sua primeira gravidez ainda na adolescência. E as histórias acabam se repetindo, Maria Regina e Carolina já são avós. No entanto, sobre essa questão, vale ressaltar a reflexão feita por Uziel e Santana (2008) de que a interrupção dos estudos não pode ser justificada apenas pela gravidez na adolescência. *“(...) em boa parte das vezes a evasão é anterior à gravidez, a escola perde o sentido rapidamente para essas jovens que buscam, inclusive, através da maternidade, o ingresso no mundo adulto (...)*” (p. 32).

Conversando com Pamela, esse assunto também vem à tona. Sua primeira gravidez foi aos 16 anos, mas a adolescente mantém a vida escolar, caracterizando-se como uma exceção. Questiono se ela pretende seguir a carreira de sua mãe, que aos 50 anos tem 13 filhos, ou de sua irmã mais velha, que com 22 anos, já é mãe de 4 crianças. Pamela diz que não, *“uma boca já é muito caro de sustentar”*, e lembra que ela não engravidou cedo (para os padrões familiares), já que tanto sua mãe quanto sua irmã tiveram o primeiro filho aos 13 anos.

Ana Paula teve uma infância e uma adolescência de muito sofrimento. *“Passava dias na favela, me drogava. (...) Deus teve muita misericórdia de mim.”*

Toda essa experiência certamente refletiu e ainda reflete nas escolhas que faz pela vida. *“Meu pai me abandonou. Com 15 anos, quando eu tava grávida de Tainá. Os vizinhos que me davam as coisas.”* De acordo com suas lembranças, o pai saiu de casa e a única coisa que soube lhe dizer foi: *“Agora, tu se vira. Vai trabalhar.”* E continua me contando sua história: *“Eu fui criada na rua, Gabriela. Eu trabalhava na casa dos outros, dormia na casa dos outros. E quando ia pra baile, ficava dois, três dias na favela.”*

A ajuda de outras pessoas também é fundamental para Teresa. *“Os outros também ajudam muito, dão roupa usada, comida. Agora estou trabalhando duas vezes por semana de diarista lá no Rio das Pedras, já é um dinheirinho. Não recebo Bolsa Família, porque pegou fogo lá em casa e queimou todos os meus documentos. As meninas mais velhas me ajudam a tomar conta dos mais novos quando vou trabalhar.”*

Ana Paula faz uma relação direta das vivências confusas que teve com sua postura como mãe na relação com os filhos. *“Eu acho que isso mexeu muito com o sistema nervoso meu. Deve ter afetado, Gabriela. Eu preciso muito ter uma estabilidade assim, firme, pra mim poder cuidar dos meus filhos. Meus filhos pedem pão de manhã cedo e aquilo já me irrita. Eu acho que eu sou uma mãe péssima. E eles falam que me amam.”* Além disso, a vulnerabilidade social que enfrenta também traz conseqüências para a relação com as crianças. *“Quando eu tenho as coisas pra dar pra eles, eles ficam feliz. Quando eu trabalho, então... Quando eu arrumo qualquer biscate, tem que ver a alegria deles: ‘Mãe, vamos comer isso, vamos...’”*

Paulão está sem trabalhar há seis meses. Ana Paula está se virando como pode.

“Eu vou ali, limpo o banheiro da mulher, a mulher me dá R\$20,00, eu vou lá e compro alguma coisa. É assim que eu tô vivendo, Gabriela. Já pensei até em botar essas crianças no orfanato e só pegar no final de semana, pra mim poder trabalhar.” Dentro de toda essa precariedade, ainda tem que lidar com as cobranças dos filhos. *“Eles pedem as coisas e eu não tenho. Eles se conforma..”*

Em um dos momentos mais tensos da entrevista, Ana Paula faz um desabafo. *“Aí tem que sofrer, marido viciado, filho tudo levado, porque eles tão numa fase muito terrível.”* E divide comigo sua angústia. *“Eu não tenho ninguém. Como é que eu vou sair pra trabalhar, Gabriela?”*

Como nos tempos de infância, Ana Paula ainda precisa contar com a ajuda dos vizinhos para manter seus filhos. *“Minhas vizinhas de vez em quando me dá. Mas tem gente que já tá cansando, né? A situação tá braba. Aí o Cesinha fica: ‘Viginha...ô viginha, manda alguma coisa pra cá. Não tem um negócio bom aí pra me dar, não?’ (Risos). É triste, Gabriela, muito triste. Eu preciso muito de um serviço.”* Os reflexos dessa instabilidade financeira aparecem na própria saúde das crianças, que tantas vezes passam mal na escola por falta de comida, para desespero de Ana Paula. *“Eu faço assim, biscate. Deixo eles lá em casa rapidinho e vou.”* Afirma que as crianças torcem para ela conseguir alguma coisa para fazer. *“Porque eles sabem. Olha, R\$20,00, o homem passa lá em casa, do sacolão, compro legumes. Não tem carne, mas vai legume com arroz e feijão, entendeu? Pelo menos eles não passam mal no colégio.”* Ana Paula diz se sentir *“humilhada”* quando acontece isso na escola. *“Porque agora quando eles chegam no colégio, os professores: ‘Ah, tomou café hoje, crianças?’”*

Como se já não bastassem todas as sérias privações a que a família de Ana Paula está sujeita, ainda tem as exigências de consumo impostas pela sociedade. *“Minha filha já tá com 12 anos e as primas dela, todo mundo já freqüentou um shopping pra escolher uma roupa, e eu não tenho pra dar pra ela. Ela fica assim, tipo humilhada no canto, aquilo me dói. Como também eu me senti assim já.”* Não é só a roupa nova que nos é imposta, o corpo da mulher também tem que seguir um padrão bem definido. E isso é mais um motivo de sofrimento para Ana Paula. *“E eu não sei porque eu sou gorda. Isso também me acaba comigo. O meu corpo ficou todo transformado. Minhas pernas, eu não consigo arrumar um tratamento pras minhas varizes. Isso tudo me acaba, isso tudo me bota pra baixo mesmo. (...) Mas eu não sou feliz não, Gabriela. Só falta uma coisa na minha vida: paz, sabe?”*

Apesar de ter retomado sua vida, Carolina aponta as dificuldades que vem enfrentando, consequência da liberdade adquirida tardiamente e da falta de investimento nos estudos durante toda a vida em que foi mantida sob os olhares de Fabiano. *“Hoje eu não me vejo em condições nem de ficar doente. Eu tenho o meu serviço. E o que mais eu tenho? Tenho a responsabilidade deles toda na minha mão.”*

Pamela estuda de manhã, freqüenta a ONG à tarde e trabalha como trocadora de van à noite. *“Dou todo o dinheiro pra minha mãe, pra ajudar ela e porque ela cuida da minha filha.”* Afirma que por causa desse ritmo frenético, quase não tem tempo para ver o namorado e para levar Ana Clara para ver o pai.

Depois da separação, assim que chegou ao Rio de Janeiro, com um filho de nove meses nos braços, Maria das Graças conta que ficou totalmente perdida. *“Aí eu procurei o Conselho Tutelar. Tinha uma moça lá que era dona de um abrigo de criança. (...) Fiquei lá três meses, ajudando a limpar as coisas, a olhar as outras crianças.”* Com o tempo, arrumou um novo trabalho, e teve que ficar longe do filho. *“O Pedro ficou no abrigo. Eu comecei a trabalhar no Catete, passava a semana lá, vinha na sexta-feira à noite.”*

Alguns anos mais tarde, já ambientada na cidade grande, grávida de sua quarta filha, casada pela terceira vez, tem que enfrentar a doença do marido. *“O meu esposo tem um problema de câncer. Ele tem câncer na costela. (...) Aí nessa época ele tinha dado uma recaída do câncer. Aí foi a gravidez conturbada com a recaída dele. Foi muita doença, né?”* Jobelito faz tratamento no INCA. Atualmente Maria das Graças trabalha como manicure e Jobelito está aposentado por causa do câncer.

Marcia não está trabalhando fora, a família vive com o dinheiro de seu marido, que tem 34 anos e é pescador. Mas ela tem uma justificativa para estar fora do mercado de trabalho. *“Tô tentando, mas preciso colocar o Jean na escola, porque pagar pra tomar conta de dois não vai dar, né?”* Na sua fala, aponta um problema crônico da região em

que mora, não há vagas suficientes nas escolas para atender à demanda local, e a situação é ainda mais gritante quando se trata da educação infantil.

Para poder trabalhar fora, Édila teve que abrir mão da convivência dos filhos mais novos. Joana ficou com a avó paterna, e construiu um vínculo tão forte, que hoje não quer mais voltar para casa da mãe. *“Ela não fica comigo. Ela fica com a avó, porque... Antes deu engravidar... eu dormia no emprego.”* Ao final da entrevista, faz o seguinte comentário: *“Sou feliz... porque... tô viva, né? Graças a Deus. Tenho o que comer, tenho onde morar. Eu olho pra trás e vejo situações piores, aí me sinto feliz.”*

Marilane não trabalha fora e seu marido é pescador. Denise Lucia também está sem trabalhar, porque quando ficou grávida perdeu o emprego que tinha, *“de capina”* na Fazenda Modelo. Seu marido trabalha fora e sustenta a família. *“O Paulo trabalha de biscate, cortando árvore.”*

Josiane teve uma infância muito difícil. *“Quando meu pai faleceu, minha mãe, como tinha muito filho, aí não teve como sustentar tudo. Aí ela saiu dando.”* Nessa época, Josiane ainda era uma menina, tinha apenas 6 anos. *“Minha mãe pensava que ela ia me levar pra me criar, me dá educação boa, né?”* A realidade foi outra, muito mais dura. *“Eu fui pra lá pra trabalhar pra ela. (...) Ela me batia, de cabo de vassoura, com panela de pressão. Me queimava de ferro.”* Josiane fugiu de casa e foi morar na rua, onde permaneceu dos 10 aos 13 anos. *“Aí conheci um pessoal lá em João Pessoa, que me chamou pra trabalhar e eu fui. Eles me davam roupa, calçado, e me registraram para eu poder estudar. Aí que fiquei na casa deles até meus 17 anos.”* Josiane relata que apesar de todas as dificuldades que enfrenta, permanece ao lado dos filhos, fazendo um contraponto com sua própria história de vida. *“Porque eu tô passando por muita dificuldade na minha vida, eu tô vivendo assim porque os vizinhos estão me ajudando. Mas eu nunca abri mão dos meus filhos.”*

Luciana, ao falar dos seus sonhos, diz que o que mais quer é conseguir um emprego e continuar seus estudos. *“Porque eu tava trabalhando, mas parei. (...) Eu quero fazer normal. E depois eu vou fazer pedagogia. E depois quero ir pra um lado mais profundo. (...) Ou advogada ou psicóloga.”* Quando já estávamos chegando quase ao final da entrevista, Luciana resolve me contar algo que está lhe preocupando demais. A avó paterna de Ian quer a guarda da criança e está ameaçando entrar na justiça. Luciana me conta isso, chorando muito. *“Então aí ela acha que vai entrar na Justiça porque eu moro num quadrado. (...) Mas eu trabalhei, eu comprei televisão, DVD. Tem geladeira, coisa que eu não tinha. Tem um fogão bom. Não tenho guarda-roupa porque o meu quebrou. Mas quando eu começar a trabalhar eu vou comprar. Vou terminar de emboçar, porque eu já embocei a metade.”*

Denise Lucia, ao contar sobre como foi morar junto com o atual marido, também deixa transparecer a vulnerabilidade de sua condição social. *"Aí juntei tudo o que era meu na carroça e levei pra morar com ele."*

A maioria das mulheres entrevistadas relatou que em algum momento da vida trabalhou ou ainda trabalha como diarista, faxineira ou empregada doméstica, como Maria das Graças, Édila, Ana Paula, Teresa, Carolina. Tais dados vêm confirmar uma estatística trazida por Bruschini (2008): *"(...) o emprego doméstico, em 2005, tinha 6 milhões de mulheres trabalhando e totalizava 17% da força de trabalho feminina."* (p.08).

Outro ponto que merece destaque é a grande incidência de maridos pescadores em nossa pesquisa, além do marido de Denise Lucia, que trabalha cortando árvore. Tais ocupações nos possibilitam contextualizar regionalmente as mulheres pesquisadas, à medida que, como já foi apontado anteriormente, Pedra de Guaratiba até bem pouco tempo atrás se caracterizava por uma vida ainda rural, e que somente com a ocupação desordenada de suas terras, deu início à sua urbanização.

De acordo com Vilhena et alli (2010), a situação de vulnerabilidade psíquica e social pode provocar nos mais jovens a perda de referentes simbólicos de sua história e cultura ocasionando sintomas, como drogadição e desagregação familiar. Além disso, *"tal vulnerabilidade os torna excluídos do contexto cultural mais amplo, delinendo-se um sintoma social decorrente da invisibilidade política dessa população."* (p. 154).

4.3.6 Pobreza e suas Relações com a Violência da(na) Cidade: "Aí sumiram com ele, até hoje não sei o que fizeram."

Denise Lucia, durante a conversa, quando fala sobre a vida em Pedra de Guaratiba, faz uma comparação, mesmo sem ser muito direta entre a época em que a favela onde mora era dominada pelo tráfico de drogas e atualmente, que é comandada pela milícia. *"Tinha muita violência, agora não tem mais. A gente já passou um bom pedaço aqui com a violência. Vir pra escola buscar criança e ter que passar pelo meio do tiroteio."*

Elenira não concorda com Denise Lucia, ao falar sobre a falsa segurança trazida pela entrada da milícia. *"Tem horas que eu penso até em ir embora, é muito violento. Tiraram dois meninos de casa e mataram, eles tavam roubando. Aí eu fico meio chateada, eu tenho medo, tenho filhos."* Teresa foi vítima da violência praticada por esse grupo. Uma semana após a sua entrevista, me procura novamente na escola, bastante abalada pelo assassinato do filho mais velho pela milícia.

Na história de Maria das Graças, com a morte de seu segundo marido, aparece uma das facetas da violência na cidade grande e da vulnerabilidade da pobreza. *“Tava tendo tiroteio lá na Grotta, na época que mataram o Tim Lopes, e acabou que um tiro atingiu a Kombi dele, ele tava dirigindo e bateu com a Kombi. (...) Foi na época que mataram o Tim Lopes e todo dia tava indo polícia lá no Complexo do Alemão.”* Nessa época, Maria das Graças estava grávida de três meses de Caio. *“Eu fiquei muito mal, muito mal, porque bateu um desespero, né? Eu grávida, com o Pedro pequeno (com 2 anos). (...) Aí eu recebi um seguro do acidente dele, foi quando eu comprei meu terreno aqui no Jardim Maravilha.”*

Josiane conta que estava separada do primeiro marido, quando foi aniversário de um ano de sua filha. Sem querer entrar em detalhes, resume. *“Aí ele foi lá no Vidigal, teve um problema lá e mataram ele.”* O segundo marido também foi assassinado. Dessa vez pela milícia. Não chegou nem a registrar a filha caçula do casal. Josiane estava grávida de três meses quando tudo aconteceu. Ela conta que “os meninos” foram em sua casa saber o que estava acontecendo, quando chegaram lá, encontraram Josiane e Cleberon “todo marcados”, pois tinham apanhado do marido/pai. *“Os vizinhos foram falar pros ‘meninos’ lá, que ele tava me batendo e me ameaçando de morte, aí pegaram ele aqui. (...) Eu só escutei os gritos dele apanhando muito, pedindo pra não bater nele. Sumiram com ele. E eu nem procurei saber.”*

Logo que começamos a entrevista, Luciana demonstra estar doida para me contar o que aconteceu com o pai de sua filha mais velha, Letícia. Há um mês ele foi assassinado pela milícia local. *“Sabe aquelas pessoas que quando bebem falam demais? (...) Ele foi falar que o pessoal do Aço ia invadir lá. (...) Pegaram ele e mais dois.”*

Burgos (2008), a partir da pesquisa que fez na favela Rio das Pedras, define a atuação da milícia como uma forma de organização local, que articula a vida associativa a um aparato coercitivo, em um arranjo que, ao mesmo tempo em que protege os moradores da favela da agonia da submissão ao poderio do tráfico, impõe um regime potencialmente totalitário na gestão do território.

Da mesma forma que o tráfico de drogas, a milícia surge e se expande como expressão da profunda segregação urbana a que são submetidas as favelas da cidade.

Burgos ressalta que a problemática surgida com a milícia vai muito além da discussão sobre segurança pública e corrupção policial, já que o foco dos olhares deveria estar na ainda frágil democratização do acesso à cidade, como podemos perceber claramente em Pedra de Guaratiba.

O tipo de relação que a cidade construiu com a favela e tem reproduzido sistematicamente, justifica a forma social adquirida pela milícia, uma vez que o que está

em jogo é a *“incapacidade da sociedade civil e do Estado da metrópole do Rio de Janeiro para elaborar uma política de segurança que inclua a população de suas favelas no mundo dos direitos.”* (Burgos, 2008, s/p.).

Muitos moradores aprovam a ação da milícia, já que a segurança e a integridade física são definidas como o bem supremo, em nome do qual se aliena todos os demais direitos, como podemos observar na declaração de Denise Lucia relacionando a entrada desse grupo ao fim da violência. No entanto, com a fala das outras mulheres, torna-se claro que a milícia vem internalizando o monopólio sobre a violência no território, bem retratado nas histórias de Teresa, Josiane, Luciana e Elenira. Como analisa Burgos (2008), toda essa atuação não seria possível sem a omissão calculada e intencional do Estado e de uma cidade que relegava seus moradores pobres a um mundo sem regulação estatal e sem ordem pública, delegando-lhe poderes extraordinários que somente se pode compreender quando se considera o padrão de relacionamento assimétrico que a cidade estabelece com a favela. *“Nesse sentido, mais do que proteger a população do tráfico, a milícia protege a cidade da favela. Atua como grupo pára-estatal para realizar uma ação que o Estado não pode exercer abertamente, a não ser onde existe o tráfico para justificar sua ação ostensiva através da polícia.”* (s/p.).

Vilhena (2009) salienta que um dos aspectos mais lamentáveis da urbanização brasileira foi sua incapacidade para incorporar a pobreza, *“gerando imensas conseqüências na vida cidadina bem como na produção subjetiva de seus habitantes, marcada por esta profunda apartação social.”* (p. 104). A autora dá prosseguimento a sua análise, apontando que um grande contingente de nossa população, os invisíveis sociais, os quais nos recusamos a escutar e inferimos não ter nada a nos dizer, enfrentam, diariamente, e sem possibilidade de defesa, experiências que destroçam qualquer forma de esperança. *“Onde o homem comum não mais se reconhece ou não vê reconhecida a sua cidadania, não se cria um território para a existência humana.”* (p.105).

4.3.7 Precariedade na Relação com a Mãe: “Eu me sinto abandonada”

Muito interessante notar a ambigüidade desse fenômeno, pois se as mulheres buscam na maternidade uma relação comprometida e indissociável, e na gravidez um passaporte para a vida adulta e um pertencimento social, não foi dessa forma que elas relataram a relação com suas próprias mães. Algumas afirmam que escolheram a gestação para fazer tudo diferente, como é caso Pamela. Outras, se deparam com a

dificuldade em exercer a maternidade, já que sabem pouco ou quase nada sobre o papel que têm que desempenhar, como Ana Paula. Para quem não teve um exemplo do que é ser mãe, como exercer essa função quando chega a sua hora?

Nos chamou atenção ao longo do trabalho de campo, a repetição de histórias em que a figura da mãe era inexistente, ou por já ser falecida, ou por não ter contato, ou havia um desgaste nessa relação. O que ficava claro na vida de muitas das mulheres entrevistadas era uma precariedade do vínculo materno.

Carolina é firme ao dizer que levou sua irmã caçula, na época com 11 anos, para morar com ela e o marido, porque queria evitar que a irmã fosse tão maltratada pela madrasta como ela foi. Quando sua mãe faleceu, Carolina estava com apenas 7 anos. Durante nossa conversa, ela fala sobre esse sentimento de desamparo. *“Quando meu pai morreu, eu fiquei sozinha no mundo mesmo. Porque meus avós que cuidavam de mim, morreram. Eu não tinha já mãe. Minha família não olhava pra mim.”* Dessa forma, preferiu manter um bom relacionamento com a irmã, apesar do que vinha acontecendo. *“Por eu não ter tido mais a minha mãe, por eu me culpar também de ter trazido ela pra minha casa e ele ter feito isso tudo com ela, entendeu?”*

Pamela e seus doze irmãos foram vítimas de violência doméstica, por parte de sua mãe durante toda a vida. Os mais velhos fugiram de casa, e todos já tiveram passagens por abrigos, retirados da convivência materna pelo Conselho Tutelar. Quando pergunto a Pamela se vai querer ser uma mãe igual a sua, fica um pouco brava. *“Não! (Gritando, enfática).”* Pergunto então o que pretende fazer diferente. *“Não ter muitos filhos, pra dar uma condição melhor. Amar ela, não bater. Não bater.”* Continuamos nesse assunto, e quero saber se depois que ela foi mãe, passou a entender melhor Deosdete. E Pamela é firme em sua resposta. *“Aí é que eu não entendo. Minha mãe não podia ser assim, não tia.”* Pergunto como é Deosdete. *“Agressivamente.”* E complementa. *“Mas não é só fisicamente. É verbalmente. O jeito de se expressar, o jeito de falar, o jeito de reagir.”* Afirma que agredir verbalmente também machuca, e que hoje sua mãe só não deixaria tirar Ana Clara (a neta) de casa. Que para a própria Pamela, *“ela não está nem ligando.”* *“Ela manda eu ir embora. Mas eu só vou sair dali com a Ana Clara. (...) Ela fala, tia, quando eu chego tarde do serviço, que é pra mim juntar meus panos de bunda e dormir na Kombi.”* Numa clara competição com sua mãe, conta que se não possui autonomia de mãe com a própria filha, na relação com seus irmãos é diferente. *“Eu tomo conta das minhas irmãs, geral me obedecem. Me obedecem de um jeito, que não obedecem meu padrasto.”* Quero saber se elas também obedecem Deosdete, e a resposta está na ponta da língua. *“Ou obedecem ou apanha.”*

Pamela relaciona sua felicidade com a saída de casa, mas demonstra clareza da situação em que se encontra e sabedoria e paciência pra lidar com ela. *“Tia, por*

enquanto não dá. Não tenho pra onde ir também. Também minha mãe tem autonomia de mim. Ela me manda ainda, tia. Eu sou de menor. A responsabilidade é da minha mãe. Eu saindo com a Ana Clara, o Conselho (Tutelar) pode vir buscar a Ana Clara e me botar num abrigo também.” Mas já tem um plano bem traçado, que lhe alimenta todos os dias, enquanto espera a maioridade chegar. Me conta o que pretende fazer quando fizer 18 anos *“Eu meto o pé no mesmo instante. No aniversário mesmo. (...) É um presente de aniversário grandão, sair de dentro de casa.”*

Janaína também foi criada longe da mãe. Quando estava com 7 anos, seus pais se separaram, sua mãe saiu de casa para ficar com outro homem, e seu pai veio com a filha para o Rio de Janeiro. Logo, seu pai casou novamente, e teve mais uma filha. Durante toda a vida, Janaína sofreu com ciúmes da irmã, que tinha mãe e ela, apenas madrasta.

A mãe de Ana Paula faleceu quando ela tinha somente 2 anos. *“Aí eu fui morar com meu pai e minha madrasta.”* Afirma que não aprendeu a ser mãe, e que isso reflete na criação dos seus filhos. *“Às vezes eu acho que não sou uma mãe ideal, sei lá.”* Define, como aprendeu na prática, as atribuições de cada papel. *“Porque ser pai, é aquele negócio, chega do serviço, fala com o filho, ou se não, cobra alguma coisa do filho, acabou. A madrasta fazia o dever dela, cuidar, fazer comida. Mas com 7 anos eu já tinha que lavar as minhas roupas.”* Mas sabe dizer exatamente o que faltou em sua criação. *“Nunca tive carinho. Por isso que hoje em dia eu dou muito carinho pros meus filhos. Sou muito melosa. Mas ao mesmo tempo eu brigo muito. E eu não sei tomar atitude de mãe, como deve ser. Às vezes eu fico em dúvida. Como...”* Ainda hoje traz reflexos desse desamparo. *“Eu não tenho família. Meu pai não liga. Eu liguei pro meu pai domingo e falei assim: ‘Pai, eu queria saber se o senhor podia me ajudar.’ Aí ele: ‘Eu não posso porque eu tô cheio de dívida e Deus proverá.’”*

Ana Paula faz uma conclusão dura: *“Se eu tivesse minha mãe então... Minha vida ia ser totalmente diferente.”* E justifica sua afirmativa: *“Porque eu tenho que ser responsável de tudo. Eu não tenho tempo pra minha vida. Minha vida tá parada. Quando eu vejo que vai caminhar, não caminha. Vou falar pra você que eu não sou feliz. Eu não sou. (...) Não sei, o meu sorriso, minha alegria é de momento, é um minuto, sabe?”*

Maria das Graças declara que como mãe pretende fazer tudo diferente do que sua mãe fez. *“Eu tento ser tudo o que minha mãe não foi pra mim.”* Pergunto o que ela não foi. E tenho a seguinte resposta: *“(Embargada) Mãe.”* Quero saber porque considera que sua mãe não conseguiu exercer essa função. *“Essa pergunta ela não me respondeu ainda. Eu já perguntei isso pra ela no calor da discussão, mas ela nunca me respondeu... Pra mim, mãe, você pode ter um filho ou você pode ter cem. Você tem a capacidade de criar um, você pode ter a capacidade de criar cem. Seja com qual dificuldade for, seja*

debaixo da ponte, seja num palácio. Pra mim, ela não foi mãe. A mãe que eu tive foi a minha avó. A minha avó que me criou desde quando eu nasci, a minha avó que foi a minha verdadeira mãe. A minha mãe, hoje que está sendo mãe pra mim. Mas mãe à distância, entendeu? Hoje ela tenta suprir aquilo que ela não foi antes. Mas não é a mesma coisa.”

Quando pergunto para Édila se ela sofre por Joana ter se apegado tanto à avó paterna que hoje não quer mais morar com a mãe, sua resposta demonstra como a dificuldade com a própria mãe reflete diretamente na relação com os filhos. *“É tipo assim: quer, bem; não quer, bem. Eu acho que foi muito assim... Infelizmente eu ainda não consigo tirar isso de mim... Eu acho que foi do jeito que minha mãe fez com a gente.”* Pergunto o que aconteceu na relação com sua mãe. *“Minha mãe era assim. Largada com a gente. É até hoje.”*

Josiane estava com seis anos, quando sua mãe ficou viúva e *“saiu dando os filhos”*. Ao longo de nossa conversa, repete várias vezes que não vai cometer com os filhos os mesmos erros que sua mãe cometeu com ela. *“Mas eu já passei por muita coisa, não quero que meus filhos passem pela mesma coisa, né? Eu tô assim, passando muita dificuldade, mas abri mão dos meus filhos não. Porque mãe é quem cria. Eu não gostei do que aconteceu comigo, não vou fazer com meus filhos. Nem todas as mães fazem o que eu faço pelos meus filhos.”*

Luciana conta que sua mãe sempre resolveu tudo com a força física. *“Minha mãe ia dar um esporro e sentava a mão.”* Luciana relata mais detalhadamente quais foram suas vivências na relação com sua mãe. *“Eu não sei como é o contato de mãe e filha. Porque minha mãe comigo, ela não... Ela me tratava como um cachorro. Não parecia que eu era nem filha dela. Não sei se ela tinha raiva do meu pai, e eu sou a cara do meu pai, e ela descontava em mim. Que eu sempre era a última nas coisas. Sempre fui. Somos três meninas e três meninos. É Sandra no céu e Eloá na terra. E Luciana... no poço.”*

Como já nos apontaram Uziel e Santana (2008) todas essas histórias podem ser entendidas pela fragilidade dos vínculos familiares, que muitas mulheres pertencentes à classe pobre e que se tornaram mães ainda na adolescência, trazem como marca de suas vivências.

4.3.8 Religiosidade: “Tô procurando a Igreja, tô indo com muita fé em Deus, Ele pode tudo.”

Em muitas entrevistas a questão da religiosidade aparece como ponto fundamental de apoio na vida dessas mulheres. Seja para Maria Regina, que apesar de estar firme no

propósito de não querer mais filho, foi convencida pelo pastor da igreja evangélica que o marido freqüenta a fazer a vontade de Valter e dar-lhe o tão esperado filho. Seja para Teresa, que apesar de toda a dureza da vida que leva, dá os créditos para a Igreja do que está conseguindo conquistar.

Janaína, ao engravidar da terceira filha, fruto de um breve relacionamento, se afastou de todo mundo, com medo de que descobrissem sua gravidez. O primeiro a saber da notícia, foi “o ex líder da igreja”, que foi em sua casa saber o motivo de Janaína não estar mais freqüentando o “discipulado.” *“Eu não sabia falar nada, Gabriela. A única coisa que eu sabia era chorar. Eu chorava tanto, chorava tanto...”*

Ana Paula sabe definir com bastante firmeza o que busca na religião. *“Tipo assim, eu freqüento a igreja pra mim poder ter um pouco mais de paz de espírito como ser humano, entendeu? (...) E eu peço a Deus pra me dar muita força de vontade, porque eu já pedi muito a Deus pra mim morrer. Mas eu fico ao mesmo tempo, aí, as crianças vão ficar como? Eu acho que até se eu morrer, eu vou me cutucar lá no fundo da cova por causa das crianças, entendeu?”*

Durante a nossa conversa, muitos são os momentos em que Édila se refere à “época da bagunça”. Quando peço para que ela me conte como era essa época, ela justifica. *“É quando eu não conhecia Deus. Hoje, graças a Deus, eu sou evangélica. Então, tudo que eu fiz há um tempo atrás, há uns anos atrás, eu vi que hoje não ganhei nada com aquilo.”*

Teresa considera que foi depois que entrou para a Igreja que conseguiu forças para romper o relacionamento com o marido. *“Eu fiz muita loucura por causa dele, ia atrás, chorava, pedia pra ele voltar e nada. Hoje ele já está casado com outra e tem mais dois filhos, que vivem igual mendigos, pedindo dinheiro pelas ruas de Campo Grande. Se não fosse eu, meus filhos também estariam assim. Graças a Igreja (evangélica) que me deu forças pra me livrar disso.”*

Todas as nossas entrevistadas que fizeram referência à religião, estavam falando especificamente da Igreja Evangélica. De acordo com dados do IBGE, dos cerca de 170 milhões de brasileiros, 26 milhões – ou seja, quinze por cento do total – se declararam, em 2000, como pertencendo à religião evangélica. Se em 1980, 3,2% da população brasileira se declarava evangélica neo-pentecostal; em 2000, essa estatística subiu para 10,4% da população. Um outro dado trazido pelo IBGE (2007) é que os evangélicos pertencem, em média, à faixa mais pobre da população brasileira. Além disso, não podemos esquecer que quando falamos de Igreja Evangélica Neo-Pentecostal, estamos nos referindo a 68 denominações diferentes.

Bohn (2004), reiterando os dados do IBGE, ao analisar o material de sua pesquisa, aponta que os evangélicos estariam associados a condições econômicas e sociais bastante adversas. A opção pelo evangelismo seria, portanto, característica de segmentos sociais desprovidos de recursos financeiros.

Da mesma forma que temos um aumento da religião evangélica, assistimos em todo o Brasil a um declínio da Igreja Católica. A autora considera que esse fenômeno pode ser explicado pelo deslocamento da centralidade da Igreja católica na conformação das relações entre Estado e religiões no Brasil. Além disso, o avanço do evangelismo pentecostal pode ter sido facilitado pelo fato de o pentecostalismo não se tratar de uma religião inteiramente estrangeira, já que contém alguns elementos que são similares às práticas mediúnicas das religiões afro-brasileiras. (Bohn, 2004).

Ainda de acordo com a autora, a deterioração do quadro socioeconômico do país também pode explicar o aumento do número de evangélicos, já que os evangélicos pentecostais, com a diversidade de suas igrejas, além de possuir membros entre as camadas sociais menos privadas de recursos financeiros, conseguem penetrar nas franjas da sociedade: *“em áreas que têm se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos. São setores sociais (e espaços geográficos) que, por sua precariedade de condições, revelam, por outro lado, a mais completa ausência do poder público.”* (Bohn, 2004, s/p.).

4.3.9 Conjugalidade(s): “Se eu engravidasse ele ia ficar comigo”

Em um artigo intitulado *“O Sexo da Pobreza”*, Agier (1990), afirma que todos os caracteres que compõem o sofrimento cotidiano da sobrevivência, numa lógica de causalidades aparentemente sem saídas, tais como: habitações insalubres e precárias, falta crônica de dinheiro, sub-empregos e desvalorização da força de trabalho, fraco acesso aos direitos sociais públicos, podem acabar trazendo como conseqüência a onipresença da doença, alcoolismo, importância da religiosidade (como vimos na nossa pesquisa), predomínio das interpretações “fatalistas” da existência e também, forte presença numérica das mulheres chefes de casa, já que aumenta a instabilidade matrimonial e o que se coloca é a complexidade dos “arranjos” familiares na composição do lares. *“As famílias pobres se fragmentam espacialmente (...) parecendo se desarticular em incertos ‘arranjos’ domésticos instalados no provisório.”* (p. 58). Dessa forma, o autor alega que a mulher desenvolve um *“saber viver na pobreza”*, muito relacionado a uma “naturalização” desse modo de vida, e passa a ter o domínio da casa e

das relações que a rodeiam e a desempenhar um papel central e decisivo para a sobrevivência da casa.

Maria Regina ficou grávida aos 20 anos e foi morar junto com o namorado, na época com 22 anos, na casa da sogra. Fica claro em sua fala que essa decisão, foi muito mais uma imposição social e da família do que uma escolha do casal. *“No começo ele não queria de jeito nenhum, não queria nem que a gente fosse morar junto.”*

Atualmente Maria Regina está no terceiro casamento e faz uma análise dessa relação. *“O pai dele era muito grosseiro com a mãe. E às vezes ele quer trazer isso pra mim. Machista demais.”*

Após tanta história de violência e privações, pergunto a Carolina como conseguiu se fortalecer para encerrar o casamento. *“Uma diretora (da escola dos filhos) falou que ia me ajudar a passar numa prova para eu ter uma oportunidade de vida e sair desse homem.”* Carolina decidiu que não ia deixar essa oportunidade passar. Fabiano percebeu que a mulher estava decidida. E mais uma vez, veio com infundáveis ameaças. *“Você não vai se separar de mim, você vai viver comigo até você morrer. Eu vou ser o único homem da sua vida. Você não vai ter ninguém na sua vida.”* Quando chegou o dia em que finalmente Carolina decidiu sair de casa, por pouco não acontece uma grande tragédia. Fabiano esfaqueou Carolina, *“ao todo foram quinze cortes de faca pelo meu corpo”*, e ainda deu facada na cunhada e na própria filha, quando tentaram defender Carolina.

Durante a conversa com Pamela, quando pergunto se já estava namorando há muito tempo antes de engravidar, ela fala com tranquilidade. *“Bastante tempo. Uns 10 meses talvez.”* Pergunto se Ana Clara também é a primeira filha de seu namorado. Pamela responde um *“sei lá”*, e eu mantenho a minha pergunta, questionando se ela nunca quis saber. *“Eu não. A minha eu sei que é.”*

Janaína também fala com clareza sobre sua escolha de se casar aos 17 anos. *“Porque eu não tinha liberdade pro que eu queria. Meus pais me ‘privava’ muito, sabe? Eu não podia sair, eu não podia ir na excursão de escola, eu não podia fazer trabalho na casa das minhas amigas. Aí Janaína falou (referindo-se a ela própria): ‘Vou meter o pé.’”* Sobre a separação, também traz seu ponto de vista. *“Não tinha mais aquela harmonia de família unida, de uma convivência de gentes normais.”* Quando se separou, Janaína estava com 21 anos e dois filhos.

Alguns anos depois, um breve relacionamento e a terceira filha. *“Passamos uns três meses namorando. Um belo dia marcamos pra ir prum belo de um pagode. (...) Aí saímos do pagode e fomos pro motel. Aí lá que... Tatiana foi gerada.”*

Demonstra grande necessidade de contar detalhadamente como foi difícil viver essa relação. *“Quando eu contei pra ele que eu estava grávida e que ele era o pai, ele*

disse nem me conhecia.” Quando Tatiana nasceu, Janaína ainda tentou mais uma aproximação. *“Olha só, tua filha nasceu. Eu tô no hospital de Campo Grande, no Rocha Faria, se você quiser você vai ficar à vontade pra conhecer.”* Janaína entrou na Justiça para pedir reconhecimento de paternidade. Ricardo, pai de Tatiana, se aproxima de Janaína e decidem morar juntos. O *“casamento”* só durou dois meses. Sem nenhuma intimidade, as diferenças começam a aparecer. *“Não deu certo, quando eu comecei a ver que meus filhos não “tava” feliz com a situação, cheguei pra ele e: ‘Oh, tá na hora de você ir se embora...’”*

Ana Paula conta que em sua casa nunca houve diálogo sobre sexo. Começou a namorar muito novinha, com 12 anos. Depois de três anos de relacionamento meio incerto, e muita insistência do Paulão, decidiu fazer sexo, mas escondido... *“Curiosidade.”* Mas confessa que não gostou. *“Não senti nada, só dor.”* O relacionamento com Paulão continuava, mas sem nada sério. *“Aí cada um foi pro seu lado. Aí toda vez que ele me procurava, a gente fazia, entendeu?”*

Após muitos anos de grande violência por parte de Paulão, Ana Paula consegue dar queixa na delegacia e percebe a mudança que sua atitude trouxe. *“Agora eu tô sendo feliz. Mais ou menos. Podia ser completo se a gente tivesse trabalhando.”* Afirma que hoje o que mantém a sua relação é a amizade e o companheirismo. *“Se quiser me abandonar, pode me abandonar. (...) (Silêncio). Fico por pena.”*

Maria das Graças tem uma explicação rápida para contar porque casou aos 14 anos. *“Briguei com meu pai e fugi de casa. E fui morar com a família do meu namorado.”* Após se separar do primeiro marido, Maria das Graças vem para o Rio de Janeiro e começa um novo relacionamento, que foi interrompido de maneira trágica, após seu segundo marido ter sido vítima de bala perdida durante um tiroteio na favela onde moravam. Maria das Graças conta então, como conheceu seu terceiro marido, pai de seus dois filhos mais novos, com quem está casada até hoje. *“Quando eu comecei a construir minha casa, ainda sofrendo a morte do pai do Caio, foi quando eu conheci o pai do Jonatan e da Marilliane. (...) Na verdade eu conheci ele num momento muito frágil, né? Ele ali apoiando, até me ajudou a construir o barraco. Aí quando o Caio nasceu, a gente decidiu morar junto.”*

Márcia conta como foi o fim da relação com seu marido. *“Com o tempo a gente foi se desentendendo e eu me separei.”* Quando questiono os motivos dos desentendimentos, Márcia se mostra reticente. *“Ai, tem que falar? Tá gravando? (Riso envergonhado) Foi traição. (...) Dele.”* Vivendo atualmente com o segundo marido, Márcia afirma que o casal se dá muito bem, mas imediatamente pondera. *“(Risos). Por enquanto, né? Eu não acreditava mais em homem depois daquela última. Eu esperava tudo.”* Quase ao final da

entrevista, faz o seguinte comentário: *“Eu já passei por muita dificuldade na história. Agora eu tô firme e forte, com o pé no chão.”*

Édila relata como foi seu primeiro casamento. *“Era bem, na medida do possível. Enquanto tinha amor era bem. (...) Mas foi acabando.”* Quanto ao segundo casamento, fala com certo desânimo. *“Foi tudo de novo, a mesma coisa. Aí depois separação de novo. (...) Fiquei muito mal. Muito, muito, muito!”* Já a relação com o pai de Joana, Édila não considera que foi um casamento. *“Era aquela coisa, um dia vinha, no outro dia não vinha.”*

Marilane está casada com o primeiro marido e pai de seus oito filhos há 17 anos. *“É meio estranho, né? Porque é bem difícil passar por esse tempo todo com um homem só.”* Diz estar satisfeita com o relacionamento. *“Nos damos bem, graças a Deus. Não tenho do que reclamar não.”*

Josiane considera que só se envolveu com *“pessoas erradas”*. Sobre o pai da sua primeira filha: *“Quando eu engravidei, ele foi e me largou. Foi pra casa de outra mulher.”* Viu a história se repetir anos mais tarde, com o segundo marido. *“Eu engravidei e quando tava com quatro meses, ele foi morar com outra pessoa.”*

Luciana se separou do primeiro marido, quando a filha do casal estava com apenas três meses. *“Ah... Ele era muito ignorante.”* Conta que decidiu mandar ele ir embora. Um mês antes da entrevista, o primeiro marido de Luciana havia sido assassinado, e ela conta como se sentiu. *“Eu sofri... Não sei porque, né?! Me deu uma dor, sabe... Foi um baque assim, sabe... Chorei pra caramba.”* Sobre o pai da segunda filha, Luciana diz somente que *“não sabe dele.”* *“A gente namorava muito bem. (...) Aí depois fiquei grávida. (...) Sem querer. (...) Sumiu ele.”* Nem registrou a criança. Do segundo marido, pai de Ian, já está separada há dois anos. *“Ele me traiu.”* Luciana ficou sabendo que o marido estava com outra. *“Eu fui na casa da menina. (...) Eu escutei a voz dele lá dentro cantando.”* Ainda assim Luciana preferiu manter o casamento. Mas as traições continuaram, o marido começou a sair cada vez mais. Certa vez, para tirar o marido da casa da amante, Luciana ligou pro celular dele falando que Ian tinha tomado veneno e estava muito mal. Quando o marido chegou, preocupado com o filho, Luciana falou que a criança já estava melhor, que tinha ingerido produto de limpeza. Mas a situação foi ficando insustentável e culminou com a separação. *“Até hoje eu lembro desse episódio, e já passou dois anos, machuca. Foi uma coisa que marcou muito a minha vida. Eu fiquei deprimida. Fiquei muito gorda. Cheguei a 89 quilos. Agora não, agora eu tô ótima.”*

A partir dos relatos das mulheres pesquisadas, podemos observar um traço bem característico da contemporaneidade, tendo reflexo nas formas de conjugalidade. O que marca nossa época é justamente a fragilidade dos vínculos e a efemeridade das relações. A única entrevistada que permanece com o primeiro marido é Marilane, e ela própria

relata estranhamento por manter uma relação de 17 anos. Histórias de violência e traição denotam uma grande desigualdade de gênero ainda presente em nossa sociedade, discutido anteriormente. Podemos observar também a função do casamento similar à função da maternidade, ou seja, como uma possibilidade de adquirir uma identidade. Nas palavras de Uziel e Santana (2008, p.27), “(...) *vínculos familiares ou comunitários fragilizados contribuem para a busca de uma identidade mais fixa (...)*”, dessa forma, podemos contextualizar a eterna busca dessas mulheres por uma relação marital, e de certa forma, a facilidade com que estabelecem esse tipo de vínculo, assim como a maternidade.

4.3.10 Contraceptivos e Planejamento Familiar: “Aí eu bebia num dia e no outro eu não bebia (a pílula anticoncepcional), entendeu?”

Durante as entrevistas, em muitos momentos apareceram relatos que demonstram a forma como as mulheres lidam com o próprio corpo. Maria Regina me dá a seguinte resposta quando pergunto se ela pegava a pílula anticoncepcional no Posto de Saúde: “*Ué, qualquer pessoa sabe o nome de uma pílula pra não engravidar. Aí eu comprei, assim na doideira. Eu não tinha compromisso de tomar. Eu não tinha as informações que tenho hoje, com o planejamento familiar*”.

Somente após o quarto filho, Maria Regina iniciou o acompanhamento no Planejamento Familiar. “*Aí eu fui pro posto, fiz planejamento, tive todas as informações. Passei a usar camisinha. Aí eu pensava que com camisinha eu não ia engravidar. Só que a gente ficava naquela sacanagem do antes, aí foi uma gotinha daquela, alguma coisa. Até hoje eu não consegui explicar como foi.*” E aproveita para relatar sua trajetória na saúde pública de nosso município. “*Eu fiz dois planejamentos. Uma vez eu recebi o papel pra ligadura e fui lá. Um documento que consta que nós escolhemos e que temos o direito. Só que quando eu cheguei lá... Eles não fizeram porque tava aquela crise na saúde pública. Não fizeram e mandaram eu voltar lá depois. Aí eu voltei, e aquele papel já tava fora da validade. O documento que eles dão no posto valia por um ano. Aí eu deixei pra lá também. Aí eu fiz outro planejamento, e escolhi outro método. Aí eu tomo injeção.*” Quando termina o relato, me olha orgulhosa e comenta: “*Eu tô toda informada nessa parte aí, olha.*”

Por vezes, nos surpreendemos com o significado que essas mulheres dão aos acompanhamentos nos dispositivos de saúde. Carolina se referiu à maternidade que teve seus oito filhos. “*Eu por não ter experiência de nada, mas de nada mesmo... Eu vim saber o que era espermatozóide quando eu tive meu segundo filho. Porque na Pró-*

Matre tem palestra, e ensina essas coisas pra mulher. Foi assim que eu fui saber. Eu não entendia nada sobre sexo. Eu não entendia de nada, nada, nada, nada. Eu era uma pessoa muito inexperiente de tudo.” Também aparece em seu relato, a pouca efetividade dos equipamentos da saúde em se tratando de Planejamento Familiar, diante das negativas de Fabiano. *“Na Pró-Matre fizeram palestra com ele pra fazer vasectomia, ele não quis de jeito nenhum. Nem deixou eu ligar.”*

Janaína e Ana Paula contam que tomavam pílula anticoncepcional, mas do jeito delas. *“Até tomando comprimido às vezes eu ficava grávida.”*, diz Ana Paula. Janaína jura que tomava a pílula corretamente quando engravidou de João Pedro. *“É que quando ele me pegou à força tava bem naquele período em que a pílula acaba pra menstruação descer. Só que aí não desceu.”*

Ana Paula fez ligadura há cinco anos, após participar de todo o programa de Planejamento Familiar do Posto de Saúde. *“A Dra. lá do Posto que me ajudou. Ela não queria me ajudar muito não, porque eu tinha 22 anos. Aí ela falou assim pra mim: ‘Oh, depois você se arrepende, eu é que vou me ferrar.’”* Pergunto se ela realmente se arrependeu. Ana Paula é enfática e faz uma reflexão de como estaria, considerando que antes da operação tinha em média, um filho por ano: *“Não. Botar crianças mais no mundo pra quê? Pra sofrer. Já pensou 10 agora... Cinco anos? Cinco filhos. Dez. Tá doida...”*

Maria das Graças tomou pílula anticoncepcional dos 12 aos 17 anos. *“Na verdade antes de eu morar com ele, quando eu só namorava, eu tomava direitinho. Quando eu passei a morar com ele, aí eu acabava esquecendo a pílula.”* Com a gravidez do terceiro filho, Maria das Graças decide fazer ligadura. *“Mas aí eu tive o Jonatan, e o médico não quis ligar. Disse que eu tinha que voltar dois meses depois pra fazer a ligadura. Aí eu não consegui ligar. Aí quando foi ano passado, eu consegui uma ligadura. Aí quando eu fui fazer o último exame pra ligadura, descobri que tava grávida da Marilliane. (Risos).”* A gravidez da quarta filha foi *“conturbada”*, Maria das Graças havia tomado a vacina de rubéola, e precisava de um acompanhamento mais de perto, já que havia riscos para o bebê. Ainda assim, não conseguiu fazer o pré-natal. *“Não fiz (pré-natal) porque no Posto não tinha médico. E aqui na Pedra tava muito difícil de conseguir ginecologista. Então, durante toda a gravidez dela eu só consegui marcar três consultas.”* A única saída encontrada foi pagar pela consulta e também pelos exames de ultrassonografia numa clínica privada.

Édila relata que iria fazer ligadura após o nascimento de Jeová, mas acabou não fazendo. *“Porque eu passei muito mal nessa gravidez. Os médicos ficaram desesperados, minha pressão tava alta, eu tive eclampsia. Passei muito mal, e aí não ligaram.”*

Marilane conta a forma que fazia uso do anticoncepcional. *“A tal pílula que a gente começa tomando e num certo ponto esquece. E aí, quando vai tomar, não faz mais o mesmo efeito. Foi isso que aconteceu comigo.”* Logo em seguida, admite: *“Camisinha eu nunca usei.”* Afirma que hoje ainda está *“correndo atrás da ligadura”*. Que durante sua última gravidez, da Lara, frequentou todo o Planejamento Familiar no Posto de Saúde, mas a forma que foi atendida no Hospital Rocha Faria, quando foi ter neném, a fez desistir da ligadura. *“Eu... queria ligar, né? Da Lara eu ia ligar, já tava com todos os papéis na mão. Mas por causa de um desaforo da médica que me atendeu.... Eu... não fiz nem tanta questão de mostrar meus documentos pra ela. (...) Ah, eu cheguei lá já em trabalho de parto, e ela falou pra mim que meu filho não era praquela hora. Não era praquela dia.”*

Luciana tenta encontrar uma justificativa para ter parado o contraceptivo e engravidado logo em seguida. *“Tomava remédio, mas o remédio não fazia muito efeito, porque eu sentia muita dor no estômago, aí eu sabia que era o remédio que parava no estômago e não fazia efeito nenhum. Aí... Foi aí quando eu engravidei.”*

Na fala das mulheres entrevistadas observamos além da falta de informações e esclarecimentos sobre o uso da pílula anticoncepcional, um reflexo da falha da educação básica no que tange aos cuidados com o corpo. Além disso, a fragilidade dos serviços públicos de saúde ilustra a vulnerabilidade em que se encontra a população pobre de nossa cidade. Somente Maria Regina mostra-se consciente da escolha que pode fazer sobre métodos contraceptivos, todas as outras entrevistadas falam de uma total falta de escolhas, mais uma vez.

A ex-secretária Especial de Políticas para as Mulheres, previa inicialmente, incluir o planejamento familiar entre as contrapartidas exigidas dos benefícios do Programa Bolsa-Família. Muitos pesquisadores, demógrafos e defensores do direito da mulher se colocaram contra a proposta, já que o planejamento familiar não pode ser tratado como *“moeda de troca”*. Para a demógrafa Elza Berquó (2010, s/p.), *“as pessoas precisam ter o direito de controlar, ou não, a sua fecundidade.”* O Planejamento Familiar é um direito constitucional, determinado pela Lei 9.263, de janeiro de 1996, mas não pode se configurar como um dever. A ginecologista Tânia das Graças Santana (2010, s/p.), dentro desse mesmo debate, defende o direito de escolhas das mulheres mais pobres e faz uma reflexão sobre o grande número de filhos dessas mulheres. *“Eu sinto que é um momento em que essas mulheres são valorizadas (...) É o momento em que alguém levanta do ônibus para dar lugar, é quando a patroa presta mais atenção.”* Tal discussão aponta para a contextualização de alguns dados do IBGE: as maiores taxas de natalidade ainda predominam entre as mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudo, que

têm, em média, 4,1 filhos, ou seja, alta fecundidade ainda está relacionada ao rendimento das famílias.

Na prática, apesar da conquista do movimento feminista no reconhecimento do direito ao planejamento familiar, o programa ainda não atende às necessidades das mulheres ou de seus familiares. Costuma resumir-se somente à distribuição de preservativos ou outros contraceptivos, e ainda está focado na responsabilização da mulher. “*O espaço do cuidado e da família ainda é visto como de responsabilidade exclusiva da mulher, assim como a educação e a cultura da continuidade da relação de gênero, onde o homem é o mantenedor e aquele que decide e a mulher é o ator que ‘serve’ e ‘obedece’.*” (Lima & Lima, 2008, s/p.). Nesse sentido, as autoras, citando o demógrafo José Eustáquio Alves, afirmam que o planejamento familiar brasileiro é uma “*regulação da fecundidade*”, não passando de uma imposição ou um controle coercitivo sobre a liberdade das pessoas de se reproduzirem do modo que julgam adequado. Ressaltam ainda que as políticas atuais exigem “*das mulheres pobres o uso de meios contraceptivos e não lhes dá o direito de decidir, por meio da educação e acesso a serviços de saúde.*” Mesquita (2008) também coloca em pauta a prática de alguns médicos que objetiva o controle “*velado*” da natalidade, ao permitir as práticas de esterilização e distribuição indiscriminada de pílulas anticoncepcionais. Utilizando Scavone (2000), constata “*que as mulheres brasileiras – pobres e de classe média – ainda não têm liberdade de expressar seu desejo em relação à maternidade e continuam sendo alvo de políticas demográficas controlistas, prejudicando maiores avanços nas relações de gênero e na organização da estrutura familiar.*”

No mesmo sentido, Guareschi et alli (2004) apontam que fica proposto que as questões de concepção/contracepção continuam a fazer parte do universo feminino, do corpo da mulher, embora *valorizando* a participação dos demais membros da família nessa decisão. Assim, por mais que a política proponha estratégias referentes ao estímulo da participação dos homens e adolescentes no Planejamento Familiar, tais propostas acabam por constituir o ser mulher de uma determinada forma, tornando-a responsável pelo seu corpo e por tudo o que diz respeito a ele, nesse caso, a concepção ou não de um filho. Dessa forma, a responsabilização dos homens pela criação dos filhos dever ser bem mais difundida, envolvendo-o no planejamento familiar.

5 Considerações Finais

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.” (Paulo Freire)

Chegando às considerações finais e analisando o resultado de nosso trabalho, procuro valorizar o próprio percurso da construção dessa tese. Entendo que resultados são processuais e considero o caráter dinâmico do conhecimento produzido. Deixando isso claro, recorro a Fernando Molica (2009): “A curiosa - e bela - geografia do Rio facilitou a segregação. Há um acúmulo de beleza (e de riqueza) do lado de cá (Zona Sul). (...) Num processo agravado nas últimas décadas, a Zona Sul virou sinônimo de Rio; pelo menos, do Rio desejado, que exporta gostos, modas e costumes. Nem a produção literária escapou disso - de um modo geral, a perspectiva é a de quem mora do lado de cá (mesmo que o livro trate de favelas, pobres, subúrbios e que tais).” O lugar de onde falo não se localiza no acúmulo de beleza e riqueza, já que a Tijuca também fica no além-túnel, mas tem lá seus charmes. No entanto, de que perspectiva olhei para essas mulheres? Para embasar tal problematização, a leitura de Bakhtin (2003) foi fundamental, já que a produção é sempre historicamente situada e se dá na relação com o outro. Por isso, é sempre política. Nesse sentido, Sarti (2004) afirma que o contexto do pesquisador explica a sua interpretação e as referências epistemológicas com as quais constrói sua análise.

É então, na indissociabilidade entre indivíduo e sociedade, que fundamentamos nossa narrativa. Dessa forma, Castel (2010) faz uma bela análise das mudanças que o mundo globalizado vem provocando nos últimos trinta anos, mudanças que ocorrem principalmente nas relações trabalhistas e nos efeitos que a nova realidade do mercado de trabalho provocou nas relações sociais. Os desempregados do mundo contemporâneo sofrem não só a perda dos salários, a instabilidade econômica e o medo do desemprego, mas também a perda dos vínculos sociais e até mesmo a perda de vínculos familiares. Ocorre uma cadeia imediatista, o que leva a uma sociedade menos solidária e mais competitiva. Somado a isso, a falta de perspectiva de conseguir um novo trabalho, novas formas de desemprego e a precarização do trabalho. Com a desconstrução de garantias coletivas, característica do neo-liberalismo, instabilidades e incertezas sobre o futuro criam angústias e problemas novos.

Dentro desse processo de descoletivização, a família também vai sendo afetada, Castel (2010) faz um paralelo entre as “pater famílias” (pai mandando na mulher e nos filhos) e a atual estrutura relacional ou contratual, com o advento do direito das crianças e

da igualdade entre marido e mulher. Direitos mais igualitários que levam à individualização. Com isso, cada vez mais famílias monoparentais e novos arranjos vão sendo produzidos. De acordo com dados do IBGE, são as famílias chefiadas só por mulheres que se encontram em maior dificuldade sócio-econômica em nosso país.

Se por um lado a profissionalização das mulheres vem no sentido de uma emancipação, já que cada vez mais vivemos uma democratização e igualdade entre os sexos, sabemos que ainda ocorrem muitos preconceitos na inserção da mulher no mercado de trabalho, como já discutimos ao longo da tese. Além disso, o trabalho que se deve defender é o que cumpre certas condições econômicas, jurídicas, que oferece uma certa segurança e dignidade aos trabalhadores, um trabalho produtivo e que dá ao trabalhador a contrapartida para sua existência. É esse trabalho que libera as mulheres do encarceramento e de suas tutelas tradicionais. No entanto, as mulheres entrevistadas estão à margem desse mercado, ainda fazem faxina por R\$ 20,00 a diária, são dispensadas do trabalho grávidas, pois dentre as 14 mulheres que participaram dessa pesquisa, as que trabalham, o fazem, ainda nos dias de hoje, sem nenhum vínculo empregatício, sem nenhum documento que regule seus direitos, porque o que mais importa é de fato trazer comida para casa. Ainda assim, as pesquisas, francamente divulgadas nos noticiários, nos mostram que a classe C ascendeu no Brasil e começou com os mesmos vícios de consumo da elite. Elenira, Denise Lucia, Teresa, Maria Regina, Carolina, Pâmela, Janaína, Ana Paula, Maria das Graças, Márcia, Édila, Marilane, Josiane e Luciana pertencem à classe E, e mesmo assim, também sonham com o novo objeto de consumo, o computador, pois já têm o celular que tira foto. Afinal, vivemos em uma época onde o ter supera o ser e de grande dominação da mídia e da propaganda, pregando o consumo desenfreado de objetos.

No mesmo sentido, entendemos o espaço urbano como vetor de sociabilidade, articulando assim territorialidade e produção de subjetividade, e é muito significativo o isolamento social, a ausência quase total de serviços urbanos e o aumento do poder exercido pela rede criada pelos poderes paralelos que vimos presenciando em Pedra de Guaratiba, o que acaba por caracterizar a grande fragilidade que marca as vivências dos seus moradores. Nossa cidade vem se expandindo rapidamente para a zona oeste, vide o crescimento de bairros como Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá, sabemos que a população da favela sempre acompanhou o percurso da classe média, e assim, podemos entender a favelização de Pedra de Guaratiba, até bem pouco tempo atrás, um bairro com características de zona rural, habitado por pescadores e com muitas casas de veraneio. Hoje, invadido por favelas, pelo tráfico de drogas e pela milícia, o espaço foi drasticamente modificado, provocou mudanças climáticas, ambientais, econômicas e influenciou, inclusive, as relações de parentesco e identidade.

É nesse contexto que buscamos compreender as mulheres e suas relações com a maternidade, permeada pelas questões sociais, pelas relações de gênero e pelos vínculos familiares. Segundo Vilhena (2004), nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora do grupo de referência. Todos os sujeitos lutam por uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento e de inclusão. Muito tem se falado sobre a problemática da gravidez na adolescência, tema bastante pertinente em nossa pesquisa, já que todas as mulheres entrevistadas nesse trabalho tiveram sua primeira gravidez ainda adolescentes. Nosso objetivo, e que de certa forma foi alcançado, é justamente provocar uma reflexão sobre o lugar da maternidade no processo de subjetivação dessas jovens, e como nos aponta Nunes (2009) “tentando uma abordagem menos homogênea da questão e procurando observar como a maternidade se insere nos projetos de vida das jovens mães, a partir de suas diferenças.” (s/p.) À medida que vamos ouvindo o que essas mulheres têm a dizer, respeitando suas escolhas, contextualizando suas posturas e posicionamentos, torna-se necessário desconstruir pressupostos que embasam os discursos médicos, pedagógicos e midiáticos. Entendendo que “a gravidez na adolescência não é apenas um mero ‘acidente de percurso’ na vida de adolescentes irresponsáveis”, como nos sugere Nunes (2009), podemos perceber ao longo das entrevistas a forma como a maternidade traz interferências sobre formas de relacionamentos e reconhecimentos sociais e de atuação nos cotidianos dessas mulheres, ou como afirmam Gontijo e Medeiros (2004), a maternidade pode adquirir um caráter de centralidade em suas vidas, sendo um importante fator na sua constituição pessoal e social. Como já falado anteriormente, grande parte dos modos de subjetivação contemporâneos ainda é determinado pela identidade de gênero, a identidade de “mães” que essas mulheres assumem, parece atravessar quaisquer outras funções que desempenham ou vivenciam.

Ao longo das entrevistas, percebemos como o filho chega para ocupar um vazio, preencher um lugar de companheiro de todas as horas, aplacar a solidão, já que muitas vezes são vistos como a única “coisa” que efetivamente são delas. Apesar disso, também aparece nos discursos a contradição, ou seja, a grande solidão que enfrentam no dia a dia, mesmo com o grande número de filhos. Observamos também durante a pesquisa, que as adolescentes afirmam se sentirem especiais ao longo da gravidez, como se passassem a ter mais importância. Dessa forma, devemos flexibilizar nosso olhar para a escolha de mais uma gravidez (mesmo que esse seja o quinto, sexto ou sétimo filho), pois a maternidade parece lhes garantir uma identidade, tamanha a fragilidade de referências identitárias a que essas mulheres estão submetidas. Somado a isso, observamos ao longo das histórias, grande dificuldade na relação dessas mulheres com suas mães. Assim, o lugar dos filhos pode estar relacionado a uma tentativa de

elaboração pela repetição, uma restauração narcísica. E por que dessa forma? Pois não podemos deixar de lado o social, à medida que o ambiente tem um papel fundamental no favorecimento de um desenvolvimento saudável, que leva à construção da confiança em si mesma e no mundo, da autonomia, da iniciativa e do sentimento de competência, condições essenciais para uma inserção saudável na sociedade. (Bittencourt e Vilhena, 2010).

Devemos, pois, problematizar as universalidades, “trabalhando no sentido da desnaturalização de um feminino essência, ou seja, com a lógica de que existem muitos femininos e masculinos. Evitando-se, portanto, generalizações e conceitos pré-estabelecidos, os quais podem ser entendidos a partir da diversidade e não como identidades únicas, a-históricas.” (Guareschi et alli, 2007, p.19). Somente a partir dessa flexibilização será possível um posicionamento ético e político frente à nossa realidade social. A importância dessa pesquisa é justamente a conquista em relativizar aquilo que é normal e/ou patológico nas (muitas) maternidades vivenciadas por essas mulheres.

Não queremos naturalizar o grande número de filhos das mulheres das camadas pobres de nossa sociedade, mas trazer a discussão para a necessidade da construção de outras formas de inclusão para essas mulheres “*quase invisíveis*”, ou, nas palavras de Vilhena (2004), mulheres que vivem nos subúrbios da cidadania. De que forma as políticas públicas podem fomentar seu pertencimento na hostil rede social que se configura nos tempos atuais? Ou como questionam Santos e Carvalho (2006), de que forma as políticas sociais podem propiciar meios para que as adolescentes possam sentir-se mais seguras e valorizadas, encontrando possibilidades de vislumbrar seus sonhos e desejos?

O grande desafio é assumir uma prática que situe o outro no espaço e no tempo, que o perceba nas redes da cidade, provocando um encontro “que anime as almas a se inquietarem.” (Monteiro, 2002, p.139).

Vale ressaltar a grande aceitação por parte das mulheres em concederem as entrevistas e fazerem parte da pesquisa, o que vem nos falar de um vínculo de confiança e respeito que foi sendo construído com a minha prática profissional, o que é pra mim, extremamente gratificante. Além disso, no tempo de fechamento desse trabalho, muitas delas já estabeleciam contato com o pedido da devolução do meu estudo. Percebo, que ao final dessa pesquisa, que coincidiu com o término da minha atuação profissional em Pedra de Guaratiba, já que fui convidada para fazer parte da equipe de orientação técnica do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas do Município do Rio de Janeiro (PROINAPE), da Secretaria Municipal de Educação, que o investimento afetivo no objeto e no território de pesquisa, promove mudanças na subjetividade do próprio

pesquisador e propicia “o reconhecimento da potência de sujeitos desconhecidos e não-reconhecidos como cidadãos em nossa sociedade”, nas palavras de Oberg (2007, p.176).

Concordamos com Catharino e Giffin (2002), quando afirmam que ao explicarmos e compreendermos a realidade estudada temos condições de nela intervir, para alterar seus rumos, auxiliando na elaboração de alternativas viáveis para efetivar um projeto que mude este quadro. Por isso é que afirmamos que o fazer intelectual é acima de tudo político, já que essa pesquisa traz à tona a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento. (Vilhena, 2009). E, a partir do momento que reconhecemos as determinações que atravessam o campo que investigamos, somos capazes de intervir e contribuir para transformar essa realidade. Como muito bem aponta Canguilhem (1970), o objeto da ciência não é apenas o domínio específico dos problemas, mas também a intenção do sujeito da ciência -, o projeto científico que constitui, como tal, uma “consciência teórica”. O trabalho científico na área das ciências humanas está vinculado a uma busca da verdade. Não a verdade absoluta, mas a de um ideal que busca a verdade, pois ao buscarmos o significado, buscamos verdades sobre o significado. (Vilhena, 2009).

Esperamos que este estudo contribua para a reflexão sobre as práticas direcionadas às mulheres, permitindo problematizar questões já naturalizadas, assim como as práticas, que se constroem sobre e a partir delas. E que, com a leitura dessa tese, possamos construir juntos, novos olhares.

6 Referências Bibliográficas

ADESSE, L.; MONTEIRO, M. F. G. & LEVIN, J. Grave problema de saúde pública e de justiça social. In: **Revista Radis**. ENSP, nº 66, fevereiro de 2008.

AGIER, O. O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 35-60, 2.sem.1990.

ALKMIM, A. C. A morfologia sócio-espacial da favela de Rio das Pedras. In: BURGOS, Marcelo Baumann. (org.). **A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC - Rio: Loyola, 2002.

ALVES, N. C.; GUIMARÃES, R. B. Maternidade, Exclusão e Saúde: A Cidade Inscrita no meu Corpo. **Disponível no site www.osun.org. Acessado em: janeiro de 2010.**

AQUINO, Q. B. de. **Justiça restaurativa nas relações de gênero: recurso adicional na mediação de conflitos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica**. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores – 2009. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (1ª ed. - 1958).

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006 (1ª ed.- 1978).

BAIERL, L. F. & ALMENDRA, C. A. da C. **A dinâmica perversa do medo e da violência urbana**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº 70, ano XXIII, julho de 2002, pp. 59 a 74.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (4ª ed.).

BARROSO, N. & VILHENA, J. As três tecelãs. Notas sobre a relação entre a mulher, a violência e o trabalho. In: **Psikhê**, vol. 8., nº 2. São Paulo, FMU, 2005, pp. 14-25.

BASSANESI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

BATISTA, N. “Só Carolina não viu” – violência doméstica e políticas criminais no Brasil. Disponível no site <http://www.scribd.com>. Acessado em maio de 2010.

BAUER, C. **Breve História da Mulher no Mundo Ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.,1999.

. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

. **Confiança e medo na cidade**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

BITTENCOURT, M. I. & VILHENA, J. **Quando quem ama mata: considerações sobre a “disfunção materna” no filme “mother”**. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental. Curitiba, 2010.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In: **Revista Opinião Pública**, vol. 10, nº 2, Campinas, Outubro de 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAZÃO, M. A. & NOVAES, J. de V. QUEM QUER FICAR NA BARRIGA DA MAMÃE? SOBRE A GESTAÇÃO EM TEMPOS DE CULTO AO CORPO. In: **Revista Polêmica**, vol. 9 (4),UERJ, 2010.

BRUM, M. S. Repressão, **clientelismo, resistência...** **Relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro**. Disponível no site www.klepsidra.net. Acessado em: abril de 2007.

BRUSCHINI, C.; NERI, R. & MARQUES, M. C. D´A. et alli. A Condição Feminina. In: **Jornal do Conselho Regional de Psicologia – RJ**. Ano 5, nº 17, Março de 2008.

BURGOS, M. B. Favela, Cidade e Cidadania em Rio das Pedras. In: BURGOS, M. B. (org.). **A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC - Rio: Loyola, 2002.

. **Cidadania, favela e milícia**: as lições de Rio das Pedras.

Disponível no site www.comunidadessegura.org. Acessado em: junho de 2008.

CAMPOS, A. **Pobreza tem Sexo**. Disponível no site www.reporterbrasil.com.br.

Acessado em: janeiro de 2010.

CANGUILHEM,G. Psychlogie. In: **Etudes d'histoire et de philosophie des sciences**. Paris, J. Vrin, 1970.

CARVALHO, J. M. de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, M. A. R. de. Uma história carioca. In: BURGOS, M. B. (org.). **A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. (Prefácio). Rio de Janeiro: PUC - Rio: Loyola, 2002.

CASTEL, R. **Entrevista ao Programa Roda Viva**. TV Cultura. Fevereiro de 2010.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A. C. de. **Guaratiba: ontem e hoje**. Monografia para Conclusão do Curso de Graduação em História, Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 2002.

CATHARINO, T. R. & GIFFIN, K. "Gravidez e Adolescência - investigação de um problema moderno". In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, Minas Gerais, novembro de 2002.

CEZAR, P. B. **Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes**. Coleção Estudos Cariocas. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, fevereiro de 2002.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COSTA, T. et alli. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. In: **Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v.10, n.20, p. 363-80, jul/dez, 2006.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

. **De olho vidrado no próprio bem-estar**. (1997). Disponível no site jfreirecosta.hpg.ig.com.br Acessado em: maio de 2003.

. **Vai sobrar alguma privacidade?** (2000). Disponível no site jfreirecosta.hpg.ig.com.br. Acessado em: maio de 2003.

. **A subjetividade exterior**. (2003). Disponível no site jfreirecosta.hpg.ig.com.br. Acessado em: maio de 2003.

CRUZ NETO, O. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. & MINAYO, M. C. de S. (orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEL PRIORE, M. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIMENSTEIN, M., ZAMORA, M. H. & VILHENA, J. Sobre a vida dos jovens nas favelas cariocas. In: **Revista do Departamento de Psicologia- UFF**. Niteroi, UFF.16.1, 2005, pp 24-39.

DUMONT, L. **O Individualismo – uma perspectiva antropológica da sociedade moderna**. São Paulo: Rocco, 1985.

Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes. **IV Festival de Poesias**. “Um olhar sobre Pedra de Guaratiba”, 2003.

FONTES, V. **Reflexões Im-pertinentes: História do Capitalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C. & HEILBORN, M. L. Antropologia e Feminismo. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FUSCO, C. L. B.; ANDREONI, S. & SILVA, R. de S. e. Epidemiologia do aborto inseguro em uma população em situação de pobreza – Favela Inajar de Souza, São Paulo. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2008; 11(1): 78-88.

GONTIJO, D. T.; & MEDEIROS, M. Gravidez / Maternidade e Adolescentes em Situação de Risco Social e Pessoal: Algumas Considerações. In: **Revista Eletrônica de Enfermagem** [serial on line], 6(3): 394-399, set-dez, 2004.

GUARESCHI, N.; MEDEIROS, P. F. de; NARDINI, M. & WILHELMS, D. M. O Aborto e as Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2(1), São João Del-Rei, Mar./Ag., 2007.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HEILBORN, M. L. **Aprendizado da sexualidade**. Entrevista à Agência FAPESP (Por WashingtonCastilhos). Rio de Janeiro, 2006. Disponível no site www.agencia.fapesp.br. Acessado em: janeiro de 2010.

JODELET, D. Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JOSEPHSON, S. C. & JACÓ-VILELA, A. M. Mutações da paisagem urbana no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. In: **Revista Mnemosine**. v. 1, n. 1, 2005, pp.98-122.

KASAHARA, Y. Favela e bairro: a dinâmica de expansão de Rio das Pedras. In: BURGOS, M. B. (org.). **A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC - Rio: Loyola, 2002.

KLEIN, C. A produção da maternidade no Programa Bolsa - Escola. In: **Revistas Estudos Femininos**. vol. 13, nº 1. Florianópolis, janeiro/ abril, 2005.

KNIJNIK, J. A repercussão da gravidez em jovens adolescentes de Porto Alegre. In: **XV Encontro Nacional da ABRAPSO** (Associação Brasileira de Psicologia Social). Maceió, 2009.

LASCH, C. **O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEVI, P. **É Isto um Homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, M. A. R. de O. & LIMA, L. de O. Planejamento Familiar: Conflitos e Soluções. In: **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, agosto de 2008.

LOPES, J. R. **Pobreza, subjetividade e cidadania**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, no 70, ano XXIII, julho de 2002, pp. 160 a 172.

MAIOLINO, A. L. G. **Espaço urbano e subjetividade: um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINS, A. P. V. **História da Maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidade de análise.** (2008). Disponível no site www.amigasdoparto.org.br
Acessado em: janeiro de 2010.

MARTINS, J. de S. **Exclusão Social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MENEZES, T. C.; AMORIM, M. M. R. de; SANTOS, L. C. & FAÚNDES, A. Violência Física Doméstica e Gestação: Resultados de um Inquérito no Puerpério. In: **Revista Brasileira GO**, v. 25, nº 5, 2003.

MESQUITA, C. C. de. Planejamento familiar e contracepção: saúde, gênero e política pública na transição democrática (Rio de Janeiro, década de 1980). In: **I-dentidades – XIII Encontro de História Anpuh – Rio de Janeiro, 2008.**

MINAYO. M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004 (8ª ed.).

MITJAVILA, M. **Risco, biopolítica e (re) medicalização da maternidade.** In: Encontro Nacional Fazendo Gênero. Santa Catarina, 2002. Disponível no site www.cfh.ufsc.br.
Acessado em: janeiro de 2010.

MOLICA, F. **Os meninos da árvore.** Rio de Janeiro, dezembro de 2009. Disponível no site <http://www.fernandomolica.com.br/blog>. Acessado em: maio de 2010.

MONTEIRO, D. B. da R. **Redes de proteção, teias de isolamento: A precarização das relações do homem contemporâneo no meio urbano.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MORAES, M. **Ser Humana: quando a mulher está em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Movimento Rio Mulher. Discriminação e Violência Contra a Mulher: Iniciando o Debate. In: **RIO Estudos**, nº 125, Dezembro de 2003.

NADER, P. R. A.; MACEDO, C. R.; MIRANDA, A. E.; MACIEL, E. L. N. Aspectos Sociodemográficos e Reprodutivos do Abortamento Induzido de Mulheres Internadas em uma Maternidade Escola no Município de Serra - E.S. In: **Escola Anna Nery Revista Enfermagem**. Dezembro, 2008.

NERI, M. C. (Coord.). **Perfil das Mães Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2005.

NOVAES, J. de V. **O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio: Garamond, 2006.

NUNES, S. A. Problematizando a gravidez na adolescência. In: Revista **Epos – Genealogias, Subjetivações e Violências**. Maio de 2009.

OBERG, L. P. Do **Rio das Vitrines à Galeria dos Desconhecidos: Um estudo em Psicologia Social Comunitária na localidade de Muzema**. Tese de Doutorado. PUC – Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, E. R. B. de. Sexualidade, Maternidade e Gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares. In: **Revista Polêmica**, v. 9, n. 1, p. 62 – 71, janeiro/março 2010.

OLIVEIRA, F. M. **Discurso psicológico em revistas femininas no século XX**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia. UERJ: Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, N. R. Maternidade de adolescentes de periferias sociais e urbanas: algumas análises à luz da Psicologia Ambiental. In: **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. v.15, nº 1, São Paulo, abr. 2005.

PACELLI FERREIRA, A. **O Migrante na Rede do Outro. Ensaios sobre alteridade e subjetividade**. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Editora TeCorá, 1999.

PAIM, H. H. S. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, pp. 31-48.

PASSETTI, E. **Cartografia de violências**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº 70, ano XXIII, julho de 2002, pp. 5-43.

PAUGAM, S. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PAVEZ, G. A. & OLIVEIRA, I. I. de M. C. **Vidas nuas, mortes banais**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, no 70, ano XXIII, julho de 2002, pp. 80 a 91.

PERLMAN, J. **Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro**. Coleção Estudos da Cidade. Instituto Pereira Passos, maio de 2003.

PIMENTEL, M. das D. M. Pedra de Guaratiba: Fragmentos de Memória dos Pescadores. In: **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Ano 02, nº03, 2003.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar. A utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SALEM, T. Mulheres Faveladas: "Com a venda nos olhos". In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANT'ANNA, D. B. de. Cuidados de Si e Embelezamento Feminino: Fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, D. B. de (org.). **Políticas do Corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANTOS, A. dos & CARVALHO, C. V. de. Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. In: **Boletim de Psicologia**, 2006, VOL. LVI, Nº 125: 135-151.

SARLO, B. **Cenas da Vida Pós-Moderna: Intelectuais, Arte e Videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFEJ, 2000.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista Estudos Femininos**, vol. 12, nº 2. Florianópolis, maio/agosto, 2004.

. A Família como Ordem Simbólica. In: **Revista de Psicologia da USP**. São Paulo, 2004, pp. 11 a 28.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs.). **Novas Veredas da Psicologia Soci-al**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 1996.

. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SCAPPATICCI, A. L. S. S. **Contexto de vida e as vivências da maternidade de adolescentes em situação de rua: aspectos sociais e psicológicos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 2006.

SCHWENGBER, M. S. V. Pobres Meninas “Ricas” com a Gravidez. In: **30ª Re-união Anual da ANPEd**, Caxambu, Minas Gerais, 2007.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, R. da. **Legalização do aborto – Direito das mulheres sobre seu corpo e sua vida**. 2008. Disponível no site www.cut.org.br. Acessado em: janeiro de 2010.

SILVA, W. R. da. O Migrante sob a Dominação do Capital. Opressão e Impactos Sociais. (Ensaio de Reflexão). In: **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. **Universidad de Barcelona**, Vol VI, núm. 119(122), agosto de 2002.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (org.). **O Fe-nômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967 (1ª ed.1902).

SIQUEIRA, F. A. **História de Guaratiba para crianças**. Rio de Janeiro: Independente, 2004 (3ª edição).

SOARES, B. M. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUTO, C. M. R. M. & BRAGA, V. A. B. Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, set./out. de 2009.

TRAD, L. A. B. Processo Migratório e Saúde Mental: Rupturas e Continuidade na Vida Cotidiana. IN: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 13, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius/PROTAT, 2003.

TRINDADE, E. **As Meninas da Esquina: Diário dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

UZIEL, A. P. & SANTANA, L. da S. de. Maternidade, Adolescência e Abrigamento: compondo equações possíveis. In: **Revista Polêmica**, vol. 7 (3), julho a setembro, 2008.

VALLADARES, L. Favela.com. In: **Anais do Fórum América Latina Habitar**. Salvador, maio de 2001.

VERGNE, C. de M. **A história dos rostos esquecidos: a violência no olhar sobre os moradores de favelas cariocas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VILHENA, J. de. Até que o amor nos separe... Algumas reflexões acerca da família contemporânea. In: **SPID - Revista do Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro, nº 31, 1999.

. Da família que temos à família que queremos. Família como base de apoio. In: **Edição Especial da Revista O Social em Questão**. V II, nº 7, Rio de Janeiro, CIESPI, Instituto Promundo e Dept. de Serviço Social PUC-Rio, 2002, pp. 45-62.

. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. In: **Pulsional Revista de Psicanálise**. São Paulo. Ed. Escuta. XV; n. 163, 2002, pp. 48-54.

. Da claustrofobia à agorafobia. Cidade, confinamento e subjetividade. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, jan./abr., 2003, pp. 77-90.

. Tá tudo dominado... Cidade, confinamento e subjetividade. In: VILHENA, J. (org.). **A Clínica na Universidade: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Ed. Loyolla/PUC, 2004, pp. 95-111.

. Da cultura do medo à fraternidade como laço social. In: VILHENA; VIEIRALVES & ZAMORA (orgs.). **As Cidades e as formas de viver**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005, pp. 19-43.

. Clínica psicológica com populações de baixa renda. Dispositivos clínicos e agenciamentos subjetivos. In: **Revista Polêmica**, 16, UERJ, 2006.

. Psychoanalysis and low income populations: territory, uprootment and production of subjectivity. In: **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology** (Online). Vol. 7 N.1, São Paulo. Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, 2007, pp. 45-56.

. **O Rio de Janeiro entre quatro paredes: cidade, confinamento e sociabilidade**. In: **Latin American Journal of Fund. Psychopath.** (Online), v. 6, n. 1, p. 101-107, maio de 2009.

. Qual a psicanálise que queremos: Clínica psicanalítica e realidade brasileira. In: Souza & Lemos (orgs.) **PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL. UNIDADE NA DIVERSIDADE**. São Paulo. Ed Escuta, 2009, pp. 253-277.

VILHENA, J. ; ZAMORA, M. H. & NOVAES, J. V. O Sentido dos Atos Destrutivos dos Adolescentes. Entendendo os jovens em conflito com a lei. O social em questão. In: **PUC-Rio**. XII N.22, pp. 141-160, 2010.

WACQUANT, L. J. D. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

YASBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZAMORA, M. H. R. N. **“Saber Viver”**: Táticas de Sobrevivência do Nordeste no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. PUC – Rio de Janeiro, 1992.

. **Textura Áspera: Confinamento, Sociabilidade e Violência em Favelas Cariocas**. Tese de Doutorado. PUC – Rio de Janeiro, 1999.

. Os corpos da vida nua: Sobreviventes ou resistentes? In: **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology**. (On line). São Paulo, v.5, n. 1, maio de 2008, pp. 104 a 117.